

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Um mar (revolto) de oportunidades



IMG 1 - Três plataformas (autor desconhecido)

Desenvolvimento e trabalho através de diferentes escalas da indústria naval na cidade de Rio Grande e balneário Cassino

Rafael Lopo

Orientadora: Cornelia Eckert

Porto Alegre

2016
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Rafael Lopo

Um mar (revolto) de oportunidades

Desenvolvimento e trabalho através de diferentes escalas da indústria naval na cidade de Rio Grande e balneário Cassino

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Cornelia Eckert

Porto Alegre
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Lopo, Rafael

Um mar (revolto) de oportunidades :
desenvolvimento e trabalho através de diferentes
escalas da indústria naval na cidade de Rio Grande e
balneário Cassino / Rafael Lopo. -- 2016.
334 f.

Orientadora: Cornelia Eckert.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Trabalho. 2. Desenvolvimento. 3. Metodologia.
4. Conflito. 5. Indústria naval. I. Eckert,
Cornelia, orient. II. Título.

Agradecimentos

Reconheço que recorri a trabalhos de colegas e até apelei para minha própria escrita de outros momentos para pensar e ver a melhor forma de fazer estes agradecimentos. Nunca é fácil começar algo simples depois de horas e horas fazendo o que parece mais “complexo”. Talvez o medo de escrever essas linhas sejam parte de um sentimento que não quer deixar essa parte acabar. Talvez seja angústia de saber que, a partir daqui, nada mais é como antes. Ao fim e ao cabo, parece mesmo medo de esquecer, por puro descuido, de quem talvez nem saiba o quanto foi importante para que este trabalho, enfim, fosse finalizado.

Primeiro, é preciso agradecer à CAPES, que me deu um conforto relativo ao propiciar bolsa integral durante os quatro anos desta jornada e também me deu apoio para pesquisas de campo e participação em eventos científicos.

Seria impossível também escrever qualquer agradecimento sem dizer que sou grato pelas eternas (e muitas vezes frustradas) tentativas de fusão de horizontes que tive junto a minha família. Pelo carinho dos momentos que compartilhamos juntos e que pude abandonar esse posto ingrato de “doutorando” em Antropologia. Lolo, João, Mila, dindo e dinda, e principalmente minha mãe, que sempre tentou, à sua forma, entender o que eu tentava um dia querer ser.

Sobre a pesquisa, nada do que será lido adiante seria possível se pessoas não tivessem aceitado abrirem suas portas e seus braços, tivessem compartilhado suas casas, subjetividades e inquietações comigo. A família Shen Korting foi a primeira a me dar pouso em Rio Grande, abrindo sua casa de praia no Cassino para que eu não só tivesse condições de começar a entender a praia que é totalmente diferente da cidade de Rio Grande como também pudesse ouvir o barulho do mar quando fosse necessário. Foi no Cassino que também convivi em grande parte do tempo com Caio e Marcela. Independente da casa onde estivessem, e da época que fosse, a hospitalidade do casal (sem falar naqueles peixes na brasa e churrascos maravilhosos) que tinha afinidades e

distâncias acadêmicas foi o que por muitas vezes me fez não desistir de uma empreitada etnográfica que parecia inalcançável e quase impossível.

Se para pessoas próximas a paciência é uma virtude, para nossos interlocutores é motivo de beatificação. Se um dia essa tese chegar a ser lida pelos trabalhadores que cito aqui com nomes trocados, torço com todas as minhas forças que se sintam respeitados e identificados, que saibam que escutei e conversei, participei e duvidei com toda a sinceridade possível e sem exigir mais do que mais conversas e alguns silêncios. A todos os boca-duras do STIMMMERG, obrigado por me deixarem conhecer suas rotinas e suas brigas. Com vocês aprendi um pouco mais sobre aquele velho ditado de que é preciso lutar atrás daquilo que se quer. A disposição de vocês para com o próximo enche essa tese de esperança em um futuro melhor do que se avizinha para os trabalhadores navais.

É também inevitável falar em paciência sem agradecer à Cornelia, minha orientadora. Experimentei durante esse período ao mesmo tempo uma liberdade e uma voz de diálogo que pouco escuto reverberar na academia. Sua capacidade para orientação e para compreensão do que permeia a vida de seus alunos é, sem sombra de dúvida, um dom lapidado através de muito trabalho e dedicação a antropologia. Também agradeço a todos que compõem o PPGAS, principalmente aos que marcaram minha trajetória que começou em 2003 enquanto ainda tentava entender o que era essa tal de Antropologia no começo de minha graduação. Professores, e principalmente Rosemary Feijó, a Rose, que com toda sapiência que lhe é peculiar e admirável corria para coletar assinaturas, relatórios e cheques que eram, para mim, fundamentais na continuação desta jornada.

Foi em mesas de bares, jantás, encontros furtivos a tarde, viagens e eventos que pude compartilhar com alguns de meus colegas não só as angústias acadêmicas e teóricas, mas fundamental e principalmente a sensibilidade e amizade que fizeram com que esses quatro (cinco, quase) longos anos fossem de extrema elevação espiritual e pessoal. Jéssica, Juan e Pedro, vocês me trouxeram a leveza e calma necessária para dobrar qualquer dureza que a vida impõe. A todos meus colegas que passaram por mim

em diferentes etapas, sintam-se todos agradecidos de diferentes formas. Moises pelas supremas de pollo em Buenos Aires, Flávio e Alexandre pela troca incessante de ideias e goles de cerveja. Vocês são todos importantes, cada um a sua maneira.

Durante os sete meses que passei na UC Davis, na Califórnia, tudo parecia muito mais fácil do que pareceria ser quando decidi estar em terras do Tio Sam. Marisol foi talvez a responsável principal por uma guinada gigantesca nessa tese, como também é a culpada por hoje me fazer sentir saudade dos colegas (a maioria latinos ou ibéricos, diga-se de passagem) que fiz em rodas de conversas que contavam com a presença de pessoas que jamais imaginei dialogar e que hoje estão citadas ao longo deste texto.

À Comuna. Aos Domingos na Comuna. Aos Domingos na Comuna inventando letras para os Paulistas Tristes ou brigando e discutindo por besteiras que eu vejo hoje serem muito maiores que qualquer reflexão intelectual já realizada nos espaços acadêmicos.

E por fim, ao amor que aprendo a amar cada dia de um jeito diferente, que me traz poesia, ritmo, e vontade de ser cada vez menos monótono e mais criativo. Ao encontro que mudou minha vida e, por força e consequência, essa tese e toda minha postura rente ao doutorado. A portenha mais simpática e amável, aquela que nunca deixou de estar ao meu lado em nenhum momento, de nenhuma forma, Guadalupe. A ti, dedico esse trabalho.

Jim, ela nunca intuiu a economia delicada e ardilosa que existe por trás do manuseio entre aspas rude, impensado e desleixado dos objetos por aquele sujeito. O quanto ele tão nitidamente tinha treinado vezes sem fim aquela reclinção nas pernas traseiras da cadeira. Como ele estudava os objetos com os olhos de um soldador em busca daquelas suturas centrais e mais firmes que quando pressionadas pelo mais porcamontes dos largados ainda aguentam. Ela nunca... nunca viu que Marlon Brando se percebia tão agudamente enquanto corpo que não precisava de modos...

David Foster Wallace (Graça Infinita)

Resumo

Diante da descoberta de petróleo na camada Pré-Sal, o país se viu diante de uma oportunidade única para investir em um projeto específico e claro de desenvolvimento. Com a ideia de incentivar a indústria naval há anos sucateada, o governo do Partido dos Trabalhadores decidiu que iria incentivar a abertura de novos e inúmeros estaleiros espalhados pela costa do país, com estratégias que giravam em torno de índices de nacionalização e licitações encomendadas pela maior empresa estatal do país junto a grandes consórcios formados por diferentes empreiteiras. Rio Grande torna-se, assim, um dos alvos privilegiados deste novo ciclo de pujança e investimentos bilionários. De forma inicial, proponho nesta tese entender as dinâmicas desta política desenvolvimentista adentrando nas suas redes e teias, assumindo assim intensificar o projeto antidualista da análise pós-estruturalista entre desenvolvimento e impactados, para pensar como se tramam, por meio de diversas agências, novas interpretações e ações diante de um cenário extremamente novo e inédito para grande parte dos atores envolvidos. Se pergunta, antes de tudo, de que forma os discursos e práticas ligados ao desenvolvimento são tecidos e agenciados através de diferentes redes de diferentes escalas. Seguindo tais indagações, a tese questiona se há ou não unidades ou contradições quando se pensa localmente sobre impactos e benfeitorias da indústria naval em um contexto e um momento específico. A metáfora tese pela plataforma enquanto objeto fractal reforça essa nova postura diante de teorias do desenvolvimento, onde o trabalho, em suas mais diversas expressões e formas, é a liga metálica e suporte principal para as conexões parciais comuns na etnografia contemporânea.

Palavras-chave: trabalho, desenvolvimento, redes, teias, conflito.

Abstract:

After the oil and gas detection at the pre-salt layer, Brazil saw a unique opportunity to invest in a specific and unambiguous development project. Idealizing to encouraging the shipbuilding industry trashed by a long time ago, the Work Party government decided to institute the opening and settlement a large number of shipyards along the Brazilian coast, with strategies based around industrial nationalization and bids ordered by the largest Brazilian state-owned company and huge contractor's consortiums. Thus, Rio Grande became one of the main targets of this new strength cycle and billionaires investments. Initially, I try in these work to understand the dynamics of this new development policy entering in its networks, web and scales, assuming with that reinforce the anti-dualist project from the poststructuralist between development and the affected population, to rethink how the actors maneuver their expectations through a diverse number of agencies, new interpretations and actions in front of a extremely rare and new scenario to them. The main question goes direct to ask how the discourses and development practices are woven and intermediated through a series of networks and webs between different scales. Thus, this thesis question if whether or not there contradictions when think the improvement and impacts of development in a local site situated in a specific moment. The platform metaphor as a fractal object reinforce this new position against development theories where the labor, in their most diverse expressions and forms is the metal who connect and support the ordinary partial connections at ethnography.

Keywords: labor, development, networks, webs, conflict.

Lista de imagens:

| | |
|--|-----|
| IMG 1 - Três plataformas (autor desconhecido) | 1 |
| IMG 2 - Trabalhadores ECOVIX em frente ao pórtico..... | 34 |
| IMG 3 - Pequena embarcação em frente ao terminal de grãos | 36 |
| IMG 4 - Habitação no Bairro BGV | 35 |
| IMG 5 - Mapa cidade de Rio Grande | 46 |
| IMG 6 - Conjunto de Cantor, ilustrado no livro de Strathern | 106 |
| IMG 7 - Movimento de chegada e saída próximo ao estaleiro | 121 |
| IMG 8 - Comércio informal em frente ao ERG1..... | 122 |
| IMG 9 - A festa do trabalhador..... | 194 |
| IMG 10 - Premios e público na festa do trabalhador | 196 |
| IMG 11 - Fachada e carros sindicato | 203 |
| IMG 12 - Sandro circula pelo bairro e mostra local onde nova casa será erguida | 225 |
| IMG 13 - Ruas e paisagem do bairro Santa Tereza..... | 229 |
| IMG 14 - Palco e estrutura da Feira do Polo Naval 2014..... | 287 |
| IMG 15 - Lista de patrocinadores da Feira de 2013 e 2014..... | 288 |
| IMG 16 - Montagem e estrutura da Feira de 2014..... | 289 |
| IMG 17 - Apresentação de slides sobre curva de produção Petrobrás | 293 |
| IMG 18 - Visão de fábrica e replicação dos cascos | 295 |
| IMG 19 - Divisão dos elementos e componentes de uma FPSO..... | 296 |
| IMG 20 - Slide sobre o novo pórtico..... | 298 |
| IMG 21 - Localização estaleiros Coréia e Japão..... | 306 |
| IMG 22 - Comparação sobre recursos humanos | 308 |
| IMG 23 - Custo Brasil x Tempo Brasil | 310 |

Lista de Abreviaturas e siglas

AAPEC – Associação dos Aposentados e Pensionistas da Copesul

ALL - América Latina Logística

AMBEP – Associação de Mantenedores e Beneficiários da Petros

APL – Arranjo Produtivo Local

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CIDEC-SUL – Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro do Sul

COPEL – Companhia Petroquímica do Sul

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EBR – Estaleiros Brasil

ERG – Estaleiro Rio Grande

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

FMM – Fundo da Marinha Mercante

FPSO - Floating Production Storage and Offloading

FTMRS – Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul

FURG – Universidade Federal de Rio Grande

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFSUL – Instituto Federal Sul-Rio-grandense

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PGPIN - Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul

PROMEF - Programa Nacional de Modernização e Expansão da Frota Transpetro

PRONATEC - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA-RS – Secretaria do Meio Ambiente do RS.

SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval e Reparação Offshore

SOBENA - Sociedade Brasileira de Engenharia Naval

STIMMERMG - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte

SUDEPE - Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca

TRANSPETRO – Petrobrás Transportes

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

USAID - United States Agency for International Development

Prólogo

A tese, e a Plataforma. A plataforma, e o Polo Naval. O Polo Naval, e a política nacional. A política nacional, e o petróleo. O petróleo e o desenvolvimento. O desenvolvimento, e o pós-estruturalismo. A solda, a caldeiraria, o gato, a ferramenta, e as condições de trabalho. As condições de trabalho, e o Polo Naval. A empresa X e a empresa Y, o cliente e o patrão.

É uma questão de tamanho? Não. Parece-me, até o dia em que escrevi esta tese, uma questão de escala. A questão de tamanho já pressupõe em si que há uma impossibilidade de fazer tais reduções e que se conectem coisas de “tamanhos diferentes”. Quando são elementos que possuem relações semelhantes em uma escala, podemos muito bem, a partir de outras mediações, ter relações em elementos de outros níveis.

A grande questão que se coloca é múltipla. Eu tenho na etnografia uma relação de conexão parcial com os elementos aqui em jogo. O trabalhador também tem essa relação com o que ele faz. Ele tem noção do todo, mas faz uma parte ínfima de um todo que faz parte de outros todos.

Pensemos na *“My Little Monster”* da Antropologia, com A maiúsculo, a pantera de estimação alimentada com aquela dieta vegetariana: o trabalho de campo. Minhas escolhas não foram nem só “intencionais”, bem como não foram só pura consequência de imperativos. Há imperativos. Há o tempo, o deslocamento, o acesso, empatias e timidez subjetivas minhas, enfim, milhões de coisas em jogo. Ao mesmo tempo, essa etnografia em múltiplos espaços/camadas/escalas/níveis me permitiu entender o próprio processo de construção de um “todo” na pesquisa, assim como os agentes envolvidos nesse todo que eu chamo de *“TITULO DA TESE, dois PONTOS, algo explicando as relações e filiações teórico-metodológicas do universo antes dos dois pontos, bem como a posição geográfica da etnografia”*.

Ou seja, me permito usar de metáforas porque através delas esta escrita será de melhor apreensão por mim e pelos leitores. Minha falta de comprometimento e meu

total desprendimento com MEU CAMPO são metáforas que podem ser frágeis, fáceis de serem postas em dúvida, bem como a indústria naval, a economia global, os “ciclos” de desenvolvimento. Eu não me importo nenhum pouco com isso. É mais que fundamental salientar que eu reconheço, de maneira bem fácil e pouco esquizofrênica, que há também essas relações entre relações nas escolhas acadêmicas que faço. Não estou mais no “ciclo” do pós-estruturalismo, e mesmo pensando em “atualidade do pensamento” não há certezas quanto algumas de minhas filiações.

Prefiro ainda acreditar que são mútuas tecelagens. Mutuas teias, redes, rizomas que são rearticulados, transformados, esquecidos, modificados e reinventados em constante relação.

A tese consegue fazer comparações e metáforas até um certo nível no sumário. Mas vou adiantando e estragando um pouco da surpresa ao afirmar que há também reflexões em outras escalas, sejam elas maiores ou menores das que foram citadas até aqui. Há sempre um divisível múltiplo formado pelos vetores da pesquisa que me mostra mais e mais detalhes e/ou todos (ao mesmo tempo, normalmente).

Eu convido aqui o leitor a prestar muita atenção e realmente levar a sério as metáforas que fiz na escrita, pelo menos neste instante tão efêmero que é esta pobre leitura. Elas podem se desfazer até mesmo na próxima página, mas em nenhum momento elas estarão navegando sem rumo em alto mar. Se a unidade desta escrita parecer tão volátil quanto o petróleo, saiba que este ouro negro do capitalismo atual não estará agindo sozinho apenas por estar debaixo de uma camada de solo. Ele vai agir, fazer sentido, pois ele poderá estar sendo pesquisado. Pode ser também um petróleo que está “apenas” sendo prospectado por uma empresa que investe em certos campos de pesquisa para melhorar a qualidade e a produtividade interna, que atualmente se vê no meio de uma crise gerado pelo seu *habitus* natural que construiu um grande esquema de movimentações financeiras deveras anormais. Há milhões de outras chances. Esse petróleo pode estar sendo muito bem extraído por grandes tubulações quilométricas para dentro de uma plataforma construída em cima de um casco de um enorme navio.

Se, por outro lado (e não menos arriscado para virtudes esperadas em uma avaliação de tese) essa leitura parecer um bloco sólido, pesado e gigantesco formado por ligas de metal, tubulações, fios elétricos e outros elementos, ela nunca terá suas placas constituídas por um metal puro, mas sim uma liga, e jamais terá sido feito ou encaixado em outras grandes estruturas sem antes ter tido suas soldas inspecionadas, e antes disso ter sido soldado por um baiano ou gaúcho ou pernambucano, trecheiro ou não-trecheiro, com cinco anos de estudo ou “apenas” quinze de chão de fábrica. Pode ser uma solda boa, bem feita, por alguém com muita dedicação e com boas condições de trabalho, como também o próprio leitor tem todo o direito, na sua figura de inspetor de solda, encarregado ou supervisor, de contrariamente olhar com detalhes e ver que esse trabalho foi feito por um ferramenta cega, que estava matando a hora do gato. Mesmo antes disso, essa solda só foi feita porque algum caldeireiro leu um desenho e montou a estrutura. Se por fora a etnografia parecer tão lustrosa e com cores “sóbrias”, é porque alguém “jateou” e pintou essas enormes placas de alumínio, esses diários de campo, entrevistas, registros de empatia e incompetência para lidar com algumas situações que são as bases da plataforma que pesa bem menos que os navios que antes circulavam no mercado das teses e construção de conhecimento desta disciplina.

Feito a mea-culpa em tom de profunda reflexão teórico-epistemológica, vamos ao texto. Só mais um pedido. Se o leitor até agora não entendeu metade do que foi escrito aqui, não se preocupe, no começo da jornada eu também parecia não conseguir dar sentido a metade daquilo que chegava até mim no processo de pesquisa.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| LISTA DE IMAGENS: | 9 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 10 |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO I - A PROMESSA | 25 |
| 1.1 A PROMESSA DO DESENVOLVIMENTO: A CHEGADA ATÉ UM PROBLEMA DE PESQUISA | 27 |
| | 36 |
| 1.2 A PROMESSA DA SALVAÇÃO PARA A METADE SUL: A HISTÓRIA DA CIDADE E O CONTEXTO EM QUE SURGE A POSSIBILIDADE DA INDÚSTRIA NAVAL | 37 |
| 1.3 E OS MÓDULOS, QUANDO VÊM? A INDÚSTRIA NAVAL, O SETOR QUE DESCONHECE A CRISE DENTRO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | 42 |
| 1.4 A PROMESSA DE UMA ABORDAGEM TEÓRICA: ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO (OU SOBRE A RELAÇÃO INSTÁVEL ENTRE ANTROPÓLOGOS, INSTITUIÇÕES E AGÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO) | 49 |
| 1.4.1 <i>Definindo o termo desenvolvimento: críticas e alternativas teórico-metodológicas</i> | 57 |
| 1.4.2 <i>Revedo a história a partir da crítica pós-estruturalista</i> | 60 |
| 1.4.3 <i>Um outro ponto de análise: o antropólogo como a(u)tor nas redes do trabalho de campo:</i> | 77 |
| 1.4.4 <i>Etnografando / tecendo redes, trajetórias e mediadores:</i> | 86 |
| 1.5 UMA NOVA ABORDAGEM, O QUE VEM DEPOIS DO PÓS-ESTRUTURALISMO? | 93 |
| CONTO I – THE CAT, THE PILL AND THE MANCÚSPIAS | 110 |
| CAPÍTULO 2 – A CHEGADA DOS PRIMEIROS MÓDULOS DA TESE-PLATAFORMA | 112 |
| 2.1 CHEGAM OS TRABALHADORES: | 115 |
| 2.1.1 <i>O trabalho na periferia do Polo:</i> | 116 |
| 2.1.2 <i>O trabalho ao redor do Polo:</i> | 131 |
| CAPÍTULO 3 - O TRABALHO NO DIQUE-SECO E SEUS “CAUSOS” DE REALIDADE FANTÁSTICA | 145 |
| 3.1 FORMAÇÃO, OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO: AS DIFERENTES REDES QUE CONECTAM PARCIALMENTE O POLO NAVAL ATRAVÉS DAS NARRATIVAS E EXPERTISES DE SEUS TRABALHADORES. | 150 |
| 3.1.1 <i>A condição: o trecho e as contradições de se estabelecer em Rio Grande</i> | 153 |
| 3.1.2 <i>A Formação: diferentes relações entre aprendizado e experiência:</i> | 158 |
| 3.1.3 <i>A ocupação: o gato e a ferramenta</i> | 174 |
| 3.2 AS PARTES DO TRABALHO DENTRO DO TODO E A DIFERENÇA ENTRE OS DOIS GRANDES CONSÓRCIOS | 184 |
| CONTO II- A FESTA DO TRABALHADOR | 194 |
| CAPÍTULO 4 – O CONFLITO | 197 |
| 4.1 O(S) SINDICATO(S), REPRESENTANTE(S) DA(S) CLASSE(S): | 199 |
| 4.1.1 <i>Um novo trabalho, uma nova luta, tecendo as redes do mito de fundação</i> | 205 |
| 4.1.2 <i>– Laranja e o outro lado da ponte: da circulação das cidades à questão das terceirizações</i> | 221 |
| 4.1.3 <i>A reunião com o contador, uma mesa cercada por redes</i> | 238 |
| 4.2 UM ATOR NOVO NA REDE: O SINDICATO PATRONAL | 244 |
| 4.2.1 <i>A luta pela tabela, e a luta para continuar parado...</i> | 251 |
| CONTO III – O ANTROPÓLOGO COMO UM ATOR | 272 |
| CAPÍTULO 5 - OS EXPERTS DA GESTÃO | 275 |

| | |
|---|------------|
| 5.1 A FEIRA DO POLO NAVAL | 278 |
| 5.1.1 <i>Em um Mar de Oportunidades, navegar é preciso.</i> | 279 |
| 5.1.2 <i>Aprofundando fractalmente nos discursos públicos e na teia de agentes de uma cena participativa: o gargalo da tecnologia e produtividade</i> | 287 |
| 5.2 A REDE RICINO: CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA (CONTO EM DOIS TEMPOS) | 299 |
| CONCLUSÃO – SAINDO PARA ALTO MAR (AINDA INCOMPLETA) | 321 |
| REFERÊNCIAS | 325 |

Introdução

Um projeto de tese (e de nação)

Estive aqui quando não tinha nada disso. Era só areia. Agora, ninguém acredita, mas nós temos, de fato, um dos grandes estaleiros deste Brasil graças a vocês (trabalhadores). E eu agradeço a cada um e a cada uma aqui presente (...) Tenho certeza que o povo brasileiro, todo ele, tem muito orgulho do que vocês estão fazendo aqui. Viva este estaleiro, à QUIP, aos trabalhadores e trabalhadoras deste país. Eles provam que, quando querem, são capazes de desafiar qualquer obstáculo e fazer o que está sendo feito aqui (...)

Exceto talvez pela menção ao termo “Quip”¹, o estilo grandioso do trecho acima, com vivas “ao país” e recheado de menções, apelos e afagos ufanistas ao “povo brasileiro”, ao “Brasil”, ao “orgulho nacional” e aos “trabalhadores deste país”, bem poderiam ser atribuídas ao ex-presidente Getúlio Vargas (tendo sido retiradas das páginas da Folha da Tarde e da Revista do Globo) ou mesmo aos generais Emílio Médici e Ernesto Geisel.

¹ Primeira empresa a operar no Polo Naval da cidade de Rio Grande, é um consórcio formado pela Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Camargo Corrêa e IESA Óleo e Gás (esta última já investidora do Polo Naval do Delta do Jacuí, Charquedas/RS). Somente a Queiroz Galvão e a IESA estão hoje no consórcio para as novas plataformas que estão previstas para começarem a ser montadas no segundo semestre deste ano, (P-75 e P-72), sobre o nome de QGI Brasil.

Conforme estava escrito na reportagem do dia 18 de setembro de 2012² do Correio do Povo, estas foram palavras proferidas em setembro de 2012 pela atual presidenta Dilma Rousseff próximo ao Super Porto (nome de parte do complexo portuário composto por estaleiros e terminais privados) de Rio Grande durante visita feita ao Estaleiro Rio Grande (ERG1)³, o primeiro estaleiro em funcionamento na cidade de Rio Grande. Neste evento, Dilma estava acompanhada da presidente Maria da Graça Foster, e do governador Tarso Genro.

Porém, a partir de um olhar crítico, é possível perceber, ainda focando nas semelhanças, que há um projeto de nação em jogo colocado sobre a égide do que poderíamos chamar de uma tríade entre desenvolvimento, industrialização e trabalho. A progressiva internacionalização financeira e o contexto histórico pós-Consenso de Washington⁴ (Vilas, 2000; Pereira, 2010) deixaram como marca um país cuja economia acha-se muito mais interligada e, ao mesmo tempo, dependente dos mercados globais, suas turbulências, crises e flutuações sazonais. O que pode ser tomado como principal diferença para o mesmo discurso getulista, é que o contexto histórico atual evoca para uma economia mais global e interdependente. Atualmente, as novas configurações geopolíticas estão redefinindo fronteiras. Não há talvez exemplo mais visível e exposto no Brasil como a política de exploração de petróleo. Na esteira de uma nova possibilidade de extração e de produção de óleo e gás, a indústria naval nacional voltada para a construção de grandes plataformas se via, até pouco tempo atrás, como um dos principais bastiões dessa nova era. Rio Grande, cidade ao sul do Brasil, é hoje (ainda)

² Correio do Povo dia 18 de setembro de 2012, Terça-Feira. Ano 117, n. 354. "Polo Naval põe RS em Destaque". Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=354&Caderno=0&Noticia=465435>

³ O Estaleiro Rio Grande possui o maior Dique Seco da América Latina (o que aumenta sua capacidade de operação), sendo composto por duas unidades denominadas de ERG 1 e ERG 2. Em 2013, iniciaram os estudos necessários para o licenciamento ambiental do ERG 3 (MACHADO *et. al.*, 2013).

⁴ Entre as medidas que compunham o receituário (elaborado por instituições como FMI e Banco Mundial) a ser seguido por países ditos em desenvolvimento estavam: redução do déficit fiscal, liberalização comercial, abertura ao capital estrangeiro, contenção de gastos públicos, privatizações, desregulamentação da economia, garantia do direito de propriedade, flexibilização de direitos trabalhistas, fim do controle preços e do subsídio ao consumo.

palco deste novo movimento e abriga, em parte de sua costa, três grandes estaleiros que funcionaram, em sua época de ouro, com uma jornada de quase 24h.

Essa nova paisagem gigantesca que surge na beira da Lagoa dos Patos, traz também uma série de questionamentos para a antropologia. Primeiro, nos traz a pergunta de que tipo de desenvolvimento é esse? Aparte de todas as análises de grandes projetos trazidas após a década de 80, o projeto de fortalecimento da indústria naval possui uma série de peculiaridades e particularidades se olhado com mais profundidade e detalhes. Assim como o contexto em que surge numa geopolítica global, as condições e ferramentas de compreensão, reflexão, interpretação e inferências teórico-metodológicas também mudaram de maneira significativa nas últimas duas décadas.

O que está aqui posto como objeto de análise deste trabalho é, portanto, dois terços dessa tríade acima mencionada. O desenvolvimento e o trabalho, ambos aqui tomados tanto enquanto elementos analíticos da etnografia quanto conceitos teóricos do trabalho de tradução antropológica.

O que soa pertinente para esta tese, acima de tudo, é se perguntar como projetos e ações desenvolvimentistas ligados a esta nova política reverberam e são agenciados (ao mesmo tempo em que são agenciados e atualizados) no cotidiano da cidade e nas trajetórias dos trabalhadores ligados à indústria naval. Para tal, é imprescindível considerar as capacidades transformadoras da e através da etnografia. Não há mais o mesmo consenso com relação à uma invenção ou sobre as direções e geometrias das políticas ditas desenvolvimentistas. Quanto à representação política de trabalhadores frente a demandas de novas condições de trabalho, as perspectivas e estratégias também tentam se reatualizar para dar conta dessa nova trama inserida em múltiplas escalas.

A aposta da tese é então repensar o próprio conceito e noção da ampla e nem por isso menos pertinente palavra desenvolvimento. Tal tarefa arrasta consigo quase que uma obrigação de também se indagarmos sobre que formas e de que maneiras a

antropologia e sua aclamação por diferenciação enquanto campo de conhecimento (a etnografia) também possui limites, forçando assim outras posturas diante do material e das relações que são tecidas pelo trabalho de campo.

Acima de tudo, o que quero aqui é pensar não só o “social” como uma rede de relações entre relações, mas também trazer essa forma de visualizar nossos informantes também para a relação que criamos com autores e conceitos. Isso permitirá, dessa forma, buscar soluções e novas posturas diante da complexidade social em que nos coloca o trabalho de campo, bem como pensar em novas formas de abordar o tema do desenvolvimento e do trabalho. Essa tese, dentro das possibilidades criativas e experimentais que o período no doutorado me permitiu, tentará utilizar-se de uma metáfora junto a um elemento e ator importante que seja talvez o arquétipo que une as discussões relevantes aqui trazidas e que articula, de diversas formas, desenvolvimento, trabalho e conflito.

Essas indagações nos levam a outros questionamentos que vão além da bibliografia “clássica⁵” sobre desenvolvimento, seguindo a reflexão de autores que se propuseram a repensar a condição vertical, quase-impositiva e semi-onipresente do discurso do desenvolvimento. Mesmo em um contexto marcado por um crescimento efetivo dos seus recursos e indicadores sociais causados pelo projeto desenvolvimentista, é possível identificar ou vivenciar momentos de crise e espaços em branco, lacunas no que se refere à uma certa homogeneidade dos benefícios e impactos sobre desenvolvimento? Em que instantes, situações, contextos, redes e ações o desenvolvimento se torna um elemento de segundo plano frente a demandas que, se são consequências desse projeto, aparecem através de outros elementos que não propriamente o desenvolvimento?

Quando se pensa na indústria naval neste atual contexto, é preciso também pensar em uma particularidade de ciclos e de temporalidades em que os atores

⁵ As considerações sobre a chamada vertente pós-estruturalista do desenvolvimento e suas críticas e reverberações em estudos mais contemporâneos será tratada no decorrer do primeiro capítulo da tese.

agenciam suas expectativas e vontades. No entanto, a plataforma continua sendo, em si, o produto final do trabalho nos estaleiros, ao mesmo tempo que intermediário das relações que a economia do petróleo no contexto brasileiro. É através e ao redor dela que o trabalhador, o engenheiro, o professor especialista, os sindicalistas, habitantes e a geografia de toda uma cidade se articulam para buscar uma nova forma de fugir de um passado não muito distante de crise em direção à linha quase reta e inevitável do desenvolvimento.

A noção de uma conexão parcial entre os temas também é reforçada pela metáfora, acompanhada pela descrição etnográfica da qual lanço mão aqui nestas páginas. Por isso, resolvi dividir essa tese de acordo com alguns dos elementos que compõem o trabalho na indústria naval e todo o processo envolvido na pesquisa de um projeto de desenvolvimento como este em questão.

No primeiro capítulo, há a promessa do desenvolvimento. Assim como os anúncios de uma nova política que fortaleceria a indústria naval mexeu com os ânimos das cidades que viriam a ser alvos prioritários, a pesquisa também se inicia com planos e objetivos que, com o tempo, acabaram mudando de maneira significativa. É neste primeiro capítulo que apresento os contextos em que o ressurgimento da indústria naval começa a tomar forma, seguindo também este plano para a narrativa dos primeiros eventos da etnografia e os germes do que viria a ser essa tese. É a partir de um novo rumo na pesquisa que começo a discutir o conceito de desenvolvimento, e de que forma diferentes contextos em que se colocam outras relações entre o projeto e os atores envolvidos. De que forma podemos interpretar o mesmo conceito de desenvolvimento dentro de novas perspectivas teóricas e, principalmente, novos contextos etnográficos no que diz respeito às relações de forças inerentes que se inserem em diferentes níveis de compreensão do que convencionamos chamar de social. É para tentar dar conta dessa multiplicidade de níveis, camadas, escalas, e conexões que se criam a partir desse projeto da indústria naval que peço a ajuda de autores da chamada escola STS (Science & Technology Studies) para tentar resolver problemas não só teóricos mas também etnográficos e metodológicos.

O segundo capítulo segue a metáfora do processo de construção de uma plataforma de petróleo e traz para o espaço do texto os atores principais desta tese e dos estaleiros: os trabalhadores. Como será visto, o trabalho em si orbita e faz parte de uma série de escalas que não ocorrem somente no interior dos estaleiros, mas agenciam e rearranjam as novas condições trazidas por este enorme investimento para a cidade de Rio Grande. Em outra órbita, o capítulo apresenta também como as categorias classificatórias e acusatórias de mão-de-obra começaram a tomar forma indiretamente no trabalho de campo, e como esta nova realidade faz com que novos atores sejam trazidos para o debate sobre desenvolvimento e migração. Aqui o desenvolvimento não aparece mais como ator principal, mas de certa forma como uma das múltiplas forças motrizes para que os sujeitos se coloquem criativamente dentro de novos contextos voltados para o trabalho e para seus cotidianos.

No terceiro, poderemos adentrar um pouco mais neste espaço de narrativas sobre o trabalho, que envolve sutis diferenças entre formação, expectativa e ocupações dentro da complexa trama que envolve as feições complexas das formas de laborar no interior do estaleiro. Junto a isso, surgem pequenas diferenças entre os dois consórcios, bem como podemos perceber algumas noções e conexões das impressões destes trabalhadores entre as habilidades destes em meio à grandiosidade de uma plataforma.

O quarto capítulo é dedicado a um elemento fundamental para entender as práticas e relações entre o trabalho e as políticas de desenvolvimento da indústria naval: o conflito. Adentrando cada vez mais nas teias e redes políticas cotidianas dos representantes dos trabalhadores, poderemos ver como relações interpessoais e as trajetórias destes dirigentes sindicais se alinha, ao mesmo tempo que sente a necessidade de se modificar, diante de novas feições e desafios estabelecidos pela chegada dos estaleiros na cidade. É a partir da luta por uma melhoria na tabela de remuneração que o antropólogo também começa a compreender as relações entre as diferentes feições de trabalho inseridas no escopo da indústria naval. Aqui, outras fractalidades se apresentam de maneira interessante, como a importância de um sindicato patronal e as negociações articuladas em níveis outros que não só da política

sindical para que os problemas inéditos e/ou incomuns que surgem diante do campo político sejam minimizados e por vezes resolvidos.

O último capítulo traz a experiência etnográfica da alteridade em outro campo, denominado aqui pela rede de expertises e argumentos envoltos em comparações com outros países em que a indústria naval já está consolidada. É a partir da experiência e dos relatos públicos de duas feiras de negócios realizadas na Universidade que veremos como o papel da mão-de-obra e da tecnologia são ao mesmo tempo utilizados para politizar ainda mais as capacidades da indústria quanto nos narrar, no tempo da escrita, um previsível insucesso na tentativa de conexão entre os discursos de sucesso frente a práticas locais. É aqui, neste último capítulo, que vemos como se dão as tentativas de produzir e agenciar um discurso de sucesso do desenvolvimento, ao mesmo tempo que é possível também perceber que mesmo dentro deste espectro de ideais ainda há um sem número de contradições que são eclodidas dentro de uma dinâmica não muito bem resolvida entre a representação do estado, do desenvolvimento e dos tempos necessários para o bom andamento da indústria naval brasileira.

Temos aqui, portanto, relações de diferentes tipos e naturezas entre trabalho e desenvolvimento, realizadas através do trabalho de pesquisa, etnografia e escrita antropológica, e complementadas com pequenas pinceladas de conflito, política e sociabilidade no espaço urbano. Cabe agora ao leitor continuar a realizar as suas metáforas e reinterpretar este texto através de suas críticas e visões a partir da tradução antropológica.

Capítulo I - A promessa

A trajetória e as escolhas do pesquisador diante de um fenômeno a ser interpretado (essa ação que rege uma abrangência de finalidades da antropologia) fazem parte da construção do objeto e da complexidade da pesquisa em contextos urbanos. No caso do tema voltado ao desenvolvimento e indústria naval na cidade de Rio Grande é preciso também dar atenção às escolhas e ao campo de possibilidade também do antropólogo para entender a própria etnografia enquanto uma ação política e uma escolha através de suas diferentes veredas. Para tal, este capítulo que segue trará à tona a experiência de deslocamento entre diferentes possibilidades e espaços de objetos e universos de pesquisa.

Dentre novas possibilidades de pesquisa, trazidas pela dificuldade e pelas particularidades do tema escolhido, o uso de diferentes recursos como parte da etnografia também aparecem como fatores importantes para construção desta tese. Além da etnografia em um espaço e local determinado geograficamente, há que se ter em conta que o próprio evento em questão para a tese traz, através da atenção cotidiana do etnógrafo, elementos passíveis de pesquisa em jornais, revistas, músicas e outros tipos de material hipermediático.

A narrativa de descoberta e inserção no tema do desenvolvimento e da economia do petróleo, através da inserção do pesquisador em locais específicos, evidencia também uma parte da trama desta teia e rede. Desde o começo da caminhada (literal e figurativa) etnográfica, estratégias e escolhas feitas a partir de consentimentos e negociações em diversos espaços de pesquisa foram tecendo e moldando o formato através de eventos, trocas de e-mails, pequenas tímidas explorações etnográficas, entre outros. O contexto de crescimento da política voltada à indústria naval aparece aqui não só como um dos fatores principais para a delimitação e escolha do tema, mas também (e não menos importante) como um reflexo e reverberação da descoberta do pré-sal, exaustivamente publicitada e colocada como a força motriz principal para uma nova era de crescimento energético nacional.

É preciso também, em termos expositivos e analíticos de uma tese, dar conta da história e memória da cidade voltando-se principalmente para uma trajetória de trabalho e migração, temas que são constantemente evocados no interior das redes de sociabilidade e discursos sobre a salvação e/ou impactos trazidos pela indústria naval na cidade. A conexão e evocação de consequências comuns de projetos de desenvolvimento semelhantes começam, timidamente, a aparecer.

É esta história da cidade, narrada constantemente através de ciclos da indústria e do desenvolvimento ligado a diferentes feições do trabalho que aparecerá, assim, como a solda e a conexão entre camadas de tempo e espaço. O campo e o universo de pesquisa são atores importantes e parte fundamental de qualquer argumento que tente explicar ou interpretar este novo momento e esta nova era do desenvolvimento do Brasil. Os dados mais específicos sobre a descoberta do pré-sal e as diversas ações estratégicas voltadas para o ressurgimento da indústria naval se unem, por vezes, a esta história narrada ciclicamente, onde discursos são constantemente levados a cabo para falar sobre a cidade de Rio Grande, e para reforçar a atual vocação da região para o trabalho, para o mar e para a sedimentação de redes transnacionais de comércio e exportação. A história da cidade é narrada, entre diversos especialistas e mediadores, através dos ciclos econômicos por ela vividos, ao mesmo tempo em que a narrativa de

crise e decadência de sua economia nos últimos 20 anos reforça a necessidade de investimentos na área da indústria naval.

Aqui surge um dos primeiros obstáculos epistemológicos. Desde a condição e as particularidades de estudar um “campo up” (Nader, 1969), passando pela etnografia do cotidiano, e da posição do pesquisador enquanto um ator-rede, mediador de uma realidade situacional construída a partir do trabalho de campo, começar a adentrar no universo e problema de pesquisa levantam questões pertinentes sobre a importância (ou não) de técnicas que são tomadas como as bases do método etnográfico.

1.1 A promessa do desenvolvimento: a chegada até um problema de pesquisa

Meu primeiro contato com os estaleiros e a política de incentivo à indústria naval no Brasil se deu muito tempo depois de começar a etnografia no doutorado. Já se passavam mais de sete ou oito meses do curso, e minha preocupação ainda estava vaga quanto aos objetos de pesquisa. A primeira intenção, esboçada no projeto necessário para a seleção de ingresso no doutorado, era de mapear os impactos e os discursos de ambientalização dos conflitos sociais em cidades que já tinham sofrido impactos ou passado por processos ligados à economia petrolífera. Junto a isso, minha pergunta se voltava para a memória e para as mudanças nas feições do trabalho nestas cidades, bem como os discursos de desenvolvimento sustentável que eram agenciados pós década de 90.

O primeiro passo foi dado em direção a cidade de Montenegro, município localizado a cerca de 50 km de Porto Alegre, pertencente à região metropolitana da capital do Rio Grande do Sul. No intuito de mapear uma das etapas mais importantes da indústria petrolífera, fui até a cidade para conhecer um dos primeiros Polos Petroquímicos construídos no país, responsáveis pelo refino do óleo e gás extraído em alto mar. Meu interesse, além de ser facilitado pela proximidade de Porto Alegre, também se baseava na ideia de que o Polo Petroquímico da cidade havia sido o primeiro a ser planejado a partir de uma política de fortalecimento da região e um discurso de

preocupação com o que se toma por “Meio-Ambiente”. Em um texto publicado pelo grupo Maisonnave (1978), já é possível reconhecer estes discursos ligados a uma política de proteção ambiental e desenvolvimento urbano:

Uma das maiores reivindicações de Triunfo é a construção de uma estrada moderna, ligando a cidade às vias de acesso ao Complexo Básico. Será através dessa estrada que virão os meios essenciais para a transformação do desolado perímetro urbano de Triunfo numa nova e operosa área urbana, dotada de plano viário racionalizado, equipada com serviços de água, luz e esgotos, sistema próprio de transportes e área de lazer abrigando completo parque esportivo(...) Esta estrada está sendo vista como o verdadeiro caminho para o Eldorado. Através dela é que empresas locais – como é o caso da Sorema S.A., uma indústria de móveis e divisórias, de Triunfo – pretendem chegar novos e inusitados mercados. São de esperanças como estas que se alimentam os boatos, as informações e as novidades que enchem diariamente de movimento as ruas e os bares calmos da plácida Trinifo. (p.40)

A publicação em questão também aponta melhorias na rede de esgoto, distribuição de energia elétrica, água, e coleta de lixo. É interessante notar que a previsão de envolvimento de cerca de 100 mil pessoas, direta ou indiretamente, na diferentes etapas de elaboração e inauguração, no ano de 1982⁶. A preocupação ambiental era também algo inédito quando a COPESUL elaborou seus projetos de diminuição de impacto.

Segundo Denise Pinheiro Machado (1989: p.45), entre as medidas que se colocavam no projeto estava: a destinação de uma área de 3.700 hectares no entorno do Polo voltadas para a proteção ambiental: a implantação de um efetivo “cinturão verde”, que serviria como uma barreira física e visual para controlar a aproximação da comunidade e atenuação do ruído e de eventuais impactos atmosféricos. Além disso, houve a implantação de sistemas centralizados para o tratamento de efluentes líquidos e de resíduos sólidos. Outro ponto que pareceu interessante no caso do Polo em

⁶ Além de Triunfo, outra cidade em voga no texto é a cidade de Montenegro, e previa um aumento para 180 mil de habitantes no final da década de 80: *“Os novos habitantes de Montenegro estarão chegando, erguendo casas por todos os lados, disseminando-se por uma área que estará plenamente planejada do ponto de vista urbanístico. A elaboração do Plano Diretor de Montenegro faz parte da terceira etapa do zoneamento, que está voltada ao planejamento das cidades que abrigarão, basicamente, a mão-de-obra do Polo Petroquímico”* (Maisonnave, 1978, p.42)

Montenegro foi a compra da empresa estatal por parte da Braskem⁷, em 1990, o que traria para a pesquisa uma enriquecedora discussão sobre as mudanças nas relações e nas feições do trabalho e da cidade durante este último período. Para tentar dar conta de tal tema, comecei a procurar moradores antigos da cidade através de amigos e parentes, além de buscar conhecer melhor a política previdenciária da indústria ligada ao petróleo.

Através do início de uma rede, fui indicado por um amigo a procurar Sady Vaz, diretor da AAPEC (Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPESUL)⁸ e atualmente aposentado. Inicialmente, mandei um e-mail para Raul informando sobre a minha pesquisa, as minhas hipóteses e sugestões sobre contatos. Depois de pouco tempo, recebo de Sady a seguinte resposta, em cópia:

Raul,
No que se refere às relações de trabalho será preciso entender que informações de APOSENTADOS DA EXTINTA COPESUL não podem ser cruzadas com informações dos ATUAIS ATIVOS DA BRASKEM. São contextos completamente DIFERENTES do ponto de vista das relações de trabalhos.
É como se fossem duas empresas completamente DISTINTAS, sendo impossível fazer expurgos ou filtros para buscar compatibilidades, comparabilidades entre grupos e curvas na linha de tempo e de cenários. ELE PRECISA SABER DISSO no que se refere ao PÓLO como um todo, pois isso pode gerar inconsistências.
No que se refere ao contato com os aposentados a AAPEC (Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPESUL) não está estruturada para dar esse apoio, nosso foco e nosso tempo é outro.
Sugiro que ele Procure a AMBEP - Associação de Mantenedores Beneficiários da PETROS, Gen. Camara, 3 73/702. And - Porto Alegre – RS, portoalegre@ambep.org.br , telefone 3225-0921 ou 3227-7174 e fale com o XERXENESKY ou com o GENEROSO. Eles possuem o cadastro de um grande número de aposentados do Pólo como um todo, da REFAP, BR Distribuidora, Interbrás, Dispale, etc., além de uma excelente estrutura de pessoas e espaços. Podes dizer que fui eu que indiquei (Sady Vaz da AAPEC/COPESUL).
Um forte abraço,
Sady

⁷ Braço da Odebrecht voltado para o setor petroquímico, fundado em 1970. Fonte: www.braskem.com.br/histórico.

⁸ Complexo Petroquímico do Sul. Aglomerado estatal responsável pelo Pólo Petroquímico de Triunfo até sua privatização, no governo FHC. Atualmente, a empresa responsável é a BRASKEM.

Neste e-mail, percebi que este processo de transformações das relações de trabalho e regimes transformados a partir da privatização de uma empresa estatal seriam fundamentais para o desenrolar da pesquisa, e por isso, tentei educadamente insistir no contato com Sady.

Ola, Sady, muito obrigado pelas informações e indicações. Seria possível eu conhecer a AAPEC, acompanhar alguma atividade, ou conversar contigo para entender melhor essas diferenças das quais me falas? Não quero tomar muito teu tempo, e posso me ajustar aos horários e dias que tens disponível.

Desde já, agradecido

O diálogo, no entanto, não ocorreu. Além de levantar tons de impaciência, Sady voltou atrás de sua sugestão sobre o que eu “deveria” pesquisar, e tentou se manter afastado de qualquer relação mais próxima comigo

Meu caro,

A AAPEC tem apenas um foco de proteção do plano Petros. Mas, todos que estão na AAPEC tb estão na AMBEP, que congrega ainda aposentados de outras unidades da Petrobrás no RS. Portanto, cfe abaixo, recomendo que entre em contato com eles.

Bom trabalho.

Minha resposta, um tanto insistente, procurou indaga-lo por outros pontos, buscando outros caminhos possíveis para a reflexão que então era feita sobre trabalho e políticas de desenvolvimento voltadas para a economia do petróleo. A resposta foi mais seca ainda, e em um tom desolador.

Certo. Achei interessante o que falaste sobre as diferenças entre as aposentadorias da Copesul e os ativos da Braskem. O pessoal da AMBEP teria como me auxiliar neste sentido?

Novamente, obrigado

Eis a resposta:

Não, não teriam. E além disso não é relevante, pois trata-se de uma fusão com mudança de cultura. Não vale apenas ir por esse caminho.

Abs

Sady

Indo de encontro a estes problemas, temos na proposta dos estudos de “campos up” uma série de sugestões e argumentos que seriam interessantes para pensar esta economia do petróleo e os lugares de circulação de agentes e poder nela inseridos.

Primeiramente, por ser uma outra forma de olhar estes deslocamentos e fluxos de poder em contextos macro-globais, e segundo, por ser um tema que olha para esta pós-modernidade crítica da Antropologia americana a partir dos problemas que já são pauta de discussão no Brasil.

No fio condutor puxado por Laura Nader, Guita Debert (1997) e Patrice Schuch (2010) pensam o contexto brasileiro de política, ética e poder a partir da de uma problemática surgida através da relação com o objeto empírico estudado. Mais importante que análises teóricas e bibliográficas sobre o tema, o interessante é notar como a dúvida e os questionamentos constantes sobre conflitos e embates do trabalho de campo não são colocados em segunda instância na hora de produzir conhecimento. Conflitos estes que, por sua vez, surgem da dificuldade de acesso aos dados e sujeitos que estão compondo estes campos de poder e, conseqüentemente, produção de discursos.

No caso de Debert, há um link com a problemática acima colocada das configurações globais no momento em que a autora afirma que há uma necessidade constante e atual da Antropologia brasileira de se pensar nos fluxos e no constante deslocamento do que ela mesmo chama de “intermediários culturais” (Debert, 2010:173), aquilo que produz e dissemina um conjunto de bens na atividade pós-moderna e que nós, antropólogos, somos responsáveis por boa parte de sua formação. Mais que fundamental, é preciso pensar se há na observação participante tamanha centralidade reivindicada e se, no jogo entre integração e fragmentação destes campos, não é possível se deslocar o foco empírico para outros lugares.

Para Patrice Schuch, um dos principais lugares para onde as atenções dos antropólogos têm que atentar também são as próprias tensões do trabalho de campo. O trabalho do antropólogo, assim como fala Lins Ribeiro ao citar as participações de alguns nas elaborações de grandes projetos (1991:28), tem de ser, a todo momento motivo de reflexão e análise política.

Minha sugestão é encarar e esticar, esmiuçar as tensões e assim ter a possibilidade de entendê-las como parte do trabalho antropológico em suas dimensões epistemológicas e analíticas: ou seja, as tensões como fontes de conhecimento acerca dos grupos e instituições que estudamos e as tensões como instrumentos de conhecimento sobre o exercício da antropologia e seus limites. Em suma, acredito que as tensões podem ser vistas como uma agência para o conhecimento (Schuch, 2010: 7)

Se pensarmos nas dificuldades do trabalho de campo também como fontes de conhecimento acerca dos grupos e instituições que estudamos e as tensões como instrumentos de conhecimento sobre o exercício da antropologia e seus limites⁹, podemos perceber como há um segredo e algo que não é de fácil acesso neste tipo de etnografia. Ao contrário do texto de Patrice, que relata o diálogo virtual com o juiz, Sady não estava interessado na minha pesquisa, mas foi exatamente a partir de seu contato que pude perceber que há uma série de questões políticas envolvidas no que se refere à previdência e às relações de trabalho dentro da Petrobrás e que conforme pode ser visto, tende a indicar uma tentativa de mantê-las em segredo para os neófitos. Em um segundo momento, conforme me indicado, procurei a AMBEP. Foi neste campo, depois de uma conversa de mais de uma hora e meia com o presidente, seu Xerxenesky, que percebi a quantidade de associações e sindicatos, bem como a grandiosidade dos números e cifras que envolvem a Petrobrás. Apesar de ter tido uma boa primeira visita, o contato com eles também não foi trabalho fácil. Liguei durante os dois dias anteriores tentando marcar uma visita, e somente depois de muita insistência que consegui acessar o escritório, que ocupa duas salas de um prédio relativamente novo, localizado na rua General Câmara.

Estabelecida em Porto Alegre desde 1994, a Ambep foi fundada no Rio de Janeiro no ano de 1981, com o objetivo de dar assistência médica aos dependentes dos beneficiários da Petrobrás que não tinham acesso ao auxílio saúde. O sistema de cobrança, os médicos, encargos, e toda estrutura do plano privado da Petrobrás, que

⁹ (Schuch, 2010, 7),

segundo Xerxenesky é um dos maiores do país, é copiado para que os irmãos, tios, sobrinhos, cônjuges e outros familiares dos titulares tenham acesso ao plano de saúde. Com o tempo, a Ambep foi crescendo, ampliando a assistência e as finalidades. Atualmente, a Ambep conta com 1360 funcionários e ex-funcionários cadastrados aqui no Rio Grande do Sul, enquanto que no Rio o número está próximo de 35.000 associados.

Durante minha primeira visita, Xerxenesky e Generoso me cederam diversos materiais informativos, revistas, folders e tudo que, segundo eles, pudesse me fazer entender melhor o tamanho que tem a Petrobrás. Um dos materiais mais interessantes que foram me passados para que eu pudesse fazer cópias foi o livro de memórias de Yvan Barreto de Carvalho. Segundo eles, Yvan era uma pessoa incrível, o “papa do Petróleo” no Brasil, e tem três livros de memória escritos sobre seu trabalho como petroleiro.

Pensando em termos etnográficos, essas diferentes narrativas atuam em diversas frentes, agenciadas e re-agenciadas pelos atores no presente. Acima de tudo, é preciso considerar o trabalho do antropólogo também como parte desta narrativa, parte da memória coletiva que é arranjada nos conflitos, nas práticas e nas formas de sociabilidade que se estabelecem no mundo urbano-contemporâneo. Assim, além de politizar e problematizar o trabalho de campo, se insere a pesquisa também como um dos agentes que estão colocados nos jogos da memória e nas relações de poder dentro da sociedade.

É neste ponto que seria interessante pensar um ponto ressaltado por João Pacheco (2004), ao falar de uma postura menos “normalizante”, que permita para a antropologia superar o dilema entre fazer ciência e agir politicamente, sem perder de vistas as relações de poder que se colocam nestes dois lugares. É preciso levar em conta que a etnografia é um processo prático, considerar a seriedade e a importância dos erros como parte de um mesmo processo de criação e síntese, e por fim, pensar o conhecimento sobre uma perspectiva etnográfica, ou seja, tomar a investigação antropológica como resultado de uma convivência de múltiplos paradigmas. Tecendo

redes ou teias – tema problematizado adiante – a pesquisa foi se moldando e mostrando que os caminhos e desenhos são feitos em uma consonância entre antropólogo, interlocutores e interesses políticos de pesquisa.

Foi em uma das conversas que tive com Xerxenesky que ele me sugeriu conhecer Rio Grande, e as novas plataformas que estavam sendo construídas, ressaltando sempre que “há muita coisa para saber, nem a Petrobrás sabe o tamanho que tem”.¹⁰ Durante toda nossa conversa, o tamanho e a grandeza dos números que envolviam a descoberta do Pré-Sal não paravam de aparecer e serem ressaltados pelo aposentado e diretor da AMBEP.



IMG 2 - Trabalhadores ECOVIX em frente ao pórtico

Desde então Rio Grande e suas plataformas começaram a ser uma das frentes de observação e preocupação do meu tema de pesquisa, ainda vago. Foi somente depois de conhecer a cidade, e olhar para sua paisagem extremamente sedutora próxima aos estaleiros, que decidi focar todos meus esforços para o fenômeno na região. Minha

¹⁰ Diário de campo dia 13 de julho de 2012.

primeira “entrada em campo” se deu através de um seminário em educação ambiental, no mesmo prédio em que seria realizada, alguns meses depois, a II Feira do Polo Naval, parte importante da etnografia. Fui levado até a FURG (Universidade Federal de Rio Grande) por um professor local, que sabia do meu interesse de pesquisa e estava ministrando uma disciplina da qual eu participava.

Conhecer a barra, e todo o complexo do chamado Super Porto, onde estão localizados os estaleiros, foi uma experiência que certamente modificou todo o rumo de minhas saídas de campo e minhas estratégias de pesquisa. Quem me apresentou o complexo, acompanhado de dois jornalistas uruguaios que participavam do evento em Educação Ambiental, foi um aluno do programa de pós-graduação local que tinha trabalhado como ativo durante muito tempo. Seu conhecimento da região permitiu que conhecêssemos com certo detalhe os impactos e toda a logística envolvida no complexo portuário. Desde os bairros próximos à beira do estuário da Lagoa dos Patos impactados pela ampliação do Porto, até as áreas onde provavelmente a planta dos estaleiros iria ser expandida, quase tudo pode ser visto e fotografado.



IMG 3 - Habitação no Bairro BGV

A partir de então, a rede de interlocutores e a teia de construção do objeto de pesquisa começaram a ser moldadas tendo como território e pertencimento a cidade de Rio Grande e o balneário Cassino, denominadas também por mim como a “cidade dos macacões de todas as cores”¹¹.

Antes de adentrarmos nesta fruição do campo, é preciso antes entender qual o contexto em que a cidade de Rio Grande tornou-se alvo da política nacional de aceleração do crescimento (PAC), e qual o tamanho da importância do setor nesta retomada de bons ventos para a cidade do extremo sul do país.



IMG 4 - Pequena embarcação em frente ao terminal de grãos

¹¹ Diário de campo dia 25 de outubro de 2013.

1.2 A promessa da salvação para a metade sul: a história da cidade e o contexto em que surge a possibilidade da Industria Naval

Considerada a cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande teve sua primeira fundação como reduto militar em 1737 e somente em 1751, após a chegada de famílias açorianas, foi elevada à categoria de Vila. (Altmayer, 2007). O nome da fortificação militar “Rio Grande de São Pedro” foi assim dado pois um de seus principais fundadores, o brigadeiro José da Silva Paes, pensava que a área estuária que ligava a Lagoa dos Patos às águas do Oceano Atlântico era um grande rio. (Martins, 2004).

Seu acesso natural ao mar atraiu, dessa forma, atenção para o comércio e para trocas marítimas, tendo a cidade exercido diferentes tipos de atividades ligada à importação e exportação. Mesmo tendo enfrentado uma série de dificuldades com relação a aproximação de embarcações de grande porte, instalou-se na cidade, em 1804, uma das primeiras alfândegas do sul do país. Saint-Hilaire relata:

“Em São Pedro do Sul (Rio Grande) somente podem ancorar iates; entretanto, todas as embarcações que passam a barra podem aportar diante da aldeia do Norte (São José do Norte). Mas é em São Pedro que existe a Alfândega e é preciso conduzir para lá, por meio de iates, todas as mercadorias que são descarregadas em Norte, mesmo as destinadas ao comércio da aldeia” (Altmayer apud Torres, 2004)

Em 1893, porém, a situação mudou. É nesse ano que é concluída a drenagem do cais e a construção do Porto, permitindo que embarcações com mais de 200 toneladas aportassem na Vila de Rio Grande. Foi também neste período que a Alfândega começou a funcionar em seu novo prédio, o que fez com que um enorme comércio ligado às grandes charqueadas fosse desenvolvido. (Altmayer, 2007:11)

Porém, ainda havia um grande medo em transpor a Barra. As condições por vezes eram desfavoráveis, e diversas embarcações naufragavam tentando entrar e sair do local. Foi somente no começo do séc. XX, com a construção dos molhes da Barra e do aumento do Porto pela *Compagnie Française du Port de Rio Grande*, que isso se tornou possível. A construção dos molhes da Barra e do Porto Novo foi inaugurada em 1º de

março de 1915, com a entrada do Navio-Escola Benjamin Constant, da Armada Nacional, calando 6,35m, que atracou no Porto Novo do Rio Grande, após transpor a Barra.

Pode não parecer importante em um primeiro momento, mas este é um dos pontos fundamentais para entender a dinâmica da cidade com relação ao trabalho e mão-de-obra imigrante. Como diversas cidades no Rio Grande do Sul, inclusive a capital Porto Alegre¹², o papel de imigrantes europeus e escravos africanos foram fundamentais para a consolidação econômica, cultural e social da indústria local.

Um dos ciclos mais importantes da industrialização da cidade de Rio Grande, segundo Martins (2004), veio antes da expansão do porto, e acabou sendo um dos principais motivadores para tal. A primeira grande fábrica na cidade foi a Companhia União Fabril Rheingantz, idealizada pelo comerciante Carlos Rheingantz, que teve a inauguração de seu complexo industrial no ano de 1874 (Pimentel, 1939). Centrada na produção de tecidos de lã e derivados voltados para o comércio do centro do país, grande parte dos capatazes e contramestres da empresa viera da Alemanha, lugar de onde também eram originárias a maioria das máquinas em atividade. Durante a I Guerra, a fábrica chegou a empregar cerca de 1.200 funcionários.

Além desse pioneirismo, a Rheingantz teve um papel proeminente na cidade por ter construído a primeira vila operária na cidade, hoje considerado um dos mais antigos bairros da cidade. Obviamente, conforme relata Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2013) nos aponta, é possível observar ainda hoje uma nítida diferença entre o tipo de moradias de acordo com o nível hierárquico dos funcionários na empresa. Nesse período, tanto no texto de Ferreira quanto no de Martins, existia uma necessidade de importação de mão-de-obra qualificada para trabalhos administrativos e alguns técnicos mais específicos.

Este é considerado para Martins o primeiro ciclo industrial da cidade de Rio Grande. Segundo o autor, esse período foi marcado pela formação de uma elite

¹² Nunes (2009)

econômica e social para a cidade, que construiu clubes, teatros, entre outros. De acordo com Pimentel (1994) a população da cidade mais que dobrou de 1872 para 1911.

O segundo ciclo considerado por Martins é o ciclo da Cia. Française, citado anteriormente. Durante o período de ampliação do Cais e construção dos moles da Barra, a Cia. Empregou cerca de 4 mil trabalhadores, grande parte vindos do interior do estado e até mesmo de fora do país. Em vista dos incentivos e do investimento em obras e melhorias, o Porto do Rio Grande expandia-se e crescia em movimentação de embarcações e cargas.

O aumento da capacidade de comércio marítimo também permitiu que além da Rheingartz outros tipos de indústria se instalassem na região. Em 1917, instalou-se no Porto Novo o Frigorífico Swift, de capitais norte-americanos e moldada no padrão taylorista de produção

Aproveitando que o mercado externo estava debilitado devido à Primeira Guerra Mundial, expandiu suas atividades e constituiu-se em um importante polo econômico para o município. O frigorífico abatia até mil reses por dia e chegava a ter em sua folha salarial mais de 1.500 funcionários. Seus produtos, em sua grande maioria, eram destinados ao mercado externo (Martins; Pimenta, 2004, p. 92)

Em 1922, foi fundado o primeiro Conservatório de Música e de mais dois teatros: O Cine Teatro Carlos Gomes, com 1.200 poltronas e 30 camarotes, além do Teatro Guarani, com 500 poltronas. No final da mesma década, em 1928, foi inaugurado o Teatro Avenida, com 1.500 lugares e 500 gerais, denotando a importância dada aos eventos culturais na cidade do Rio Grande (Bittencourt, 2001).

O terceiro ciclo defendido por Martins começa com a industrialização restringida do período getulista até a crise fabril na década de 60. Mesmo com o aumento da competitividade e centralidade da indústria nacional na região Sudeste, a crise em 1929 permitiu com que a cidade ainda mantivesse uma produção pujante. Foi nesse período, no ano de 1937, que a refinaria Petróleo Ipiranga foi inaugurada, e que a pesca enquanto atividade econômica passou a ser fortalecida. Isso se deve principalmente aos

generosos financiamentos proporcionados pela então Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Foi através da pesca que o dinamismo industrial da cidade se manteve após o fechamento ou declínio das indústrias têxteis e frigoríficas após a década de 50. (Martins: 2004, p.96)

Segundo Roche (1964, p.64), cerca de 7 mil trabalhadores perderam o emprego com o fechamento de grandes fábricas como o frigorífico e a fábrica têxtil. O número é emblemático, se considerada a população absoluta de 82 mil habitantes na época. As décadas de 1950 e 1960 são pontuais para entender a decadência fabril e a forte expansão urbana verificada através de toda ordem de loteamentos que surgiram posteriormente na cidade.

Depois de uma certa recessão econômica no setor industrial e aumento no setor de bens e serviços na cidade, ocorre uma mudança na política nacional que afeta, inevitavelmente, a cidade. Junto a uma dinâmica econômica que se modifica no país através da exportação de grãos e insumos agrícolas, a década de 70 foi crucial para o atual desenvolvimento do complexo dos estaleiros em questão. Foi nesta década que começaram a ser construídos o Distrito Industrial e o SuperPorto, direcionados para a produção e exportação de fertilizantes, insumos agrícolas, transporte de cargas pesadas, *containers*, e exportar a soja que começava a ser produzida em grande escala no sul do país. Um dos principais avaliadores desse período é o professor Marcelo Domingues (1995), que é atualmente vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e principal consultor nos processos que iniciaram os estudos para o estabelecimento do Arranjo Produtivo Local voltado para a indústria naval na região. Segundo Domingues, o principal objetivo do governo, ao investir em projetos como o do SuperPorto e do Distrito Industrial, voltou-se para

(...) a melhoria dos acessos, capacidade de estocagem e armazenagem, ampliação e construção de novos terminais especializados nos principais portos do país, particularmente naqueles portos que operam como corredores de exportação no centro-sul do Brasil. Dentro estes portos, o complexo portuário da cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, denominado de Super Porto, foi certamente um dos que maiores investimentos recebeu do governo federal, tanto nos anos setenta como nos anos oitenta (Domingues, 1995:8-9)

Se consolidava, em Rio Grande, a substituição significativa de indústrias de bens não-duráveis por indústrias de bens intermediários. As novas firmas instaladas no Distrito Industrial e no Super Porto. Segundo Domingues, estas empresas representavam novamente um capital exógeno à cidade, atraindo outra leva de migrantes na busca de empregos nestas indústrias ou na construção dessas novas instalações

Isso significa que a implantação do Super Porto e do Distrito Industrial não alterou o perfil socioeconômico do município no que diz respeito à oferta de empregos: pelo contrário, o que se constata é que este projeto foi responsável por um considerável fluxo migratório para a cidade de Rio Grande, principalmente no período de 1975-1985, aumentando em muito a mão-de-obra flutuante no município. Esse é um problema sério que o Rio Grande enfrenta, pois tanto o porto como as indústrias de pescado, óleo e fertilizantes são safristas, isto é, sazonais. (*ibidem*, p.30)

Ou seja, é deveras interessante notar que há, nos diferentes ciclos econômicos que consolidaram a indústria da cidade, um papel importante da mão-de-obra migrante, bem como a sazonalidade imposta pela natureza de alguns destes serviços (principalmente os referentes a este último ciclo). Atualmente, a área destinada ao Super Porto abriga pátios onde são enviados automóveis da fábrica da Chevrolet em Gravataí, um terminal de *containers* administrado por uma empresa inglesa e, mais recentemente, os canteiros dos estaleiros.

Depois de um período de estagnação produtiva, a cidade atualmente voltou suas esperanças de pujança e de crescimento para a indústria naval. Pertencente ao que hoje é denominado COREDE-SUL¹³, Feijó (2010) aponta que esta região contava com uma população estimada, em 2008, de 862.499 habitantes, dos quais aproximadamente 60% se concentram no chamado aglomerado urbano do sul (Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre). Esta é a região que tende a ser afetada de

¹³ Atualmente composto pelos municípios de Amaral Ferrador, Arroio Grande, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

forma mais direta pelos investimentos ligados ao crescimento da indústria naval, tanto positivamente quanto negativamente. Este COREDE tem na indústria cerca de 35% do PIB regional, no setor de comércio e serviços aproximadamente 50%, o que representa cerca de 13% do PIB estadual, sendo que estas duas atividades estão especialmente centradas no eixo Pelotas-Rio Grande, que são os municípios de maior destaque da região.

1.3 E os módulos, quando vêm? A indústria Naval, o setor que desconhece a crise dentro de uma política nacional de desenvolvimento

Começamos este subcapítulo pela própria frase título deste tópico, a qual abre matéria do jornal Brasil Econômico de dezembro de 2012 acerca de um seminário na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) para discutir potencialidades e caminhos da indústria naval neste estado¹⁴.

Parece ser consenso entre diversos autores que tratam da produção naval no Brasil a afirmação de que o principal deflagrador deste novo ciclo otimista de prosperidade da indústria naval teria sido a descoberta, no território brasileiro, de petróleo na chamada Camada Pré-Sal¹⁵. Antes desse período, entre 1985 e 2006, segundo Pinheiro (2008, p.38), o Brasil teria vivido a “idade média” da indústria naval. Na década de 90, com o advento da indústria *offshore*¹⁶, alguns estaleiros voltaram a operar, como o Verolme e o de Mauá. A noção de ciclos trazida por Pinheiro é caracterizada como um período

¹⁴ Além desta (<http://economia.ig.com.br-empresas-industria-2012-12-14-setor-de-petroleo-e-gas-desconhecem-crise>), outra reportagem ilustrativa deste sentimento otimista foi publicada no jornal O Globo em setembro de 2013. Com título “Indústria naval se recupera no Brasil”, Danilo Baptista, diretor da OSX Construção Naval comentava que a demanda por mão-de-obra qualificada para o setor é tanta que parece “uma Disneylândia para engenheiros” (<http://oglobo.globo.com/emprego/industria-naval-se-recupera-no-brasil-6110258>). Não deixa de ser tanto curioso quanto importante para esta tese que uma das primeiras manifestações públicas sobre a pujança da indústria naval tenha partido de uma corporação que já pediu falência. Como será visto nos próximos capítulos, aparentemente os engenheiros citados não conheceram o “Mickey” indústria naval.

¹⁵ Assim chamada por ser um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal e que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000m. Possui 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, distribuindo-se pelas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, indo desde o litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo.

¹⁶ Construção de navios e plataformas (ou parte delas) em dique seco, fora da costa.

em que políticas públicas e privadas de incentivo industrial são feitas com a finalidade de desenvolvimento pessoal, tecnológico e de material, que objetiva construir uma demanda constante de navios (*ibidem*, p.38)

Porém, o mesmo autor (*ibidem*, p.36) reconhece que este novo processo de crescimento da indústria naval já se inicia anteriormente, com mais força, em 2000 com a criação, pelo governo federal, do Navega Brasil, programa de incentivo à indústria naval que previa a construção de dois navios (diga-se de passagem, não construídos). Já em 2002, ano de eleições presidenciais, o mesmo governo encomendou duas plataformas de petróleo de um estaleiro de Cingapura, abrindo debate sobre a autonomia do país no que tange ao setor naval. Carvalho (2011, p.4) julga ser este o primeiro passo na direção à sua reestruturação, pois havia uma distinção evidente entre os projetos dos dois presidenciáveis que foram apresentados à nação através de propagandas e debates. Do lado tucano, o então candidato José Serra reproduzia o discurso do presidente em exercício Fernando Henrique, que reafirmava constantemente que o país não possuía aporte e capacidade tecnológica para construção das plataformas. Do outro lado da corrida eleitoral, o líder do partido dos trabalhadores argumentava que era preciso fortalecer a indústria nacional, e que grande parte deste projeto passava pela indústria naval. Após sua eleição, Luiz Inácio Lula da Silva começa então uma política de valorização da indústria naval brasileira.

Segundo Carvalho (2011), a vitória do candidato leva a este início de valorização da indústria naval através da renovação da frota da Transpetro¹⁷, da descoberta de petróleo em águas profundas e da mudança na política da Agência Nacional do Petróleo ao rever licitações e contratos vigentes. Ainda em 2003 foram reestruturados o Fundo da Marinha Mercante e, em 2004 e 2005, os Programas de Renovação da Frota de Apoio Marítimo I e II. Já em 2005 inicia a nacionalização da construção naval através do Programa de Modernização da Frota (PROMEF I), fixando um índice de 65% de participação da indústria nacional na construção de embarcações. A partir daí, os 26

¹⁷ Empresa subsidiária da Petrobrás considerada a maior armazenadora de granéis líquidos da América Latina e principal empresa de logística e transporte de combustíveis do Brasil. Em 2003 a Transpetro era responsável por 70% da frota mercante do país, sendo grande parte então operada com navios estrangeiros (Carvalho, 2011).

navios que logo foram encomendados pela Transpetro e todos os demais teriam de respeitar este índice. A coroação da nacionalização da produção naval teve seu principal impulso com a descoberta, em 2006, de petróleo na Camada Pré-Sal¹⁸.

Sob tal conjuntura a indústria naval se consolida como setor estratégico do ponto de vista das políticas governamentais, tornando-se protagonista de uma trama que põe o petróleo – e toda rede de extração, produção e consumo – como um dos grandes salvadores da economia nacional e do futuro desenvolvimento do país¹⁹. Obviamente, todo este esforço governamental produziu seus resultados, sendo que dados enaltecendo as políticas adotadas e seu impacto em termos de investimento e geração de empregos não faltam na literatura disponível. Segundo Carvalho (2011), por exemplo, enquanto estaleiros existentes em 2000 ofereciam cerca de 1900 empregos direto, em 2010 este número saltaria para cerca de 56 mil. Já o investimento do Fundo da Marinha Mercante aumentou de R\$ 300 milhões em 2000 para 2,6 bilhões em 2009.

Segundo os dados do Sindicato Nacional da Indústria Naval (SINAVAL) no final de 2013 os 15 mil empregos que seriam criados até 2014 em todos estaleiros do Brasil apresentavam a seguinte distribuição:

| Cargo | Porcentagem | Numero Total |
|--------------------------|-------------|--------------|
| Engenheiros | 10,0% | 1.500 |
| Técnicos | 10,0% | 1.500 |
| Operários Especializados | 70,0% | 10.500 |
| Apoio administrativo | 5,0% | 750 |

¹⁸ Com 800 quilômetros de extensão, 200 de largura e indo desde as bacias de Santos, Campos e Espírito Santo até o litoral de Santa Catarina, é assim chamada por constituir um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma camada de sal de até 2.000m de espessura.

¹⁹ Tal opção se refletiu concretamente em locais tidos como mais adequados em termos logísticos. Se antes a produção de navios e plataformas se concentrava no Rio de Janeiro, a partir daí estados como Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco e Santa Catarina passaram a receber incentivos.

| | | |
|-------------|------|-----|
| Apoio Geral | 5,0% | 750 |
|-------------|------|-----|

Fonte: Dados SINAVAL²⁰

Um dado que apresenta-se como deveras interessante para pensar o presente da escrita etnográfica é olhar agora para tais números. No site do Sindicato, há uma série de relatórios sobre o número de funcionários empregados nos estaleiros de todo o Brasil. O número que em 2014 chegou ao pico de quase 83 mil, caiu para cerca de 57 mil em 2015. Outro relatório sobre o cenário de 2015²¹, já em sua apresentação, informa que

A redução do emprego nos estaleiros prossegue. Desde janeiro de 2015 ocorreu perda de 17.810 empregos. A região Sudeste registra a perda de cerca de 16 mil empregos. As regiões Norte e Nordeste registram perda de mil empregos. Na região Sul os empregos apresentam relativa estabilidade.

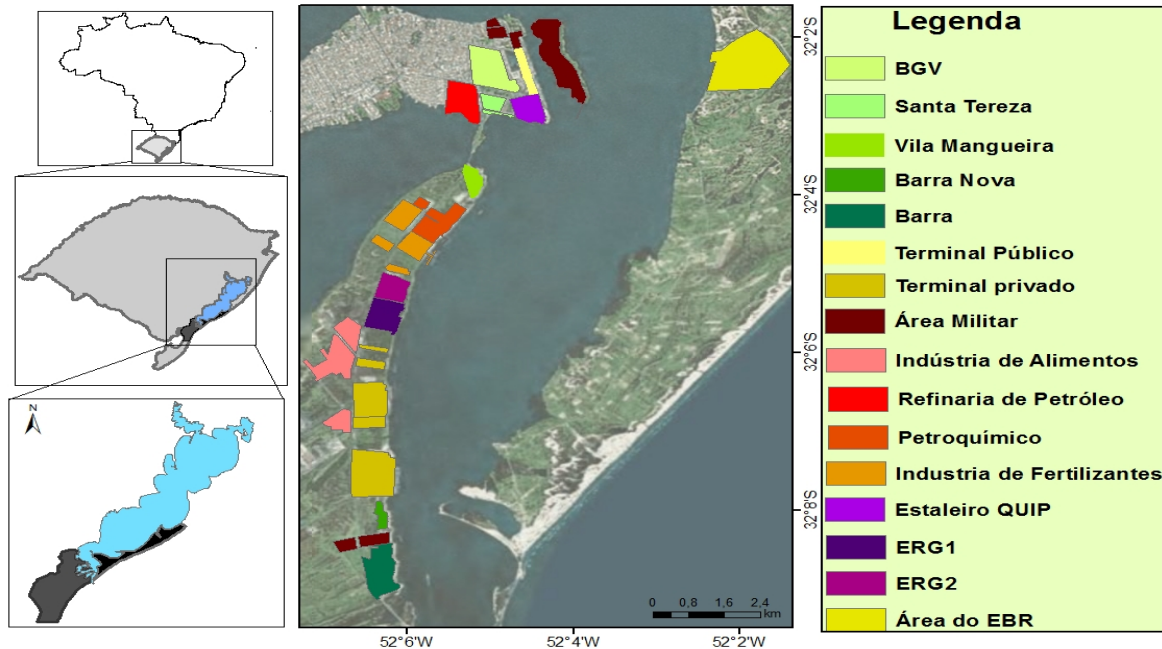
A parte desse pequeno adendo, a distribuição por funções não sofreu um número significativo de alteração. Nota-se, a partir de um dado simples como esse que, apesar de ser uma nova e salvadora força econômica, a concentração de trabalhadores especializados não chega nem perto dos números encontrados nos países que são os grandes produtores navais no cenário mundial²².

Um destes locais eleito como “alvo-prioritário” foi o porto de Rio Grande, localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul e cujo complexo portuário está instalado na margem oeste do chamado Canal do Norte, por onde escoam toda a bacia hidrográfica da Lagoa dos Patos e boa parte da produção agrícola e industrial do estado.

²⁰ <http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2011-DemandaRH-Ago2011.pdf>

²¹ <http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/Cen%C3%A1rio-da-Constru%C3%A7%C3%A3o-naval-Balan%C3%A7o-de-2015-17-12.pdf>

²² Como será visto no Capítulo 5, a discussão que gira em torno de competitividade, produtividade e inovação tecnológica continuam sendo um dos principais “gargalos” encontrados na indústria, sendo amplamente debatido e discutido em encontros e feiras de negócios, como as duas edições da Feira do Polo Naval que participei em Rio Grande.



IMG 5 - Mapa cidade de Rio Grande

Como pode ser visto na imagem acima²³, é possível se ter uma ideia do complexo industrial/portuário à beira do estuário da Lagoa dos Patos. Além da reestruturação do Porto Velho (onde se concentra a indústria da pesca e embarcações a vela), estavam previstas e executadas as obras de modernização do Porto Novo (que inclui o porto público, estaleiro QUIP e pátio automotivo), ampliação do chamado Super Porto (com terminais portuários privados por onde passam contêineres, fertilizantes, graneis químicos e agrícolas), dos Estaleiros Rio Grande 1 e 2 e construção das futuras instalações dos Estaleiros ERG 3 (em fase de licenciamento, até o presente momento de escrita desta tese). Junto a estas obras, na vizinha São José do Norte, no outro lado do canal que liga o estuário da Lagoa dos Patos ao mar, havia ainda o projeto de expansão dos terminais portuários da Ilha da Terraplano, além da construção de uma unidade do Estaleiros do Brasil Ltda (já finalizada e em operação) e a expansão do Porto de Rio Grande para São José do Norte visando o escoamento da exploração mineral de tungstênio (em processo de estudos para o licenciamento) a ser extraído neste município.

²³ Fonte: imagem produzida a partir do programa Arc Gis 10 (Elaborado por Marcela Mascarello)

O primeiro grande consórcio a se instalar em Rio Grande foi a QUIP. O consórcio era formado pela Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Camargo Corrêa e IESA Óleo e Gás (esta última já investidora do Polo Naval do Delta do Jacuí, Charqueadas/RS). Durante os últimos anos, foram construídas 3 plataformas FSPO²⁴ nos canteiros da QUIP: a P-53, a P-65 e a P-58. Já no ERG1, sob a responsabilidade da QUIP, foi finalizada em outubro de 2013 a P-55, de estilo submersível²⁵, e última neste tipo a ser encomendada pela Petrobrás. Atualmente um novo consórcio formado pela Camargo Corrêa, Inepar e Queiroz Galvão, devido à saída da UTC²⁶, ganhou a licitação de duas novas plataformas, a P-75 e P-77, que ainda não tiveram seu processo de construção iniciados²⁷.

O Estaleiro Rio Grande, dividido entre duas unidades (ERG 1 e ERG2), é gerenciado pela ECOVIX, um braço de construção oceânica da ENGEVIX. É nos canteiros do ERG1 que um dos maiores projetos da Petrobrás está sendo levado a cabo. Segundo números divulgados na imprensa²⁸, a estatal está investindo cerca de R\$ 3,5 bilhões para a construção de 8 cascos replicantes, ou seja, realizados “em série”, com as mesmas medidas e com processo mais rápido de finalização. Cada um dos cascos tem um calado máximo de 23,2m, acomodam até 110 pessoas e levam, cada um, cerca de 40.000 toneladas de aço em todo seu processo, com uma capacidade de produção de até 150.000 barris de óleo e 6.000.000 de m³ de gás por dia. Na mesma área, está sendo erguido e praticamente em fase de finalização o ERG2, que ajudará a montar parte dos 278 blocos de chapas de alumínio que compõem cada uma das futuras 8 plataformas. Nos canteiros do ERG2 também serão construídas 3 sondas de perfuração, que fazem

²⁴ Plataforma flutuante em um casco modificado de um navio, normalmente um petroleiro. Representa uma unidade de produção de petróleo flutuante, com unidade de armazenamento, uma unidade de processamento e com sistema de transbordo (transferência) do petróleo. Fonte: Dicionário naval da SOBENA (Sociedade Brasileira de Engenharia Naval): http://www.sobena.org.br/downloads/diciona_naval/Tipos%20de%20Plataformas.pdf

²⁵ Plataforma na qual a superestrutura está apoiada sobre conjunto de flutuadores que ficam pouco abaixo do nível do mar. Fonte: Dicionário naval da SOBENA (Sociedade Brasileira de Engenharia Naval): http://www.sobena.org.br/downloads/diciona_naval/Tipos%20de%20Plataformas.pdf

²⁶ <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=129952>

²⁷ <http://www.valor.com.br/empresas/3273858/inepar-queiroz-galvao-e-camargo-correa-farao-plataformas-p-75-e-p-77>

²⁸ <http://andreolimsl.com.br/ecovix-inicia-edificacao-do-primeiro-casco-dos-replicantes-no-dique-seco/>

parte do programa de 28 sondas a serem construídas em vários estaleiros no Brasil, para atuação na construção dos poços para o desenvolvimento dos campos no Pré-sal²⁹.

Além dos já instalado Estaleiro Rio Grande (ERG1) e Estaleiro Rio Grande 2 (ERG2), ainda há planos para construir o ERG III. O projeto estava previsto para começar ainda no primeiro semestre de 2014, mas a que tudo indica, não há no local nenhum plano de construção ou movimentação das grandes estruturas³⁰. Além destes três estaleiros, São José do Norte, cidade vizinha a Rio Grande, com cerca de 20 mil habitantes, tornou-se alvo desta nova política, com a participação da Estaleiros do Brasil (EBR), que está montando parte do casco das P-74 e da P-76³¹.

Evidentemente, há um acréscimo de população e da mão-de-obra especializada que, em um primeiro momento, é preenchida em grande parte por trabalhadores de fora do estado, vindos de lugares onde a construção naval já possui certa consolidação e uma rede de contratações. Dentro de um estaleiro, há um processo complexo de múltiplas terceirizações e especialidades diversas, contemplando assim uma gama enorme de empresas e serviços heterogêneos. Assim como Diana Antonaz relata em sua tese a vida no trecho (1995:43) ao descrever os trabalhadores das grandes indústrias na Amazônia, no caso da indústria naval e *offshore* a demanda para certos tipos de mão-de-obra depende da etapa em que o projeto se encontra, e exige certa flexibilidade quanto à duração e ciclos de empregabilidade local.

Grande parte dos trabalhadores dentro de um estaleiro são soldadores, possuindo entre si uma multiplicidade de especificidades e qualificações, dependendo do material e da maneira como é feita a solda. Há também um grande número de montadores de andaimes, eletricitas, operadores de grandes máquinas, entre outros. Há, ainda, um grande número de prestadores de serviços como alimentação, limpeza e segurança do trabalho. A tese segue, portanto, a metáfora da plataforma para lidar com

²⁹ Fonte: <http://fatosedados.blogspotrobras.com.br/2012/09/17/presidenta-dilma-rousseff-visita-obras-da-petrobras-em-rio-grande/#sthash.sxDsKDxU.dpuf>

³⁰ Grande parte dessa dificuldade poderia ser explicada pela atual conjuntura que envolve os processos de licenciamento ambiental, dificultados e mais rigorosos após o escândalo envolvendo a FEPAM e órgãos reguladores, no início de 2013.

³¹ <http://www.petronoticias.com.br/archives/21902>

esse universo e campo de pesquisa que extremamente amplo e complexo, que também se apresenta, ao mesmo tempo, etnograficamente fracionado e multifacetado.

1.4 A promessa de uma abordagem teórica: antropologia do desenvolvimento (ou sobre a relação instável entre antropólogos, instituições e agências do desenvolvimento)

Para situar o debate atual da antropologia (e das ciências humanas de maneira geral) no campo do desenvolvimento, é preciso fazer uma breve distinção entre aquilo que pode ser chamado de uma antropologia *para* o desenvolvimento e o que é conhecido como uma antropologia *do* desenvolvimento. Certamente, há uma proximidade muito grande entre os dois termos, mas é preciso entender como se constrói, dentro da própria disciplina, diferentes abordagens sobre tema tão vasto como o desenvolvimento. Principalmente na antropologia americana, essa discussão acabou se cristalizando no debate entre uma antropologia “acadêmica” e uma antropologia “aplicada”, como se verá a seguir.

Esse trajeto nos ajudará a entender tanto a concepção atual do desenvolvimento quanto a importância da prática antropológica (seja ela prática ou teórico-epistemológica) para a própria definição do tema enquanto um problema e objeto “pesquisável”. Através das diferentes concepções sobre o desenvolvimento, será possível avaliar e considerar os limites e possibilidades da pesquisa etnográfica de um processo extremamente complexo e diversificado como o proposto para esta tese.

Antes de tudo, é preciso citar a contribuição de Marc Edelman e Angélique Haugerud (2005) para o debate. Na introdução de uma longa publicação sobre antropologia e globalização organizada pelos mesmos, os dois autores defendem, desde o começo, que o desenvolvimento é um termo instável. Desenvolvimento pode ser visto como um ideal, um futuro imaginado pelo qual cidadãos e instituições lutam. Pode também ser visto como um mito destrutivo, um capítulo falhado na história ocidental moderna. Ou então, pode referir-se a investimentos em bem-estar, vidas comuns e

oportunidades, bem como estar ligado a processos históricos de mercantilização, industrialização, modernização ou globalização.

Porém, o que queremos explorar aqui, é a noção de desenvolvimento, como um conceito trabalhado de maneira crítica dentro da antropologia, que tem como base as novas políticas de ajuda e auxílio global advindas do Pós-Guerra na década de 40. Apesar de alguns autores, ao fazerem uma genealogia do desenvolvimento, refletirem sobre os primórdios da concepção “moderna” do termo, é consenso entre a maioria dos estudiosos do fenômeno/termo que o primeiro grande passo para que conhecêssemos hoje o desenvolvimento enquanto tal é o estabelecimento da noção de “subdesenvolvimento”, e da ideia de que o mundo enquanto um projeto humanitário global teria que trabalhar em prol de um avanço dos países pobres. De maneira resumida, há um processo necessário de transformação que seria guiado pelos países ricos em direção aos países pobres.

A intenção dos dois autores citados anteriormente, ao organizar o livro, é pensar que tipo de crenças no progresso motivam teorias e práticas do desenvolvimento. Se os analistas pensam o desenvolvimento como discurso, política ou projeto em diagrama, como processo histórico, ou processo evolutivo autopropulsionado, o conceito tem se tornado cada vez mais controverso. No seio desta discussão, surge o debate entre antropologia “*mainstream*” e antropologia aplicada. (2005:3)

Para estes dois autores (2005:5), existem três fases de consolidação daquilo que entendemos como desenvolvimento e que teorias surgiram para tentar explica-lo. A primeira fase pode ser tomada pelas tentativas de explicar o surgimento do capitalismo nos séculos XV e XVI e as surpreendentes mudanças no capitalismo no final do século XVIII, que ajudaram a inspirar teorias e conceitos de uma “história universal”, embasadas mais na ideia de progresso do que propriamente desenvolvimento.

Nesse sentido, baseio aqui o começo dessa discussão inspirado no texto de James Ferguson (1997), que denomina o desenvolvimento, na constituição da disciplina

antropológica, como um “gêmeo mal”³². Para o autor, mesmo que exista uma relação diferente entre teoria e empiria nos primeiros grandes projetos de desenvolvimento, há uma variação ao longo do tempo, tanto no que diz respeito à natureza da relação entre formas acadêmicas de teoria e conhecimento quanto às ideias utilizadas em projetos de desenvolvimento. Assim, será possível aqui, no corpo do texto que se seguirá, trabalhar ao mesmo tempo a implicação dos projetos de desenvolvimento para a nossa disciplina, quanto a importância (ou não) da especificidade da prática antropológica entre instituições e atores ligados ao desenvolvimento.

Para Ferguson, a ideia de que o desenvolvimento é um tema aplicável, além de teórico, é algo recente na disciplina antropológica. Há uma premissa interessante utilizada por Ferguson, que também será defendida por Esteva (1992), de que a ideia de evolução social foi uma das principais motivadoras das ideias de desenvolvimento como conhecemos hoje. Ferguson, reforçando uma ideia já muito escrita sobre o surgimento da antropologia³³, afirma que Lewis Morgan e Edward Taylor foram os primeiros a considerarem a humanidade como unidade, algo próximo às noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento levantadas no discurso de Truman no começo da década de 40.

A segunda fase trazida por Edelman & Haugerud (2005:7) é a mais debatida e discutida pelos chamados pós-estruturalistas, ou pós-desenvolvimentistas. Entre todos, é consenso que é neste período, pós década de 30, a ideia de desenvolvimento, dentro de um sistema-mundo, se consolida. Seja pela invenção do terceiro mundo, como cita Escobar (2007), ou através das máquinas “anti-políticas” de Ferguson (1990), que o termo desenvolvimento surge com força e potência política. É a partir das políticas de investimento em países que necessitavam o desenvolvimento que emergem instituições como Breton Woods e o FMI, voltando seus argumentos para a possibilidade de um crescimento tecnocrático como possibilidade de ajuda para melhorar índices sociais.

³² O título original do texto é *Anthropology and Its Evil Twin: “Development” in the Constitution of a Discipline*.

³³ Há um debate interessante feito por Jerry Moore (2009) e Gérald Gaillard (2004)

Durante a década de 30, como narra Ferguson, a antropologia voltou-se para outros problemas, deixando o desenvolvimento um pouco de lado. A necessidade de uma antropologia mais “aplicada”, a partir principalmente de Malinowski³⁴, levou a disciplina a tratar as sociedades ditas tradicionais a partir de termos como aculturação e assimilação, contato cultural e mudança social. A “revolução etnográfica” (Ferguson, 1997:143) operada a partir do trabalho clássico sobre o Kula, trouxe para a antropologia uma outra abordagem, empossada sobre a visão ética de culturas como unidades, através da importância do trabalho de campo e da crença de que o processo de modernização imposto pela sociedade ocidental as tiraria do escopo prático da disciplina³⁵.

A partir disto é que Alan Hobben (1982) faz sua revisão sobre a participação de antropólogos em projetos e instituições de desenvolvimento. Para o autor, o florescimento da participação dos antropólogos em instituições voltadas para os projetos desenvolvimento teve um grande aumento durante o governo Truman, quando antropólogos de colégios reconhecidos se envolveram com instituições de ajuda externa, e jovens aprendizes participavam em tempo integral do trabalho de campo. Apesar disso, o impacto dessa participação na teoria e prática desenvolvimentista foi pouco, e cada vez mais, a partir da década de 70, os antropólogos foram se tornando figuras periféricas nestas instituições. Segundo o próprio autor, essa diminuição do papel dos antropólogos pode ser entendida através da incompatibilidade de interesses políticos, econômicos e burocráticos, bem como as suposições axiomáticas ou os paradigmas com os quais os esforços para o desenvolvimento eram moldados nestas agências.

No caso americano, estudado a fundo por Hobben, o objetivo primordial das políticas de ajuda externa no pós-guerra era frear o comunismo através de um benefício mútuo de expansão do comércio entre países ricos e pobres, da busca por humanitarismo e também do fortalecimento de instituições políticas. Apesar dessa

³⁴ Ver Kupper (1973)

³⁵ Esta releitura da obra de Malinowski também pode ser esboçada em Strathern (1987)

“constelação de objetivos” (1982:352), o paradigma destas políticas era baseado em um positivismo e uma interpretação etnocêntrica particular através da história do Ocidente, da emergência do capitalismo e da Revolução Industrial. O desenvolvimento, assim, é tratado não é apenas um fenômeno econômico, mas como uma necessidade de transformação de uma sociedade tradicional para uma moderna.

Ferguson cita como um dos exemplos desta nova era desenvolvimentista o trabalho do Rhodes-Livingstone Institute no Norte da Rodésia:

Set up as an applied research institute to provide useful information to government and industry, it is often cited as an early example of anthropological engagement with problems of industrialization, migrant labor, and other “modern” issues (1997:144)

Citada por Hobben, a ICA (International Cooperation Administration) foi uma instituição criada para levar a cabo projetos de desenvolvimento a partir dos fundos do Development Found Loan, onde os antropólogos teriam como papel fundamental facilitar o estabelecimento de novas tecnologias, assim como entender (e também superar) a resistência à mudança que tinha como fundamento os valores, as práticas e as instituições tradicionais. Entre alguns nomes, Hobben destacou os trabalhos de Margareth Mead (1955) e Goodenough (1963) que, segundo ele, contribuíram para reforçar o paradigma do estereótipo cultural da sociedade tradicional invocada pelas agências desenvolvimentistas. Apesar de ainda defenderem a etnografia e a particularidade e unidade de cada povo e cada cultura, termos como a “mudança social” voltaram a ter uma ligação forte com o “desenvolvimento”.

A decadência da participação de antropólogos nestas instituições, principalmente durante a década de 60 e começo de 70, ocorreu devido a diversos fatores. Entre eles, a frustração com os projetos e instituições voltadas para o desenvolvimento, o aumento das posições acadêmicas e departamentos em todo o país, além do crescente desencantamento com as intervenções americanas em países como Cuba, Guatemala, Indonésia e Brasil. (Hobben, 1982:55).

Ferguson tem uma interpretação semelhante de tal contexto

The “theoretical” work that earned high status in the academic world was largely centered on comparing and generalizing about societies and cultures conceived as separate and autonomous individuals, whether the subject matter was kinship, social structure, or culture and personality. (1997:155)

Ao final da década de 70 estava claro que as ideias ortodoxas não estavam tendo os efeitos esperados. Entre alguns dos resultados da política de ajuda externa até o momento, podemos ressaltar o imenso gap que ainda existia entre setores rurais e urbanos, também citados por Escobar (2005) e Rist (2008).

Para Ferguson, foram as duras críticas ao desenvolvimento ortodoxo que acabaram trazendo uma nova era na relação entre antropólogos e instituições do desenvolvimento. Além da pressão que a disciplina antropológica sofria para demonstrar importância e relevância prática, uma nova visão sobre o desenvolvimento, trazida pelo Banco Mundial na figura de Robert McNamara, fez com que a USAID (United States Agency for International Development), atentasse, formalmente em seus projetos, para o lado mais “social” do desenvolvimento, com um viés mais “humano³⁶”.

No entanto, a burocracia e as exigências de tempo acabaram moldando o trabalho dos antropólogos. Em um texto de Escobar (1992), há uma referência interessante à recente participação de antropólogos em projetos de desenvolvimento. Pensando em novas relações entre a antropologia dita aplicada e projetos de desenvolvimento, Escobar lança mão de exemplos da teoria feminista engajada de Strathern para algumas pistas sobre como modificar a relação entre prática e antropologia. Para o autor, ao lidar com projetos de desenvolvimentos, antropólogos apenas ajudaram a reciclar as ideias desenvolvimentistas, pois ao contrário do engajamento feminista na teoria de Strathern, a política da antropologia do desenvolvimento continua baseada em um caráter e uma lógica ocidental de cientificismo, patriarcalismo e projetos culturais. Nas suas palavras

In sum, development anthropology, for all its claim to relevance to local problems, to cultural sensitivity, and to access to interpretive holistic

³⁶ Alan Hooben (1982:355) cita o termo “social soundness analysis”, praticamente obrigatório em todos os projetos da USAID.

methods, has done no more than recycle, and dress in more localized fabrics, the discourses of modernization and development. (1992:678)

Seguindo Ferguson, temos de um lado Escobar afirmando que a antropologia é a culpada por naturalizar e aceitar o desenvolvimento. De outro, Cochrane (1971 *apud* Ferguson) dizendo que a Antropologia o rejeitou enquanto objeto de pesquisa porque existiam coisas mais interessantes para se pesquisar. Para Cochrane, a antropologia mais aplicada foi deixada de lado pelos extratos mais “acadêmicos”. Lançando mão de Gow (1993), Ferguson afirma ainda que a antropologia aplicada acaba sempre sendo vista como uma nova forma de neocolonialismo (assim como grande parte da crítica pós-moderna), e que estudiosos deste campo sempre evitaram definir os principais objetivos do desenvolvimento.

Há uma pergunta, realizada por Ferguson, que pode nos ajudar a pensar na relação entre antropologia e desenvolvimento a partir das teorias mais críticas: porque, de certa forma, o campo da antropologia acaba sendo dividido entre aqueles que rejeitam completamente o desenvolvimento e aqueles que o abraçam como uma possibilidade profissional? A visão de Ferguson, obviamente embasada na experiência americana da disciplina, é que ainda há na antropologia um resquício do século XIX, de que nossa disciplina ainda é uma disciplina do “menos desenvolvido”, do “pobre”, do “atingido”, e que os antropólogos continuam na maioria das vezes trabalhando no “terceiro mundo”.

Anthropologists today are expected, it is true, to address questions of the transformation of local communities, and of linkages with wider regional and global processes; but it remains the case that it is a particular kind of people we are interested in seeing change, and a particular kind of local community that we seek to show is linked to that wider world (1997:149)

Antecipando uma discussão feita em outro livro, e que virá no decorrer desse texto, Ferguson afirma que o local continua sendo um ponto importante para definir o que pode e o que não pode ser “antropologizado” cientificamente, e o que pode ser passível de construção entre uma oposição entre “nós” e o “outro”

We are left, then, with a curious dual organization binding anthropology

to its evil twin: the field that fetishizes the local, the autonomous, the traditional, locked in a strange, agonistic dance with the field that, through the magic of development, would destroy locality, autonomy, and tradition in the name of becoming modern. Anthropology is left with a distinct resentment of its evil twin, Development; but also with a certain intimacy, and an uneasy recognition of a disturbing, inverted resemblance. How often have western anthropologists “in the field” felt the unsettling need to distinguish themselves, in their forays among the “less developed,” from those other white folks one is likely to meet out in “the bush” – the “development people” who (like those other alter egos, the missionaries), are “others” who resemble a little too closely the anthropological self (indeed, for whom one might oneself be mistaken)? (1997:150)

A afirmação de Ferguson, de maneira geral, é de que apenas criticar ou fazer uma genealogia do desenvolvimento não é suficiente para resolver o jogo de esconde-esconde entre antropólogos e desenvolvimento. Se pensarmos que a disciplina brasileira cresceu pensando nestas relações instáveis entre o “nós” e os “outros”³⁷, podemos talvez achar respostas ou enriquecer o debate entre uma antropologia do desenvolvimento que pense em outras questões que não só a crítica ou a genealogia do termo.

Este ponto torna-se ainda mais importante ao adentrarmos nas primeiras visões mais críticas ao desenvolvimento, como as teorias da dependência e o importante papel do CEBRAP no contexto brasileiro em relação as visões da ONU (especialmente na figura do CEPAL) no começo da década de 70.

A discussão que é feita tem grande valia para esta tese. Como veremos a seguir, o debate e as teorias sobre o desenvolvimento, desde os pós-estruturalistas, tem se debruçado pouco sobre o tema do trabalho e das sociedades complexas. Na maioria dos casos, há uma visão quase dicotômica entre desenvolvimento e atingidos, entre modernidade e populações tradicionais, entre globalização e crise ambiental. A partir da reflexão em torno de trajetórias e das redes nas sociedades contemporâneas, acredito poder acrescentar ao debate atual da antropologia perguntas que ainda merecem atenção e cuidado para serem respondidas.

³⁷ DaMatta (1983), Velho (1978), Peirano (1992)

Quais são as novas relações de trabalho que se colocam em cena quando uma política de desenvolvimento é realizada da forma como está acontecendo com a indústria naval no país? Quais as articulações entre políticas de nível macrossocial e o cotidiano dos habitantes e moradores atingidos/beneficiados por estas políticas? É possível superar a noção de atingido, sem abandonar uma visão crítica sobre as situações que o trabalho de campo nos coloca? Como lidar em situações em que moradores locais querem e exigem certas políticas que são vistas muitas vezes como prejudiciais a outros atores sociais? Começemos, então, pela noção sobre desenvolvimento que circula hoje na antropologia, com foco especial nos chamados pós-estruturalistas.

Além disso, e não menos importante, faço aqui nesta tese um questionamento sobre a etnografia e pesquisa antropológica de um contexto de desenvolvimento novo e com características deveras singulares.

1.4.1 Definindo o termo desenvolvimento: críticas e alternativas teórico-metodológicas

Para começar a discutir projetos de desenvolvimento, e para ter bases capazes de dialogar em outro contexto de pesquisa, precisamos antes ver como o termo começou a ser pensado de maneira crítica, bem como refletir sobre a atualidade do debate em etnografias e contextos que surgem dentro das sociedades contemporâneas.

Seguindo a linha de análise proposta por Edelman & Haugerud (2005:11), é possível ver o germe das discussões sobre desenvolvimento e globalização nas ideias trazidas pelas teorias do imperialismo, dependência e sistema-mundo. Dentre muitos autores que trouxeram aos países ditos “periféricos” e “subdesenvolvidos” o debate sobre o imperialismo e as teorias da dependência, podemos ressaltar os trabalhos do mexicano Rodolfo Stavenhagen (1969) e da dupla comumente tomada como “pais” da teoria da dependência, o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o italiano Enzo Faletto (1970). Ambos baseavam suas teorias nas noções e embates entre modernidade e desenvolvimento. A crítica, de certa forma, partia dos projetos e ideias do presidente

da CEPAL em 1950, Raul Prebisch, que defendia uma substituição da economia de exportação de matérias-primas por uma industrialização e dinamização do mercado interno. Nas linhas de Anete Ivo é trazida a ideia de que noção de desenvolvimento trazida pela ONU carrega em si uma série de dualismos que eram constantemente reproduzidos nos discursos das agências de fomento, (que é uma constante em todas as etapas dos discursos desenvolvimentista) e pensava o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórica singular dos países do terceiro mundo, considerando estes “economias pré-industriais” (Ivo, 2012:191).

A autora também nos mostra (2012:193), dentre muitas contribuições trazidas pelo CEBRAP, que nos textos de Cardoso e Faletto (1970) e Francisco de Oliveira (1976) se destaca uma visão que vai na direção de um novo esquema de interpretação sobre o desenvolvimento, articulando às variáveis políticas os elementos econômicos da teoria marxista, como as estruturas de dominação de classes sociais, os conflitos de interesse e instituições sociopolíticas. Ao comentar a obra de Caio Prado Jr. sobre as etapas de transição da economia brasileira, Cardoso e Faletto afirmam que entre

(...) economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágios, do sistema produtivo, mas de posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição (1970:38-9)

Segundo Oliveira (1976), Cardoso e Faletto superaram a visão dicotômica e binária da CEPAL entre interesses externos e interesses nacionais, para reconhecerem que a dependência articula relações entre grupos específicos dentro e fora da América Latina. Para Oliveira, os dois foram os únicos autores que conseguiram tratar das relações de dependência através de aspectos relativos às contradições de classe e às estruturas de dominação, que conformam o processo de acumulação próprio a países periféricos. Assim, o problema do desenvolvimento teria muito mais a ver com condições e oposições internas de cada sociedade do que contradições entre uma economia interna e externa.

Conforme mostram Edelman & Haugerud (2005:12), a proposta de Stavenhagem tinha um fundo de preocupação semelhante, ao propor um modelo de

colonialismo interno, que causaria uma dependência também no seio dos países subdesenvolvidos, entre áreas rurais e áreas urbanas. De certa forma, tinha-se a ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram resultado do mesmo capitalismo, e das mesmas condições de dominação entre classes sociais, com resquícios de oligarquias feudais que teriam que ser sobrepostas pelas classes trabalhadoras.

É interessante notar que a noção progressista e quase evolucionista de um desenvolvimento por etapas acabou sendo a base de muitas das discussões posteriores do paradigma sobre modernização. A teoria de Walt Whitman Rostow (1960) sobre os estágios do crescimento econômico defendia que toda sociedade moderna passaria por cinco estágios, indo de uma sociedade tradicional com um conhecimento pré-newtoniano com bases e laços familiares que limitariam as decisões racionais da economia, até chegar em uma era de consumo de massa, com crescimento urbano, expansão dos setores de serviço e produção de bens duráveis.

Porém, conforme nos aponta Guilherme Radomwsky (2011), é a partir do começo da década de 80 que o debate sobre o desenvolvimento ganha uma nova força. Segundo o autor, a recepção de Foucault dentre alguns antropólogos, a emergência do pós-colonialismo (principalmente o trabalho de Edward Said sobre orientalismo³⁸) e a crítica pós-moderna foram condições que favoreceram o processo de interpretar o desenvolvimento enquanto “equacionado a representações, prescrições, mensagens e significados” (Radomsky, 2011:152).

Para Edelman & Haugerud, houve uma significativa mudança nos interesses da antropologia, ao mesmo tempo em que mudanças institucionais na economia global e no sistema financeiro mundial acompanharam uma redefinição do “desenvolvimento” nas décadas de 70 e 80. Essa “mudança sísmica política”³⁹ veio acompanhada de uma

³⁸ Said, 1978.

³⁹ Como exemplo dessa mudança os dois autores assinalam as eleições de plataformas neoliberais de Margaret Thatcher em 1979 e de Ronald Reagan em 1980, que iniciaram ascensão de um novo regime de mercado livre, coincidindo com o fim dos controles de Breton Woods e mudança do foco das políticas do Banco Mundial para uma economia mundial. (2005:17)

mudança na antropologia, que começou a direcionar seus esforços acadêmicos para macro-narrativas, grandes teorias e etnografias realistas.

A década de 80 é considerada para a maioria dos autores como a “década perdida” do desenvolvimento. Segundo Anete Ivo (2012), a retração da produção industrial, a volatilidade dos mercados financeiros e a redução do ritmo de crescimento vieram junto a uma expansão da luta por direitos de cidadania e necessidade de democratização. Novos atores sociais aparecem. Para Ivo, o começo dos anos 90 é marcado por uma forte política liberal, através de regulações econômicas e políticas que afetam o poder do Estado, período este muito marcado pelo que o Banco Mundial cunhou em 1989 de “*local governance*”, um modelo que

reconhece que as possibilidades competitivas dos projetos de desenvolvimento, em distintas escalas, dependem da coalizão e do acordo entre os atores. Por outro lado, considera a possibilidade de projetos de desenvolvimento pela capacidade de coordenação entre Estado, mercado e sociedade, em cada situação, escala e temporalidade específica (Ivo, 2012:199)

1.4.2 Revendo a história a partir da crítica pós-estruturalista

Conforme abordamos até agora, a noção de desenvolvimento tem se alterado e metamorfoseado de maneiras diversas ao longo da história. Porém, não podemos deixar de lado a riqueza das diferentes interpretações que se fazem sobre os fenômenos que estão envolvidos no seio da discussão. A crítica ao desenvolvimento começa, antes de tudo, por uma definição conceitual cuidadosa, dando conta dos detalhes, diferenças e aproximações entre as diferentes abordagens sobre o tema. O que é o desenvolvimento: uma religião moderna, como afirma Rist (2008), uma ideologia/utopia organizativa, como defende Gustavo Lins Ribeiro (1992, 2008), uma máquina anti-política, nas linhas de Ferguson (1990), um regime de representação, um mecanismo de verdade, como aponta Arturo Escobar (2007), ou o centro de uma incrível e poderosa constelação semântica, como cita Gustavo Esteva (1992)? Será possível ver, a partir destes autores, que há uma releitura também histórica e genealógica do conceito de desenvolvimento, partindo de diferentes abordagens críticas

sobre o fenômeno que, para Henyo Trindade Barreto Filho (2006), poderia também ser chamado de uma categoria fundamental da modernidade.

Todas estas abordagens, segundo Arturo Escobar (2005), fazem parte de um terceiro momento da teoria do desenvolvimento, conhecido como crítica pós-estruturalista. A pergunta que os pós-estruturalistas fizeram não foi no sentido de como melhorar o processo de desenvolvimento, mas sim, nas palavras de Escobar

¿por qué, por medio de qué procesos históricos y con qué consecuencias Asia, África y Latinoamérica fueron ‘ideadas’ como el ‘Tercer Mundo’ a través de los discursos y las prácticas del desarrollo? (2005:18)

A visão que Henyo Barreto Filho levanta a partir de Dominique Perrot⁴⁰, é voltada para criticar e entender os limites daquilo que acabou sendo denominado como etnodesenvolvimento. Para o autor, não cabem na noção de desenvolvimento termos ou definições transculturais, exatamente por ser uma categoria de um momento específico da modernidade, do ocidente. O “esperanto da modernidade” (2006:11) faz com que o desenvolvimento opere como um idioma de comunicação entre diferentes partes. Há, no texto de Henyo também o argumento de que a natureza das relações sociais é constantemente transformada em bens e serviços mercantis, em uma valorização generalizada das pessoas e dos recursos naturais através dos mecanismos de mercado (2006:13). Tanto a ideia de que o desenvolvimento é fruto de uma condição da sociedade moderna que age como uma comunicação universal, quanto a necessidade deste de transformar as relações pessoais através de lógicas de mercado, são defendidas por Rist, a partir de uma outra sugestão.

Na tentativa de elaborar uma história do desenvolvimento, Rist acaba nos trazendo uma das mais claras e interessantes definições sobre o que é desenvolvimento ao afirmar que

(...)“Development” consists of a set of practices, sometimes appearing to conflict with one another, which require – for the reproduction of society – the general transformation and destruction of the natural environment and of social relations. Its aim is to increase the production of commodities (goods and services) geared, by way of exchange, to

⁴⁰ Especificamente, Perrot (1991)

effective demand. (2008:12)

O livro de Rist torna-se importante na discussão por dois aspectos relevantes. Primeiro, a tentativa de um rigor metodológico, que evitaria, segundo o próprio autor, tratar o desenvolvimento como uma panaceia, ao mesmo tempo em que permite um olhar crítico que não seja uma indiferença mecânica e neutra. Segundo, porque nos dá uma base de análise rigorosa do termo tanto em um nível conceitual como analítico.

A base teórico-metodológica de Rist apoia-se, assim, em três escolhas e pontos. A partir de uma distância do objeto, Rist considera o desenvolvimento como um fenômeno do mundo. Dessa forma, para contar a história do desenvolvimento, alguns fatos acabam sendo escolhidos como mais relevantes. Isto não impede, por fim, que se entenda ou se interprete que aparentes inovações no discurso sobre o desenvolvimento não acabem sendo variações sobre o mesmo tema. Sua tarefa começa, portanto, com a tentativa de entender as diferentes definições para o desenvolvimento. Segundo o autor, a definição convencional do desenvolvimento oscila entre dois extremos irrepreensíveis: de um lado, toma-se o desenvolvimento como a expressão de um desejo de vida melhor, ignorando que as maneiras concretas de agir possam ir contra escolhas políticas conflituosas. De outro lado, podemos ver o desenvolvimento como uma grande massa de ações (também conflituosas entre si), que são dispostas eventualmente para trazer o máximo de felicidade para o máximo de pessoas possíveis. O engraçado, segundo Rist, é que em nenhuma das duas definições o desenvolvimento aparece diretamente. Em uma, se mostra como vontade subjetiva, e em outra, operações que não provam nenhuma eficácia.

Para chegar a uma definição, é preciso considerar o desenvolvimento como um fenômeno historicamente distinto, global, cujo funcionamento necessita primeiro ser explicado antes de ser detectado ou então presente/ausente (Rist, 2008:11). Na sua definição, alguns aspectos são importantes e merecem destaque. Primeiro, que há uma referência clara e objetiva sobre a produção de commodities voltados para uma demanda efetiva que, através da transformação geral e destruição do ambiente natural, também acaba mensurando as relações sociais, deixando-as dependentes de regras de

bens e exploração, formando assim um conjunto de práticas que reproduzem a sociedade moderna.

Porém, o que pode ser mais enriquecedor para este debate é o questionamento da possibilidade de entendermos o desenvolvimento enquanto uma religião da modernidade. A tarefa inicial que leva a esta definição de Rist é entender as contradições no seio do desenvolvimento já que existe, segundo o autor, uma discrepância entre as intenções e os resultados obtidos, bem como perguntar-se porque desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico. A distância de análise é importante para levar em conta as práticas sociais que fazem a religião acontecer, e para isso, Rist considera três pontos interessantes para a resposta.

Primeiro, salientar que a separação entre uma sociedade moderna e outras é uma arrogância ocidental. Para qualificar essa afirmativa, Rist defende que essa separação cristã entre ocidente e oriente não se esvaziou, mas se metamorfoseou e mudou de lugar. A crença social no desenvolvimento, segundo ele, são tipos de certezas coletivas, que podem ser debatidas mas nunca terem sua validade testadas em público:

beliefs, in fact, are not dogmatic truths to which everyone subscribes by personal conviction; they are expressed in the form of simple propositions widely held to be true, which people believe – unable to do otherwise – because they hear everyone else saying them, and think that everyone believes them. For example: ‘economic recovery will solve the problem of employment’; ‘technological progress will allow today’s problems to be solved’; or ‘most citizens support the government’. they are ‘floating propositions’, then, which rely upon obscure authorities (opinion polls, the experts) and are legitimized by fragments of ancient beliefs (2008:22)

O segundo ponto levantado por Rist é considerar que as crenças são efetivas e orientam atos obrigatórios, sem deixar dúvidas. Para isso, e chegando ao terceiro ponto, é preciso que a vida dos que creem seja constantemente informada e atualizada através de rituais e signos, sejam eles feiras, eventos, shows e exibições de diferentes naturezas que indiquem e mostrem, a todos, que o progresso está no seu caminho.

Para esclarecer os fatos e fatores externos que o ajudem a argumentar nessa direção, Rist apoia-se no ponto fundamental, na pedra fundante dos teóricos pós-

estruturalistas, o discurso de posse de Harry Trumam no dia 20 de fevereiro de 1949. Através de uma análise pormenorizada do “ponto quatro” do discurso, Rist demonstra que a preocupação dos pós-guerra para os Estados Unidos não era mais manter uma relação de colonizador/colonizado, mas sim estados-nações que fossem “membros de uma mesma família”⁴¹. O termo subdesenvolvimento, apesar de já ter aparecido em outros momentos anteriores, era agora utilizado em um texto de grande circulação, não sendo mais oposição a um desenvolvimento, mas sim algo que poderia ser erradicado a partir do desenvolvimento.

Gustavo Esteva, em um dicionário organizado por Sachs (1992), afirma que a consolidação do desenvolvimento enquanto problema se deu ao mesmo tempo em que esse se estabelece como uma verdade e uma realidade para dois terços da população. O autor também considera que o discurso de Trumam é o ponto chave para esta virada discursiva, mas aponta que a ideia de desenvolvimento enquanto melhoria e evolução tem seus precedentes através de uma poderosa e incrível constelação semântica⁴². Um exemplo utilizado pelo autor é a teoria marxista enquanto reprodutora de uma ideia de evolução pela razão, uma conversão da história em um programa, um destino necessário e inevitável. Esteva, assim como Rist, aponta que, de uma hora para outra,

Two billion people became underdeveloped. In a real sense, from that time on, they ceased being what they were, in all their diversity, and were transmogrified into an inverted mirror of others' reality: a mirror that belittles them and sends them off to the end of the queue, a mirror that defines their identity, which is really that of a heterogeneous and diverse majority, simply in the terms of a homogenizing and narrow minority (Esteva, 1992:7)

Mais que isso, Esteva defende que até hoje o desenvolvimento tem ao menos uma conotação bem clara: é necessário escapar da condição indigna que significa ser subdesenvolvido.

⁴¹ Rist (2008:74)

⁴² O próprio termo “subdesenvolvimento” foi utilizado anteriormente por Wilfred Benson, secretário da OIT e em outros discursos e relatórios da ONU. Nenhum deles, entretanto, teve o eco do discurso de Trumam.

Para Rist, estava ali o germe de uma nova era, a era do desenvolvimento. A hegemonia americana tentava se fazer valer pelo poder do discurso, através de uma substituição do colonialismo por uma preocupação legítima com o mundo enquanto um espaço uno, da afirmação da necessidade do bem-estar, como se fosse impossível não fazer nada, e também pela assertiva hegemônica de que era preciso superar as dicotomias entre comunismo/capitalismo em prol daqueles que necessitam uma vida melhor. Não era uma questão de mudar a realidade, mas sim inserir um novo problema, propondo um novo tipo de interpretação:

(...) not because reality is created by words, but because certain forms of discourse express more accurately than others a reality in the making, because certain texts bring out more clearly than others the episteme of an epoch, and finally – this is the performative aspect of the text – because power does not necessarily involve changing reality, but, rather, inserting it into a different problematic, proposing a new interpretation to kindle the illusion of change (Rist, 2008:78)

Devido a sua abrangência e seu apelo “mundial”, o discurso do desenvolvimento era quase impossível de ser criticado. Ao definir o subdesenvolvimento mais enquanto uma falta do que uma circunstância histórica, a política do desenvolvimento fez da ajuda e do crescimento especializado e técnico a única saída e solução. Obviamente, conforme ressalta Rist, essa transição não ocorreu repentinamente, mas exigiu a articulação entre diversos agentes, processos e formas de agenciamento econômico para que acontecesse.

Um destes muitos processos é analisado por James Ferguson, em seu famoso livro publicado em 1990, resultado de sua pesquisa de doutorado defendida em 1985, realizada a partir de um grande projeto de desenvolvimento rural em Lesoto. A diferença deste para os trabalhos anteriores está centrada exatamente na posição e postura analítica. Ao contrário da tentativa de uma de genealogia ou balanço reflexivo sobre a efetividade ou não do desenvolvimento, Ferguson já parte da ideia de que o desenvolvimento é, para além de um valor central na sociedade ocidental, também um problema dominante e um quadro interpretativo pelos quais regiões mais pobres do mundo são conhecidas e identificadas. A ideia do livro é oferecer

(...) only a vivisection of a conceptual apparatus: an investigation of how specific ideas about “development” are generated in practice, and how they are put to use; and a demonstration of what they end up doing, of what effects they end up producing. This leaves unanswered questions about “development” value and its origin, but it may perhaps give an indication of why it is necessary to question such a value in the first place (1990:xvi)

Sua tentativa, já explícita nas primeiras linhas do livro, não é de saber se o desenvolvimento é uma religião ou um valor universal compartilhado da mesma forma por todos, mas sim como a problemática, dominante nas políticas sociais do ocidente, trabalha na prática, e quais são seus efeitos. Para ele, é preferível antes ter uma ideia do que o desenvolvimento faz antes de arriscar-se a dar algum tipo de explicação de como e porque ele veio a tona.

Seu argumento principal, ao analisar estas políticas em Lesoto, é que as instituições do desenvolvimento geram suas próprias formas de discurso, ao mesmo tempo em que este mesmo discurso constrói uma Lesoto como um objeto particular de conhecimento. É uma máquina antipolítica porque, segundo Ferguson, o desenvolvimento em Lesoto despolitiza tudo aquilo que toca.

Já na visão de outro autor importante para este debate, estes agentes e processos são interpretados através de um viés mais voltado para a teoria foucaultiana. A visão do antropólogo colombiano Arturo Escobar por ser vista em sua obra principal, que contribui de maneira significativa para esta discussão. Já no título, vemos uma clara mensagem sobre a teoria do autor: a noção de terceiro mundo é uma invenção agenciada através de mecanismos de verdade⁴³.

O enfoque de Escobar, ao analisar a invenção do Terceiro Mundo, é clara. Já no começo do livro, reconhece a importância da dinâmica dos discursos e relações de poder na criação da realidade social e em todo estudo da cultura. Desenvolvimento, assim, é visto como um regime de representação, uma “invenção” que resultou da

⁴³ O título original da obra é “Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World”. A referência aqui utilizada, em espanhol, possui como título “La invención del Tercero Mundo: Construcción y desconstrucción del desarrollo”.

história do pós-guerra e que, desde seu início, moldou intelectualmente toda possibilidade de concepção da realidade e ação social dos países que se conhecem como “subdesenvolvidos”. (2007:12)

O que Escobar levanta e traz de acréscimo ao debate é entender o papel central da tríade entre capital, ciência e tecnologia como o argumento principal do projeto americano de salvar o mundo e trazer uma vida melhor para os países atrasados. Se Rist quer realizar uma análise crítica ao desenvolvimento através de sua externalização pela análise deste como uma crença, Escobar tenta realizar a mesma empreitada, mas através do discurso produzido historicamente, um regime de ordem e de verdade que divide o mundo entre representações e o mundo real, exposições e realidades externas:

El análisis del discurso crea la posibilidad de “mantenerse desligado de él [discurso del desarrollo], suspendiendo su cercanía, para analizar el contexto teórico y práctico con que ha estado asociado” (Foucault, 1986: 3). Permite individualizar el “desarrollo” como espacio cultural envolvente y a la vez abre la posibilidad de separarnos de él, para percibirlo de otro modo. Esto es lo que trata de llevar a cabo este libro (2007:23)

Ao propor falar do desenvolvimento enquanto uma experiência histórica singular, uma criação de um domínio de pensamento e ação, Escobar reconhece que existe uma relação entre história, geografia e modernidade, dentro de um espaço geopolítico que cria regiões e legitima binarismos como centro/periferia, norte/sul, primeiro mundo/terceiro mundo. Os três eixos de definição do desenvolvimento analisados por Escobar são: as formas de conhecimento que se referem ao desenvolvimento, o sistema de poder que regula suas práticas e as formas de subjetividade fomentadas por este discurso. A construção do Terceiro Mundo a partir da relação entre conhecimento e poder é essencial para o discurso do desenvolvimento. Segundo Escobar, para falar de desenvolvimento é preciso

(...) obedecerse ciertas reglas de expresión que se originan en su sistema básico de categorías y relaciones, el cual define la visión hegemónica del desarrollo, visión que penetra cada vez más y transforma el tejido económico, social y cultural de las ciudades y pueblos del Tercer Mundo, a pesar de que los lenguajes del desarrollo se adaptan y reconstruyan incesantemente en el nivel local (2007: 42)

Para levar tal projeto a cabo, Escobar torna clara sua postura diante dos discursos sobre pobreza e prosperidade, e acaba se aproximando, em alguns momentos, de Rist. Há uma representação de salvação, com objetivos claros e intenções de abertura comercial, com a visão de que somente um caminho é possível, o do “desenvolvimento”, com as ferramentas já mostradas eficientes no ocidente. Antes do desenvolvimento, para a “fábula dos três mundos” (2007:42) nada existe para além da dependência frente a forças naturais.

Para se tornar um regime de discurso, segundo Escobar, foi preciso criar uma série de instituições, fomentar valores culturais modernos, e estabelecer um conjunto de relações entre certos elementos, instituições e práticas. Ou seja, para entender o desenvolvimento enquanto um discurso que reproduz e legitima regimes de verdade, é preciso olhar não para cada um de seus elementos em separado, mas sim para um sistema de relações recíprocas, que estabelece uma prática discursiva que define as regras do jogo.

El discurso de desarrollo definía un campo perceptual estructurado mediante marcos de observación, modos de interrogación y registro de problemas, y formas de intervención; en síntesis, creó un espacio definido no tanto por el conjunto de objetos con el que estaba . relacionado, sino más bien por un conjunto de relaciones y una práctica discursiva que producía sistemáticamente objetos, conceptos, teorías y estrategias relacionados entre si (2007:82)

A criação e surgimento de experts, especialistas em desenvolvimento que estavam formando e fazendo parte de diferentes instituições, em um campo abalizado e ponderado pela profissionalização do desenvolvimento.

Esto se logra mediante un conjunto de técnicas, estrategias y prácticas disciplinarias que organiza la generación, validación y difusión del conocimiento sobre el desarrollo, incluyendo a las disciplinas académicas, a los métodos de enseñanza e investigación, a los criterios de autoridad y a otras diversas prácticas profesionales. (2007:86)

Há um link interessante aqui nas linhas trazidas por Gustavo Lins Ribeiro, ao discutir o desenvolvimento a partir dos projetos de grande escala (PGE). Na visão do autor, o desenvolvimento é também considerado um campo de poder, mas há uma

diferença na análise a partir da ótica de Bourdieu. Para Lins Ribeiro (2008), o desenvolvimento pode ser considerado uma ideologia sustentada por um sistema de crenças. Como um campo de poder, o desenvolvimento agrega uma heterogeneidade de atores e instituições, com uma estrutura e dinâmica de cada campo marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses, articulados por meio de processos históricos de articulação das redes. (2008:111)

O interessante é ver, a partir de outro texto de Lins Ribeiro (1992), que o desenvolvimento é pensado para além de uma das características básicas da cultura ocidental, mas algo como uma “religião secular” (p.24), uma noção extremamente grandiosa que, através de sua abrangência, recobre

desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem-estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre os homens e entre estes e a natureza. São, sem dúvida, a abrangência e as múltiplas faces de desenvolvimento que permitem um enorme número de apropriações e leituras muitas vezes divergentes. Em suma, desenvolvimento, assim como modernidade, são categorias filiadas a um tipo de universo ideacional de uma plasticidade tamanha, que até faz crer se estar diante de uma caixa-preta ou de uma noção vazia (1992:24)

Esta plasticidade de definições e configurações, este tipo de discurso volátil e maleável do desenvolvimento é o que assegura, para Lins Ribeiro, a legitimidade dos processos e da ideologia do desenvolvimento, pois se baseia sempre em um esquema de classificação do mundo em que o objetivo é sempre cumprir promessas. Esta é uma das características que fazem Lins Ribeiro definir o desenvolvimento enquanto uma utopia e ideologia de expansão (2008:118). Sua linha de argumentação é próxima a Rist, ao defender que há no desenvolvimento, além da pretensão universalista que toma o tempo como uma noção linear e progressista homogênea, uma transformação da natureza em mercadoria.

Em suma, a maior parte dos trabalhos que surgiram ou foram publicados depois do começo da década de 80 contribuíram para o debate sobre desenvolvimento com

questões que são ainda pertinentes. A atualidade do debate tem a ver com essa plasticidade do desenvolvimento trazida por Lins Ribeiro, e por essa universalidade levantada pela maioria dos autores aqui trazidos. Ao mesmo tempo, há uma nova configuração no campo que exige também da antropologia uma nova postura.

Seguindo Hedelman e Haugerud, o debate sobre desenvolvimento torna-se assim estreitamente ligado aos temas da globalização e modernização. Para os autores, o termo pode também ser tratado como multifacetado, com distintas conotações para diferentes sujeitos. O importante a ressaltar aqui, é perceber como os processos de desenvolvimento estão, na maioria das vezes, ligados a projetos e estruturas globais, através de novas configurações do capitalismo. A noção de García Canclini é interessante nesse sentido, ao afirmar que o termo globalização inclui

(...) principally the countries where he operates, the activities he directs, and the competition he faces; for Latin American leaders whose trade is primarily with the United States, globalization is nearly synonymous with 'Americanization'. . . . For a Mexican or Colombian family with various members working in the United States, globalization refers to the close connection with events in the area of that country where their relatives live, which is different from what those Mexican or Colombian artists . . . who have a broad audience in the United States imagine as globalization (García Canclini 1999:12)

Já para David Harvey, em seu recente "Espaços de Esperança"⁴⁴, o termo globalização parece ter adquirido proeminência pela primeira vez quando a American Express fez uma propaganda sobre o alcance global de seu cartão, na metade da década de 70. Depois de legitimar uma libertação dos mercados da tutela estatal, o termo veio a ser, em meados de 80, um conceito central admirado e compartilhado em um "admirável mundo novo do neoliberalismo globalizante". (2001:27). Harvey vai de encontro ao debate de Hedelman e Haugerud quando os dois autores citam que, apesar do desenvolvimento ter capturado a imaginação dos antropólogos, marcos econômicos importantes da recente história do desenvolvimento, como Breton Woods, NAFTA e OMT, têm raramente aparecido nos trabalhos recentes.

⁴⁴ Harvey, 2001.

The sometimes-piecemeal critiques anthropologists have produced instead include innovative studies of cultural difference, transnationalism, gender, civil society, NGOs, political ecology, globalization, and consumption (among other topics). Many have emphasized the politics of knowledge and representation, culture as a site of class struggle, and the cultural shaping of relations of economic and political domination. Anthropology, as noted earlier, has not always downplayed political economy, and the discipline may be due for another theoretical pendulum swing back toward politics and economics and their inextricable historical connections to the cultural issues that have received so much recent attention. (2005:20)

O estudo dos campos *up*⁴⁵, apesar de trazer suas contribuições, deixou de lado algumas preocupações raras para a antropologia. Segundo os dois autores, ainda há alguns pontos que podem ser melhores trabalhados, ou estão sendo atualmente explorados pelos antropólogos. Primeiro, os estudos sobre o mutável e contestado conceito de “mercado” em si, que só depois do século XIX tomou uma noção não-física e geográfica, aderindo a uma ideia metafórica de qualidades que o fazem crescer. Segundo, a persistência, no final do século 20 e começo do 21 de “morais econômicas”, onde países após países foram construindo obstáculos políticos para ações como imposição de políticas de livre mercado pró-corporações, aumentos em preços de ônibus, privatizações de empresas públicas. Terceiro, a invenção e comércio de novos – e intangíveis – commodities, bem como seus derivados, políticas de carbono, foco que complementaria novos trabalhos em artefatos culturais híbridos. E por último, esforços de grupos de base, como aqueles estudados tradicionalmente por antropólogos, para desenvolver formas inovadoras formas de não corporativismos, organizações econômicas verticais alternativas à liberalização econômica⁴⁶.

Estas novas configurações entre global e local são objeto de reflexão também dos teóricos do desenvolvimento. Apesar desta aparente falta citada por Hedelman e

⁴⁵ Nader, 1969.

⁴⁶ É possível pensar, como eco a estes questionamentos, os trabalhos de Graeber sobre a teoria antropológica do valor (2001) e os debates sobre os mediadores e novas configurações analíticas da cultura global, que tentam repensar as dicotomias da discussão entre local/global nos estudos sobre globalização. Dentre muitos, citamos aqui Cooper, ao pensar nas formulações e reconfigurações do conceito de globalização (2001), Anna Tsing (2000) ao falar de uma situação global em que é prejudicial pensar em termos binários entre forças locais e espaços globais e Akhil Gupta (1998), ao pensar em uma relação direta entre a separação global/local e as mudanças nas configurações do estado-nação moderno.

Haugerud, o final da década de 80 e o começo da década de 90 trouxeram para o seio da discussão temas pertinentes sobre desenvolvimento.

Tanto Rist, quanto Esteva utilizam a mesma expressão para falar dos anos 80: “a década perdida do desenvolvimento”. Rist cita que foi nesta década que, ao contrário do que era esperado pelas agências internacionais, os problemas do Sul se agravaram. Era necessário, ao desenvolvimento, dar um passo atrás através das novas ideias ecologistas do Ocidente. Um novo relatório em março de 1987, com integrantes diversos, foi elaborado pela “Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Desenvolvimento”, publicado com o título *Our Common Future*. Quase nada foi deixado de lado, e os governos não poderiam mais ignorar os problemas ambientais. Havia uma crucial diferença para as políticas anteriores. Era preciso considerar o meio ambiente e o desenvolvimento juntos, focando em como todos os países, sejam ricos ou pobres, estavam afetando ao meio ambiente. (2008:180). Outro ponto levantado por Rist era pensar em como equilibrar respeito à natureza com necessidade de desenvolvimento. Os humanos eram considerados, a partir deste momento, muito mais responsáveis, através de suas ações, pela deterioração do ambiente em que viviam. A comissão elaborou, então, o seguinte conceito de desenvolvimento sustentável:

(...)humanity has the ability to make development sustainable – to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits – not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth. The Commission believes that widespread poverty is no longer inevitable. Poverty is not only an evil in itself, but sustainable development requires meeting the basic needs of all and extending to all the opportunity to fulfill their aspirations for a better life. A world in which poverty is endemic will always be prone to ecological and other catastrophes

Rist cita outros elementos para pensar nessa nova condição do desenvolvimento. O termo desenvolvimento sustentável sustenta a existência de um coletivo sem identificação precisa, que depende de todos, ou seja, de ninguém. Assume

como verdade algo que precisa ser demonstrado, que são as necessidades básicas de um ser humano. Os efeitos da indústria não são sequer mencionados nestes relatórios, e a tarefa messiânica de continuar desenvolvimento ainda é tema central. Da mesma forma, mesmo sem citar as razões pela qual existe pobre, o relatório continua tomando a pobreza como algo que não é inevitável.

Segundo Rist o relatório acima citado é cheio de boas intenções, mas tão vago e sem precisão que é impossível citar alguma parte que ofereça um novo olhar sobre a situação. O problema, como todas as políticas voltadas para o desenvolvimento, sempre recai no terceiro mundo, na população que cresce e necessita de energia, de alimentos, etc. Mesmo que o debate sobre recursos já tenha se iniciado na década de 70, o relatório deixa tudo muito vago. Nas palavras do autor:

Coal and oil, for instance, can be extracted quickly or slowly, but the decision rests with the users. Fuel can be provided for as many engines as one wishes, and agricultural output can be considerably increased through the use of 'chemical' (that is, non-biological) fertilizer. (2008:184)

Além de falhar em colocar claramente o problema da sustentabilidade, e em pensa-lo através das diferenças de noções e usos do meio-ambiente em jogo nos países do Sul e Norte, o relatório não reconhece nem sugere mudanças nos padrões de produção e consumo dos países. A contradição principal no relatório, para Rist, está expressa nas seguintes linhas:

the growth policy supposed to reduce poverty and stabilize the ecosystem hardly differs at all from the policy which historically opened the gulf between rich and poor and placed the environment in danger (2008:186)

A globalização está agora nos lábios de todos e aparece como a solução para os problemas. Na opinião do autor, ao contrário, é impossível pensar numa preocupação com o ambiente através do mercado regulado pela globalização.

Everything undertaken in the name of expanding international trade allows production to be dissociated from consumption and consumption from disposal (that is, from conversion into visible or invisible waste).(186)

As companhias transnacionais diluem a responsabilidade pelos impactos. O tempo pensado para o consumo e produção não pode esperar por projetos de longo prazo, e o mercado não faz mais uma distinção clara entre bens renováveis ou não, reforçando assim alguns conflitos entre nações pela busca de recursos. Para a tarefa do relatório, que seria redefinir a relação entre ambiente e desenvolvimento, seriam necessários três aspectos que não foram considerados. Primeiro, entender como pessoas e sociedades se relacionam com seus ambientes, bem como desafiar os modelos econômicos simplistas de análise da realidade e, por fim, relocalar o conceito de crescimento através de elementos históricos e culturais.

Gustavo Lins Ribeiro (1992) também traz uma importante reflexão sobre o termo desenvolvimento sustentável. Para ele, o ambientalismo aparece como um novo interlocutor do desenvolvimento, pois desloca o relacionamento entre homem/homem (que sustenta as contradições de classe), para um debate entre homem/natureza. De um ponto de vista organizacional, o ambientalismo consegue articular burocracias centrais (sede nacional ou internacional), conhecimentos científicos de diversos campos (Ecologia, Antropologia, etc.), rede de informações e um lobby intenso de instituições políticas e econômicas. Para lidar com as contradições entre ambientalismo e desenvolvimento, surge uma nova roupagem para os discursos desenvolvimentistas, sob a alcunha de desenvolvimento sustentável.

Há uma série de indagações e críticas feitas a estas abordagens com foco no poder e nas estruturas que legitimam os processos de desenvolvimento advindas principalmente por esta nova configuração global sobre desenvolvimento e ambientalismo. Segundo Anete Ivo (2012), o período entre o final da década de 80 e começo dos 90 é marcado por uma expansão da luta por direitos de cidadania e necessidade de democratização.

É esta nova configuração que permite a Escobar responder algumas críticas que foram feitas a seu trabalho, assim como possibilita a Lins Ribeiro se perguntar quem é o sujeito do desenvolvimento, que está em diferentes lados do desequilíbrio de poder gerado pelos projetos de desenvolvimento.

As críticas ao trabalho de Escobar (de forma geral aos estudos pós-estruturalistas), segundo Restrepo (2006), dirigem-se em três direções. A primeira é denominada pelo autor como uma crítica em nome do real, que argumenta que o discursivo é sempre derivado do material, um apanhando de consequências das relações de dominação material. Esta crítica vem de um berço extremamente marxista e materialista dialético, segundo Restrepo, de uma epistemologia positiva (2012:322). Respondendo a esta primeira crítica, Restrepo defende que para o estruturalismo o discurso tem uma materialidade, não sendo assim considerado algo já estabelecido verticalmente sobre corpos, espaços e relações sociais. Aqui, a defesa é baseada no giro pós-estrutural, que não considera que exista claramente uma separação entre palavra e prática.

A segunda crítica vem em nome de uma melhor teoria, avaliando que existe uma homogeneização do conceito de desenvolvimento pelos pós-estruturalistas. Essas críticas são possíveis, afirma Restrepo, após uma historicização e descentralização da meta-narrativa do desenvolvimento, que põe em evidências as articulações de verdade e poder que constituem e definem o aparato desenvolvimentista. Por outro lado, uma etnografia feita nas múltiplas, diversas e contraditórias inscrições do desenvolvimento não se contrapõe ao paradigma estruturalista.

A terceira crítica, segundo Restrepo, vem em nome das pessoas, afirmando que as análises pós-estruturais não solucionam problemas e necessidades das pessoas. Este corpo de crítica avalia que os teóricos estruturalistas deveriam questionar o desenvolvimento para além de suas “torres de cristal” (2012:322), e pensar em soluções e ações políticas de suas teorias. Para responde-las, Restrepo afirma que há uma certa razão nestas críticas, mas que

las virtudes y limitaciones de los análisis pos estructurales de autores como Escobar deben ser examinadas en la medida en que identifican y pueden dar sentido a la práctica política y las experiencias de las poblaciones locales objeto de las intervenciones desarrollistas o, más específicamente, de sus movimientos organizativos y activistas. (2012:324)

De outra forma, as críticas e reverberações da teoria pós-estruturalista também se voltam para uma tentativa de pensar o conhecimento e o saber a partir de paradigmas da colonialidade e do pensamento subalterno. Conforme mostra Radomsky (2011), é nessa tentativa que aparecem alternativas e uma reflexão sobre a agência às margens da modernidade europeia⁴⁷.

No entanto, há aqui um ponto crucial que diferencia esta tese, e em consequência as reflexões sobre desenvolvimento por ela trazidas, que a coloca em uma situação ímpar. Estamos tratando de um fenômeno urbano, ao mesmo tempo que global, com agências e reflexos locais, com processos e impactos vivenciados por habitantes de uma metrópole, de uma cidade moderno-contemporânea. Seguindo as linhas de Radomsky, ao citar Pieter DeVries (2007), ainda é preciso e necessário pensar no desejo e na sedução que o desenvolvimento exerce sobre as pessoas e sociedades. Antropologicamente falando, seria um erro afirmar a todo o momento que as vontades e necessidades dos interlocutores de nossas etnografias sejam falsas ou deslegitimadas frente à poderosa máquina desenvolvimentista. É a partir dessa questão que a pesquisa abre espaço para o debate que já vem sendo feito no projeto sobre a memória do trabalho na cidade. Partindo do pressuposto que a análise das transformações das relações, formas e feições do trabalho podem versar sobre diferentes âmbitos da vida social, envolvendo diferentes níveis de análise, podemos ir de uma política nacional de desenvolvimento do país às práticas cotidianas de sujeitos que são envolvidos nas intermediações e múltiplas relações deste processo, através da etnografia.

Neste âmbito, entram aqui discussões atuais sobre desenvolvimento, trabalho, e ambientalização de conflitos sociais, para dar conta deste múltiplo processo que desencadeia uma série de relações, teias e redes na cidade de Rio Grande. Este é, talvez, um caminho promissor para se pensar os questionamentos que se colocam nesta tese. Tanto as respostas de Arturo Escobar às críticas dirigidas ao pensamento pós-estruturalistas, quanto as etnografias mais recentes feitas sobre o desenvolvimento sugerem que é possível, através do estudo de redes, pensar em novas saídas para a

⁴⁷ Entre outros, ver a excelente organização feita por Lander (2005).

antropologia enquanto não só crítica teórico-epistemológica mas também enquanto ação política e voltada para as pessoas, como cita Eduardo Restrepo.

1.4.3 Um outro ponto de análise: o antropólogo como a(u)tor nas redes do trabalho de campo:

Antes de começar essa pequena parte deste capítulo, é preciso salientar que o objetivo motriz desta tese se orientou, do princípio, por uma reflexão acerca da memória do trabalho e das relações cotidianas, a partir do “valor trabalho” (Eckert, 1993) nas sociedades complexas. Tendo como espaço de discussão temas como duração, trabalho, formas de sociabilidade, cotidiano e memória ambiental, esta pesquisa busca entender e interpretar as relações existentes entre a dinâmica da transformação da cidade com as práticas cotidianas e as relações de trabalho de alguns de seus habitantes. De maneira mais específica, o centro de discussão se baseava na maneira em que uma política nacional de trabalho e desenvolvimento ligado à indústria naval é agenciada e articulada nas relações cotidianas e estruturais de crescimento das cidades, envolvendo diretamente os atores sociais envolvidos e suas práticas cotidianas. Há, de um lado, um fortalecimento desenvolvimentista que estabelece um plano rigoroso de crescimento do país, voltado fortemente para a economia do petróleo, e de outro, as práticas cotidianas que constroem redes, agenciadas por atores sociais ligados a diferentes setores da sociedade civil⁴⁸.

Como contribuição, trago aqui uma breve referência à reflexão da antropologia no que concerne ao trabalho e a trajetória dos trabalhadores através de conflitos e sociabilidades. Como expoentes, é possível citar os trabalhos de José Sérgio Leite Lopes (1976, 1988), Luiz Fernando Dias Duarte (1986), entre outros, colocam de diferentes maneiras a temática da cidade e das relações sociais como fundamentais para o trabalho.

⁴⁸ Tendo em vista que, segundo Renato Santos de Souza (2004), o Petróleo é hoje uma das mais importantes matérias primas do mundo moderno, sendo componente básico de mais de 6.000 produtos, sendo também responsável por cerca de 34% da energia elétrica utilizada no Brasil, é preciso um certo cuidado ao se avaliar as possibilidades de pesquisa e trabalho de campo possíveis de investigação. Por isso, enquanto universo de pesquisa, tomo aqui uma parte de sua cadeia produtiva, que envolve a indústria naval voltada para a extração do petróleo.

O primeiro trabalho de Leite Lopes, intitulado “O Vapor do Diabo”, é considerado chave, pois traz para a discussão do trabalho e dos conflitos de classe uma visão etnográfica extremamente interessante e intrigante. Através dos quatro capítulos, Leite Lopes coloca uma nova forma de interpretar o trabalho e os trabalhadores. A classificação das ocupações, a diferenciação interna dos trabalhadores a partir de suas capacidades, a percepção sobre seus salários e as relações de venda e as condições do mercado de trabalho são analisadas através de uma densa etnografia e uma íntima relação com os trabalhadores que é mostrada, na maioria das vezes, através de entrevista e das análises de trajetórias sociais dos operários do açúcar. No segundo (1988), Leite Lopes analisa a importância e centralidade da moradia nas relações entre trabalhadores, classes sociais e conflitos envolvendo a dominação da força de trabalho. Apesar de tratar de um exemplo extremo de um modelo específico de tecelagem (1988:36), há nesta obra uma continuação da tentativa de transformar as experiências etnográficas em um laboratório teórico para novas reflexões sobre trabalho, dominação e conflito de classes.

Já Luiz Fernando Dias Duarte traz para o tema do trabalho nas sociedades contemporâneas o debate sobre o estatuto da mudança social e da construção da “pessoa moderna” através do trabalho, configurando assim uma análise da “cultura das classes trabalhadoras urbanas” (1986:12).

Um dos desafios principais desta tese se configura como a possibilidade de se interpretar como trajetórias e projetos individuais se articulam e agenciam, dentro de um campo de possibilidades, narrativas e discursos sobre condições de vida, meio-ambiente e desenvolvimento. Exatamente por isso, tais trabalhos acabam se tornando referências para esta pesquisa.

É de forma complementar, e não menos importante, que evocamos, a partir da obra de Gilberto Velho (1994), considerações sobre o agenciamento da expectativa dos sujeitos frente a um campo de possibilidades. No caso dos impactos da indústria naval, mesmo considerando que existam apenas alternativas infernais (Stangers & Pgnarre, 2005) no que concerne aos conflitos sócio-ambientais, a partir de narrativas e trajetórias

individuais, é possível ver que há um campo de possibilidades destes sujeitos que vivem o cotidiano da cidade e dos estaleiros, motivado por diversos fatores como expectativas de crescimento profissional, conhecimento técnico-específico, novas oportunidades de trabalho e projetos individuais e familiares.

Gilberto Velho (2004) também nos dá pistas de como pensar as cidade moderno-contemporâneas, como um espaço privilegiado de heterogeneidades e complexidades, onde diferentes códigos de significados são entrecruzados e colocados em contatos, em diferentes situações. Gilberto Velho ressalta que é a partir da industrialização das grandes cidades brasileiras, e da divisão social do trabalho, que podemos entender as dinâmicas de uma sociedade complexa.

Diante de diferentes interpretações sobre a memória no espaço urbano, pretendo seguir a linha defendida por Eckert e Rocha (2005), ao salientar que esta fragmentação e heterogeneidade das cidades modernas brasileiras é o que constitui o elemento fundamental dos jogos da memória destes habitantes. Os indivíduos, nestes espaços, são chamados constantemente a reforçarem seus laços de pertencimento à cidade e seus lugares através de suas narrativas e repensam, nestas narrativas e nas suas práticas cotidianas, o tempo presente.

Portanto, seguindo DeCerteau (1994) há sempre uma ação narrativa na maneira como o sujeito se desloca e vive sua própria cidade. É no seu cotidiano, a cada passo, que ele reatualiza sua relação com a paisagem e sua sensibilidade diante de problemas comuns e ordinários. Esse ato de caminhar está para o pedestre assim como a enunciação para a língua, e por isso é interessante pensar nesta “enunciação pedestre” (DeCerteau: 1994, p. 177) através de uma “fala de passos perdidos” (*ibidem*, p.176). É somente através de atualização e de um retorno das práticas que pensamos, assim como este autor, que podemos pensar e talvez modificar a relação dos habitantes com a cidade:

O caminhante atualiza as condições e proibições desta “fala”, modifica, desloca e inventa. As variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam o deixam de lado elementos espaciais. (178)

O antropólogo, no meio disto, é mais um dos muitos enunciadores desta fala, desta compreensão interpretativa sobre o espaço e sobre as relações de poder, em constante mutação. Há, também, a preocupação da pesquisa em dar voz a outros habitantes, e realizar um deslocamento constante entre a fala do outro e a compreensão da paisagem.

Ao falar de desenvolvimento, precisamos acrescentar outros níveis de discussão e interpretação⁴⁹. Além desta microesfera do cotidiano e das relações entre trajetórias e escolhas individuais, há um nível macrossocial, que refere-se às grandes justificações sobre a necessidade de modernizar a indústria naval brasileira, às políticas nacionais e transnacionais de investimento no setor naval, suas ramificações e “clusters”, ao papel exercido por grandes corporações e às demais formas de macro-agenciamento público e privado de instituições vinculadas a este processo. Nesse sentido, estão aqui pensados toda forma de Fundos, Consórcios, Programas público e privados voltados para a indústria naval, ligada de maneira direta a um programa energético nacional e de políticas voltadas para a economia petrolífera.

Se pudéssemos, continuando a reflexão, “separar” analiticamente a realidade social, seguiríamos essa interpretação também em um segundo nível, “meso-social”, referindo-se aos espaços sociais em que se articulam (se amalgamando, se reforçando, se confrontando ou mesmo se negando) elementos macro e micro éticos do fenômeno. Como neste caso estão envolvidas redes de cooperação técnica ou que estabelecem algum tipo de mediação entre setores público, privado e que compõe a chamada sociedade civil organizada, este espaço se configura decisivo no que tange à tradução e legitimação de discursos voltados, sobretudo, para a harmonização assimétrica de interesses antagônicos. Ainda neste escopo de interpretação analítico-social, entram aqui diversas “entidades-satélite” (Gerhardt *et. al.*, 2012) que atuam propondo, elaborando, planejando e executando política que visam adequar os efeitos da modernização naval à realidade local. Gravitando em torno de grandes corporações,

⁴⁹ Há aqui uma clara influência e inspiração no debate sobre macro, micro e meso-ética trazido por Roberto Cardoso de Oliveira (1996)

agências governamentais e empresas públicas e privadas, estas "entidades-satélites" atuam de modo a atender (e por vezes fabricar) demandas requeridas por tais organizações.

No caso do fortalecimento da indústria naval, como parte desta "meso-esfera", além de instituições de pesquisa/ensino que reiteram o discurso desenvolvimentista e as macro-políticas voltadas ao setor, também entram em cena ações de órgãos de prefeituras, ONGs, OSCIPs, sindicatos, cooperativas, escritórios locais de órgãos governamentais (como INCRA, IBAMA e SEMA-RS), ministério público e outros agentes do campo jurídico, certificadoras e empresas especializadas em prestar serviços, realizar projetos ou que fazem consultoria ambiental, além de outras organizações cuja atuação ocorre junto às populações de algum modo afetadas pelos efeitos das ações executadas em nome da dinamização da produção naval.

Certamente, a distância entre estas esferas está longe de ser representada física ou até mesmo geograficamente, mas sim de acordo com suas implicações na influência que elas têm durante a pesquisa de campo, e através das formas em que elas reverberam na teia de sentidos e na rede de relações que são construídas pelo antropólogo.

Uma maneira interessante de entender a complexidade em que se estabelecem estas relações entre trabalho, desenvolvimento e cidade através do trabalho de campo, é o estudo de redes sociais. Dessa forma, tal abordagem ajudaria a realizar uma etnografia de diferentes espaços em que discursos e práticas ligadas à indústria naval se articulam na cidade de Rio Grande e arredores, ao mesmo tempo que contemplaria como ponto de ancoragem as relações simbólicas elaboradas pelos agentes e interlocutores em campo. Tanto Elizabeth Both (1976), quanto Larissa Lomnitz (1994) ajudam a pensar quais as relações e valores colocados diante do pesquisador quando este se pergunta a respeito das redes em sua etnografia. Adentrar e explicitar graficamente estas redes, como também nos ensina Howard Becker (2010) e Willian Foote-White (2005), esclareceria melhor para a pesquisa que posição e que valores sociais estão colocados em jogo nestes

jogos da memória (Eckert e Rocha, 2005), envolvendo as relações de trabalho, meio-ambiente e desenvolvimento urbano.

Ainda nesta linha de reflexão, é interessante pensar na contribuição de José Sergio Leite Lopes (1988), ao falar sobre a noção de uma tecelagem, uma teia de significados, muito próximo às linhas de Gilberto Velho. Ao falar de uma memória das fábricas de tecelagem em Pernambuco, Leite Lopes se indaga sobre as relações entre os interesses do patrão e os conflitos de classe. Mesmo assim, sua noção pode ser interessante para pensarmos nesta ideia de uma teia entre projetos individuais e coletivos. A ideia de tecelagem procura, metaforicamente

(...) passar a ideia de processo ativo e de “construção” histórica e cultural, da parte dos grupos sociais em presença a respeito dos conflitos de classe que têm aquela cidade por cenário. Ela evoca assim a ideia de “autoconstrução” de um grupo social, de formação de uma identidade social e uma “consciência de classe”(...) Mais ainda, ao sugerir a imagem de “teia”, “trama”, ou “imbricação”, ela pretende apontar para a análise de múltiplas determinações que atingem os conflitos de classe no interior dos quais o grupo operário de Paulista é protagonista. (Leite Lopes, 1988:22)

Pensar em redes através da obra de Lins Ribeiro (2008), por outro lado, é pensar nas redes enquanto instrumentos de legitimação das ideologias do desenvolvimento. Não só metodologicamente, mas de forma analítica e conceitual, pensar nas redes pode ser uma interessante aposta para se movimentar no meio de processos tão complexos e com diferentes níveis de compreensão. É através da forma como as redes são formadas dentro dos processos de desenvolvimento, bem como as características das diversas intervenções institucionais decorrentes dessa trama, que o poder será distribuído dentro destes campos. Os Projetos de Grandes Escalas (PGEs), com suas características estruturais de “expressões extremas”, para Lins Ribeiro, conseguem, através de suas redes juntar

(...) quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Como uma forma de produção ligada à expansão de sistemas econômicos, os PGEs conectam áreas relativamente isoladas a sistemas mais amplos de mercados integrados. Fluxos não-lineares de

trabalho, capital e informação entre tais projetos têm acontecido em escala global (2008:112-3)

A Petrobrás, enquanto uma “instituição poderosa” (Ribeiro, 2008:112), articula redes de diferentes níveis. Sejam os gerentes que vêm para Rio Grande morar em hotéis, condomínios de casas de luxo, passando pelos “peões” imigrantes do Espírito Santo e do Rio, em suas casas de 4 quartos compartilhadas entre 10 trabalhadores, até o morador de um bairro carente, próximo aos estaleiros, que busca renovar sua habilitação para ser o motorista da nova frota de 42 carros, alugada para a ECOVIX pela Noiva do Mar (empresa de ônibus da cidade), que faz o deslocamento dos trabalhadores até os estaleiros. As redes de poder, através da relação entre estes diferentes atores, em diferentes níveis, têm sua força exatamente estabelecida nesta heterogeneidade.

Se criam, através de um acesso ao poder sobre o ambiente e conhecimento, sujeitos locais ativos que se tornam agentes do desenvolvimento. Mas como se criam essas redes? Exatamente através de uma intermediação que conecta estes diferentes níveis de integração. O que Lins Ribeiro chama aqui de “intermediários” (2008:123), são atores que consideram a cultura como uma tecnologia gerencial de intervenção da realidade, e podem ser vistos como as diferentes estâncias de cooperação técnica e instituições que fazem reverberar o discurso do desenvolvimento. A apropriação das iniciativas desenvolvimentistas, para Lins Ribeiro, depende também de acesso a conhecimento e informação que capacitem os atores a entenderem o que está acontecendo.

As redes de cooperação técnico-científicas e o discurso legitimador por parte de “autoridades” que definem o que pode ser visto como natural e benéfico para uma região. Pelas palavras de Arturo Escobar, estes regimes de verdade seriam os mecanismos de legitimação articulados dentro de uma profissionalização do desenvolvimento. Construir o Terceiro Mundo como uma região geopolítica que necessita de desenvolvimento passa pela incorporação deste a uma política de conhecimento especializado e da ciência ocidental em geral:

Esto se logra mediante un conjunto de técnicas, estrategias y prácticas

disciplinarias que organiza la generación, validación y difusión del conocimiento sobre el desarrollo, incluyendo a las disciplinas académicas, a los métodos de enseñanza e investigación, a los criterios de autoridad y a otras diversas prácticas profesionales. (2007:86)

Segundo ainda a obra de Escobar, é possível ver que há uma interessante reflexão sobre a importância das redes nos estudos e nas alternativas aos processos desenvolvimentistas. Em resposta às muitas críticas sofridas pelos pós-estruturalistas, uma de suas mais recentes publicações foca-se em repensar questões de sua própria obra e sua atuação política enquanto antropólogo. Com o subtítulo “lugar, movimiento, vida, redes”, Escobar tenta articular uma formação hipertextual no livro, com a intenção de diminuir a fronteira entre conhecimento acadêmico e ação política e ativista, através da inclusão de diferentes marcos de pesquisa e análise. Segundo ele, aspectos que

son tanto dependientes como independientes del contexto/ambiente, auto-organizados y externo-organizados (other-organized), tanto con explicaciones de causalidad lineal como no lineales, en el cual agentes y estructuras son inseparables, y en el que el emergente movimiento modelado es explicado mejor como el resultado de la interacción en el terreno de la actividad recurrente y las condiciones circundantes (2010:13)

O relato de encontros entre ONGs e outras instituições serve como objeto para que Escobar pense nas novas agências que articulações entre redes e os cenários contemporâneos da globalização e desenvolvimento. Mais que um exemplo a ser seguido para análise de alternativas (ou críticas) ao modelo global de desenvolvimento, tal obra se torna aqui importante por trazer uma nova reflexão sobre como as redes, enquanto “códigos de conduta” (2010:292) são também práticas de produção de conhecimento mútuo.

Ademais, é através da articulação de diferentes redes que Escobar analisa uma série de impactos e mudanças junto a comunidades locais dentro de uma escala de múltiplos níveis de decisões. Dito de outra forma, Escobar afirma, pelo estudo das redes, que decisões que afetam as comunidades negras do pacífico são tomadas em diferentes níveis institucionais.

Porém, o que nos parece mais rico aqui é ver como Escobar analisa as formas que diferentes teorias sociais se utilizam do conceito e do método de redes. Podemos pensar que a antropologia de um processo como o desenvolvimento da indústria naval na região sul do RS, poderia lançar mão de uma teoria social que se constrói sobre a base do conceito de rede e, a partir do próprio exemplo trazido pelo antropólogo colombiano, pensar através de Latour (2012) e da Teoria do Ator-Rede (TAR), afirmando que o real é também um efeito destas redes. De certa forma, se para Malinowski só era possível perceber essas redes que compõem a estrutura social a partir da rígida avaliação sociológica, é possível, no giro de Latour através da TAR, pensar que a rede se constitui também através da ação do antropólogo, do cientista social.

Há, claramente, de um lado, redes de instituições e organizações gigantescas na política de incentivo a indústria naval na cidade de Rio Grande. São estas as que Manuel de Landa (1997 *apud* Escobar 2010) denomina como hierárquicas. Por outro, há o que o autor denomina como redes auto-organizadas, ou *meshworks* (Landa *apud* Escobar, 2010:304), que se baseiam na tomada de decisões descentralizada, na auto-organização, sem um objetivo único específico. De qualquer forma, só é possível construir ou interpretar estas redes através do trabalho analítico de pesquisa etnográfica, e se colocar, nesse sentido, como um ator-rede de Latour. Isso nos traz, enfim, até a provocação feita por Ingold à TAR, através da metáfora do encontro entre a aranha e a formiga⁵⁰. Pensar em teias, através do “pensamento da aranha”, é pensar que o contexto social em que nós, antropólogos, nos inscrevemos enquanto sujeitos ou atores-rede, só é conduzido e percebido através das linhas que reverberam em nós. Nós construímos cotidianamente, através e a partir de nosso corpo (diários, encontros, entrevistas), relações e fios não-regulares, objetos de análise com seus conteúdos que se colocam sobre outros objetos que podem ser justapostos ou subjugados. Nem tudo, e nem todos os eventos podem ser agregados impositivamente à rede de cooperação sócio-técnica que configura e constrói a realidade social em Rio Grande, pois essa

⁵⁰ Ingold, 2008

realidade só tem sentido, só é objeto e alvo de compreensão a partir da própria inserção de outros sujeitos tecendo linhas e conexões a todo o momento.

Porém, como é possível encontrar e mapear nosso “DNA” de aranha? De outra forma, é preciso se perguntar como a Antropologia vem tentando responder às indagações sobre desenvolvimento, meio-ambiente, crise e novas configurações do trabalho através da etnografia, da postura que configura aquilo conhecido como a unidade do pensamento antropológico.

1.4.4 Etnografando / tecendo redes, trajetórias e mediadores:

Como um dos últimos esforços desta parte da tese, cabe aqui uma breve revisão de teses e trabalhos antropológicos que têm se dedicado ou ao menos pensado questões relativas a grandes projetos de desenvolvimento, bem como seus impactos, reverberações e consequências. Dentre muitos campos a serem explorados, um dos que obteve mais visão nas duas últimas décadas têm sido aqueles ligados ao que é chamado de uma antropologia dos impactos socioambientais. Há, também, um espaço que é aberto através dos estudiosos do trabalho, da cidade e das formas de sociabilidade entre trabalhadores de cidades moderno-contemporâneas.

Um destacado trabalho, escrito com base em um trabalho de campo de quase 10 anos, é a dissertação de mestrado de Diana Antonaz, defendida em 1995, e orientada por José Sérgio Leite Lopes. Este trabalho torna-se aqui exemplar e basilar pois é um dos primeiros a unir a preocupação de uma antropologia do trabalho com os impactos dos grandes projetos na vida e nas trajetórias de trabalhadores da indústria. Além da orientação de Leite Lopes, Diana Antonaz utiliza-se de referências como Gustavo Lins Ribeiro para falar das articulações globais em consórcios de grandes projetos e Abdelmalek Sayad ao citar os processos de migração que ocorrem em projetos desse gênero.

Há, na dissertação de Antonaz, elementos que aparecem atualmente em diversos trabalhos de campo e monografias antropológicas sobre grandes projetos industriais. Articulação entre diferentes níveis e esferas governamentais em relação com

comunidades locais, as trajetórias e campos de possibilidades como formação identitárias dos trabalhadores, conhecidos como “trecheiros” (1995:43), bem como as hierarquias e relações simbólicas envolvidas nas diferenças entre estes e os engenheiros.

Como já citado anteriormente, o trabalho de Lins Ribeiro também aparece como um dos marcos da etnografia sobre desenvolvimento e grandes projetos no Brasil. O livro, resultado da sua tese de doutorado, é considerado pioneiro na área dos estudos sobre desenvolvimento no Brasil por tratar etnograficamente de todo o sistema que envolve o processo de planejamento e construção de uma grande hidrelétrica. Lançando mão da reflexão sobre poder de Eric Wolf, Lins Ribeiro analisa o caso da implementação da hidrelétrica de Yacyretá, e propõe um giro metodológico na maneira em que as redes são pensadas. Para Lins Ribeiro, não seria suficiente apenas traçar a malha das redes sociais que dominavam o processo de implementação do projeto, mas também compreender o ambiente e a estrutura institucional na qual estes grandes projetos são abalizados:

As redes sociais num projeto de grande escala operam num ambiente institucionalizado. Um ambiente no qual um estrutura burocrático-institucional garante a continuação ininterrupta do projeto, de maneira relativamente independente da interação de grupos de poder situados em distintas posições hierárquicas (1991:18)

Para Lins Ribeiro, há uma nova forma de organização empresarial no novo sistema-mundo que opera nestes grandes projetos, e que são chamados de consórcios. É neste ponto em que se encontra um profícuo debate sobre escalas da etnografia, e sobre como a antropologia, ao estudar grandes projetos, acaba voltando-se para perguntas que sempre estiveram entre os principais interesses da disciplina. Lins Ribeiro separa estas reflexões em quatro tópicos. O primeiro, denominado “análise da expansão econômica” (1991:24), está ligado aos esforços que os antropólogos fazem para entender o conflito e os problemas gerados entre povos tradicionais e grandes civilizações. A contribuição da antropologia, neste sentido, é reforçar a prática do trabalho de campo, para que a disciplina não reproduza alguns apriorismos que tendem

a ressaltar de um lado a força das influências externas, ou por outro a particularidade de dadas culturas. É por isso que, para o autor, é importante que o pesquisador conheça a multiplicidade de instituições e atores sociais envolvidos no planejamento e execução de grandes projetos.

O segundo ponto versa sobre as novas configurações globais de integração através do sistema capitalista. Para Lins Ribeiro, a antropologia tem se desafiado constantemente a pensar concepções e abordagens teóricas que deem conta da crescente complexidade e interdependência do mundo. Há um diálogo evidente com George Marcus e Michael Fischer, quando estes pensam na antropologia enquanto disciplina capaz de realizar uma crítica cultural a si mesma, dentro deste novo contexto de sistema-mundo, cada vez mais interdependente.

“Anthropology is not the mindless collection of the exotic, but the use of cultural richness for self-reflection and self-growth. To accomplish this in the modern world of increased interdependence among societies and mutual awareness among cultures requires new styles of sensibility and of writing”(Marcus & Fischer, 1986)

O terceiro ponto levantado por Lins Ribeiro são os desafios propostos e levantados pela antropologia do desenvolvimento, mais especificamente na interação entre novas configurações do Estado Nação e o capital financeiro que começa a exigir, não só de antropólogos, novas formas de avaliação de impactos socioambientais, criando assim um novo campo de pesquisa e atuação profissional. O debate entre a prática acadêmica e a disciplina antropológica enquanto uma ciência aplicada volta à tona dos debates atuais. A visão do autor é um tanto otimista, ao apontar que agora os antropólogos são também protagonistas das decisões do sistema mundial. Na realidade, o debate que se prosseguiu nas últimas duas décadas teve como principal foco exatamente o contrário, criticando a atuação de impactos em grandes projetos de desenvolvimento.

A base principal dessa discussão no campo do desenvolvimento tem sido a noção de ambientalização dos conflitos sociais. Cunhada por Leite Lopes, o termo busca dar conta de novas práticas e estratégias de lutas sociais pós década de 80, onde o discurso

ambiental começou a se instaurar como um dos principais idiomas do desenvolvimento. Se de um lado as agências e instituições acabaram abraçando o conceito de desenvolvimento sustentável, os movimentos sociais de impactados e atingidos por grandes projetos acabou se valendo dos debates ambientais para reforçar as múltiplas vozes que compõem diversas lutas sociais.

Para Leite Lopes (2004), há uma nova questão social, uma nova demanda pública que está relacionada com o meio ambiente, com a natureza polissêmica que está contida no termo “ambiente”, que pode expressar tanto problemas e questões sociais anteriores, como novas indagações criadas pelos movimentos sociais emergentes. É evidente a influência dos outros dois trabalhos de Leite Lopes, ao afirmar que as populações e comunidades que vivem próximas a fábricas e indústrias tendem a relativizar, suportar e naturalizar diferentes conceitos de natureza e poluição, com diferentes graus de tolerância. Em outro artigo (2006), Leite Lopes afirma que as transformações no Estado e no comportamento das pessoas, que configura o processo histórico de ambientalização tem a ver com cinco fatores:

o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. (2006:36)

Porém, há uma série de etnografias que fazem uma releitura do conceito de ambientalização, e utilizam-se dos termos ligados ao meio-ambiente para falar de uma luta por direitos através da noção de justiça ambiental. A Rede de Justiça Ambiental é formada por pesquisadores, dentre eles antropólogos, que se debruçam em cima de conceitos como a ambientalização dos conflitos sociais, conflitos socioambientais, justiça ambiental, entre outros. Henry Acselrad escreve, em seu livro “O que é Justiça Ambiental” (Acselrad, 2009), um panorama didático e segundo ele “inovador” (2009:8) para pensar as relações entre a questão social e ambiental.

O debate principal levantado por Henry é centrado na ideia de que é necessário contra a distribuição desigual das consequências ambientais que são reforçadas pelo livre mercado. Há uma reflexão entre o senso comum ambiental e o movimento por justiça. O conceito de justiça ambiental, segundo Henry, tem sua gênese nos anos 80, nos Estados Unidos, quando os debates sobre questões ambientais urbanas começaram a tomar corpo na produção acadêmica, inserindo a questão racial para pensar nas desigualdades e práticas discriminatórias das agências governamentais com relação a países do terceiro mundo (2009:20). Os princípios do movimento são abalizados por uma democratização do debate sobre as consequências ambientais, lutando por um outro modelo de desenvolvimento e de caráter coletivo das lutas ambientais. O que é mais interessante notar aqui, são as estratégias do movimento: a articulação de redes dentro de um contexto global, para tentar mostrar que não há, ao contrário do senso comum, algum tipo de democracia ao falar sobre degradação ambiental do aquecimento global (2009:39).

Se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou causalidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental (2009:73)

O interessante é ver que, assim como Escobar cita as redes como ferramentas analíticas e também como prática política, a rede de justiça ambiental levada a cabo por Acselrad e outros também se articula com laboratórios, pesquisadores, ONGs e instituições diversas⁵¹. Dentre alguns, podemos citar aqui o trabalho de Andrea Zhouri. Em um livro escrito e organizado em conjunto com Klemens Laschefski⁵², os dois autores deixam claro que a noção de conflito é extremamente fundamental neste debate entre ambientalismo e desenvolvimento sustentável. Segundo Zhouri e Laschefski, há uma pedagogia empresarial voltada para a conciliação, para o “meio-termo”, onde o campo dos conflitos ambientais encontra-se caracterizado pela diversidade e heterogeneidade

⁵¹ Na cidade de Rio Grande o Observatório de Conflitos Socioambientais do extremo sul do Brasil é coordenado pelo professor Carlos Machado, e são atores centrais nesta pesquisa. Também é possível ver outros integrantes dessa rede em uma coletânea organizada por Henri Acselrad (2004)

⁵² Zhouri & Laschefski (2010)

dos atores e seus modos de projetos o futuro através de suas ações no mundo (2010:15). É interessante notar que há uma tentativa de colocar o conflito como central, na linha proposta também por Acselrad, entre outros, que há sempre uma tentativa, por parte das empresas envolvidas em projetos de desenvolvimento, de desmobilização dos agentes locais tentando conquistar a adesão da comunidade para a causa das empresas. (Acselrad, 2009:91).

Estas diferentes estratégias de resolução de conflitos, de relações entre comunidades e empresas, é um tema também muito explorado por trabalhos atuais. Ao mesmo tempo em que surgem novas técnicas de resolução, novas interpretações e táticas surgem no cenário acadêmico e político. Henri Acselrad e Gustavo Bezerra (2007) apontam que há uma tentativa sempre despolitizar os conflitos e trata-los de modo a retirá-los do debate da esfera pública. Segundo os dois autores, nunca é colocada em cheque a necessidade ou não do desenvolvimento, nem os modelos de consumo. Há, por outro lado, sempre uma tentativa de importar conceitos e técnicas de negociação de outras áreas para dentro dos conflitos ambientais gerados por mineradoras, hidrelétricas, entre outros. Um dos textos citados é o livro organizado por Roger Fischer, que reúne uma série de estratégias, dicas e técnicas de como chegar ao sim (Fischer, 2005).

Poderíamos aqui citar uma série de estudos e etnografias realizadas junto a populações atingidas por grandes projetos de desenvolvimento. No caso das hidrelétricas, a própria conceituação do termo “atingido” pode ser encontrado nos textos de Carlos Vainer (2008) ao pensar a noção de atingido e mostrar os esforços que se têm feito para a criação de novas concepções políticas do termo. Através de uma avaliação dos mecanismos de definição nas redes multilaterais, e da própria Eletrobrás (que encomendou o texto), Vainer afirma que o grande problema nas políticas atuais não é uma questão conceitual, mas sim na forma como empresas e consultorias têm desrespeitado parâmetros há anos já estabelecidos. Nesse sentido, é possível perceber que há uma série de redes e articulações feitas por bancos multilaterais (Schwartzman, 1998), bem como uma visão de natureza do Estado que é diferente de alguns dos

principais atingidos por estes projetos (Viveiros de Castro & Andrade, 1998). Há, também, um esforço de agências e redes internacionais para o reconhecimento de direitos destas populações, como pode ser visto em um livro organizado por Oswaldo Sevá Filho e financiado pela International Rivers Network (Sevá Filho, 2005).

Certamente, há também um debate sobre as maneiras como EIA/RIMAs⁵³ vêm sendo feitos, e uma tentativa de buscar maneiras menos assimétricas de debate sobre atingidos, justiça ambiental e equidade ambiental, como forma de repensar os processos de avaliação de impactos e retirar do Estado e das grandes empresas o poder diante destes estudos. Um exemplo disto é a publicação do Relatório-Síntese do Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental, lançado pela FASE e pelo ETTERN, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do IPPUR, no Rio de Janeiro⁵⁴. O relatório tem um forte apelo para o número e a forma como diversas licenças ambientais foram elaboradas voltadas para o PAC, e critica aquilo que Cecília Campelo Mello chama de “alternativas infernais” (2009) no discurso do governo. A Avaliação de Equidade Ambiental (AEA), conforme afirma Jean-Pierre Leroy e Henri Acselrad na introdução do Relatório, é

Desenvolver propostas de tomada de decisão democráticas e elementos de metodologia que contribuam para alterar a correlação de forças no debate sobre o impacto dos projetos de desenvolvimento, fazendo valer a perspectiva diferenciada dos grupos sociais “atingidos” e/ou correntemente menos capazes de se fazer ouvir na esfera decisória. (FASE, 2012:16)

Através do Relatório, é possível ver a importância do PAC enquanto um projeto de desenvolvimento em curso e que gera uma série de consequências e impactos em diversos sentidos. Como veremos a seguir, o incentivo a indústria naval insere-se nesse novo contexto de políticas voltadas para o setor energético. Apesar de não estar inserido especificamente nas duas etapas do PAC, o entorno das ações, estruturas e instituições que se movem através da construção de grandes plataformas de extração

⁵³ Estudos de Impactos Ambientais / Relatórios de Impactos Ambientais.

⁵⁴ Disponível em <http://issuu.com/ongfase/docs/rs-equidade>.

do petróleo necessita fortemente dos braços em que se divide o Programa: medidas de infraestrutura, medidas para o estímulo de crédito e dos financiamentos, desoneração tributária, medidas fiscais de longo prazo e por fim a melhoria no marco regulatório na área ambiental⁵⁵.

Temos, portanto, um desafio de construir essa rede e mostrar, não só através do texto, como as escolhas e os traços tecidos pelo antropólogo têm importância na construção do objeto de pesquisa. Em Rio Grande, os múltiplos espaços e diferentes agentes exigem diferentes abordagens e escolhas. Como será visto no segundo capítulo, é preciso dar conta de uma série de articulações e mediadores para falar sobre os impactos do desenvolvimento e as novas relações de trabalho nas cidades moderno-contemporâneas.

1.5 Uma nova abordagem, o que vem depois do pós-estruturalismo?

Para dar conta da pergunta sobre como ou por onde começar uma discussão que supere o debate pós-estruturalista, volto aqui minha atenção para um debate atual sobre redes enquanto conceito de sociedade e metodologia em um novo contexto da disciplina antropológica.

O debate que vem responder às críticas pós estruturalista sobre desenvolvimento, principal fator responsável por uma guinada nesta tese⁵⁶, tenta, de certa maneira, responder a estes dois questionamentos colocados anteriormente. O papel do antropólogo nestes espaços e uma metodologia que seja capaz de dar conta deste novo questionamento. É importante não só para entender o projeto em questão (da indústria naval), como também encontrar formas e maneiras de lidar com essa relação entre projeto/alvos dos projetos, discurso/prática, estruturas de poder/estratégias de resistência.

⁵⁵ BRASIL (2007a; 2007b). Como será visto a seguir, o movimento de fortalecimento da indústria naval nacional tem seu início 5 anos antes do lançamento da primeira fase do PAC, em 2007. Aliado a uma série de fatores, tendo como principal eixo a descoberta da camada Pré-Sal em 2006, o eixo voltado para a exploração e desenvolvimento energético chegou a ter um investimento de R\$ 759 bilhões.

⁵⁶ Agradeço ao professor Guilherme Radomsky pelas pontuais e brilhantes ponderações durante a avaliação no processo de qualificação e diálogos em outros espaços acadêmicos e não acadêmicos.

Por um lado, se vê nesse diálogo atual uma preocupação em questionar esse papel. A maioria dos antropólogos que reavivam o debate estão envolvidos nestes processos e projetos de desenvolvimento. Por isso mesmo, os contextos etnográficos colocados são, de maneira genérica, distintos do que trago aqui⁵⁷. O projeto da indústria naval coloca-se como inédito não só para os atores envolvidos no processo, mas também diante da abordagem antropológica.

Ao contrário dos já clássicos pós-estruturalistas (Escobar, Ferguson) e seus críticos consequentes, o projeto não se dá numa relação entre iniciativa público e/ou privada no dito primeiro mundo em direção aos países de terceiro mundo. Também não é, como afirma Leticia Cesarino (2014), um projeto Sul-sul, com outras conexões e escalas nas relações de poder. E também não é, falando dos projetos nacionais, como as fábricas de alumínio (em grande parte multinacionais) da Amazônia narradas por Antonaz (1995) nem um tríplice projeto entre-governos da hidrelétrica trazida por Lins Ribeiro. (1991).

No entanto, é através da interface entre estas diferentes propostas, aliadas à preocupações relativamente recentes de campos em efervescência na antropologia pós década de 90, que busco aqui uma proposta teórico-metodológica. Grande parte destes novos cenários apontam para uma revisão da noção de projetos de desenvolvimento e sua relação com as políticas de conhecimento e poder.

Dois grandes expoentes dessa nova relação entre antropologia e desenvolvimento são Frederick Cooper e Randall Packard (1997). Os dois estão preocupados em pensar nas relações entre o desenvolvimento enquanto uma política de conhecimento. Ao mesmo tempo que revivem algumas das ideias dos pós-estruturalistas, também pensam nesta forma menos dualista de lidar com as relações entre os atores envolvidos. Para eles, pensar em redes é pensar nessas políticas de conhecimento.

⁵⁷ Obviamente, olhando com cuidado, nenhum contexto e universe etnográfico são idênticos entre si.

Os apontamentos trazidos por David Mosse (2005), apesar de não estar colocado no mesmo contexto etnográfico, é deveras interessante e contribui de maneira significativa para este trabalho. Apesar de sua pergunta inicial ser como se reconfiguram as ações e as posições de atores no contexto da ajuda transnacional, a pergunta volta-se a todo momento para pensar que tipo de Antropologia está sendo feita a partir de novos contextos, a partir de novas posturas, que consideram uma complexidade outra nesta relação entre desenvolvimento e seus atores.

A contribuição de Mosse no livro “The Aid Effect” é justamente pensar através de uma terceira abordagem sobre as relações de poder nos processos de ajuda internacional, pensando que esses processos não operam somente através de um domínio negativo de poder compulsório, mas sim através de um poder positivo que também legitima e empodera ações, operando sobre regimes de verdade que estruturam um campo de possibilidades de ações onde indivíduos se constituem, sejam eles por seus desejos, suas aspirações e/ou seus interesses.

Para John Friedman (2012), somente um mergulho etnográfico nessa complexidade que se apresenta nos projetos de desenvolvimento globais é capaz de pensar numa nova abordagem antropológica.

Sua crítica ao pós-estruturalismo e sua noção monolítica de desenvolvimento (2012: 25) passa por pensar o texto (discurso de poder e práticas) no contexto. Ou seja, esse dito romantismo binário entre local e global precisa ser olhado com mais detalhe e ser tomado dentro de suas próprias complexidades.

Friedman, dessa forma, também coloca uma pergunta que não é exatamente igual ou semelhante às que faço aqui na tese, mas sua proposta ajuda a pensar em algumas respostas. Como podemos, portanto, pensar em uma antropologia *no* desenvolvimento?

Ao negar o caráter polissêmico do desenvolvimento, segundo Friedman, a crítica pós-estruturalista eliminou a agência de tanto sujeitos do desenvolvimento quanto dos próprios antropólogos que estavam inseridos nestes projetos. O autor sugere, portanto,

uma reorientação teórica: para ele, é preciso pensar numa análise que dê conta da relação entre prática social, processos históricos e culturais no encontro colonial. Seguindo a orientação dos Comaroffs (1985), Friedman analisa o presente como sendo produto de um “processo dialético nos dois sentidos”. Dessa forma, a própria etnografia também emerge como parte de um jogo estrutura social e agência humana de um lado, e dominação e subordinação do encontro colonial no outro.

Temos que ver o “desenvolvimento”,

as the product of the interplay between *localized* social and political forces on the one hand, and the dominant and subordinate in the *global* development encounter on the other. The development encounter, like the colonial encounter, becomes the product of two dialectical relations – one local, one global – in a dialectical relation with one another. (35)

Vemos assim, que é preciso, também, reconfigurar e repensar a própria noção de desenvolvimento. A proposta de Friedman é colocar uma relação entre relações, situar o desenvolvimento como produto de outras duas relações dialéticas. É fundamental, assim, colocar os atores do desenvolvimento, seus agentes e suas ações dentro do contexto em que estão inseridos. Para ele, o desenvolvimento seria então um “ponto de encontro de diferentes narrativas”.

The development process is no longer the product of a reified discourse, but rather of the dynamics interplay between conscious, living, acting subjects. We all actively contribute to, and create, “development. (Friedman, 2012:38)

Mesmo assim, essa noção, mesmo que dinâmica, ainda sustenta uma certa dialética entre o local e o global, entre prática e discurso. Uma interessante contribuição para pensar vem através do já citado texto de David Mosse em sua coletânea escrita em conjunto com David Lewis. (2005), ao pensar que o desenvolvimento, se for analisado, precisa ser pensado dentro de uma sociedade em redes,

a complex array of formal and informal, state and non-state agencies, and ungovernable global financial markets that exceed the control of even the most powerful transnational actors (2005:14)

E segue, neste fio condutor, ao defender que essa visão nos ajudaria a revelar uma série de redes de práticas, uma diversidade de atores, mediadores, perspectivas e interesse que estariam por trás de um modelo de política universal.

Neste sentido, a pergunta feita por David Mosse (2005) é fundamental aqui para entendermos o que tem guiado novos estudos sobre desenvolvimento, em diálogo com o debate trazido por Escobar (redes) e seguido por alguns autores brasileiros ao falarem de grandes projetos, como Antonaz e Lins Ribeiro.

No entanto, a partir da crítica a estes estudos realizados pós anos 90, veio também uma nova perspectiva de sociedade que sugere aos pesquisadores de diversas áreas também uma nova visão e abordagem sobre redes.

De uma certa forma, isto seria o reconhecimento de uma maior complexidade na visão sobre o que se entende a partir do termo sociedade, desmembrando sua pretensa unidade e assim reforçando a necessidade de se pensar em diferentes níveis, escalas, configurações, campos, entre outros. O caso de Rio Grande aqui estudado colocou-me diante deste desafio. Como pensar um projeto de desenvolvimento através de suas diferentes escalas, de suas diferentes conexões e suas diferentes noções e discursos?

Grande parte destes novos pensadores do desenvolvimento, além de estarem inseridos nestes novos projetos, como dito acima, sofreram forte influência dos pesquisadores da chamada vertente STS⁵⁸, inspirada principalmente por John Law e Bruno Latour.

Não a toa, o ensaio clássico que ajuda a firmar o campo da STS e de uma visão voltada para as relações sociotécnicas, de John Law, está numa coleção de ensaios com o título de “Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination”. As relações de poder continuam inseridas nas avaliações deste campo, mas há uma outra visão de como essas relações se estabelecem e se reconfiguram.

⁵⁸ Science and Technology Studies

A ideia de que é preciso se fazer uma sociologia de monstros carrega consigo uma noção de que há uma continuidade entre entidades e suas relações, de que há sempre uma heterogeneidade nos objetos que estudamos, configurando assim monstros, colagens ultrajantes e heterogêneas que são criadas, também, por quem os pesquisa. Só assim entenderemos

why it is that some monsters find it so easy that they scarcely look like monsters at all; why it is that some monsters are truly wretched, subjected to pain, deprived of all hope and dignity; and how it is that we might work towards a form of modest, multifocal organization, where all could be reborn as hopeful monsters - as places where the necessary incompatibilities, inconsistencies and overlaps come gently and creatively together (Law, 1991: 19)

Essa outra noção de uma heterogeneidade e hibridismo nas relações entre poder e conhecimento é o que dá a força motriz para autores que repensam estes dois grandes pilares que sustentam a base já citada da “torre de marfim” distante das pessoas que está no cerne da crítica aos autores do pós-estruturalismo, como Escobar, Ferguson, Hobart, entre outros. Um exemplo dessa nova visão pode ser vista na visão de uma sócio-antropologia do desenvolvimento sugerida por Albert Arce e Norman Long.

A ideia é de que se tente dar conta de vários aspectos e escalas. Não só o cotidiano, a linguagem e discurso, mas também enquadramentos institucionais de larga-escala, campos de recursos, redes de comunicação e suporte, ideologias coletivas, arenas de lutas sócio-políticas, bem como crenças e cosmologias que possam moldar as improvisações dos atores lidando e planejando ações sociais.

We must encompass not only everyday social practice and language games, but also larger-scale institutional frameworks, resource fields, networks of communication and support, collective ideologies, socio-political arenas of struggle, and the beliefs and cosmologies that may shape actors' improvisations, coping behaviours and planned social actions. (Long, 2011:4)

Neste livro voltado especificamente para a teoria orientada para o ator, Long faz uma interessante reflexão sobre a noção de sociedade, através dos conceitos de arenas, domínios e campos sociais. Uma de suas maiores contribuições para o estudo de projetos de desenvolvimento vem com uma reinterpretação destes termos, ao afirmar

que a vida social é composta por múltiplas realidades. Um exemplo próximo ao que é trazido nesta tese vem ao refletir sobre o impacto e as redes sociotécnicas ligadas às commodities. Para o autor, a produção destas implica em uma série de transformações de valores no mercado, não somente ligado à cadeia da commodities em si, mas também como a “commoditização”

impacts on the social values attributed to other goods, relationships, livelihood activities and forms of knowledge. In this way involvement in commodity chains may set off (but not determine) a number of significant cultural transformations. (Long, 2011:51)

Para dar conta de tal análise, é preciso rejeitar uma visão homogênea ou unitária de cultura, através de três conceitos chaves: repertórios culturais, heterogeneidade e hibridismos.

A influência “latouriana” também impacta no pensamento de Mosse (2005), ao pensar como se dá o sucesso das políticas das ideias ou projetos. O autor reconhece que não há um desenho ou estratégia inerente às mesmas relações, mas depende da habilidade dos atores (coletivos ou individuais) de criar uma coerência sobre os argumentos que são colocados em oposição.

O projeto do desenvolvimento, para Mosse, dito de outra forma, precisa assim de comunidades interpretativas! A agência efetiva de um projeto de desenvolvimento exige uma manipulação/geração estratégica de redes de atores através de diferentes discursos que tomam parte, sempre inscritos no projeto de outra ou outras pessoas. (Mosse, 2005:8)

Há assim, em certos momentos, uma estabilização nas narrativas e nas várias interpretações sobre problemas comuns que surgem no seio dos projetos de desenvolvimento. A diferenciação de interesses práticos ao redor de políticas de desenvolvimento ou modelos de projetos “unificados” é uma consequência de um registro de sucesso, e uma condição de estabilidade e sucesso. Aqui, há um ponto crucial para esta tese, que é o constante trabalho de “tradução” entre objetivos políticos para objetivos práticos, onde é deveras importante o papel de mediadores,

corretores especializados. Isto só é possível, segundo o autor, à própria produção de ambiguidades. Citando Latour, Mosse escreve

This is possible because of the productive ambiguity that characterises development policy's 'master metaphors'. But it also requires the constant work of translation (of policy goals into practical interests; practical interests back into policy goals), which is the task of skilled brokers (managers, consultants, fieldworkers, community leaders – the subjects of this book) who read the meaning of a project into the different institutional languages of its stakeholder supporters, constantly creating interest and making real (cf. Latour 1996: 86)

Essa tarefa de mediação e tradução, segundo muitos dos antropólogos envolvidos, é pensado, seguindo a linha do pensamento de Latour, através da noção de redes. Norman Long (2004) aponta para as redes sociais e de que forma entender suas formações nos levaria a uma compreensão melhor das relações entre os atores do desenvolvimento. Para ele, as práticas situadas dentro do campo do desenvolvimento carregam consigo uma série de expectativas de normas e comprometimentos não só com o discurso do desenvolvimento em si bem como o desenrolar de tecnologias, recursos, discursos e textos em forma também de documentos. Para ele, estas redes seriam formas por uma série de relações de trocas diretas e indiretas:

Social networks are composed of sets of direct and indirect relationships and exchanges. The nodes in a network may be individuals or organised groups – for example, family enterprises or business firms. Their morphological characteristics are related to content and structure; that is, the individual relationships can be depicted in terms of their normative contents and frequency of interaction which shape specific exchanges, while the overall configuration of connecting links can be characterised in terms of span, density and clusters. Networks evolve and transform themselves over time, and different types of networks are crucial for pursuing particular ends and engaging in certain forms of action. (2004:55)

Em grande parte, a noção de redes também aparece como uma resposta às próprias estratégias empresariais de organização. Uma intensificação no conceito e seu consequente uso não tem a ver só com uma onda de antropólogos influenciados por Latour, mas também uma necessidade de se entender a dinâmica desses novos processos de desenvolvimento que não se dão de maneira vertical ou unidirecional. Em um artigo de Henry, Mohan & Yanacopulos (2004), as redes transnacionais são tratadas

como agentes, e não só resultados do desenvolvimento. Para eles, no novo contexto do capitalismo global, estas redes têm potencial de serem mais flexivas, menos hierárquicas, mais dinâmicas, superando uma separação espacial dos estados-nações e produzindo novas escalas econômicas.

É interessante notar que o termo escala aparece assim com frequência ao se falar sobre as novas configurações das relações. Para os autores, o estudo das redes não aparece em muitos dos debates sobre desenvolvimento pois já são tidas como enraizadas, porque aparecem através de outros nomes como globalização, etnicidade, reciprocidades e também porque é preciso um esforço multidisciplinar para analisa-las. Para os autores, as redes são ao mesmo tempo ressonâncias quanto agentes, mas é preciso ir além de uma visão materialista sobre o ator que está inserido nestas redes, e segue na ideia de que há uma distinção um tanto equivocada entre redes transnacionais e redes locais. Para eles, ao pensar as redes com agentes destas relações forjadas nos projetos de desenvolvimento, é preciso fazer duas considerações. Primeiro, que o propósito primário destas redes é mudar o ambiente em que elas operam, e segundo que muito das intervenções tidas por desenvolvimentistas são inerentemente políticas, podendo reforçar ou debilitar as relações de poder entre ou dentro das comunidades envolvidas. (2004:849)

Uma questão importante aqui, portanto, é pensar então quem são estes atores. Norman Long, em sua proposta, aponta para três formas de se pensar os atores coletivos que compõem estas redes. A primeira refere-se a uma coalizão de atores que em algum momento dividem definições de uma situação, objetivos, interesses ou valores comuns, que concordam tomar, de maneira tácita ou explícita, certos cursos de ação social.

Such a social actor or entity (e.g., networks of actors or some sort of enterprise) can meaningfully be attributed with the power of agency, that is the capacity to process experience, make decisions and to act upon them. (Long, 2004: 56)

A segunda noção de ator coletivo trazida por Long refere-se a visão compartilhada por Latour (1994), Callon e Law (1995) mais voltada para a

heterogeneidade da ideia de ator-rede. A utilização de tal termo vem com a discussão sobre a não-distinção comum entre coisas e pessoas, ou nas palavras de Long “an assemblage of human, social, material, technological and textual elements”.

Já o terceiro sentido de atores coletivos trazidos por ele seriam atores reconhecidamente constituídos como unitários através de imagens, representações e categorizações, como estado, mercado e comunidades que são normalmente dotados de um modelo de agência generalizado e/ou coletivo. (Long, 2004:57)

Trago aqui esta discussão para dar uma nuance e um detalhamento maior à discussão sobre as redes, e de que forma elas são pensadas por mim ao falar sobre grandes projetos de desenvolvimento. Articular estas diferentes noções e estes diferentes autores sobre o mesmo tema me ajudará, em conjunto com a etnografia, a pensar de que maneira há ou não uma especificidade no conjunto daquilo que normalmente é trazido como um tema e universo de pesquisa. Porém, como fazê-lo antropológicamente?

E é aqui que trago como aposta o auxílio das reflexões trazidas pelos autores da chamada STS. É preciso pensar de que maneira os autores aqui citados e os temas aqui pesquisados se conectam para dar algum tipo de explanação sobre uma etapa do processo da indústria naval na cidade de Rio Grande. Ao fazer esse tipo de conexão parcial, como cita Strathern (2004), não só através do material de campo mas também através de autores, podemos dar conta da complexidade do fenômeno e da temporalidade única que envolve este processo dentro de uma análise etnográfica e antropológica.

Neste ponto que começamos a entender a metáfora da plataforma para com a tese. Estamos diante de um evento ou então um fenômeno envolvido em um projeto de desenvolvimento que envolve uma série de níveis de compreensão. Se formos avaliar este projeto a partir da urgência trazida por estes autores para uma maior atenção etnográfica, teremos que também pensar nas escalas e níveis que são compreensíveis e/ou constituídos como uma unidade através da etnografia.

Nesse sentido, a inspiração para a confecção desta escrita parte tanto dos questionamentos trazidos pela experiência etnográfica quanto pelas leituras acerca da complexidade e escala no trabalho etnográfico. É importante aqui se perguntar, ao se pesquisar sobre trabalho e desenvolvimento, o quanto de dados recolhidos e interpretados em campo seriam “necessários” para que um problema antropológico fosse criado. No meu caso, já respondo e deixo aqui evidente que a preocupação da pesquisa no contexto em que ela está inserida está muito mais voltada para uma amplitude e ampliação de dados para construir um problema do que um excesso de informações para sua tentativa de interpretação e, conseqüentemente, resposta.

Assim como defende Marylin Strathern (2004), não é apenas uma questão de definir se um dado é grande ou pequeno, geral ou particular, e sim entender como estas relações entre dimensões e escalas diferentes do trabalho de campo são colocadas em um mesmo plano. (no caso da antropologia, o texto etnográfico/teórico). A inspiração fractal que orbita esta discussão faz parte de um contexto em que não só a representação do trabalho de campo mas sim a relação que se constrói a partir do próprio deslocamento (empírico, teórico e epistêmico) através da pesquisa em antropologia.

Sigo a sugestão da autora britânica para pensar que a análise antropológica, dentro do espectro de comparação, sempre lida com diferentes escalas e que o conjunto de coisas mensuráveis dentro de uma reflexão antropológica podem mudar de acordo com os níveis em que estão inseridos, comportando-se assim como múltiplos pontos através desta escala.

O trabalho enquanto ação e também conceito, como parte de uma música ou relação de poder dentro do estaleiro. O desenvolvimento na condição de processo e também de relação entre atores, as reverberação dos impactos da falta de mão-de-obra e o discurso comparativo entre tecnologia e conhecimento. Todos são também parte destas coisas mensuráveis da etnografia que participam de diferentes maneiras em diferentes espaços e escalas.

Segundo Strathern, é através de conexões parciais que a antropologia consegue dar conta de relações entre relações. Sua tentativa é de lidar com os diferentes níveis de conhecimento e de realidade em que a produção antropológica está inserida, e repensar a relação entre “antropólogos” e “nativos”. Para Strathern, é exatamente na forma como criamos relações entre relações de diferentes escalas que conseguimos chegar a algum tipo de conhecimento que explique algum fenômeno ou processo capaz de falar sobre sociedades. A complexidade das relações entre indivíduo e sociedade seriam apenas mais um das diferentes relações criadas para tentar dar uma certa organização ao conhecimento. O fluxo do conhecimento acadêmico depende das relações dentro de relações pessoais, em redes e sistemas que se auto organizam. Se o que “impulsiona o imediatismo específico dessas redes é um conhecimento não codificado - incluindo o conhecimento a respeito de como conduzir relações” (2014:288), os sistemas de produção, e as informações contidas em teses e dissertações só podem ser viabilizados por interações entre seres sociais que mantem múltiplas conexões entre si por meio do que consideram, de modo independente, suas relações. Em virtude dessas relações, as pessoas sustentam um fluxo de conhecimento (isto é, selecionam as informações adequadas) muito maior do que o que jamais poderá ser sistematizado. (2014:289)

A pergunta feita é sempre no sentido de deslocar a preocupação de explicar um todo coerente ou uma realidade passível de ser traduzida através da etnografia, mas sim entender que parte das conexões que se desenham passam por um processo comparativo entre escalas do trabalho antropológico.

No one is suggesting that anthropologists should stop fieldwork. Rather, the problems surround the kind of narratives they produce - hence the solutions appear to do with how one writes. What is discredited, in other words, is the elision between fieldworker, writer and author. The kind of author one should be, it is argued nowadays, has to be settled in terms of the relationships established in the field, the audiences one wishes to reach, the messages at stake. It cannot be settled by the authority of the fieldworker who was there. (Strathern, 2004:9)

A ideia de que o pensamento antropológico pode ser entendido como um pensamento fractal é fundamental para entender o debate feito aqui. É essa ideia de

que há sempre uma outra escala sendo rearranjada através de duas linhas que ocupam mais de uma dimensão e menos que duas. Para Roy Wagner

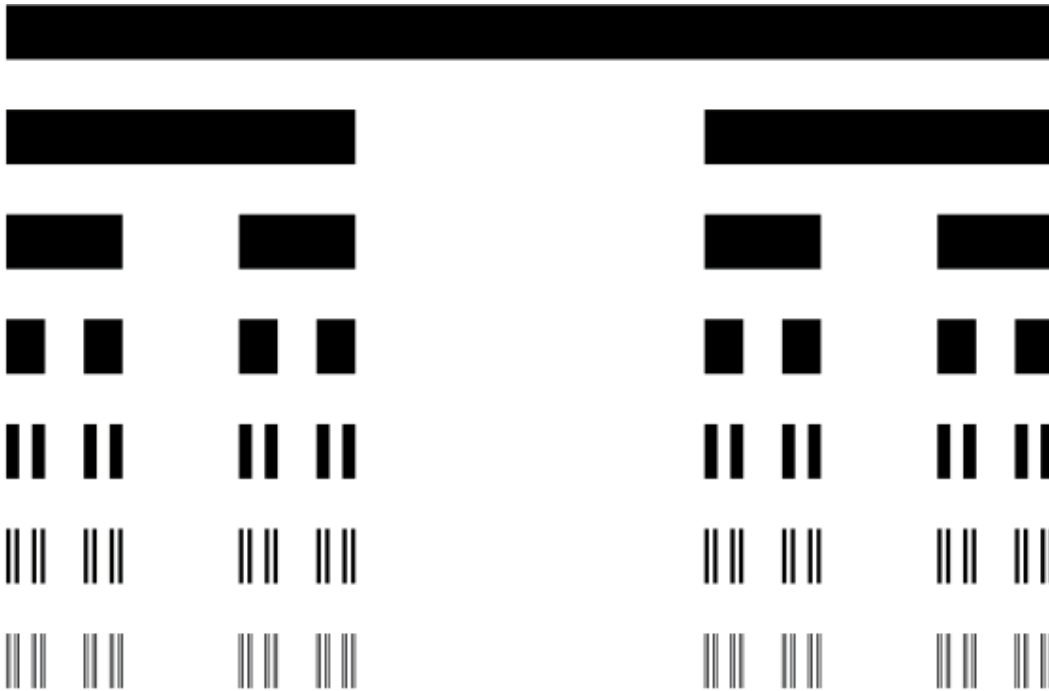
o que é descrito é a maneira como os cientistas sociais operam para tornar seus sujeitos interessantes, estatisticamente variáveis e problemáticos. Não está de modo algum claro que os sujeitos pensam sobre si mesmos dessa maneira, ou que pensam que suas interações sociais são interessantes porque podem ser mapeadas em paradigmas de agrupamentos sociais e variabilidade individual (Wagner, 2001:3)

Esse dois últimos trechos talvez ajudem a entender qual o desafio que me coloco aqui nesta tese. Pretendo pensar não só sobre as condições de se fazer etnografia em um contexto desenvolvimentista extremamente diferente dos sempre citados na bibliografia dos chamados “pós-estruturalistas”, já citados incansavelmente aqui, mas como o próprio processo de construção de um trabalho de campo fragmentado também pode ajudar a entender as dinâmicas relativas a este novo contexto de trabalho e ocupação que são colocadas nesta nova realidade. É necessário tornar explícito os intervalos entre as seções do texto, entre o trabalho tanto narrado através da luta sindical quanto descrito enquanto técnica aprendida através das relações interpessoais de dentro do estaleiro. A etnografia carrega, intrinsicamente essas irregularidades imprevisíveis que surgem em conjunto com os argumentos aqui utilizados. Nas palavras de Strathern

Here I try to make explicit the intermittency effect of the intervals or gaps between the sections of the text. They are irregular and unpredictable insofar as they arise from the unfolding (the space-filling) of the arguments themselves. At the same time, proportion should become irrelevant, since the complexity of each burst of argument is held constant. The 'amount' of argument or illustration thus depends on its position, on the space it takes up. Consequently, the exercise is presented as an alternative to the usual kinds of claim to be demonstrating intrinsic connections between disparate parts of one's account. It does, however, draw on real-life debate (2004: xxiv)

Seguindo a reflexão sobre o material e o trabalho de campo do antropólogo, Strathern afirma que em cada pergunta que o antropólogo faz ao seu material, mais material é gerado, pois faz-se necessário lidar com aquilo que o analista ainda não sabe. Cada posição da onde outra é criada, quer dizer, a pergunta em conjunção com a sua

resposta, deixa aquela de onde se partiu para trás. Vai-se além da pergunta original para sua resposta, encapsulando ou dividindo esta posição em mais questões que requerem mais respostas. Este “remainder effect”, diz Strathern, abre novos espaços em nosso entendimento. Para dar contra desse efeito, Strathern lança mão da imagem de Cantor Dust, uma imagem que vincula tal efeito do Conjunto de Cantor, onde se começa com uma linha, se divide a terceira parte do meio, e assim sucessivamente entre estas partes. Eles são infinitamente muitos, mas seu comprimento total é sempre zero.



IMG 6 - Conjunto de Cantor, ilustrado no livro de Strathern

A “geometria da natureza”, representada pelo gráfico em questão, traz consigo uma série de indagações sobre o problema dos contextos e níveis em que o antropólogo se insere e também constrói um conjunto imaginado para seus dados> (2004:3)

Perhaps the real problem is that the anthropologist’s contexts and levels of analysis are themselves often at once both part and yet not part of the phenomena s/he hops to organize with them. Because of the cross-cutting nature of the perspectives they set, one can Always be swallowed by another (..) There is no automatic scale to be generated from such units. Scales have to be created by anthropologist, and no one is not, after all, content to count sound-producing instruments. (2004:75)

Poderíamos, a partir disso, pensar no trabalho como um mediador. Uma das inspirações buscadas para este artigo vem das reflexões acerca dos novos estudos sobre ciência e tecnologia, colocando não só as redes e seus atores-redes como mediadores, mas modificando também o dito estatuto de outros agente que estão também sendo mediadores nestas redes.

Uma contribuição interessante para o debate pode ser trazida por Leticia Cesarino (2014), ao pensar nas questões de uma antropologia multi-situada e no que concerne à escala no pensamento da prática antropológica. Para a autora, também sob a influência de Strathern, é preciso pensar no modo como os próprios atores no campo produzem conhecimento através do acionamento de escalas e contextos, em articulações semelhantes àquelas realizadas pelos antropólogos no processo de escrita etnográfica. Há um giro epistemológico claro: ao invés de considerar a construção das redes como um mero acompanhamento e descrição das ações e praticas do trabalho de campo, é preciso colocar em pé de igualdade, na produção de conhecimento, tanto o campo quanto o gabinete, considerando que estes estão fazendo parte da mesma rede em diferentes escalas. Para ela, seguindo Strathern (2004), é importante reconhecer que a produção de conhecimento opera sobre conexões parciais que realizamos entre uma escala e outra. Nessa perspectiva, portanto, contextualizar não quer dizer encaixar unilateralmente elementos novos no contexto correto, mas olhar para o modo como os próprios contextos são feitos no campo e no gabinete.

O que é preciso tomar da contribuição de Cesarino, é a maneira como a autora pensa estas interfaces organizacionais em escalas não só globais, mas também domesticamente. Para a autora, ao falar dos projetos de cooperação sul-sul, o grande diferencial desta nova relação de escalas surgiu exatamente na busca de uma diferença estratégica em relação aos programas do norte, alegando que as soluções produzidas a partir da experiência periférica seriam melhores. E aqui é que o giro faz sua volta de 360º, voltando ao ponto de partida mas modificado. O desenvolvimento, ou o processo em questão aqui analisado, se diferencia em muito dos analisados pelos teóricos já citados, até mesmo quando citam projetos nacionais. Há uma temporalidade e uma

forma específica colocada como desafio, uma nova política, uma nova estratégia que aciona escalas globais e nacionais de formas que não são horizontais entre norte-sul e nem perpendiculares entre países do chamado sul.

John Law, que já escreveu sobre a tecnologia e suas mediações enquanto monstros (Law, 1991), também pensa atualmente através da ideia de fractal, a mesma que inspira Strathern ao falar de conexões parciais (Law, 2002). Ao escrever sobre o projeto da construção de um avião de guerra que nunca foi finalizado, o autor se pergunta sobre as formas de compreender e escrever através de pequenas histórias sobre eventos específicos. Fazendo isso

they play upon recurrent themes to do with partiality, fractionally, interference, and collusion, while doing so in a manner that resists the simplicities of an overall beginning, middle, and end. (Law, 2002:6)

O texto de Law me inspira muito ao pensar que o objeto, tanto no sentido de um objeto material quanto objeto de pesquisa, é descentralizado, ramificado, esquartejado para que se possa dar a ele uma unidade que aqui, pelo menos, só é alcançada pela relação entre relações. O trabalho se relaciona ao conflito, mas também às feições de trabalho, à trajetória de trabalhadores. Estes, por sua vez, também se relacionam com uma plataforma ainda em processo de finalização que, em termos finais, não sai do estaleiro finalizada. A plataforma, da maneira como é concebida, também é montada por módulos que são conexões parciais de chapas de alumínio, tubulações, fios, que precisaram de outros trabalhadores, materiais e técnicas para serem erguidas. Também há uma outra relação que é criada basicamente somente pela intenção de uma tese sobre o tema que fica evidente entre o discurso sobre a tecnologia e mão-de-obra necessária para se erguer a indústria naval e os trabalhadores dessa indústria.

Ao descentrar o objeto, Law se ampara na premissa fractal de que toda relação entre dois pontos é maior que zero e menor que um. A ideia trazida por Law é que a etnografia possa ser considerada, em sua forma final de texto (tese, livro, ensaio) como diferentes histórias específicas sobre eventos específicos. Fazendo isso, estes eventos acabam versando sobre temas recorrentes através de parciaisidades, fractalidades,

interferência e colisão, fazendo isso de uma forma que resista ao simplismo de um começo geral, meio e fim. Assim como seu livro narra uma das muitas formas de performar um avião (2002:6), essa tese procura também entender um processo de múltiplas escalas através da metáfora do objeto final, mas nunca finalizado em si, que é a plataforma.

Olhando para os capítulos que se seguem nesta tese, é possível ver que redes se fazem e se desfazem ao redor dos temas que coloco como importantes para entender o processo inserido no que se tem por projeto de desenvolvimento na indústria naval na cidade de Rio Grande, e como os diversos atores envolvidos criam, recriam, desfazem e articulam-se através de ligações e reverberações múltiplas e heterogêneas com base no tema principal do desenvolvimento da indústria naval, que são as plataformas de petróleo encomendadas pela Petrobrás que possuem partes de empresas do mundo todo.

Conto I – The Cat, the Pill and the Mancúspias

No, you're not reading or listening a new Narnia's Tale. This history is about a lot of things, or maybe just another fiction of a fiction, that we usually call Anthropology.

Since 2013, I'm creating, between notes, papers, books, experiences, informants, places, and other things, my own *mancúspia*. Yes, the *mancúspias* are some kind of animal, without specie, family, gender or well determined filo. They just are, and that's what matter here. As described by Julio Cortazar in his first storybook, *Bestiário*, these little animals are very rigorous and demanding with their diet, and as big as they stay, more pain head they cause to their breeder. I baptized my own *mancúspias*, now a big thing, with the name of *THESIS*.

But, let's comeback to the pill, and to the cat. I can clearly remember the only time I took a SHRINKING PILL. Everyone needs one of these pills to have the permission to enter at the shipyard that I was visiting with my "informants" (the trader union guys), located at the south of the south of Brazil. They say that if you take the pill, everything is going to look awesome. With this pill, you can see aluminum plates with almost 300 feet and the thickness of big cars. All these plates and a lot of different other structures are the parts who will be together to shape a new oil platform, than after that, will be anchored in some place at the Atlantic, between the long and winding Brazilian coast.

The pills also allow us to see how many Maracanãs fit on the dry-dock, where the platform is build. (We, Brazilians also have our own non-official metric system). Only after the platform get ready, the dry-dock is filled with the ocean water, that will make it float and be towed to the coast.

Who made that? The workers. Where? At the cats, with the cats, along the cats. What is a cat? It's a lot of things. A bad cat is a bad place to work. The best cat is the cat that pays you a good salary. The naughty cat? Never pays your earnings the right day. If you're a smart guy, you can also kill the cat. It's easy. You just need to work hard, and do everything you need to do at that day in your first 2 or 3 hours. After that, you can play a hunting game with your immediate superior, and fool him, pretending that you're working while you're actually resting. The cats are also character's in local music that talks about the *baianos*, people who is seem as the thief of local jobs. The funny part is that the *baianos*, that doesn't come just from Bahia, were the only workers prepare the most part of the jobs that a company needs to build an oil platform.

How do I know about the cat? Following all the bibles and the books that teaching us how to do ethnography; how to squeeze all the

information, number, material, logics and ontologies that you really need to feed the *mancúspias*. My one is getting bigger and bigger everyday....

Capítulo 2 – A Chegada dos primeiros módulos da tese-plataforma

Chegar nessa cidade que respirava, ainda no começo de 2013, a expectativa das benfeitorias do desenvolvimento, foi então um dos primeiros “impactos⁵⁹” que pude experimentar na etnografia. Seguindo o projeto de entender e interpretar os impactos do desenvolvimento através do personagem do Polo Naval comecei, então, a procurar maneiras de adentrar nesse universo e circundar o que seria o meu objeto de pesquisa.

Conseguindo pouso no Cassino através de amigos, ou então alugando quartos em hotéis simplórios (para não falar outra coisa) do centro da cidade, a ambiência em Rio Grande era composta por macacões de diversas cores, com predominância para o bege da ECOVIX e o azul brim da QUIP. Os engenheiros que circulavam pelos espaços da cidade também utilizavam camisas de fácil identificação. No Cassino, meus acolhedores me contavam do movimento frenético de pessoas de diferentes sotaques andando na avenida principal falando ao celular. Carros na rua com som alto e calçadas tomadas por churrasco. Bares lotados e supermercado com filas.

Na praia do Cassino, havia um sem número de alojamentos de trabalhadores, que normalmente jogavam bola nos gramados e quadras próximos enquanto ainda havia luz natural. Diversos pequenos restaurantes, tanto do Cassino quanto de Rio

⁵⁹ Choque, contato, relação, fricção..

Grande, firmaram contratos para servir almoço ou enviar viandas para os trabalhadores alojados. No Cassino, um senhor abandonou o projeto de um restaurante típico de comidas uruguaias para servir almoço e janta para os funcionários de algumas empresas contratadas pela QUIP e ECOVIX. No centro da cidade, em um dos restaurantes que frequentei com mais regularidade, encontrei já nas primeiras oportunidades um trabalhador carioca com macacão da ECOVIX e um enorme óculos de proteção. A “sorte” em dividir a mesa com João se deu devido à dificuldade em conseguir lugar para sentar. Alto e gordo, com um olho mais aberto q outro, logo que sentei já ouvi, em tom jocoso, que o aluguel da mesa estava custando “apenas” cinquenta reais naquele dia. Quando respondi, no mesmo tom, que precisava de troco para uma nota de cem, a conversa se desenrolou durante o período inteiro do almoço.

Eu ainda não sabia muito bem sobre quase nada do Polo ou sobre o trabalho no Polo, e João me contou sobre as relações difíceis entre tanta gente de diferentes lugares, sobre as cobranças, conflitos e problemas na sua área. Engenheiro e segurança do trabalho, ele também me contou que veio sem a família, mas mesmo assim resolveu alugar uma casa ao invés de ficar em alojamentos. O grande problema, segundo ele, é que por saberem do nível salarial dos trabalhadores e acharem que as empresas têm dinheiro sobrando⁶⁰ para pagar alojamentos, os preços dos alugueis acabou subindo muito, e por isso teve que se contentar com uma casa em um bairro muito afastado e com difícil locomoção, chamado Nova Guanabara. Mesmo com o transporte propiciado pela empresa, qualquer outra atividade fora do horário de trabalho e/ou final de semana era extremamente complicado para quem não tinha carro.

Esta foi apenas uma das inúmeras pequenas situações em que me aproximei de maneira periférica e, porque não, superficial do trabalho e dos impactos do desenvolvimento envolvendo as obras da indústria naval de Rio Grande. Há uma série

⁶⁰ Antes do boom causado pela Lava-Jato, os números e cifras envolvendo as empresas do Polo Naval (bem como os salários), davam a impressão e criavam um imaginário de que sim, havia muito dinheiro em jogo.

de pequenas conexões parciais e relações entre relações que a etnografia e sua escrita permitem.

Neste capítulo que segue, procurei articular dois diferentes (mas também complementares) níveis de aproximação ao trabalho no Polo Naval. O primeiro corresponde a uma relação espacial, em minhas primeiras visitas ao entorno da ambiência urbano-estética que ronda o espaço destinado a este grande projeto. O segundo tem a ver com uma relação de busca por conflitos e espaços identificados com agentes inseridos nas disputas e na compreensão do fenômeno. Procuo aqui situar então dois elementos importantes para a identificação do Polo Naval enquanto um espaço ao mesmo tempo contínuo e fragmentado: o trabalho que ocorre no seu entorno geográfico e o trabalho que apareceu para mim no entorno e nas bordas da etnografia. Seguindo as orientações de Ortner ao falar das características de Hollywood e sua “etnografia de interface” (2010:213), podemos aqui pensar em duas das quatro características que configuram esse espaço de uma etnografia em lugares ou ambientes de difícil acesso ou de tamanhos e escalas não-convencionais. O primeiro elemento já é visível assim que se chega de Porto Alegre, tanto pra quem decide que seu ponto final será no Bar do Beto (um tipo de terminal de integração dos ônibus urbanos locais) ou então na rodoviária. O pórtico amarelo ovo gigante (que veio a ser construído depois do “menor”, de cor bege) pode ser visto de longe. Há, portanto, uma conhecida e mapeada geografia urbana, pontuada visual e simbolicamente por diversos espaços na cidade⁶¹. Outro ponto, que será aqui neste capítulo mais escrutinado, é que há um relativo número de atores inseridos, que se identificam mesmo sem se conhecerem pessoalmente, sabendo das posições ou interpretando seus movimentos nesta rede de trabalhadores⁶².

⁶¹ Além disso, também era possível ver, de vários locais da cidade, os guindastes enormes da QUIP e as plataformas nos canteiros da ECOVIX com suas luzes acessas enquanto eram montadas no turno da noite.

⁶² Outros dois elementos que serão brevemente trazidos nesta tese através do capítulo dedicado a Feira de Negócios local voltados para a indústria naval são (1) a existência de jornais e revistas especializadas sobre esta comunidade, com códigos específicos da área e, por fim, (2) ocasiões e rituais onde a comunidade se junta para celebrar entre si.

A partir disto, Ortner defende que, apesar de considerarmos a observação participante e as entrevistas como principais elementos do trabalho do antropólogo, temos que pensar em novas situações, que ela chama de “etnografia de interface”. Segundo a autora, a expressão diz respeito às observações etnográficas realizadas em eventos onde a instituição/comunidade se apresenta como pública e tenta, através de uma certa mediação, tornar claro para os “neófitos” sua linguagem. Para além destes eventos, minha experiência com os estudos e pesquisas voltados para a antropologia urbana também me sugeririam que não havia outra coisa a fazer para tentar circundar esse mundo de gigantes do Polo Naval do que caminhar pela cidade e conhecer seu cotidiano.

2.1 Chegam os trabalhadores:

Em uma grande obra como a instalação de um estaleiro e a construção de uma plataforma um dos elementos mais importantes é, sem sombra de dúvidas, a mão-de-obra. Vai parecer um tanto repetitivo neste texto, mas é inevitável ressaltar que o trabalho, através de todas suas variáveis e variações, elementos e conjecturas, escalas e níveis, é um dos elos de ligação fundamentais para que se tenha, ao fim e ao cabo, uma plataforma pronta para ir ao mar, bem como uma tese finalizada (para não dizer rascunhada e formatada de maneira “legível”) para ir em direção à banca avaliadora. O trabalho é, a todo o momento, a liga metálica que solda as enormes placas de alumínio e o conector que sustenta os andaimes. A aproximação etnográfica para com o desenvolvimento ligado à indústria naval na cidade de Rio Grande também se deu através de diferentes etapas e níveis.

A primeira afinidade com alguns destes níveis e escalas (não necessariamente falando de maneira cronológica) se deu através das visitas iniciais que fiz na entrada do canteiro de obras da ENGEVIX/ECOVIX. Esta aproximação tem a ver com a relação espacial e geográfica, com uma tentativa um tanto frustrada de aproximação com os trabalhadores do interior do Polo Naval.

O segundo nível de aproximação para com o trabalho também se deu, por assim dizer, de forma “indireta”, através de uma pequena rede de agentes públicos e civis preocupados com uma das principais consequências e impactos advindos da migração dos trabalhadores de fora do estado para a cidade de Rio Grande, tomado por estes atores como um “choque cultural”. Neste ponto, o trabalho apareceu através de músicas, associações pejorativas a estilos de vida e escolhas ético e estéticas dos “bairianos”.

2.1.1 O trabalho na periferia do Polo:

Um grande projeto como o do Polo Naval na cidade de Rio Grande traz consigo a expectativa de formar uma grande cadeia de fornecedores e postos de emprego. Esse é um ponto planejado, esperado e sonhado pelos responsáveis pela condução das políticas voltadas aos APL (Arranjos Produtivos Locais). É na geração de empregos e, conseqüentemente, renda, que se solidificam os discursos e as promessas de que o investimento e os possíveis impactos trazidos por um grande projeto podem ser de grande benefício para a região que recebe tal empreendimento.

No entanto, há também efeitos voltados ao trabalho e à geração de renda que não são exatamente calculados e/ou mensurados quando se fala em empregos diretos e indiretos. São as chamadas “teias de ilegalismos” tomadas por Vera da Silva Telles (2010) para falar das fronteiras entre o legal e ilegal dos trabalhos tidos como autônomos na cidade de São Paulo. No caso do Polo Naval, há também um número grande (menor que o dos trabalhadores diretamente envolvidos nos estaleiros) de atores que estão neste emaranhado de conexões e fios, esse universo crescente de ilegalismos que passa pelos circuitos da expansiva economia informal. Para a autora, após ouvirmos e lermos tanto sobre debates que falavam sobre as relações entre cidade e os fluxos globalizados do capital, a produção do espaço e financeirização da economia, reconfigurações espaciais e segregação urbana, economia urbana e a nova geografia da pobreza, reestruturação econômica e vulnerabilidade social, é preciso agora também pensar os modos como

os processos em curso redefinem a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as mediações sociais e o jogo dos atores, as práticas urbanas e os usos da cidade (Telles, 2010:11)

Mesmo sem a mesma motivação e pano de fundo, sem saber muito bem como pensar nesse emaranhado de fios e relações da cidade com o desenvolvimento da indústria naval, acabei em um primeiro momento me aproximando dessas pequenas teias de ilegalidades, que circulam na fronteira entre o legal e ilegal.

Minha primeira aproximação visual e geográfica com o Polo Naval se deu em algumas visitas a frente do estaleiro da ECOVIX. Em realidade, a primeira visita que fiz a um dos dois estaleiros instalados na cidade foi com uma pequena comitiva liderada por Caio Floriano e Carlos Machado. O primeiro era na época então aluno de doutorado da FURG e integrante do Observatório Dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil⁶³ e o segundo seu orientador. Como um “turismo sociológico”, os dois organizaram uma turma que havia participado de um encontro sobre Educação Ambiental ocorrido poucos dias anterior e que faria uma visita ao Super Porto e arredores. Nesta primeira mirada já pude ver que na região da Barra, além dos enormes guindastes da QUIPE que faziam o pano de fundo contrastante para as pobres habitações do bairro Getúlio Vargas, além dos carros importados estacionados no pátio em frente a grandes (nome dos depósitos em Portos), além do grande pórtico instalado no canteiro de obras da ECOVIX/ENGEVIX (não tão grande quanto o atual), havia também alguns pequenos comércios improvisados com gazebos e tendas, uma carrocinha de churrasquinho no reboque de um outro carro.

Minha segunda visão aproximada dos estaleiros foi pouco mais de um mês depois, quando decidi, por fim, que este seria meu campo e universo de pesquisa. Era outubro, e ventava muito, apesar da temperatura não castigar tanto com o frio. Minha ideia era pegar trocas de turno, que com o tempo vi que aconteciam em diferentes além dos momentos dos turnos “normais” das empresas.

⁶³ <http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br/>

Logo que sentei no meio-fio, entre a faixa de terra de entrada do Polo e o acostamento da pista, senti a força do vento, e percebi ali como seria difícil realizar uma etnografia “clássica”. Era o único que circulava sem macacão de trabalho, capacete e botas “sete-léguas”. Mesmo quem não estava de macacão, como engenheiros e funcionários de alto-escalão⁶⁴, podia ser identificado com camisas jeans claro da empresa e crachás. Informalmente, o uniforme padrão dos engenheiros é a calça jeans, a camisa da empresa e As cores dos macacões eram distintas, mas predominavam os macacões beges da ENGEVIX (principal construtora e mantenedora do Estaleiro). Pude perceber também que outros grupos vestiam as cores vermelha, azul e laranja. Atravessando a pequena área de terra e poeira que formava uma pequena rua antes do asfalto da rodovia, havia também um trilho de trens, por onde constantemente passavam vagões carregando e transportando cargas entre as unidades do Super Porto.

Junto comigo, neste primeiro dia, quem chegou e montou rapidamente sua estande foi a família de seu Luiz. Trabalhador do Polo, Luiz contou-me que viu no movimento de entrada e saída uma possibilidade de renda extra, e por isso costumava vender lanches e bebidas nos turnos de troca de funcionários. Seu Luiz me contou que naquele dia estava de folga porque trabalhou na remoção da P-55⁶⁵ no Domingo

⁶⁴ A diferença entre o peão e o engenheiro/chefes será brevemente esboçada ao se falar sobre as práticas no chão do dique seco do próximo capítulo e sobre a necessidade de mão-de-obra especializada no capítulo 5/ Ver também Lins Ribeiro (1992).

⁶⁵ A P55 levou suas 26 mil toneladas de peso dos canteiros do ERG1 no dia 6 de outubro de 2013, segundo dados da Petorbrás (<https://www.google.com.br/search?q=FATOS+E+DADOS+P55&oq=FATOS+E+DADOS+P55&aqs=chrome..69i57.9335j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>) a plataforma tem as dimensões de 94 metros de comprimento, o mesmo tamanho de largura e uma altura de 43 metros. Em seu site a empresa estatal afirma que a construção e a integração dos módulos da plataforma foram feitos integralmente no Brasil, o que contribuiu para que o índice de conteúdo local chegasse a 79%. As obras geraram cerca de 5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. Em outro site especializado (<http://www.naval.com.br/blog/2013/10/06/p-55-deixa-o-estaleiro-em-rio-grande-e-segue-rumo-a-bacia-de-campos/>), há a informação de que o casco da unidade teve as atividades executadas no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Pernambuco, de onde seguiu para o ERG-1, em Rio Grande (RS), para continuidade dos serviços. No ERG-1, foram feitas as instalações do convés e dos módulos, bem como a integração dos sistemas da plataforma. A construção dos módulos de Remoção de Sulfato e Compressão de Gás também foi feita no local; já os módulos de Remoção de CO₂, Compressão Booster e TEG foram construídos em Niterói (RJ) e, quando concluídos, transportados até Rio Grande. Em outro site especializado no setor, há o seguinte texto: A operação que acoplou as duas grandes partes da plataforma (convés e casco), chamada de DeckMating, é considerada o marco mais desafiador da construção da unidade e uma das

anterior (noticiada em vários jornais), “uma verdadeira muvuca”, e que veio ajudar a família a aumentar a renda mensal. Luiz é um dos poucos trabalhadores locais que ali são empregados, e conta que se não fosse o vento, o movimento seria maior.

Existia, na época, vendedores ambulantes dos dois lados da rodovia em frente ao ERG I e II. Uma das bancas que me impressionou a primeira vista foi a de uma senhora que resolveu dar um passo a mais nos produtos que vendia e começou a vender lanches com a ajuda da filha. A estrutura da pequena tenda de Daniela contava com um freezer com muito gelo para vender bebidas, chapa para fritar os churrasquinhos ligada a um botijão de gás e claro, alguns potes com salgados. Segundo ela, a chapa tinha sido comprada há menos de um mês, e até agora parece ter sido uma decisão acertada. O custo do novo equipamento, cerca de R\$ 600,00, foi facilmente recuperado em apenas uma semana de trabalho na frente do estaleiro.

Ela e a filha carregavam tudo sozinhas para perto de entrada do ERG1, e ressaltavam a todo momento que a salvação para os ambulantes locais viria com a nova administração da cidade, que agora estava a cargo do PT. Daniela contou-me que fez campanha ferrenha para o candidato, dizendo a todos que onde o PT governa tem asfalto, hospital, e tudo mais.

Sempre recebi olhares curiosos dos trabalhadores do estaleiro, mas a proximidade com os ambulantes ajudou, de certa forma, numa pequena diminuição de estranhamento. Minha conversa com Daniela começou exatamente após um pequeno (talvez o único) conflito mais ríspido e evidente que tive com algum trabalhador de dentro do estaleiro. Eu estava em meus primeiros dias de observação, mas já estava com a máquina fotográfica em punho. Eu estava tirando algumas fotos, na parte de fora, em uma rodovia que até o momento parecia ser pública para mim, quando um funcionário com macacão vermelho (não lembro do nome da empresa) se aproximou intempestivamente afirmando com todas as suas letras e frases e expressões de baixo

maiores já executadas no mundo, em função do peso da estrutura (17 mil toneladas) e a altura a que foi levantada (47,2 metros). A manobra foi realizada dentro do dique-seco do ERG-1, em junho de 2012.

calão que era terminantemente proibido fazer imagens da parte de fora. Fiquei irritado, mas nada que tivesse sido inédito para mim depois de alguns anos pesquisando sociabilidade masculina de classes populares e/ou após ter visto tantas atitudes assim em imagens captadas por alguns de meus ex-orientadores, colegas e amigos de pesquisa⁶⁶. Do meu lado, a tensão se dissipou mais rápido do que o sujeito esperava, e tentei, entre gritos e palavrões, explicar que as imagens não eram para nenhum tipo de investigação empresarial, e sim para uma pesquisa acadêmica em um reino tão tão distante dos tronos das engenharias. A própria câmera, um pouco chamativa (semiprofissional), serviu como um argumento. Nada adiantou. Perguntei a ele, então, se ele saberia me levar até algum de seus responsáveis, ou poderia me orientar na busca do contato com alguém da empresa (que eu já havia tentado inúmeras vezes, para tentar sanar algumas dúvidas de diversas naturezas). Sua resposta foi novamente negativa, desta vez com menos palavrões e encerrou a pequena miasma etnográfica que surgiu e se desfez como uma chuva tropical. Alguns trabalhadores com macacões da ECOVIX, além da própria Daniela, me falaram que eu não precisaria me preocupar, e que aquilo não passava de uma reação, segundo eles, de um peão que acha que é melhor do que os outros que estão ao seu lado. Da minha parte, recolhi a câmera e continuei a conversa com Daniela.

Estas visitas a frente do estaleiro, se não foram produtivas (independente do número de aspas que esta expressão possui em uma etnografia) em termos de aproximação para com os trabalhadores internos, me permitiu uma aproximação de algumas redes e pequenos laços familiares que sustentavam este comércio e se rearranjam de acordo com suas ações, expectativas e motivações. O caso de Alejandro o cordobês que também chamado por todos que iam até sua banca de “castelhano”, é um destes mediadores e interlocutores que abrem as redes da etnografia para outros campos.

⁶⁶ Rafael Devos, Ana Luiza Carvalho da Rocha, Viviane Vedana, entre tantos outros



IMG 7 - Movimento de chegada e saída próximo ao estaleiro

Em uma banca montada com uma mesa dobrável e grades de exposição de lojas, Alejandro vendia camisetas, calções e abrigos esportivos de times do mundo inteiro. Ao saber que ele era argentino, a conversa foi se desenrolando em um tom de jocosidades e cumplicidade como poucas vezes havia sentido até o momento em minhas saídas de campo na frente do estaleiro. Alejandro é cunhado de Fernando, e dizia já estar no Brasil há 25 anos. Me contou que veio com os pais, depois de terminar o secundário, e agora já estava casado e com uma filha. A esposa de Fernando é irmã de Alejandro, mas os dois sempre ressaltaram que os negócios da família não se misturavam. Apesar de usarem a mesma máquina de cartão para fechar vendas no débito e crediário.

Entre um cliente e outro, falamos sobre o futebol de Córdoba, sua cidade, sobre quarteto cordobês, e sobre as mudanças e transformações de Rio Grande com a chegada do Estaleiro. Fernando me contou que conhecia algumas regiões em que as imobiliárias não queriam mais alugar imóveis para as empresas, pois “quando tem muito homem reunido, o resultado é sempre o mesmo: algazarra e muita bagunça”.

Alejandro comprava todos seus produtos na Argentina, e ao saber que eu já havia morado em Buenos Aires e comprado “remeras” em algumas saladitas da cidade, me contou sobre como era sua viagem para a grande “La Salada”⁶⁷.



IMG 8 - Comércio informal em frente ao ERG1

A banca de Fernando tinha uma estrutura semelhante à de Alejandro, mas vendia outro tipo de produto. Tênis, bonés, calças jeans, moletons, charutos (!!!) e até perfumes que, segundo ele, eram completamente originais, pois também eram comprados na Argentina com Alejandro. A única coisa que não era original, segundo Fernando, eram as roupas da Tommy, pois estas eram realmente muito mais caras do que as que vendia ali. No entanto, o uso da máquina de cartões, pertencentes à loja que

⁶⁷ La Salada é uma grande feira de comércio de roupas em atacado, localizado na região metropolitana de Buenos Aires, onde são vendidas réplicas e cópias de roupas de grandes marcas que possuem fábricas na Argentina. Já as “saladitas” são espaços dentro da Capital Buenos Aires onde alguns destes produtos são colocados a venda. Durante o período de mestrado pude conhecer timidamente e ao mesmo tempo um pouco mais de perto esse circuito de confecção de roupas e comércio ilegal em Buenos Aires. Entre os meses de agosto e novembro de 2011, eu meu colega Moisés Kopper, então mestrandos, participamos do programa de estágio e intercâmbio Capes-CAPG, na Universidad Nacional de San Martín – e Porto Alegre – entre 2008 e 2011, conhecido como PROCAD. Moises tinha uma pesquisa próxima ao tema, e no período em que dividimos um apartamento entre Uriburu Y Mitre, também acompanhamos, através de programas de televisão locais, debates acalorados sobre os limites da legalidade e importância dessa feira. Foi em uma destas “saladitas” que compramos um DVD pirata com uma série de filmes e documentários argentinos, em que também estava entre eles o já famoso “Hacer-me Feriante”. Para uma melhor compreensão do fenômeno, sugiro aqui a leitura do artigo de Moises (Kopper, 2015)

Fernando possui no centro da cidade, justifica-se pelos preços praticados e pelo volume de vendas dos concunhados. Em um dia chuvoso que pude acompanhar uma tarde de trabalho de Fernando, em menos de 1h foram vendidos dois moletons no valor de R\$ 130,00 cada um e uma calça jeans de R\$ 80,00. Era possível ver que havia na banca clientes antigos. Um deles, neste mesmo dia, pediu desconto por levar 2 novas peças. Também pude entender como eram feitas as tentativas de cativar um cliente novo, que pediu para que Fernando levasse ao seu alojamento para poder experimentar calças e jaquetas. Ele mesmo me comentou que era normal este tipo de venda, e apesar de perder tempo e gastar gasolina, ganhava clientes para outros dias.

Assim como Luiz, Fernando tem experiência no Polo Naval, como eletricitista. Foi ele que me explicou pela primeira vez como funcionava a ajuda de custo a funcionários que vem de outros estados. Segundo ele, seus colegas da NASTA todos já vinham com as casas e alojamentos acertados pelas empresas, e não usavam esse dinheiro do auxílio-moradia para pagar aluguel, e acabavam enviando parte do dinheiro para suas famílias, “bebendo” o resto.

Essa experiência no Polo, ou a ligação mais pessoal com alguém que já trabalhou nos estaleiros da cidade foi se revelando como muito mais recorrente do que imaginava. Todos, de uma forma ou outra, conhecem alguém ou sabem de histórias, possuem explicações e diversas teorias sobre os impactos positivos e negativos do Polo Naval. Em uma das tardes Fernando me ofereceu carona, pois também iria pro centro. No caminho, me comentou sobre a segurança dentro do próprio estaleiro. Me revelou que uma morte que ainda não havia sido noticiada, de um Engenheiro ocorreu no Domingo em que a P55 foi levada para água. Para ele, essa notícia jamais iria sair, ou sairia sem muitas explicações. O que todos funcionários comentavam é que um cabo de aço se soltou durante o processo⁶⁸ e o atingiu, causando danos que viriam a ser fatais.

O jornal local, antes mesmo do dia em que conversamos sobre isso, noticiara a morte com as seguintes informações:

⁶⁸ Processo esse que sera explicado com mais detalhes nos capítulos que seguem

O gerente de integração da plataforma P-55, Marco Antônio Camacho Torres, 59 anos, funcionário da Quip S/A, morreu às 23h35min de segunda-feira, na Santa Casa do Rio Grande. Ele estava hospitalizado desde a noite de domingo, dia 21, quando foi vítima de um acidente ocorrido durante a operação de saída da plataforma P-55 do dique seco, localizado no Estaleiro Rio Grande (ERG1).

Em nota divulgada nesta terça, 23, a Quip S/A disse acreditar que o acidente ocorreu devido ao rompimento de chumbadores de fixação da buzina (elemento para desvio da direção do cabo de tração) na parede do dique. "Essa buzina chocou-se contra os guarda-corpos do dique que, projetados, acabaram por atingir o funcionário", explicou. A empresa ressaltou ainda que o funcionário respeitava o isolamento de segurança e estava a mais de 30 metros do local de fixação da buzina.

A Quip destacou, na nota, que lamenta profundamente o incidente que acabou, cerca de 24 horas depois, causando a morte do seu colaborador. Também salientou que as equipes de emergência, com resgatistas e ambulância, que estavam no local da operação com a P-55 na noite de domingo, prestaram, imediatamente, todos os procedimentos necessários e levaram o trabalhador para o hospital da Santa Casa do Rio Grande. Comunicou ainda que ratifica sua política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e que formou um comitê para investigar as causas do acidente. No entanto, adianta ter seguido todos os procedimentos de segurança.

"A Quip S/A reitera a sua solidariedade aos familiares e está prestando todo o suporte necessário neste momento tão difícil", ressaltou a diretoria da empresa na nota. Às 15h30min de hoje, 23, a empresa reuniu todos os seus funcionários para falar sobre o assunto e em seguida dispensou-os. Também disponibilizou transporte para os que desejassem ir ao velório do gerente de integração. O velório ocorreu até as 17h, na Capela ao lado da Funerária Rio Grande. Depois, o corpo foi encaminhado para o Crematório Memorial em Santos (SP).

A Capitania dos Portos abriu inquérito administrativo para averiguar o fato, pois o acidente ocorreu durante a manobra de uma plataforma e por isso é considerado acidente de navegação. Conforme o ajudante da Capitania, capitão de fragata Hugo Fortes, serão ouvidos todos os envolvidos na manobra de retirada da P-55 do dique seco. A necropsia realizada no posto do Departamento Médico Legal do Rio Grande mostrou que a causa da morte do trabalhador foi poli traumatismo de tórax. A 3ª Delegacia de Polícia vai averiguar as circunstâncias em que ocorreu o fato. Jornal Agora, dia 23/10/2012⁶⁹.

Os rumores, de certa forma, acabaram se confirmando, sem as precisões que todos os rumores não têm⁷⁰. Além destas redes de assuntos e boatos envolvendo funcionários e acidentes internos, todos em Rio Grande possuem alguma opinião sobre os impactos do Polo Naval na cidade. Na visão de Fernando, o que se vê com mais constância são as coisas boas, e que a maioria das coisas ruins, vividas no dia a dia, não

⁶⁹ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=35051>, visualizado em 19/04/2013.

⁷⁰ Em uma de minhas visitas ao sindicato dos trabalhadores, pude ver no celular de um dos sindicalistas um vídeo de um cabo se rompendo enquanto um tubo de cerca de 40 metros era erguido. O tubo despencou e, por sorte, ninguém saiu ferido. Os boatos não possuem tal precisão, mas certamente são significativos quando se tem temas tão delicados e um trabalho do nível de periculosidade que a construção de uma plataforma exige.

são mostradas. Para ele, a impressão é de que os cursos de qualificação são poucos, que os sindicatos são comprados pelas empresas, e que a mobilização de funcionários acaba sendo pouca. Para ele, há um deslumbramento dos trabalhadores de fora que chegam com um bom salário, acima da média local, que prejudica.

É interessante perceber que um sujeito que trabalha e tem grande parte do seus sustentos vendendo roupas e itens para trabalhadores com bons salários tenha essa impressão.

No outro lado da rodovia, o espaço dos ambulantes, aos poucos, também foi sendo dominado por vendedores informais e outros tipos de comércios, sejam eles legais ou ilegais. De restaurantes a oficinas mecânicas, tudo que pudesse ser feito com algumas tábuas de madeira e/ou sucata e sobras de containers se transformava em uma fonte de renda extra para quem apostasse no Polo Naval.

O sogro do seu Luiz era um dos que conformava uma outra rede familiar ao redor do comércio informal circundante aos estaleiros. Durante a manhã ficava em frente à QUIP vendendo doces e salgados. No período da tarde, mudava de lugar e levava sua barraca de churrasquinhos para o outro lado da rodovia, em frente ao ERG1. Em horários de troca de pico, os dois lados da BR 392 ficavam cheios de trabalhadores em suas diversas formas de sociabilidade. O espaço era dividido com filas e mais filas de coletivos contratados pelas empresas para transporte dos funcionários. A maioria deles era vermelho, como os seletivos da Noiva do Mar, empresa que, segundo causos ouvidos durante diferentes espaços e etapas do trabalho de campo, teve que aumentar seu pátio para comportar o número de ônibus a mais que foram necessários para dar conta da demanda das empresas. Na primeira vez que falei com seu Oscar, comprei um churrasquinho e neguei o troco em balas de coco. Sim, essa foi uma das muitas vezes em que não me comportei como o “etnógrafo” de braços e peito aberto que toda “boa etnografia” exige. Mesmo assim, com seu jeito malandro de falar, conversou um pouco comigo, enquanto tentava sempre se comunicar com o outro lado da pista, sempre que precisava de alguma coisa, seja motivado pela necessidade de conseguir troco ou pedir para seu genro trazer mais latas de refrigerante quando as suas estavam acabando.

Neste dia seu Oscar sempre gritava e falava que o churrasquinho estava acabando e que estava em promoção. Olhando para dentro de sua churrasqueira, era possível ver que o enunciado não passava de uma boa e sempre efetiva estratégia de venda. De um certo modo, esta prática, que também configura uma sabedoria e uma maneira de utilizar a ordem do lugar, nos termos de DeCerteau (1994:93), está também para aquilo que o pensador francês coloca como tática, que não tem em si um projeto global, que opera

“golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante (*ibidem*, 1994:100)

O que a discussão trazida por Vera Telles agrega aqui, é a percepção das redes, teias e tramas que são rearranjadas e atualizadas nas cidades brasileiras. Segundo ela, é através da etnografia que desenhamos uma “teia de mediações, jogos de escalas entrecruzadas que se desdobram a partir da observação etnográfica” (Telles, 2010:19). A minha escolha e aproximação para com o trabalho da autora tem a ver com a postura colocada diante das questões que esta tese está levantando sobre o modo de fazer etnografia em espaços, níveis, escalas e lugares múltiplos.

Seguindo estas pequenas redes e encontros que se formavam e se esvaziavam a todo momento ao redor destes trabalhadores informais, presenciei algumas destas sociabilidades de trabalhadores em intervalos ou finais de turno. Como de praxe nas relações em que a maioria dos envolvidos é do sexo masculino⁷¹, as conversas giravam em torno de mulheres, carro, trabalho, e dinheiro, sempre permeadas por jocosidades e implicâncias que colocavam em xeque a masculinidade dos envolvidos. A maioria dos

⁷¹ O tema da sociabilidade masculina sempre fez parte de antigos trabalhos em minha trajetória acadêmica. Outra conexão parcial com minha trajetória, em que linhas de pensar o cotidiano se misturam com trabalho e representações de masculinidade, seja no campo de futebol de várzea (Lopo, XXX) seja na cancha de bocha no meio de um bairro operário. (Lopo, 2012). Mesmo não sendo o tema e objeto principal desta tese, é impossível pensar nas formas e nas feições do trabalho em um grande projeto de desenvolvimento sem pensar nesses campos de estudo. O caso do trecho, do gato e da ferramenta, que fazem parte desse universo, será explorado no capítulo 3 deste trabalho.

que estavam ao redor naquela pequena parte de hora possuíam macacões da Euromarine. Segundo o site da companhia⁷², a empresa tem sua sede em Pernambuco. Dentre suas atividades mais voltadas para a área naval estão o tratamento de superfícies para pintura de alta pressão e pintura de manutenção naval. Entre seus clientes, estão quase todos os estaleiros que têm contrato com a Petrobrás, como Estaleiro Enseada Paraguaçu, o Estaleiro Atlântico Sul, a extinta QUIP e, obviamente, ECOVIX/ENGEVIX. Nas atuais obras ligadas ao ERG, a Euromarine realiza, tanto na P67 quanto na P66⁷³, o Hidro-jateamento e Pintura dos Tanques e Deck, além do Tratamento de Efluentes deste serviço.

Dentre as jocosidades, risos, brincadeiras e gozações de diversas naturezas, os funcionários da Euromarine falavam sobre o sono durante atividades no estaleiro e sobre os riscos envolvidos em cochilar enquanto faziam suas tarefas. O sotaque predominante, ao menos à primeira escuta, era do Rio de Janeiro. Também se falava sobre o churrasco de final de semana e do lagarto (ou algum outro tipo de réptil que não foi exatamente identificado) encontrado em um dos containers dentro do pátio. Um dos peões falava constantemente sobre sua cidade, pensando e imaginando como estaria seu “barraco” no Rio quando voltasse. Pelas suas previsões, dizia que era bem provável que encontraria ratos, com os cômodos bagunçados e tudo virado do avesso.

Outras conversas entre estes trabalhadores, além da volta para casa e para a terra natal, também giravam em torno de futebol. Uma dupla que aparentemente parecia ser de Pernambuco também estava por perto. Um deles apontou para um carro vermelho (que não lembrei da marca ao escrever meu diário de campo) e disse que estava juntando dinheiro para, quando recebesse a *quita*, comprar o automóvel à vista e voltar dirigindo para sua terra Natal.

Foi também em frente ao portão principal do ERG1 que pude ter uma conversa informal com um trabalhador de Minas, Claudinei. Logo ao me ver com uma máquina

⁷² <http://euromarine.eng.br/>

⁷³ Obras em andamento até o início do ano de 2016.

fotográfica em punho, me pergunta sobre a pesquisa, mas de maneira bem menos agressiva que o trabalhador anterior. Durante a conversa, eu esperava o ônibus para ir embora, e deixei algumas das raras linhas que passavam na Barra passar para ouvir o que ele dizia. Claudinei me contou diz que estava na cidade há 3 meses, e que iria embora em menos de 4. Caldeireiro desde que chegou, trabalhava na P55 e diz que estava alojado no centro de Rio Grande. Para ele, um dos maiores problemas da cidade era a incapacidade dos bancos da cidade atenderem a todos trabalhadores. Nos períodos de pagamento, era comum ver filas enormes e falta dinheiro nos caixas eletrônicos, pois todos querem sacar o máximo possível por dia. No seu caso, me contou que sempre fazia o que a maioria dos trabalhadores de fora sempre fazia em tardes de pagamento. Retirava metade do salário para usar no dia a dia e mandava a outra metade para a família.

Os ambulantes ao redor pareceram sempre figuras importantes para mediar algumas das sociabilidades que se estendiam para além do pátio e, como será visto, também dar opções aos trabalhadores na hora de lanchar e/ou até mesmo almoçar.

Para além de apenas vender, Luiz foi um dos que encabeçaram, na época, a luta para regularização dos ambulantes que estavam no entorno do estaleiro. Junto com outros vendedores próximos, resolveu contratar um advogado que cuidaria do caso. Segundo a empresa, a área era da Petrobrás, e por ser área federal, não poderia ter alocada comércio que não fosse regularizado. A resposta da estatal para os ambulantes era de que o terreno e todas permissões para construções de possíveis estruturas para os ambulantes era de responsabilidade da ECOVIX/ENGEVIX.

Sobre as lutas de permanência no local, perguntei algumas vezes aos ambulantes e vendedores locais se a Petrobrás teria alguma proposta de acordo, e tanto Luiz quanto Fernando me falaram de um futuro centro comercial que se pretendia construir no outro lado da rodovia, onde a maioria dos carros de funcionários pequenos ficavam. A ENGEVIX, conforme contaram, já estaria fazendo obras para ampliação da rodovia e construção de um estacionamento maior. Engraçado saber, através de Daniela, que a Petrobrás comprou toda a área ao redor do Polo, e que é praticamente “dona” de todo

o espaço. Existia, na fala de Daniela, um argumento sobre a relação entre demanda e mercado, e sobre a limpeza do local. Dizia que se não fosse por uma necessidade dos funcionários, o comércio ambulante ali não estaria crescendo tanto, e que eram eles, ambulantes, que mantinham o espaço limpo e livre de sujeira.

Uma das formas que encontrei para aproximar-me destes ambulantes e também retribuir um pouco das expectativas que tinham sobre mim

Desta feita, estou com as fotos, e chego um pouco mais cedo. Falo com Fernando, explico sobre as fotos, e outro ambulante, que está ao seu lado conversando, pergunta se sou fotógrafo. Falo da pesquisa e ele logo se interessa. Assim que Alejandro, o cordobês, chega com sua caminhonete, Luiz me pede para tirar uma foto com o presidente da “associação”. Tiro, e já imagino o porque do título. Alejandro me cumprimenta, pergunta sobre a pesquisa, e explica que eles estão com uma ação conjunta através de um advogado contratado por outro senhor, que vende cachorro-quente do outro lado da rodovia, para tentar regularizar a situação deles.

Enquanto Alejandro arruma sua “banca”, Luiz me fala que a situação é complicada porque ninguém sabe quem manda ou é responsável pelo lugar. Uns dizem que é da Petrobrás, outros dizem que eles não podem ficar ali porque é muito próximo a linha férrea administrada pela ALL (América Latina Logística), e outros, que é a Prefeitura que não quer regularizar a situação deles como ambulantes.

Vou até a banca de Luiz com ele e continuo a conversa. Entre um café açucarado e outro, explico melhor a pesquisa, e ele diz que pode me ajudar a conseguir trabalhadores estrangeiros para conversar. O tom de sua fala é de denúncia total, vendo em mim alguém capaz de assumir a luta da nova associação. Sei que não posso assumir tal responsabilidade, mas mesmo assim continuo a conversa, até saber que ele mesmo já fez curso de soldador, preferindo ficar vendendo coisas na frente do estaleiro, e que sua mulher é uma das muitas pessoas que pediram demissão de seus empregos em serviços e comércios de Rio Grande (no caso dela o supermercado Nacional) para

trabalhar em algo ligado ao Polo Naval. Segundo algumas reportagens, mais de 20 mil pessoas já fizeram esse trajeto.

Alejandro vem até a banca de Luiz para perguntar sobre as fotos. Explico que estão com Fernando e vou com ele para mostra-las. Fica agradecido, e continuamos conversando sobre suas mercadorias, e se eu poderia encomendar uma jaqueta do Racing, da Argentina, para ele. Diz que vai trazer para mim no começo de maio e que vai fazer um preço especial para mim.

Logo depois, uma mulher, com sua filha, abre duas cadeiras de praia e tira de uma sacola algumas roupas, na tentativa de vender também. Há uma clara tensão no ar, e ele e Fernando conversam sobre que atitude tomar. Explicam para mim que devido a ação movida pelo advogado da “associação”, não gostariam de ter mais alguém invadindo seu espaço. Tanto o advogado, quanto representantes da Prefeitura, disseram que o número de ambulantes e comerciantes no local já está no limite e não há possibilidade alguma de agregar parentes e amigos.

Depois, volto a falar com Luiz, e já passa das 17h. Ao contrário do que ocorreu na semana passada, quando Fernando e outros comerciantes começavam a fechar suas bancas, agora todos me falam que o grande e mais intenso movimento começa depois das 18h30. Essa adaptação, segundo me contaram, ocorreu diversas vezes. A explicação dada por Luiz era de que dependendo da etapa e do trabalho que estava sendo feito na plataforma, havia trabalhadores de certas empresas e que cumpriam certos turnos. Ao final de uma obra, como me falou um caldeireiro que entrevistei durante a pesquisa, o turno era de 24h, trocando de 8 em 8.

Dentro disso, é possível perceber como uma série de redes ligadas ao trabalho se articula nos arredores do Polo Naval sem ter uma ligação estritamente direta com as funções e feições exigidas na montagem de uma plataforma. Como aponta Telles, estes agenciamentos, basicamente locados no seio da vida cotidiana e seus circuitos que articulam espaços vividos na cidade, bem como a trajetória destes atores, são pontuadas

por situações que podem ser vistas como pontos de condensação de práticas, mediações e mediadores nos quais estão cifrados os processos em curso (Telles, 2010:12)

Não há, na obra da autora, uma diferença mais objetiva entre mediadores e intermediários, mas podemos ver que a venda é uma das mediações da relação entre estes habitantes da cidade e os trabalhadores (a maioria de fora do estado) de dentro do estaleiro. Em sua órbita, negociações, arranjos, táticas e astúcias são sempre postas em jogo para dar conta de uma relação nem sempre justa ou racional entre demanda e oferta.

2.1.2 O trabalho ao redor do Polo:

Há, também, uma outra aproximação com o trabalho e suas feições que se deu de forma “periférica”. Na angústia comum de um ainda aprendiz de etnógrafo, tentava a todo momento buscar conexões, informações na internet, acesso aos sujeitos da burocracia, e a noção de impacto, sempre que era falada, parecia o mapa do Santo Graal da etnografia sobre desenvolvimentismo, suas consequências, agentes, redes, conexões, etc.

Em uma das oportunidades que tive de participar de eventos envolvendo diferentes atores e agentes públicos ligados direta ou indiretamente ao Polo Naval, fui apresentado a um par de canções que, segundo alguns presentes, estavam sendo compartilhadas em redes sociais.

O encontro, que foi sediado em um salão enorme do segundo andar do prédio da Prefeitura, integrava a semana do trabalhador, e tinha como organizadores principais funcionários da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. As duas músicas foram utilizadas como forma introdutória ao debate, que tinha como tema principal o impacto social da migração de trabalhadores. Estavam presentes, além da secretária, assessores de vereadores, professores da rede pública, representantes das duas polícias (militar e civil), uma representante da pastoral do migrante, além de uma funcionária da ECOVIX. Ao saber que havia um antropólogo entre os presentes, o termo “choque cultural” não cansou de ser erguido como a explicação mais correta para o que estava acontecendo

na cidade. Todos os participantes, mesmo querendo se filiar ao “politicamente correto” de aceitar o diferente, estavam com suas falas tomadas de predefinições estereotipadas dos trabalhadores migrantes. Ao falar o termo do choque cultural, olhavam para mim e procuravam algum tipo de aprovação para seus próprios preconceitos.

Todo pessoal da P-58, P-55, tãmo junto / Trabalho na ENGEVIX, sou encarregado, melhor gato que tem / Os encarregado vão chegar / Os encarregado vão chegar / Os encarregado vão chegar

No site aberto de vídeos na internet, Youtube, o vídeo da música “Foge que é baiano” dos heterônimos MC Vatapá e Acarajé tem cerca de 66.200 visualizações⁷⁴. Durante o vídeo, apenas uma foto caricata de dois cantores e na barra de comentários, é possível ler xingamentos que envolvem todo o tipo de elementos. No outro lado, a “Resposta pros Gaúchos⁷⁵” tem um número menor de visualizações, cerca de 7.000, mas os comentários envolvem também questões ligadas à capacidade profissional, beleza das pessoas dos dois estados, e à “educação” dos gaúchos. No vídeo, também há apenas uma foto do rapper NtUnit, que fez a música, com os dizeres “Sou Baiano com orgulho! O nome da fruta é GAÚCHO, kkkkk”. O ritmo é um pouco mais pesado, ligado mais ao hip-hop do que ao funk remetido pela batida da primeira, e na letra, também há apelos à sexualidade, trabalho e estilo de música escutado pelos “bairanos”.

É possível, aqui, pensar através de exemplos como estas duas músicas e de pequenos relatos etnográficos, a relação entre trabalho e trânsito no contexto de incentivo à indústria naval no extremo sul do país. As narrativas e conflitos acerca da origem dos trabalhadores, bem como seus costumes, é apenas um dos muitos casos em que a crise se apresenta, circulando entre diversas instâncias e contextos sociais. É possível, assim, também pensar em questões ligadas à circulação nas redes que são percebidas e/ou construídas através da etnografia, bem como demonstrar uma parte pequena de um contexto social extremamente complexo como o que se apresenta na cidade de Rio Grande e balneário Cassino.

⁷⁴ <http://www.youtube.com/watch?v=msOEogTW-hA>

⁷⁵ <http://www.youtube.com/watch?v=5YQxxiMhM7A>

A mão-de-obra qualificada para um projeto industrial extremamente particular é um dos grandes problemas enfrentados pelos atuais estaleiros. Segundo entrevistas com professores, observações no sindicato local e até mesmo durante uma visita ao ERG1, era nítida a necessidade de soldadores qualificados em cursos técnicos ainda concentrados em grande parte no sudeste do país⁷⁶. A demanda de mão-de-obra qualificada possui um tempo que não segue o tempo necessário para formação de trabalhadores locais e, com isso, a vinda de trabalhadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, entre outros locais, acabou sendo inevitável. Não há dados oficiais e informações precisas sobre o número de trabalhadores de fora, mas é possível perceber no cotidiano da cidade e em eventos de diferentes escalas a presença destes trabalhadores⁷⁷. Em diversas entrevistas, encontros, debates e conversas que realizei pude perceber o incômodo e os impactos dessa migração que, segundo reportagens em jornais locais, já chegou a ser de quase 10 mil trabalhadores⁷⁸.

Estimava-se, no início do ano de 2014, que a finalização da P-58 nos canteiros da QUIP faria com que 6.000 trabalhadores fossem demitidos, sendo 60% destes vindos de outras regiões do país. Estes dados foram fornecidos pela própria QUIP, em reunião com uma força-tarefa organizada pela Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego, representantes do Sindicato, do Tribunal Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego.

Um dos primeiros relatórios realizados na Universidade local a pedido da então Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul (hoje já denominada de Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento) foi feito pelo professor Marcelo Domingues, no relatório, a respeito da análise da cadeia produtiva em 2009, a questão da mão-de-obra já era um problema:

⁷⁶ http://polonavalrs.com.br/index.php?n_sistema=3027&id_noticia=160&idiomas=pt – visto em 07/08/2013

⁷⁷ A representante local do IBGE, na etapa Municipal da Conferência Nacional das Cidades, afirmou publicamente que não há como calcular o número de trabalhadores imigrantes que hoje ocupam hotéis, alojamentos e casas alugadas na região.

⁷⁸ Algumas destas estimam que cerca de quatro mil trabalhadores de fora ainda trabalhem nos estaleiros de Rio Grande: <http://wp.clicrbs.com.br/trabalhador/2013/04/26/rio-grande-esta-repleta-de-vagas/?topo=52,1,1,,186,77>

A qualificação profissional da mão-de-obra local e microrregional, que, se não for preparada adequadamente para ocupar a multifacetada oferta de postos de trabalho, assistirá a ocupação crescente dos mesmos pelos migrantes, como se verifica atualmente, onde 70% da mão-de-obra empregada no polo naval e offshore em gestação são de cariocas, baianos, paulistas, mineiros, capixabas e gaúchos oriundos da Serra e da região metropolitana de Porto Alegre, restando aos rio-grandinos os serviços de menor qualificação profissional e, por via de consequência, de menor remuneração (Domingues: 2009, p. 320)

Neste contexto, o termo baiano surge no cotidiano e nas narrativas de locais para determinar e separar quem é de fora. Uma denominação genérica para definir, mesmo que de maneira equivocada, aqueles que têm sotaques de outros lugares, andam de macacão, moram em alojamentos, enchem os supermercados, fazem churrasco na calçada, bebem demais durante os finais de semana e costumam sempre mexer com mulheres na rua. Comparando ao que Teresa Caldeira descreve a partir das narrativas sobre “nordestinos” (2002) é possível também perceber que a violência e os hábitos “estranhos aos costumes gaúchos” são elementos classificadores. O que torna o caso de Rio Grande emblemático é que não é a primeira e provavelmente não será a última vez que a cidade tem sua economia “revigorada” por meio do trabalhador migrante. No caso dos estaleiros, essa migração não é fixa, étnica ou duradoura e depende, em muito, do tipo de trabalho e das feições de mão-de obra exigida para a construção das plataformas.

Podemos, teoricamente, pensar esse termo “baiano” através das linhas de Didier Machillot (2012), ao constatar que o estereótipo, enquanto um processo de categorização que rege a interação (conflituosa ou não) entre grupos socialmente distintos, é inscrito em um momento histórico dado, funcionando como uma rede de discursos que engendra um fenômeno linguístico, cognitivo, de categorização e identificação, social, cultural e simbólico, psicológico, geográfico e histórico (2012:82). Além disso, a contribuição interessante que este autor traz para pensar o termo “baiano” é sublinhar que o estereótipo se presta sempre a uma dupla definição, tanto negativa (no caso acusatório) quanto positiva (no caso de se auto identificação e resistência).

Através das duas músicas em questão, podemos perceber como termos ligados ao trabalho e a posição que estes sujeitos ocupam nesta indústria também diz algo sobre os hábitos cotidianos e costumes do “baiano”. Já no começo da música produzida pelos rappers gaúchos, antes mesmo dos versos cantados, em que se repete várias vezes a frase “os encarregado vão chega”, há uma narração dizendo

Oxi, hahái / Todo pessoal da p-58, p-55.. Tamo Junto! / Trabalho na "ingivix" sou encarregado / melhor gato que tem, venha se aproxime ...

O termo encarregado tem uma presença forte nas duas músicas. Seguindo a letra dos locais, é possível ainda ver um deboche à ostentação e a um estilo de vida ligado aos “baianos”:

De boombox no busão, gel, cabelo do Neymar / Tem cavaco, tem tantan, viação noiva do mar / Agora eu fiquei doce e é assim que eu sobrevivo / To tirando onda no rolé de seletivo / To-to tirando onda no rolé de seletivo, eu to tirando onda ...

Neste caso, “boombox” são as caixas de som compactas na qual se encaixa um *pendrive* com músicas em formato mp3 para ser escutada sem fone de ouvido no seletivo, um tipo de ônibus da empresa local que possui mais conforto e chega mais rápido ao centro por não parar em algumas paradas. Além disso, é a Noiva do Mar que conta com a maior frota contratada das empresas para atender aos deslocamentos de trabalhadores entre suas residências e local de trabalho.

Já na música do baiano NtUnit, os diferentes cargos e a possibilidade de um melhor estilo de vida são levados a sério e motivos de orgulho. O “ser baiano” é, neste caso, um estereótipo assumido e adotado através de hábitos semelhantes narrados na música dos rio-grandinos, como motivo de orgulho:

Eu sou baiano nego / Orgulho brasileiro / Aonde chego represento os meus guerreiros / Na área que eu trabalho, eu sou profissional / Inveja cresce o olho, começa a passar mal(...) / Caldeireiro, inspetor, montador de andaime / Soldador, encarregado, é tudo nós que invade / O que fazemos impressiona e as novinhas ficam / Maracanã muito pequeno pra nossa torcida

Esse trecho mostra os diferentes trabalhos e mão-de-obra que são articulados e “importados” para um estaleiro, onde novamente o encarregado tem uma posição de destaque. A resposta aos gaúchos ressalta que o olho cresce devido à capacidade dos que vem de fora trabalhar como caldeireiro, soldador, entre outras profissões que, até pouco tempo atrás, não eram oferecidas em cursos de formação no estado.

O termo encarregado é, com o perdão do trocadilho, extremamente carregado de conotações, e é interessante notar que, a partir da etnografia em diferentes espaços e âmbitos deste processo complexo, pude timidamente tentar compreender porque este termo é de certa forma tão utilizado e reproduzido nas duas músicas.

Este é, talvez, o ponto mais interessante desse processo de “estigmatização” que acontece com os “baianos” em Rio Grande. Ao contrário dos “nordestinos” citados por Teresa Caldeira no clássico *Cidade de Muros* (2002:39), em que a condição social e pobreza são articulados como temas principais e acusatórios, os “baianos” dos estaleiros da cidade não são os marginalizados economicamente.

Em grande parte, o argumento de alguns presentes era de que os trabalhadores de fora vinham sem conhecer a cultura gaúcha, e sem saber que a cidade de Rio Grande é pacata, civilizada e calma. Na fala de um assessor de um vereador local, não era costume dos gaúchos beber já as 8h30 da manhã em um domingo, em piscinas plásticas cheias de gelo e colocadas nas calçadas, e que os “baianos” sempre acabavam se aproveitando da hospitalidade e da calma de Rio Grande. Uma professora de música do município chegou a sugerir que fossem feitas histórias em quadrinhos que educassem e orientassem os trabalhadores e suas famílias, no intuito de fazê-los compreender a dinâmica diferente da cidade. Tal ideia foi tomando um corpo diferente por meio das falas de outros representantes públicos, até chegarem à sugestão de se criar um museu de cultura gaúcha para visitação de todos os trabalhadores migrantes. Junto a isto, vinham também relatos de desrespeito a mulheres nas ruas, além de uma ligação clara entre a chegada destes trabalhadores e o aumento da criminalidade e violência na cidade. Indagados por mim, os dois representantes das polícias relataram

que apenas houve um aumento natural no consumo de drogas e prostituição, mas que não há uma curva notável no aumento de crimes, roubos ou latrocínios.

De outro lado, compondo o múltiplo campo em que discursos e opiniões eram trazidas à tona, havia Nyzelle, da pastoral, a Secretária de Assistência Social, uma médica ligada à Prefeitura que já tinha trabalhado na ECOVIX e a diretora de assistência social do estaleiro. Aline, a médica, tentou diminuir a visão maniqueísta que a maioria dos presentes tentava reforçar entre trabalhadores bons e ruins. Disse que achava um absurdo ver vereadores em campanha dizendo que não aguentavam mais ver tantos macacões laranjas nas ruas e nas filas dos bancos e supermercados. Ao final de sua fala, Aline pede para que todos pensem como seria ficar 2 ou 3 anos longe de suas famílias, sozinhos em uma cidade com clima e amigos completamente diferentes.

Corroborando esta situação, a representante da ECOVIX teve sua oportunidade de se pronunciar. Mesmo sabendo que ela não mora em alojamentos ou locais com as mesmas condições da maioria dos trabalhadores da empresa, falou com lágrimas nos olhos que sentia saudade da família e que hoje, no aniversário da filha, não poderia estar ao lado dela. Complementando, falou que mesmo sendo mineira, com um sotaque completamente diferente da Bahia, também era tachada de maneira pejorativa, e que o trabalho de “trechera” era difícil por nunca estar em um local conhecido ou com amigos próximos. Para ela, a única diversão que a maioria dos “peões” têm poucas formas e oportunidades para se divertirem, e que beber na rua acaba sendo sua única saída para qualquer tipo de sociabilidade.

As formas de sociabilidade relativas aos trabalhadores de fora é notadamente voltada para a rua, fato que incomoda a população local. Em grande parte, a maioria destes quase 10 mil “trecheros” que chegaram para trabalhar nos estaleiros da cidade vivem em alojamentos sem cozinha e espaços de lazer. Esta forma de viver a rua e de se relacionar com o espaço público também é motivo de acusação e identificação nas duas músicas citadas anteriormente. Na letra dos gaúchos, as músicas e gostos são motivos de deboche voltados para uma relação de gênero, dizendo que não são mulheres que são atraídas por estes trabalhadores, mas sim “travecos” e mulheres de “gogó grande”:

Na festa eu tóco o terrô, só pique parangolé /rebolation na Buarque, lá no Lads tem mulé / encontrei uma encorpada que só podia por trás / peituda do gogó grande, conheci na Silva Paes (...) / Eu bebo litrão da "Maínha" com os mano / Foge que é baiano, foge que é baiano / Xaveco traveco não to nem "ligano" / foge que é baiano, foge que é baiano / Churrasco segunda, vizinho "acordano" / Foge que é baiano, foge que é baiano / Banda Eva, Araketo, Munhoz & Mariano / Foge que é baiano, foge que é baiano.

Buarque, aqui, refere-se à rua em que se encontram a maioria das casas de shows populares da cidade, inclusive o Lad's. O mesmo para Silva Paes, uma das ruas principais da cidade, que possui alguns pontos conhecidos de prostituição. A resposta vem em forma de acentuar a masculinidade e, principalmente, citar a queda das mulheres locais por trabalhadores que têm dinheiro e conseguem esbanja-lo em festas.

No Rio Grande do Sul, vamos pra trabalhar / As gaúchas ouriçadas, começam a nos cantar / Aqui é nós que tá, chega mais pra cá, senta no meu colo e começa a rebolar / No Rebolation, é muito bom / Povo baiano, há, que tem o dom / Diferente de vocês, somos os caras / Que aonde chega, atrai a mulherada / Da Bahia até o Rio Grande do S / Eu pego a sua mulher, e você ainda agradece / Dupla de otários, gaúcho vacilão / Só sabe fazer churrasco e chimarrão.

Um dos principais argumentos, nos dois encontros em que participei para entender esse "choque cultural" que ocorre na cidade, é com relação à condição em que estes trabalhadores do trecho estão sendo recebidos e acolhidos por alojamentos pagos pelas empresas. A condição de moradia e o crescimento de alojamentos é um dos muitos impactos que a cidade sofreu nos últimos anos, e tornou-se tema recorrente em jornais e debates cotidianos. O mais conhecido alojamento entre os trabalhadores é o famoso "Carandiru". A primeira vez que escutei tal expressão foi em um encontro, desta vez promovido pela Pastoral do Migrante, a respeito dos diversos problemas e impactos que a migração de trabalhadores estava trazendo para a cidade. O convite para que eu falasse a respeito da visão da antropologia a respeito desse "choque cultural" veio a partir de Nyzelle Juliana, integrante da Pastoral que estava no encontro promovido pela Prefeitura. Dentro deste complexo problema, a pastoral se posicionou sempre a favor do diálogo e de uma política mais humanitária. Os casos de alojamentos em péssimas condições eram recorrentes na fala de Juliana, que inclusive me relatou diversos casos

de conflitos não só no Carandiru, mas também em diversos outros estabelecimentos. Casos como estes eram de conhecimento de grande parte da população, sendo até noticiados mais de uma vez no jornal local. Em uma das matérias⁷⁹, a jornalista Anette Poll relata:

Um destes fica no bairro Salgado Filho. Conhecido por Carandiru, o prédio abriga mais ou menos 200 trabalhadores de três empresas diferentes. A grande maioria vem do Rio de Janeiro e da Bahia. É um entra e sai sem fim, pois muitos vão embora logo no primeiro mês. "Tem gente que aguenta ficar aqui sem ninguém da família, sem amigos, pois embora convivendo com muitos, viemos sem nos conhecer. Mas, há outros que não conseguem ficar sem a mulher, sem os filhos, ou até mesmo distante de conhecidos", diz um dos cariocas⁸⁰(...)

Além do Carandiru, Juliana me conta de outros alojamentos, principalmente o localizado nos canteiros da QUIP, onde as condições são ainda piores. Evidentemente, durante um longo período que presenciei os desligamentos em massa da QUIP nos primeiros meses de 2014, ouvi uma série de relatos sobre o Carandiru e outros locais. A preocupação com hábitos e problemas que os “baianos” traziam à Rio Grande levou a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Infraestrutura e Meio-Ambiente da Câmara de Vereadores a criar um GT especializado em moradia e alojamentos⁸¹. Formada por representantes da Câmara, da Prefeitura, dos Bombeiros, da Anvisa, entre outros, o GT acabou sendo um dos principais motivos para a formação de uma Associação dos Proprietários de Alojamentos, coordenada por Alexandre Irata, com o qual tive a oportunidade de conversar e conhecer os dois de seus alojamentos, que parecem ser uma exceção aos tantos relatos e histórias que eu ouvia durante o campo

Nós temos nos alojamentos, como por exemplo nesse que tu vais conhecer, nesse que é de minha propriedade, ele tem guarda 24h, tem duas faxineiras, ele tem 12 quartos. Numa casa que foi adaptada para alojamento. Mas veja bem, ela foi adaptada dentro dos padrões das normativas. Então é uma casa que possui alvará dos bombeiros, alvará do município, que abrange saúde, meio-ambiente. É um estabelecimento, é um alojamento que tem seguro. Ele é todo segurado por uma empresa de prestação de seguros. Nós oferecemos pros operários as camas dentro dos

⁷⁹ www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe_php_e_3 - condições alojamentos – visto em 1º/07/2013

⁸⁰ Além desta, outras reportagens relatam casos de incêndio e condições ruins nestes alojamentos, como <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=44693> (visualizada em 23/06/2013)

⁸¹ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=47490> – visto em 30/08/2013.

padrões da NR24, que são beliches. Nós oferecemos internet em todos os cômodos. Em cada quarto nós temos de 4 a 6 operários, obedecendo o tamanho mínimo exigido pela normativa. Os beliches são todos adequados, o pé direito é todo adequado. Nós temos serviço de troca de roupa de cama semanal. Nós temos também, que oferecemos pra empresa, serviço de monitoramento interno com câmeras, circuito interno de câmeras, onde a empresa pode acompanhar o processo do seu funcionário. Nós também temos uma televisão em cada quatro, com TV a cabo. Temos duas salas de convivência onde as salas têm além da televisão os pay-per-view e brasileiro, que é uma forma do operário se divertir. Temos uma área pra lavar e secar roupa, e o mais importante, tem segurança e um acompanhamento diário das pessoas que estão prestando o serviço né. Porque o mais importante não é só ter tudo isso, o importante é tu ter um serviço de qualidade com serviço de assistencialismo praquela pessoa que reside.

Alexandre é representante comercial e criou a associação no intuito, segundo ele, de organizar o movimento crescente e cada vez mais “desordeiro” dos alojamentos que cresciam na cidade de Rio Grande. Para ele, o problema da especulação imobiliária e a alta procura por lugares urgentes, onde as empresas pudessem alocar seus funcionários, foi o que acabou colaborando para lugares em que somente se “acumulavam pessoas” em situações quase desumanas.

O que nós vimos com o decorrer desse tempo que nós estamos prestando esse serviço de alojamento é uma coisa muito desordeira, uma coisa muito bagunçada, uma coisa assim, locais que acumulam gente. Que chega ao ponto sub-humano, porque as condições de higiene eram muito precárias na maioria dos alojamentos. Porque o que tava acontecendo? O pessoal chegava com o intuito de alugar uma casa e queria R\$ 600,00 no aluguel, e a imobiliária dizia pra ele: “olha, te dou R\$ 3.000,00 para colocar, mas tem que colocar 10 pessoas”. Qual era a resposta dele? Por R\$3.000,00 ele podia colocar 100 pessoas. Então, um jeito de inibir esse tipo de alojamento, não de alojamento, mas de acumuladores de pessoas, era que de repente os proprietários se sensibilizassem com a situação e não quisessem alugar seus imóveis, só que não houve isso. Houve uma especulação imobiliárias onde as empresas procuram as imobiliárias que alugam a 300% quase o valor que a casa vale.

Na fala de Alexandre, pude compreender melhor como funcionava o sistema de aluguel e de manutenção nos alojamentos. Também lembrei de muitos relatos, como o de um dono de uma locadora que se desfez do negócio para erguer um alojamento. Segundo Alexandre conta, toda qualidade ou confiança no serviço fica prejudicada devido às formas com que as relações entre empresas são estabelecidas na indústria naval e a sazonalidade dos serviços prestados por empresas terceirizadas.

Olha, antigamente era muito simples. Tu chegava numa imobiliária, alugava essa casa e colocava as pessoas lá dentro. Hoje, com a entrada, graças a Deus, com a entrada do Ministério Público Federal, e com o Ministério do Trabalho, as coisas tomaram um caminho diferente, o caminho é um caminho mais ordeiro. Então hoje existem normas regulamentares federais que tu tens que cumprir.

Quais são essas normas?

As ativas são as NR10, a NR23, a NR18 e NR24. A 24 é um complemento da 18. Então isso tá assim hoje. A Petrobrás tá mandando fiscalizar todos alojamentos que são cadastrados pelas terceirizadas e quarterizadas. Só que acontece o seguinte, nós não temos só quarterizadas, temos quinterizadas, sexterizadas entendesse? Empresas que vêm pro município e se instalam para fazer uma obra de 3 meses, noventa dias. Então eles não querem pegar um alojamento com todas as normas a cumprir, entendesse? Eles querem ir lá, botar pessoas, enchem de gente a casa, muitos não pagam os operários e abandonam eles aqui na casa, outros pagam e vão embora, então isso é uma coisa que a gente tá vendo e com muita dificuldade de fiscalizar, uma situação muito difícil, muito complicada.

Então, uma situação assim, eu tô te dizendo desde o começo da associação. Então nós vimos a necessidade, porque o que tá acontecendo hoje em Rio Grande, é que todo mundo quer ter um alojamento. O cara tem uma casa de três quartos e quer fazer um alojamento, explorar e fazer isso aí uma fonte de renda. Não seria uma fonte de renda alternativa, mas uma fonte de renda principal. Pessoal acha que botando beliche, coisa e tal, pode ganhar 10 mil, 5 mil por mês. E a realidade está sendo bem diferente, porque o que a gente tá vendo hoje assim. Nós, que fazemos parte da associação, e alguns outros proprietários de alojamentos, que não estão na associação, eles são 100% regularizados.

Alexandre reconhecia e sabia do risco que era, naquele momento, apostar neste tipo de empreendimento. No período em que conheci seus dois alojamentos, donos de hotéis e estabelecimentos comerciais já narravam uma diminuição no número de trabalhadores de fora. Em um hotel que permaneci em algumas oportunidades, em uma das ruas de maior movimento comercial da cidade, um dos funcionários disse que se fosse há algum tempo eu não conseguiria estadia em quase nenhum hotel. Mesmo assim, Alexandre entendia que o ciclo da indústria naval na cidade não estava terminando e torcia para que o crescimento do setor continuasse trazendo clientes para ele. Ele também reconheceu que há, na particularidade deste tipo de trabalho em estaleiros, uma dificuldade e uma série de relações que têm que ser pensadas no trato e no serviço prestado.

Esses operários, que vêm de fora, tem os bons e tem os ruins. Então há relatos de reclamação e vizinhos sim. Há relatos de bons comportamentos, sim. Tu vai ver um exemplo, nós não permitimos que eles façam churrascos na frente de casa, porque tem dentro do estabelecimento um lugar pra fazer churrasco. Porque se tu deixar, eles vão fazer aqui na rua. Porque eles assim, presta atenção. O camarada ele vem lá da Bahia, deixa pra trás família, filhos, amigos, lazer, ele deixa tudo pra trás, com um único fim e proposito, trabalhar. Só que chega o seguinte, no Sábado meio-dia, ele já é dispensado do trabalho. Aí ele se lembra da família, dos amigos, dos problemas que ele tem, e ele cai pra bebida. Ou muitas vezes não cai pra bebida, ele começa a perambular pela cidade. Então o que a gente faz. Nós aqui desse alojamento, nós trabalhamos com o psicológico. Vamos fazer um churrasquinho, sem bebida alcoólica, vamos conversar (...) Então isso aí mês a mês isso acontece, porque há uma grande rotatividade de pessoas que entram e saem. Então claro, se tu pegar a mesma equipe. São 56 pessoas em 12 quartos. Se tu pegar aqui, 56 pessoas, se não tivesse rotatividade, todo mês uma reunião seria chato. Mas como há rotatividade, nós fazemos uma reunião uma vez por mês. Então isso é muito importante pra manter uma qualidade, e pra gente identificar os problemáticos, e tratar caso a caso cada célula aqui dentro.

Outro ator importante nesta rede a frente do GT dos alojamentos, com quem também pude conversar e encontrar em outros espaços da cidade, foi a secretária de Cidadania e Assistência Social, Maria Cristina Juliano. Esta participou de quase todos os encontros descritos acima e também me recebeu em seu gabinete para uma entrevista. Segundo ela, o impacto causado pelo “choque cultural” do Polo pode ser visto de várias formas

Na verdade a secretaria tem um posicionamento, ela trabalha com cidadania né. Então sempre que tem impacto no acesso ao direito, seja na secretaria ou não, a gente trabalha na articulação das diferentes políticas públicas para entender.

Então assim, a cidade mudou. Dizer que impactou pelo número de pessoas, aumento, a questão do trânsito, da moradia. A questão do aumento da população de rua. Impactou a questão do aumento populacional mesmo. Tu vê a cidade de Rio Grande, a gente tem muita gente que não é daqui. Na verdade, naquela vez que tu estavas naquele seminário que a gente chamou, um dos impactos que acontece é a questão de pessoas com culturas diferentes morando na cidade. Não houve aumento da violência na cidade, né, isso a gente tem, eu faço parte do grupo Gestão Integrada Municipal que reúne todas as forças de segurança pública da cidade, e os dados, e naquele dia tu chegaste a conversar com o rapaz da brigada militar, policila civil, esse aumento populacional não refletiu no aumento da criminalidade. Houveram alguns crimes como, como se diz, não sei o que do sossego público.

Os alojamentos são um destes muitos impactos com que a cidade e seus órgãos públicos estão tendo que lidar.

É, isso houve, porque geralmente as pessoas que estão vindo são de outro local do país, são de uma cultura diferenciada. Também houve algum aumento, chegava a citar algum aumento na questão da violência doméstica contra a mulher, mas em termos de homicídios, latrocínios, furtos, essa parte não houve aumento. Houve aumento na questão da “drogadição”, principalmente no Pólo Naval, isso é colocado né. Porque na verdade é um local que gira dinheiro, né, e há o comércio de drogas, que teve um aumento, que não existem dados né, mas existe uma percepção da população, dos setores ligados à fiscalização destes locais. Um impacto bastante grande que a gente observou e começou a fazer um trabalho foi a questão do surgimento dos alojamentos que é um problema bastante sério. As pessoas estão vindo pra cá, não têm onde morar, e estão surgindo vários alojamentos na cidade em situação precária. Então, nisso, tem uma série de órgãos envolvidos (...) Todos os alojamentos da cidade foram autuados pela Fazenda Municipal para se adequarem, porque nós temos alojamentos que são alojamentos que não têm alvará, embora alguns tenham alvará, porque embora a gente não tenha uma legislação no município adequada ao município, nós temos a congêneres né, que tem a possibilidade de tirar esses alvarás. Então quem não tirou, está sendo autuado, e tendo tempo pra se adequar.

Para Cristina, a especificidade do trabalho sazonal é uma das muitas características que impedem que a secretaria e os órgãos públicos possam fazer alguma ação com base em estatísticas e dados. Ao pergunta-la sobre a possibilidade de pensar políticas públicas voltadas para esses impactos do Polo ela afirma que não há dados concretos que possam ajudar nesses projetos. Conforme ela mesmo fala, o aumento populacional e o “inchaço” do município podem ser vistos mais claramente no cotidiano da cidade.

Na verdade nós não temos esses dados, eu não tenho, não sei se outra secretaria possui. Mas tem sido alguma coisa que a gente tem pensado, como a gente vai poder fazer, identificar essas pessoas, esses moradores.

Porque, o IBGE não considera eles moradores das cidades?

Sim, porque eles não são. Na verdade o que a gente vem vendo. Quando mais a gente conhece as pessoas, essa indústria tem os trecheiros né, que vêm em determinado tempo, vêm e fazem determinada função, especificidade da construção da plataforma e vão embora. Então é um público que transita mesmo né.

É possível ver, na fala e nas entrevistas destes representantes de órgãos públicos e privados, que há uma dificuldade em lidar e agir de acordo com o tempo que a indústria naval exige. A grande diferença deste novo ciclo é que há uma especificidade na relação entre trabalho e tempo, que tenta a todo o momento responder às demandas da única contratante, a Petrobrás. Assim, mapear e entender essa migração, bem como seus impactos, aparece como um desafio para a pesquisa etnográfica e para o debate atual sobre conflitos socioambientais.

É possível, ainda, ver que a especificidade do trabalho, aliado à novidade que suas diferentes feições trazem para a cidade de Rio Grande, levantam questões interessantes para diversos campos da pesquisa ligada a estes novos conflitos. Seguindo o adensamento dessa rede e teia que estamos tecendo a partir da tese, veremos no capítulo seguinte como o trabalho, através de suas diferentes expressões, formas e feições, lida com os impactos, benefícios e consequências advindas de um grande projeto de desenvolvimento como o da indústria naval. Adentrando no espaço das atividades internas ao estaleiro, poderemos talvez entender melhor as relações elaboradas a partir das especificidades das feições e a todo momento rearranjadas por meio das relações destes trabalhadores com seu meio.

Capítulo 3 - O trabalho no dique-seco e seus “causos” de realidade fantástica

Em uma primeira leitura do título desta parte específica da tese, poderíamos aqui pensar que minha etnografia foi forjada e moldada nos clássicos estudos sobre trabalho, em que a observação se dava lado a lado dos trabalhadores nas fábricas. Mesmo estas tentativas se mostraram muito mais interessantes quando falavam antes sobre a dificuldade da observação realmente participante do que propriamente sobre a eficácia da etnografia em si, e se apegavam, de maneira brilhante, nas conexões que se estabeleciam entre o interior das fábricas e seu entorno simbólico, físico, entre outros. Para citar apenas a linhagem com a qual tenho contato, no caso de Leite Lopes (1988) a tecelagem e a moradia estabelecem complexas relações entre o trabalho e a precariedade, entre as hierarquias dentro da fábrica e também dentro do bairro operário. No caso de Diana Antonaz (1995), o trecho e a trajetória dos trabalhadores são os agentes fundamentais para se entender a dinâmica e a ética envolvida no trabalho dentro de grandes projetos na Amazônia. No trabalho de Cornelia Eckert

(1993), a moradia aparece como papel fundamental para entender os jogos de memória entre mineiros em um momento de crise do ofício.

Na verdade eu ainda não sei, até o último dia em que entrego essa tese “finalizada”, a melhor ordem em que colocar estes excertos de um aglomerado de acontecimentos que extrapolam o trabalho de campo, além também de ainda não saber até que ponto fui feliz em falar sobre as coisas das quais esse capítulo trata: o ofício e a trajetória dos trabalhadores mediado pelas relações de aprendizado e conflito no interior de um estaleiro.

Este prólogo capitular apenas reforça a ideia de uma simples metáfora que tento trazer para os títulos, conteúdos, formas e formatações dessa tese. Eu não pisei no chão do estaleiro e nem pude conversar com trabalhadores enquanto faziam seu ofício. Primeiro, porque ter esse acesso seria uma tarefa que consumiria grande parte do meu tempo e esforço (metáforas também para um possível dispêndio de muito dinheiro), tendo um possível resultado de insucesso. Segundo porque em nenhum momento acreditei nisso como um elemento capaz de melhorar e/ou piorar, qualificar e/ou desqualificar meu trabalho de campo. Mesmo sem a total consciência e intenção de que estava seguindo os traços do trabalho em Rio Grande desde o princípio da jornada etnográfica, estava evidente para mim que a trama das conexões entre os atores e agentes dessa multiplicidade escalar que se apresentava era muito mais importante que o desenlace, como pode ser visto através deste pequeno trecho de diário de campo.

Por ser um completo estrangeiro, não conheço muito bem as ruas e estradas, mas sei que ir até os molhes e o grande terminal de cargas para ter uma visão privilegiada não é difícil. Resolvi na noite anterior que iria de bicicleta. Ir de ônibus iria me tomar mais tempo que qualquer outra coisa, e minhas possíveis caronas (três no total) têm compromissos. A única dúvida seria o trajeto. Poderia ir pela beira da praia até os molhes, e olhar todo deslocamento do local. Outra opção é ir pelas estradas e caminhos internos que ligam a praia do Cassino até o TECON, na barra. Dalí poderia acompanhar por mais tempo o trajeto e também ficar próximo aos molhes, de onde saem as grandes embarcações.

Já são 7h30 quando saio de casa. Uma parada no posto para encher os pneus, que demora mais que o normal, ajuda o corpo a se acostumar com os menos de 13 graus de sensação térmica. Segundo o atendente do posto, é mais fácil chegar ao TECON pela estrada interna, que tem asfalto por todo o trajeto e é rápida. Pois bem, sigo seu conselho. Entre uma pedalada e outra, já vejo que o caminho será bem mais longo que o que havia previsto. No meio do caminho, já um pouco cansado, vejo passar, de longe, a grande plataforma. Penso, por mais de uma vez, se não

seria melhor voltar e ir pela beira da praia, para tentar acompanhar a saída, mas depois de tanto pedalar, resolvo continuar em meu caminho.

Chego perto dos molhes já tarde. Meu desânimo já está tomando conta de meus sentimentos e substituindo as dores nas pernas. A grande plataforma já está quase saindo, levando com ela a possibilidade de tirar boas fotos, pois não tenho lentes de longo alcance. Por outro lado, consigo perceber que há muitas pessoas, carros e representantes da imprensa no local. Todos estão querendo participar de um momento único na cidade, e registrar o grande evento. Por todo o trajeto, era possível ver helicópteros que acompanhavam o trajeto da plataforma. Resolvo pedalar até quase a ponta dos molhes para ver se conseguiria boas fotos, mas com pouca esperança. Entre uma parada e outra, resolvo voltar, e começo a me lamentar por ter perdido o evento. Não eram nem 10h quando a plataforma já era um ponto distante no horizonte (...)

Certamente seria rico para minha etnografia visual acompanhar a saída da plataforma, mas não por ter uma imagem de perto da gigante, mas sim pela trama envolvida no ocorrido. Na próxima vez, se eu tiver essa oportunidade (ainda há mais duas plataformas que serão finalizadas até o mês de outubro em Rio Grande), tentarei acompanhar de perto a chegada dos repórteres, dos habitantes locais e toda repercussão disto na cidade. Mais do que o desenlace de uma plataforma pronta para navegação e saindo em direção ao oceano, a trama do evento e as situações microcotidianas que envolvem isso tudo talvez seja o momento mais rico para dar conta das dúvidas e perguntas que faço todos os dias que estou passando frio aqui no Cassino. (diário de campo dia 18 de junho de 2013)

Nas palavras de Drexler:

“y así seguir el rumbo que el viento trace.

Ir y venir, seguir y guiar, dar e tener, entrar y salir de fase.

Amar la trama más que el desenlace”

Confesso que por muito tempo pensei seriamente em fazer algum curso de solda, tubulação, montagem de estruturas, qualquer um desses muitos que eu sempre via em panfletos e jornais locais, para tentar entrar nesse mundo tão específico que é o trecho. Pouco tempo depois me dei conta de que meu trecho já estava a minha frente. A minha etnografia, de certa forma, também é uma vida de trecho. É um constante deslocamento motivado por relações dessa rede que é constituída por diferentes agentes.

Se o leitor continuar a pensar no título e coloca-lo em relação ao capítulos que o precede, bem como aos que se seguem, poderia também argumentar que formação e ocupação, mesmo que tratadas no mesmo subcapítulo, estariam equivocadamente separadas. Certamente também considero uma crítica acertada, mas também capaz de ser discutida. No caso do Polo Naval, como eu interpreto e espero que a maioria dos

leitores assim também o faça com o mínimo esforço, há evidentemente uma formação que molda os ofícios e o tipo de ocupação que se tem no chão do estaleiro.

Ao falar de formação, atento para a trajetória de constituição do sujeito do trabalho, bem como para as narrativas biográficas que estes sujeitos e atores se inserem. Atento também para as mudanças e escolhas dentro de um vasto campo de possibilidades, a articulação de redes sociais, os conflitos e dificuldades deste sujeito que se define como trabalhador do Polo Naval, considerando estas diferentes da ocupação que estes exercem no chão do dique seco.

O que isso quer dizer? Talvez aqui eu queira indicar que falar de ocupação, e não de formação, coloca os atores e agentes em outro nível e espaço de interação. Ao falar que ocupação é diferente de formação, estou afirmando que há uma diferença no tempo e no ato que é narrado. A formação é, obviamente, parte importante da constituição do sujeito do trabalho. Possui, também, suas relações com outros agentes e mediadores, mas fala de um tempo passado. A ocupação, como será visto nas linhas que se seguem, fala mais sobre as relações atuais dentro do estaleiro, as diferentes formas de gestão das empresas que são percebidas através do trabalho, e os conflitos que aparecem no meio de expressões de expertises e técnicas, ao mesmo tempo em que media a experiência de formações técnicas, pessoais, objetivas e subjetivas.

No entanto, certamente um leitor mais atento e curioso com minha própria trajetória e formação poderá, com tamanha propriedade, afirmar que para Paul Ricoeur (1994) não há figuração alguma que exista sem uma prefiguração e que não preceda uma pós-figuração. Claro, isso está também correto, mas ao mesmo tempo que a vida no trecho pode ser interpretada como uma certa forma de narrativa pós figurada no presente a partir de experiências passadas em outras obras, o estado atual das ocupações com as quais me deparei possuem particularidades que criam também diferenças neste chamado presente, no trecho, no cargo e na posição atual que cada um dos entrevistados ocupava no momento em que os entrevistei.

Este é um dos maiores e mais instigantes desafios que encontrei quando comecei a pesquisa que resulta agora nesta tese. Era preciso demarcar aqui uma diferença para dar conta desta etnografia das redes e do processo que envolvia o denominado universo do “Polo Naval”. E foi olhando com atenção e com cuidado para as pequenas interações que aconteciam durante meu trabalho de campo como tão importantes quanto entrevistas de longa duração, para sociabilidades e jocosidades considerando-as também formas de constituição ética do trabalhador do Polo Naval, que pude começar a montar as estruturas e soldar as conexões que configuram aquilo que nós comumente chamamos de mundo social.

A visão dos autores chamados por Marcio Goldman de “pós-sociais” se estabelece aqui também como um ponto de ligação para dar conta do processo narrado através do trabalho de campo. Voltando ao texto mais popular sobre a Teoria do Ator-Rede, Latour propõe uma tarefa, de maneira “resumida”, que seria tirar do termo social a alusão de algo estável, já dado, adjetivável como “de aço”, “de madeira”, “biológico”, “econômico”, “mental”, etc... Para Latour, o significado em si do termo se perde por designar duas coisas: um movimento durante um processo de agregação e um tipo específico de ingrediente que se supõe diferir de outros elementos. (Latour, 2012:19)

É preciso assim definir a noção de social indo até seu significado primitivo e capacitando-o a rastrear conexões novamente. Ou seja, realizar a tarefa proposta em “Jamais Fomos Moderno”, para pensar o “social” como um híbrido.

Ainda na esteira do pensador francês da TAR, o Sindicato, como será visto no capítulo que segue este, age não só como um mediador na rede que envolve trabalhadores e Polo Naval, mas também atuou como um intermediário do trabalho de campo. Foi através do sindicato e também das brigas e conflitos em que ele estava inserido que conheci a maior parte dos trabalhadores que me narraram suas experiências, frustrações, expectativas e vontades. Assim, os três principais interlocutores apresentados aqui se aproximaram de mim ou porque estavam resolvendo alguns problemas no sindicato ou porque estavam no meio de peleias e rusgas relativas aos momentos mais críticos de conflito.

Surgiram também, durante o trabalho de campo, em diferentes momentos e contextos, elementos extremamente interessante para se pensar nas agências e nos agentes que estão inseridos nessa trama de relações: a forma como expressões são agenciadas em diferentes contextos para falar sobre o trabalho e as relações que atravessam o Polo Naval de Rio Grande. Desde a primeira música que escutei onde os baianos estavam sendo alvo de deboches e ofensas, até a última entrevista que realizei com um trabalhador, o gato, a ferramenta, o encarregado, entre tantos outros, apareceram de diferentes formas e através de diferentes mediadores.

3.1 Formação, ocupação e condição: as diferentes redes que conectam parcialmente o polo naval através das narrativas e expertises de seus trabalhadores.

Até chegar a fazer parte da ‘obra’ e da ‘área’ e integrar o corpo de pessoas que ajudam a construir uma plataforma, um trabalhador do Polo Naval que passa por uma série de testes e treinamentos que o habilitam a fazer parte da fábrica. O curioso, no entanto, é que nem sempre os testes e/ou treinamentos têm fundos “racionalizadores” e formais, mas sim dependem de redes de relações pessoais e aprendizados coletivos que forjam, soldam e montam as estruturas necessárias para que alguém se identifique como trabalhador do polo naval ou de qualquer outro estaleiro, que se coloque como alguém que domina não só a feição mas a forma e também a maneira como essa feição é expressa. Há uma série de redes e teias que são articuladas e tecidas na prática cotidiana destes trabalhadores para que um soldador, caldeireiro, pintor, entre outros, entenda não só o propósito daquilo que está sendo feito mas na maioria das vezes também o porquê e por onde esse algo que esta sendo feito se encaixará dentro do complexo e gigantesco sistema de conexões exigidos para a construção de uma plataforma.

Confesso aqui que em um primeiro momento pensei em não fazer uma separação, neste capítulo, entre formação e ocupação. Depois de um certo tempo, que

envolveu transcrição, separação, decupagem e releitura das entrevistas, diários de campo, notícias diversas e dados oficiais da Petrobrás, pensei apesar de ser interessante apresentar essas duas noções juntas, abdicando de tal separação e apostando em criar essas conexões sem separar seus elementos, há uma divisão necessária no que diz respeito aos dois pontos. Como será visto, a maneira como as competências adquiridas através da formação profissional são arranjadas depende, em grande parte, da ocupação e da posição em que o sujeito se encontra no meio das hierarquias e relações sociais de dentro da fábrica.

Ao mesmo tempo em que há uma multiplicidades e diversidade de ocupações dentro de um estaleiro, há algumas ocupações que se destacam, como a solda e a caldeiraria. Não por acaso, foram esses tipos de trabalhadores e trabalhadoras com quem tive mais contato. Durante movimentos de grandes desligamentos no sindicato, em outros momentos de paralisação e até mesmo em grupos de discussão de redes sociais, tive contato com diversos eletricitas, montadores de andaimes, pintores, caldeireiros e soldadores. Por motivos que serão explanados a seguir, pude entrevistar e me aproximar de três trabalhadores que estavam em atividade ou recém tinham sido desligados. Um deles é caldeireiro, e acabou vindo para a cidade de Rio Grande em 2011, junto com uma equipe recrutada por um antigo e conhecido supervisor com quem já havia trabalhado. Outra, uma soldadora local com uma longa preparação e uma extensa lista de cursos realizados na área, que atualmente está afastada por doença médica e sempre se colocou como uma lutadora dos direitos dos trabalhadores. Por fim, também apresento um outro mineiro, pintor, caldeireiro e montador de estrutura, que veio com a família porque seu genro o avisou dos cursos do PRONATEC⁸² voltados para a indústria naval.

⁸² Nenhum dos três entrevistados me pediu sigilo ou anonimato na pesquisa. Mesmo assim, fiz a escolha de troca dos nomes por reconhecer a condição cíclica não só do trabalho mas também das relações estabelecidas através da etnografia. A diferença de temas e a forma como alguns assuntos mais polêmicos são tratados pelos interlocutores é também evidente e precisa ser tratada não só com respeito mas também com certo cuidado.

Temos, portanto três casos diferentes que de certa forma flutuam entre os opostos pensados entre as redes de formação e os deslocamentos destes profissionais. Um caldeireiro que aprendeu tudo que sabe de montagem de estruturas na ‘ferramenta’ e veio através da relação pessoal que tinha com um antigo supervisor, já tendo trabalhado em outras obras e diferentes lugares correndo o ‘trecho’. Outro, também caldeireiro, que começou como pintor estava quase se aposentando como comerciante em outro estado quando, por intermédio do genro, fez um curso de formação do PRONATEC e a partir disso, e através da experiência dentro da obra, começou a trabalhar em outras funções. Por fim, o terceiro caso é de uma trabalhadora local, com experiência em metalurgia, sempre estudou e aproveitou seu conhecimento para entrar no Polo Naval, mas não se considera uma ‘trecheira’.

A identificação com o trecho, com o ser trecheiro e estar sempre em deslocamento são formas e expressões que são evocadas por trabalhadores ligados não só a grande projetos, como pode ser visto em diferentes teses. No caso de Rio Grande, a noção do trecho é também importante para se entender como os trabalhadores se identificam e também salientam a particularidade da obra que se instalou em na cidade.

O caso de Rio Grande traz para o debate, de uma certa forma, uma especificidade. Não se encaixa nos debates sobre a migração camponesa, como no caso do agronegócio, e nem sequer é uma mobilização da força de trabalho de um grande centro para um local não-urbano, ou então “não-moderno”. Rio Grande já possui, como se pode perceber através da sua trajetória, uma longa e cíclica relação com a força de trabalho migrante e com as diferentes etapas que isso acarreta. Há também, uma diferença no que tange a identificação destes trabalhadores como trecheiros. Muitos dos trabalhadores locais, como uma das entrevistadas que apresentada neste capítulo, bem como grande parte dos dirigentes sindicais não se considera um trecheiro e não tem, por ora, motivação ou vontade de deixar a cidade para ir em busca de emprego em outras obras.

No caso específico do Polo Naval, há sim uma série de impactos e consequências resultantes dessa mobilização da mão-de-obra, mas ao mesmo tempo é um tanto

ingênuo acreditar que uma cidade com mais de 100 mil habitantes, que conta com uma Universidade Federal, um Super Porto e uma história centenária de diferentes etapas de industrialização possa ser considerada “subdesenvolvida”. O imaginário de impacto de um grande projeto em uma área intacta ou habitada por populações tradicionais jamais se encaixaria em uma descrição do local.

Ao mesmo tempo, também há alguns elementos que são correspondidos e dialogam com a literatura sobre o tema. Um deles tem a ver com a forma como os trabalhadores narram suas experiências relativas ao trabalho e às especificidades ligadas a um certo tipo de formação e ocupação dentro de uma obra de tal porte.

3.1.1 A condição: o trecho e as contradições de se estabelecer em Rio Grande

A literatura sobre grandes projetos, megaempreendimentos, agronegócio e construção civil, de maneira mais ampla, colocam como um dos temas (senão “o” tema) principais em suas análises a relação destes trabalhadores com o deslocamento exigido pela periodicidade das obras e a necessidade de correr o trecho. O trecho aparece quase sempre como um ator central nas avaliações sobre deslocamentos e mobilidades que são desencadeadas por estes grandes projetos. De maneira geral, a discussão envolve os grandes empreendimentos agropecuários, a indústria da mineração, hidrelétricas, siderurgia, entre outras, reforça que esta condição do trabalho é um balizador da identidade e da formação dos operários envolvidos nestas feições de laboro.

Em 1985, Neide Esterici (2008), ao falar dos trabalhadores migrantes no Araguaia e dos conflitos envolvendo posseiros e peões, narra o trecheiro como aquele que é visto de maneira desqualificada, trazido em “grandes levadas” (2008:96). Segundo ela, o trecheiro e suas definições funciona como uma forma de diferenciar o peão do posseiro:

Tais expressões referem-se à condição de homens privados das relações a partir das quais se constroem posições, papéis e identidades sociais. Entre os posseiros, tais relações são lastreadas pelo parentesco, pela vizinhança e contatos face a face que permitem estabelecer redes de

conhecimento mútuo, direitos, deveres e controle social. Dizer que os peões "são largados" remete, exatamente, à indefinição de status que o desconhecimento (ou a ausência situacional) dessas relações comporta: casados ou solteiros, não se sabe, o certo é que vivem como se não tivessem família. Mais categórico é dizer que peão "não tem compromisso", pois o que ganha no trabalho gasta com coisas e pessoas que não estão vinculadas à vida da casa e da família; os que a têm possuem um "compromisso" e o produto de seu trabalho destina-se prioritariamente ao sustento da mesma (*ibidem*, 96).

No caso do agronegócio, o trabalho de Ariana Rumstein analisa os deslocamentos de trabalhadores no trabalho de cultivo da soja no norte mato-grossense. Para ela O trabalho, quem tem o termo trecho no título, traz o mesmo não só como condição de julgamento e classificação, mas sim como parte da existência e condição de existência, como "metáfora da própria vida" (2009:47). Para além de uma conotação a um lugar ou um entre-lugar, um deslocamento, o trecho é

a marca dos "peões maranhenses", que não raras vezes empregam a expressão "tô no trecho" ou "o trecho ensina" como se fosse uma referência a um "modo de vida" que, conforme observado, não é bem visto pelos que são do lugar: os habitantes de uma parte da cidade, os contratantes, os gerentes ou comerciantes que os veem como os de fora. (2009:47)

Tanto Magalhães (1983) quanto Souza (1990) citam este peão do trecho como aquele que, mesmo acostumado com o deslocamento, é compulsoriamente obrigado a ir de trecho em trecho. As condições precárias de alojamento e o risco sempre eminente de descumprimento das obrigações e contratos trabalhistas por parte dos empregadores é constantemente narrada nestes dois trabalhos.

Também ligado a um grande projeto e escrito com base em um trabalho de campo de quase 10 anos, a dissertação de mestrado de Diana Antonaz (1995) defendida em 1995 e orientada por José Sérgio Leite Lopes é um dos primeiros que uniu a preocupação de uma antropologia do trabalho com os impactos dos grandes projetos na vida e nas trajetórias de trabalhadores da indústria. Além da orientação de Leite Lopes, Diana Antonaz utiliza-se de referências como Gustavo Lins Ribeiro para falar das articulações globais em consórcios de grandes projetos e Abdelmalek Sayad ao citar os processos de migração que ocorrem em projetos desse gênero.

Há, na dissertação de Antonaz, uma articulação interessante entre diferentes níveis e esferas governamentais em relação com comunidades locais, as trajetórias e campos de possibilidades como formação identitárias dos trabalhadores, conhecidos como “trecheiros” (1995:43), bem como as hierarquias e relações simbólicas envolvidas nas diferenças entre estes e os engenheiros. Para Antonaz, é preciso partir da vivência e experiência destes trabalhadores em diferentes obras de grandes projetos para entender a especificidade do seu trabalho no projeto da Albras-Alunorte.

Tanto em Rumstain como em Antonaz, há um giro analítico que aposta na tentativa de entender o grande projeto não somente a partir das condições estruturais impostas e compulsoriamente provocadas, mas também olhar estas obras a partir da experiência dos próprios trabalhadores que, ao fim, acabam sendo as bases estruturais para que se levem a cabo tais projetos.

Cabe aqui ainda ressaltar uma análise sobre esse deslocamento trazida por Gustavo Lins Ribeiro (1992), ao falar do “bicho-de-obra”. Ao contrário do trecheiro, do peão comum, Lins Ribeiro nos traz a condição de deslocamento de um outro segmento da população que é deslocada para o projeto da hidrelétrica de Yacretá.

Mas quem, sucintamente, são os bichos-de-obra? São indivíduos que entram no circuito migratório dos grandes projetos e nele passam a viver permanentemente durante sua vida economicamente ativa. Mais ainda, como se encontram entre os trabalhadores especializados de origem italiana casos de até terceira geração de pessoas que vivem permanentemente vinculadas aos circuitos migratórios dos grandes projetos em escala mundial, o bicho-de-obra arquetípico é nascido e criado em acampamentos de grandes obras pelo mundo afora, e encara esses circuitos e acampamentos como definidores de sua identidade (Lins Ribeiro, 1992:10)

Estes bichos-de-obra, apesar de serem muitas vezes nascidos e criados no trecho não são peões, mas sim trabalhadores de nível mais especializado destas grandes obras. E aqui há um ponto de diferenciação do que ocorre em Rio Grande

No caso da cidade onde concentrei meus esforços etnográficos, há uma certa particularidade, ao mesmo tempo que uma semelhança com os casos descritos na literatura sobre o trecho. Por um dos muitos lados, como já foi citado através do

“choque cultural” narrado nas musicas e na visão dos “baianos”, há um estranhamento e desqualificação destes trabalhadores de fora, (em particular os peões, e não os bichos-de-obra e engenheiros) em que os hábitos que por vezes também são tidos como comuns, como fazer o churrasco e beber nos finais de semana acaba sendo tomado por um costume danoso para a cidade. Já por parte dos sindicalistas, há um reconhecimento de que a facilidade para lidar com os períodos de contratações e demissões é uma arma a favor na hora de lutar por direitos. Por fim, por parte dos trabalhadores locais, há uma dúvida e uma esperança no que diz respeito a uma consolidação da indústria naval na região para que esse deslocamento e essa vida de trecheiro não tenha que ser adotada como forma de trabalho.

Uma outra expressão que sempre ouvi por parte dos interlocutores era a ‘quita’, que referia-se basicamente ao processo de homologação e quitação das multas e fundo de garantia quando a empresa se via no final de um projeto e tinha que demitir parte de seus funcionários. Uma das questões que sempre levantei durante o trabalho de campo para os meus interlocutores locais era se eles entrariam nesta vida de trecho. Renata, apesar de considerar lucrativo viver da quita, prefere a estabilidade.

É lucrativo eu trabalhar numa empresa e passar pra outra? Claro que é, porque se eu trabalhar dois anos o único que aumentar é meu Fundo de Garantia. Viver por **quita**. Não é meu caso, eu gosto de estabilizar. Muito peão gosta. Principalmente trecheiro. Trecheiro é que nos ensinou a fazer isso.

Já Claudio, mesmo tendo como deslocamento apenas a vinda de sua cidade natal para Rio Grande, diz que pelo amor ao novo ofício sairia e seguiria a vida no trecho. Depois de tanto tempo trabalhando estagnado, o trabalho pesado e braçal proporcionado pela caldeiraria o seduz a continuar procurando oportunidades em outras cidades.

E se , por exemplo, um encarregado lhe convidasse pra trabalhar fora, o senhor sairia de Rio Grande?

Olha, eu sairia. Sabe porque? Porque eu gosto do que eu faço. Eu trabalhei 25 anos de venda, com o povo, agora, eu fiz elétrica naval, gosto. Fiz pintura, gosto. Mas a caldeiraria e a montagem é meu fraco. É um serviço pesado, eu tô com 58 anos, serviço é pesado, mas só de você estar ali,

projetar uma peça, desenhar uma peça, dar acabamento pruma peça e colocar ela no lugar, pra mim. E eu gosto do que eu faço. Se me chamar, eu quero voltar pra Santa Catarina. Eu fui chamado pela Detroit, mas acontece que eu tava aqui, então largar aqui com um pássaro na mão e tentar com dois voando, é fria. Eu podia chegar na Detroit lá, fazer a entrevista, não que não conseguisse, graças a Deus eu confio na minha capacitação, mas só que aqui eu já tava ganhando, e lá a diferença é muita. Lá, aqui trabalhando com um salário melhor, tava ganhando 2.300, 2.500, com as hora extra tava ganhando quase três mil por mês, e lá iria ganhar 1.800. Se eu trabalhasse todo Sábado iria ganhar 2.330, 2500, então eu preferi ficar aqui.

Já Sandro Laranjo, sindicalista, afirma que se não puder trabalhar na área da construção naval sempre tem como conseguir algum outro tipo de ocupação. A boa rede de relações nutridas na cidade e sua capacidade para realizar diferentes tipos de serviços o permite não ter que abandonar a família e ficar sem ter que ver os filhos.

Como eu falei pra ti, eu tenho tanta função, fiz tanta coisa, conheço tanta gente, que eu ficaria aqui. Eu sou daqui. Não sou trechero, não nasci pra isso. Até fico assim, tiro o chapéu pros camarada que conseguem sair e deixar família. Eu tenho 6 filho, minha mulher, eu sou de serviço pra casa, de casa pro serviço, não sou de sair. Claro que viaja muito, mas não passa de 3 dias fora. E mesmo assim sinto uma falta do cacete das minhas crianças, eu com certeza ia ficar aqui. Abri um negócio aqui pra mim, uma elétrica, arrumar geladeira, fogão, Marido de Aluguel, sei fazer tudo, vou de marido de aluguel. Mas eu ia ficar em Rio Grande, ia sair não. Sempre se encaixa num canto.

Eu, que nem eu, fui de trabalhar dez anos na Ipiranga, esses caras não, trabalham três meses, pegam a quita deles, passam pra outra, pegam um aviso prévio em 4 vezes no ano e ganham quatro salário a mais. Eu fico dez anos, minha quita é mais baixa que o camarada que ficou menos tempo, que ganhou aviso prévio e tudo. Claro, nada a ver com Fundo de Garantia, mas é a coisa que tu vai aprendendo e eu aprendi no sindicato, não tinha noção nenhuma.

Benito, o presidente do Sindicato, também ressalta essa diferença entre o trabalhador local e o trecheiro para lidar com . Como ressalta em outra parte da tese, ao falar da experiência na luta, o presidente do Sindicato reconhece que esse processo de contratação e des-contratação é algo tido como natural por estes trabalhadores de fora.

O Polo Naval do Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, Suape, não tem nada de diferente disso. É esse o quadrante deles, um processo natural de contratação, des-contratação, contratação, des-contratação. E aqui, só que lá eles já são acostumados a se chamar de peão de trecho. Porque o emprego naquele lugar para, mas em algum lugar do Brasil tá começando uma outra, e são migrantes, tão acostumado a viajar. Pessoal aqui do Sul

não tá acostumado a deixar família e morar sete, oito meses pra fora. Já é diferente do pessoal de fora, não têm um mínimo problema.

Além do tema do deslocamento, seja ele uma simples ferramenta analítica ou uma metáfora da própria vida como coloca Rumstain, o trecho e o sempre constante ir e vir através de contatos pessoais acaba sendo uma ferramenta para conseguir emprego em outros lugares, além de propiciar a possibilidade de um aprendizado em diferentes áreas dentro de uma só obra.

Essa incerteza também faz parte da formação da maioria dos trabalhadores com quem tive maior contato e pude conversar. Há uma gama de possibilidades que são colocadas e agenciadas pelos sujeitos para dar conta de uma vida que acabou, por diferentes fatores, levando-os até a indústria naval. A complexa e ampla área de ocupações dentro do estaleiro permite que diferentes possibilidades de formação sejam utilizadas e perpetuadas entre uma plataforma e outra.

3.1.2 A Formação: diferentes relações entre aprendizado e experiência:

No site do PROMIMP, no item descrito como “Categorias Profissionais para a Indústria de P&G”, o caldeireiro é descrito da seguinte forma:

Além da construção e montagem muitos empreendimentos passam por um momento importante, a manutenção. Muitos profissionais são essenciais em ambas as fases, entre eles o Caldeireiro. É um profissional versátil, responsável por confeccionar, reparar e instalar peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; além de fabricar ou reparar caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço.

Faz parte do seu trabalho diário: cortar, modelar e trabalhar barras perfiladas de metais para fabricar estruturas metálicas como pórticos, escadas, plataformas para acesso a equipamentos etc. Para guiar a execução das operações de corte, dobra etc., realiza a medição, marcação e traçagem, que consiste em marcar na peça os seus contornos e também inserções de retas (centro dos furos), antes de se proceder à operação de usinagem, este processo é seguido do uso de diversos instrumentos, como régua, esquadro, paquímetro, micrômetro, transferidor, riscador, punções, entre outros.

É exigido desse profissional habilidade de cortar, dobrar, montar e dar acabamentos nas peças traçadas e, para tal, saber manusear limas, chaves diversas, maçarico, lixadeira, martelo, tesoura. É o caldeireiro que prepara as peças para soldagem e trabalha diretamente com o soldador na fixação das peças em outras estruturas, sendo necessário esquadrear, nivelar e fixar a peça (por rebite, parafuso etc.), vedar e proteger a peça contra corrosão.

É fundamental que o caldeireiro saiba interpretar um desenho técnico para que o produto final do seu trabalho esteja conforme as medidas, ângulos, larguras e diâmetros especificados no projeto.

O Caldeireiro pode trabalhar em empreendimentos em terra, como refinarias e estaleiros, ou em

alto mar, nas plataformas de exploração e produção de petróleo e gás. Esse profissional executa seu trabalho tanto em locais fechados (oficinas), quanto abertos e, por isso, pode ficar exposto às diversas condições meteorológicas durante seu expediente (sol forte, baixa temperatura, chuvas, ventos, umidade).

Durante a execução de suas atividades **está sujeito a ruídos** (muito altos em certos momentos), ao manuseio de elementos químicos e cortantes, materiais tóxicos e movimentação de materiais, **ferramentas e equipamentos**. Por esses motivos, atua em sua função com EPI (equipamento de proteção pessoal). É um trabalho que exige esforço físico, com posições variadas de trabalho, muitas delas desconfortáveis por longos períodos.

Para ser um Caldeireiro é preciso ter um nível de instrução mínimo equivalente ao ensino fundamental (ou 1o grau completo) e sua aprendizagem pode ocorrer por intermédio de cursos de qualificação profissional. É desejável que esse profissional possua habilidade manual, concentração, espírito de equipe, percepção visual e resistência física.

Já para o soldador, a descrição segue estas linhas:

O soldador é um profissional muito requisitado na indústria de petróleo e gás, já que ele pode atuar em diversos empreendimentos do setor, como refinarias, unidades de fertilizantes, plataformas marítimas, estaleiros, entre outros. Seus serviços são importantes tanto para construção e montagem, quanto para operação e manutenção.

É de responsabilidade de todo soldador realizar atividades de soldagem em estruturas industriais e equipamentos visando preencher e unir duas superfícies metálicas de modo a formar uma junção que possua as propriedades mecânicas desejáveis ao fim que se destina a obra. O soldador deve garantir a qualidade e a confiabilidade dos produtos e serviços que utilizam a soldagem como processo de fabricação e montagem. Para isso, é preciso estudar a peça a ser soldada, verificando a traçagem (marcação feita antes de se proceder à operação de usinagem), o tipo de metal de base e os tipos de juntas a serem soldadas; ler os desenhos técnicos para identificar as partes que devem ser soldadas; definir, de acordo com o serviço, o tipo de solda, preparar a referida máquina e operar o equipamento. Sempre respeitando as normas e procedimentos relativos à qualidade, segurança, meio-ambiente e saúde.

As empresas contratantes desejam um soldador com habilidade para fazer uma solda sem defeitos e domínio do processo pelo qual executa a soldagem. Existem diferentes tipos de processo de solda (TIG, MIG, MAG, eletrodo revestido etc.) e de posições de solda que o soldador consegue efetuar. Em estruturas, precisa ter conhecimento para executar a soldagem em chapas e superfícies planas, com domínio dos processos de soldagem por Eletrodos Revestidos e MIG-MAG. Em tubulação, o profissional deve ter o domínio destes mesmos processos e também de TIG (raiz), exercitando esta prática em diferentes posições (ângulos). Na área naval, precisa dominar a técnica de soldagem pelo processo de arame tubular. Cada processo possui uma particularidade e deve ser utilizado de acordo com a especificação do serviço.

O trabalho do soldador pode ser executado em diversos ambientes abertos ou fechados, como oficinas, galpões industriais, plantas industriais em solo (refinarias, estaleiros etc.) ou em alto mar (plataformas marítimas). Por isso, esse profissional pode ficar exposto às diversas condições meteorológicas durante seu expediente (sol forte, baixa temperatura, chuvas, ventos, umidade). Está sujeito, também, a **ruídos**, ao calor proveniente de equipamentos, projeção de fagulhas, **fumos metálicos**, ao manuseio de elementos cortantes, materiais tóxicos e movimentação de materiais, **ferramentas e equipamentos**. Por esses motivos, é obrigatória a utilização de EPI (equipamento de proteção pessoal).

O soldador deve estar muito bem protegido para exercer a sua função. Como visto, os riscos são

muitos. O profissional **pode sofrer desde lesões na visão ou audição, até queimaduras ou danos respiratórios**. Assim, um bom Soldador é caracterizado tanto por suas habilidades, quanto pela responsabilidade em relação a sua integridade física. Além dos EPIs básicos o soldador utiliza equipamentos de proteção apropriados para a sua atividade, como: óculos para serviços de soldagem; máscara de solda; máscara semifacial; protetor facial; escudo para soldador; avental de raspa etc.

É um trabalho que exige esforço físico, pelas posições variadas de trabalho, muitas delas desconfortáveis por longo períodos. Para ser um soldador é preciso ter um nível de instrução mínimo equivalente ao ensino fundamental (ou 1º grau completo) e sua aprendizagem pode ocorrer por intermédio de cursos de qualificação profissional. Como o soldador pode ser escalado para trabalhar em ambientes confinados é importante que esse profissional não sofra de claustrofobia (aversão ao confinamento).

Fazer parte da construção de uma plataforma exige uma complexidade e uma gama de conhecimentos que são apreendidos e adquiridos tanto em cursos profissionalizantes e/ou superiores, como também no dia a dia do trabalho. Além de estarem conectados através de diferentes etapas e funções em uma obra, o ofício de caldeireiro e de soldador exigem, como o próprio site afirma *“esforço físico, com posições variadas de trabalho, muitas delas desconfortáveis por longos períodos⁸³”*. Além disso, os dois requerem uma atenção especial com segurança, e estão sempre sujeito a ruídos ao manuseio de elementos químicos e cortantes, materiais tóxicos e movimentação de materiais, ferramentas e equipamentos, no caso do caldeireiro, e também lesões na visão ou audição, até queimaduras ou danos respiratórios, no caso de soldadores.

O risco, de certa forma, também liga alguma destas trajetórias de aprendizado e nos mostra elementos que diferenciam os trabalhadores em seus campos de possibilidade (Velho,1994) e suas expertises.

Em partes, há uma grande influência na hora pensar nessas relações entre ofício e ocupação através da pesquisa de Leite Lopes, ao falar sobre o trabalho dos operários de açúcar (1976). A atualidade da proposta analítica de Leite Lopes é assustadora, ao pensar em um “capital variável” (1976:8) o autor também pensa em uma reinterpretação das categorias e práticas impostas a estes operários que acabam se tornando espontâneas através de suas inversões. Os operários do açúcar

⁸³ Frase que se repete exatamente da mesma maneira nas duas descrições.

reinterpretam essa organização da produção em função de seus interesses – que não deixam de ser contraditórios com os do capital. Assim, embora totalmente despojados dos meios de produção e do produto do seu trabalho, despojados também da concepção, da organização e da direção do processo de trabalho, os operários, sendo os transformadores diretos da matéria, se apropriam de uma cultura tecnológica e de um código próprio do trabalho que implicam não somente na habilidade da coordenação do cérebro e da mão, mas também em uma concepção própria das relações sociais subjacentes à produção e modelos de comportamento coerentes com tal concepção (1976:8)

Há, obviamente, algumas questões que diferenciam a interpretação desta tese com as abordagens narradas por Leite Lopes, mas é através das tensões de categorias que são apresentadas em sua obra que podemos avançar em uma discussão sobre as artes de fazer e as relações dos operários com o todo em que estão inseridos através de diferentes escalas. Como será visto adiante, não considero estes operários despojados da concepção, da organização e da direção do processo de trabalho. A aposta aqui é de que há sim uma noção chave do trabalho e das conexões parciais que pode sim modificar a organização, a concepção e a direção deste processo através das relações sociais, subjetivas e perspectivas estabelecidas através das habilidades e feições destes trabalhadores.

Em uma tarde no sindicato, enquanto ouvia as conversas de balcão na sala de espera e conversava com alguns trabalhadores, conheci Claudio. O mineiro estava na sede dos trabalhadores para perguntar, como muitos outros, sobre a Participação nos Lucros e Rendimentos (PLR) da extinta QUIP e sobre as previsões de recontração no novo consórcio, QGI. Assim como ele, havia muitas dúvidas envolvendo o pagamento, pois mesmo depois de mais de um ano já parada e com suas obras finalizadas, o consórcio ainda não tinha uma resposta objetiva sobre o tema, e justificava seus atrasos por meio das implicações que as investigações da Lava-Jato tinham sobre a empresa.

Claudio resolveu se mudar para o Rio Grande do Sul depois dos cinquenta anos, já tendo trabalhado por muito tempo em diversas redes varejistas em Santa Catarina, cansado da vida de vendedor. Simpático, sempre sorrindo e com piadas na ponta da língua, me recebeu em sua casa para uma entrevista, onde tomamos café e

conversamos até sobre as formas específicas de se fazer um churrasco no Rio Grande do Sul. Natural de Minas Gerais, contou-me que tem uma ligação forte com o estado do sul pois foi seu genro, gaúcho e pais de dois de seus três netos, que o incentivou a procurar uma nova possibilidade e melhoria de renda no extremo sul do país. Segundo me contou, sua chegada no Polo Naval foi praticamente um acidente

Eu sou de MG mas tenho casa em Santa Catarina igual te falei. E foi mais um acidente, um acidente na minha vida. Porque eu trabalhei toda minha vida, quase 25 anos como vendedor. De eletrodoméstico, eletroeletrônico, trabalhei na Mesbla, na Irapuã, mas já tava cansado, trabalhei 25 anos mexendo com povo não é fácil não. Mexer com o povo é... não vou falar palavra feia não. Mas aí a minha filha começou a namorar com um rapaz que é daqui. Ele trabalhava lá, ele saiu daqui, que aqui não tinha emprego, isso aqui era terrível, não tinha emprego nenhum, ele foi pra Santa Catarina. Lá, ela trabalhava na Magazine Luiza, ela conheceu ele, passou um bocado de tempo, eles casaram, e eu falei, comentei com ele “tô de saco cheio do trabalho de venda”, ele falou assim “ó, vai abrir um polo naval lá em Rio Grande, e vai ter muita oferta de emprego”. Falei “vou arriscar, cê tá querendo ir pra lá?”, ele falou, manifestou a vontade de voltar, todo mundo trabalhando, só que no comércio né, eu falei “então vou levar minha prole toda, meu povo todo né”, aí vim pra cá. (...)

Cheguei aqui, uma cosa eu te falo, o gaúcho perdeu muito. Porque quando o Polo Naval falou que vinha pra cá, e outros recursos, como chama, o PRONATEC tava dando curso gratuito, por isso que veio baiano, mineiro, carioca, vem tudo que é gente de fora, e a minoria, cê pode olhar que a maioria 60, 70 por cento é de fora. Agora que tá mais 50%, 40% de gaúcho. Eu fiz o curso aqui. Apareceu a oportunidade, eu falei “já que eu sou vendedor, não sou mais nada, vou fazer o curso”. Fiz o curso, com 3 meses de curso, eu já tava ensinando no Polo Naval como se faz a pintura RT2, que é 350 a 400 micros, tem o ponteador que vai marcando, se a micagem e a espessura da tinta tá legal, se foi feito o revestimento correto, então tudo isso eu aprendi, e o pessoal daqui não quis.

Claudio é um dos muitos trabalhadores desse novo boom proporcionado pela chamada indústria de transformação que se aproveitou de uma rede criada pelo governo para formação de mão-de-obra de nível técnico com o objetivo de atender a uma demanda crescente deste ramo da indústria, a construção naval. Esse movimento dos empregados do comércio em direção a indústria de transformação também foi

noticiado em Rio Grande. No começo de 2013, era comum ver reportagens em que comerciantes reclamavam da migração de funcionários para o Polo Naval⁸⁴.

Apesar disso, essa desproporcionalidade de contratações não aparece de maneira tão evidente se analisarmos os dados do RAIS/CAGED. A partir dessa base de dados, é possível verificar que a relação entre contratação e desligamentos do setor do comércio varejista e da indústria de transformação não é tão díspar⁸⁵. Entre 2007 e 2014, a indústria da transformação⁸⁶ teve 43.629 contratações e 35.991 desligamentos, contabilizando uma variação absoluta de 3.378 postos de trabalho com carteira assinada. Já o setor do comércio⁸⁷, a variação absoluta do mesmo período foi praticamente a mesma, ficando com um saldo de 3.017 novos postos de trabalho, tendo em vista que foram 48.290 contratações e 45.273 desligamentos.

Como muitos dos funcionários do Polo, Claudio foi se especializando e realizando uma diversidade de cursos para melhorar de posto e ocupação e almejar novos cargos dentro da obra. Segundo ele, todos os cursos foram feitos de forma gratuita e são mal aproveitados pelo povo local:

Então, eu gosto do que faço. Agora, peguei também, de graça, de graça. Veja bem, de graça, eu tô com 57, cheguei aqui há 5 anos atrás, vou fazer 58, tava com 55 anos. Nesse interim de tempo, eu fiz três cursos gratuito

⁸⁴ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=42643> - visualizado em 05/06/2013

⁸⁵ Estou aqui me utilizando o intervalo de dados entre os anos de 2007, quando a primeira plataforma chegou a Rio Grande, até 2014, ano em que a crise sobre o setor e as repercussões da Lava-Jato ainda não tinham sido deflagradas por completo. Só no ano de 2015 houve em Rio Grande 5.734 desligamentos, sendo apenas 93 com justa causa e 3,829 admissões, contabilizando uma variação absoluta negativa de 1.905 postos de trabalho no setor.

⁸⁶ Também é preciso ressaltar aqui que a classificação utilizada pelo MTE para classificação das ocupações dentro do Setor denominado “Indústria da Transformação” também coloca, além da indústria metalúrgica, as seguintes ocupações: indústria de produtos minerais não metálicos, indústria mecânica, indústria do material elétrico e de comunicações, indústria do material de transporte, indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papel, papelão, editorial e gráfica, indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, diversas, indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc..., indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, indústria de calçados e, por fim, indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

⁸⁷ Novamente, uma ressalva. Estou aqui contabilizando apenas o subsetor “comercio varejista”, e não incluo no cálculo o outro subsetor do comercio, “atacadista”.

aqui no Rio Grande. E o pessoal daqui não quer aproveitar rapaz, isso que eu fico indignado.

O PRONATEC, até 2015, segundo divulgação oficial⁸⁸, já havia ultrapassado 58 milhões de matrículas. A primeira ocupação de Claudio no Polo Naval, devido ao curso que fez logo que chegou a cidade, foi de Pintor RT2. Com o tempo, e na tentativa de melhorar o salário, fez outro curso, também do PRONATEC, voltado para a montagem de estruturas. Segundo Claudio, sua busca pela melhoria, para além do objetivo de aprimorar sua formação, também se deu em grande parte devido a uma inflação muito grande no custo de vida da cidade:

Porque uma casa que nem essa aqui que eu moro, uma casinha não é ruim, mais ou menos, eu pago oitocentos conto aqui, então, pra mim que ganho 2.500 reais, pago 800, fica um déficit, então tenho que trabalhar, fazer hora extra, trabalhar Sábado pra ter um salário melhor pra poder manter. As coisas aqui subiu muito de preço, porque eles acham que todo mundo no Polo ganham um valor exorbitante. Não, é a minoria. É a minoria. Coloca aí, de 100%, 30% ganha um salário mais ou menos elevado, o restante é peão, então, o pessoal que trabalha aqui começou a apelar. E isso começou a dificultar a trajetória, o trabalho pessoal e a sobrevivência do pessoal (...)

Saí de lá, o salário tava pouco, fiz o curso, um curso de montador de estrutura metálica, passei pra RVT como montador de estrutura metálica. Tudo gratuito einh. Passei de montador e fiquei na RVT. Aí terminou a P55, foi embora, eles dispensaram todo mundo, fiz agora elétrica naval, tô trabalhando como elétrico montador na parada. Até janeiro, esperando janeiro começar, eles chamar novamente o pessoal, e tô na boca esperando ai.

Claudio, como muitos outros, começou a procurar outras ocupações dentro da própria área naval. Esta multiplicidade de funções e a oferta de cursos permitiu a ele mudar de categoria e procurar uma empresa melhor⁸⁹. Há, também, outras possibilidades de ascensão e transformação dentro de uma obra como esta. Quem me narrou tal experiência foi outro mineiro que também conheci em um dia no sindicato. Diego trabalhou na mesma empresa de caldeiraria que Claudio, a RVT, mas o começo de

⁸⁸ <http://blog.planalto.gov.br/pronatec-ja-ultrapassou-58-milhoes-de-matriculas-veja-os-numeros/> - consultado em 03/10/2015 as 16h37.

⁸⁹ Como será visto adiante, a RVT é tida pelos trabalhadores como uma das melhores empresas para se trabalhar dentro do Polo Naval.

sua formação foi um tanto diferente. Diego já se considera parte dessa forma de estar sempre em deslocamento, um trecheiro, e aparenta ter muito mais experiência nessa vida de trânsitos entre uma obra e outra. Sua formação ocorreu de uma maneira muito curiosa, mas também um tanto recorrente dentro do polo naval e no setor da indústria naval, que não tem problemas em se transformar e se modificar para poder tentar uma vida melhor:

Bem, eu comecei com outra coisa. Como a maioria que inicia, inicia com um foco e é tanta coisa, tanta função que o cara acaba se identificando mais com uma coisa ou outra. Eu comecei inicialmente trabalhando com movimentação de carga na minha cidade natal. Porém, a minha cidade, ela é uma cidade que tem uma empresa que é uma escola para isso, e serve simplesmente como uma impulsão mesmo. Porque hoje em dia, por exemplo, o cara entra nela pra poder pegar um conhecimento, uma experiência e depois sai fora. Sai pro Rio, vai pra São Paulo, sai pro Nordeste, onde tiver obra, porque é. A questão, da nossa área, não é só Polo Naval, né. No caso essa área é siderurgia. Siderurgia, também já trabalhei em mineradora, e vim trabalhar na naval aqui, em Rio Grande, então comecei como movimentador no transporte de carga, no transporte de chapas. Era montagem de estrutura, porém estruturas também pra refinarias. Eu, sempre, as vezes, a gente, é, as vezes é bom e é ser ruim ser ambicioso, com desejo de ganhar mais, adquirir minhas coisas, casar, ter filho, e lá eu tava vendo que não tava dando condição. E nisso eu saí, assim. Pô, eu sou um cara que trabalha, um cara que não tenho problema, o que me der pra fazer eu faço, vou me dar bem em qualquer lugar, daí puxei pra esse lado.

Ouro Preto, cidade natal de Diego, é citada na tese de André Dumans Guedes (2011:16) como um grande polo minerador, bem como situada no livro de José Murilo de Carvalho (2002) como um grande polo formador de engenheiros e profissionais voltados para a siderurgia, mineração e áreas afins que contemplam, em grande parte, as necessidades de muitos dos grandes projetos de desenvolvimento nacionais. Uma das características principais deste setor da indústria de transformação é a grande diversidade de ocupações, ressaltada na fala de Diego. Seu começo na área, assim como Cláudio, foi em outra área e com o tempo foi tomando outros caminhos a partir de suas escolhas. Apesar de Cláudio salientar que em pouco tempo já estava ensinando novos peões dentro da fábrica, as escolhas de Diego se deram muito mais pelas relações agenciadas dentro da própria fábrica e a partir da própria experiência nas relações entre mestre-aprendiz em que ele também se colocava como alguém disposto a aprender:

Como muitos, até acredito, você deve ter falado com bastante gente, deve ter visto que um monte de gente tentou entrar pela solda. A solda é assim, uma coisa entre aspas, uma área fácil, entre aspas, porque o cara tem a mão ali, ele treina. E aquela situação, não precisa do conhecimento. Você foi, fez o curso, você conseguiu o teste – primeiramente tem que conseguir o teste – você conseguindo o teste, passou no teste, não tem quem te segure. Então você entra pra área, ganha bem, e o pessoal que se engana trabalha pouco. As vezes o cara se ilude, porque não é bem assim que funciona, mas eu fiz o curso, fiz o curso de solda, gastei o dinheiro de uma “motoquinha”, que eu ia comprar uma “motoquinha” velha, mas gastei pra comprar pra fazer o curso.

Lembra quanto foi mais ou menos?

Foi 2.800, eu acho, que paguei no curso, com promessa de amigos e tal. “Faz o curso, tá fichando onde eu tô trabalhando”, e eu “tá, vou ver o que faço”, depois vinha outro “não, tá fichando lá onde eu tô, tá fichando, fichou trinta cara lá pô, fichou 30 soldador, pô, faz o curso”. Eu com dinheiro na mão, sem saber, indeciso. Daí com dinheiro na mão, decidi fazer o curso, pensei “esse cara vem toda vez aqui, ele, me fala que tá fichando, vou fazer agora. A próxima vez que ele vier vou levar ele lá pra ver se ele aprova o curso”. Daí peguei, ele chegou eu levei “ô, essa escola aqui dizem que é boa, conversa com o cara e tal”. O cara conversou e tal, e ele disse “essa escola é boa assim”. Só que ele disse pra eu fazer o curso de solda de eletrodo, e o cara queria me empurrar o de solda tig, que é outro tipo, dois processos diferentes. Aí eu falei “e aí, eu não sei, qual se acha que eu faço”, e ele falou “ah, não sei”, daí eu “não, mas cê vai me fichar com o curso de tig ou eletrodo?” e ele “é, a gente tenta”, “e o eletrodo é certo?”, “é, a gente vê”. Então, “vou fazer a tig, que o cara falou que dá mais dinheiro, é uma solda mais limpa, que o cara que sabe soldar ela o cara é bem valorizado, então vou fazer a tig”. Fiz o curso e fiquei afiado, fiquei bom pra caralho, e o cara apareceu e eu “e aí cara, tô com o curso e ele “é, os cara lá tão mandando embora”. Aí eu “puta que pariu, gastei dois e cacetada, joguei dinheiro fora”, e ele dizendo que tavam mandando embora e eu “pô irmão, meu curso vai ficar parado, tem mais uma semana só ali, e eu tô guardando ela pro dia que cê falar “cê vai ter um teste, e eu vou treinar essa semana”. E ele “pois é cara, pois é”. E aí pum, o cara subiu pro trecho e ele ia de quinze em quinze e eu nunca mais vi o cara. E aí nisso, eu lá, o curso parado, pensei, “que que eu vou fazer”?

A escolha de Diego segue os relatos de outros trabalhadores em que a solda é uma das principais ocupações eleitas para o começo na área da indústria da transformação. Os cursos que custam o “dinheiro de uma motoquinha” são sempre muito procurados, pois a possibilidade de retorno em pouco tempo é sempre ressaltada e faz parte desse imaginário que circula no trecho. Outro ponto interessante é as diferenças entre as soldas e a necessidade de se capacitar para tentar entender ou exercer mais de uma função.

A dificuldade em ser chamado para o teste, apesar das múltiplas relações pessoais que estavam sendo agenciadas para que fosse contratado, levaram Diego a ‘fichar’ de ajudante:

Pensei, vou fichar de ajudante, e vou lá dentro ir me preparando, tentando um teste na solda, eu sou bom, consegui fazer um curso legal, sou bem elogiado, porém preciso só de um teste, e me disponibilizei, dessa forma, de entrar assim. E conversei com o pessoal que trabalhava no trecho e, foi assim minha trajetória de iniciar nessa vida. Aí que eu comecei a viajar, até que eu bati aqui.

No entanto, dificuldades e caminhos tortuosos encontrados em sua trajetória fizeram com que Diego acabasse, por meio da experiência na própria fábrica, mudando seu rumo até bater em Rio Grande. Sua experiência de trabalhar no trecho e fazer os contatos acabou lhe dando a oportunidade através de um encarregado próximo, caso comum e narrado também por outros trabalhadores em conversas informais que presenciei em campo.

Aí, o que que acontece, é aquele negócio, a gente vai viajando, trabalhando no trecho, e vai fazendo os contatos, e esse encarregado que me falou isso lá, ele, a gente acabou essa obra, ele foi pra outra, e tal, e bateu aqui, e eu fui pra outra também, e ele me ligou. “Tô aqui no Rio Grande do Sul, quer ficar pra cá? Aí eu tive que esconder dela (a esposa), pra que ela não soubesse, que a gente não era casado ainda. Aí eu, “pois é cara, não, não vou jogar bola hoje não, pô, o sinal tá ruim, vou ter que sair daqui de casa”, e pum, desci pra falar “pô cara, vou agora, só me ligar que eu tô indo”, aí ele “pô, os cara vão te ligar então, vou passar seu nome agora, essa semana eles te ligam”. Nessa, eu já tava trabalhando em outro lugar, e eu tava de folga na casa dela. Deu terça-feira, eles ligaram, fui sair dessa obra e bati lá na casa dela, oito horas da manhã. Ela “ai, que bom, que que aconteceu lá, acabou a obra?”, “não, tô indo pra outra”. Daí vim, vim pra cá, e ela, a fica não caiu, chorona pra caramba, ela não chorou. Falei “ô glória”, daí vim pra cá.

Antes disso, Diego me contou que toda sua formação começou de forma curiosa e quase que acidental em Ouro Branco, e que demorou para que se desse conta que era necessário aproveitar a chance de ser fichado como ajudante e esquecer da “motoquinha” paga no curso de solda. Como também aponta Leite Lopes (1976:45), a jornada de trabalho mediada por um contrato de horas permite ao operário se deslocar para aprender outras tarefas. Foi essa possibilidade de poder se deslocar dentro de diferentes áreas dentro da mesma obra que acabou forjando Diego como caldeireiro. A

narrativa sobre o momento em que essa escolha se deu acabou, segundo ele, sendo perpetuada para outros dos seus aprendizes.

Foi em Ouro Branco, estado onde eu moro mesmo, 4h de distância. Aí fui subindo ponto a ponto né. Hoje o que acontece, chegando lá, aí eu vi que a realidade é outra. Cheguei lá, e o cara chegou pra mim, via que eu trabalhava, ele me mandava fazer tudo, só que eu trabalhava na estrutura, né, eu fazia rápido, só que a estrutura, eu trabalhava na montagem, ele mandava eu fazer e ia rápido e ia lá conversar com o soldador. Aí ele vinha me pedir outra coisa, eu fazia rápido e com qualidade, e ia lá conversar com o soldador, e o cara foi observando aquilo. Aí dava horário do almoço, eu corria pro almoço, engolia a comida, era longe, ia correndo pra poder voltar e treinar na solda. Até que um dia ele virou pra mim e chegou e disse: “cara, você é um cara interessado, você é um cara trabalhador, você é esforçado, sempre chega no horário, tudo que é hora extra que eu peço você faz, tô vendo que você é um cara interessado mas tô vendo que você tá indo pro outro lado”, e eu “como assim?”. “Cara, você tá na estrutura”. Eu até passei esse exemplo prum cara que tá lá na estrutura, tá trabalhando na pintura, eu passei esse exemplo pra ele. Ele fez o curso, tá lá todo apressado, fez o curso e diz “eu sou soldador, eu sou bom, me ajuda cara”. Eu fui e falei, a mesma coisa que aquele me falou, eu espero que ele tenha absorvido da mesma forma que eu absorvi, mas é difícil, porque eu só pensava no dinheiro, “porra, vou deixar dois e oitocentos pra trás”.

Mas, é, esse camarada me falou o seguinte: “cara, você tá tendo a oportunidade de aprender a montagem de estrutura, você tá dentro da área tendo oportunidade de aprender a montagem de estrutura, e você não tá fazendo isso. A montagem de estrutura não envolve só você pegar uma lixadeira ali e sair lixando igual um louco, o cara pede e você sai fazendo de cabeça baixa, não. Você tem que chegar, o cara que você tá ajudando ele, você tem que chegar pra ele assim ‘porque que que eu vou lixar essa peça, o que que a gente vai fazer depois que eu lixar?’ Você tem que ter curiosidade pra aprender também, porque vai que você tá brigando, brigando e brigando e nunca consegue ir pra solda, você tá perdendo oportunidade de aprender outra coisa”. Então o que que ele falou: “A partir do momento que você largar essa solda, eu vou passar a te ajudar, entendeu?” e nessa aí eu fiquei em dúvida, falei “e agora? o cara me falou, o cara era meu encarregado, me falou, “que que eu faço, eu dou uma oportunidade pra esse cara aí, eu vou pegar essa palavra, será que posso confiar nele?” E fiquei naquela, paro, não paro. E no fim pensei “quer saber, eu vou mesmo. Vou pegar isso aqui. O que eu tenho na mão agora é isso aqui, então eu vou nesse caminho”. Então hoje, nessa aí eu peguei e comecei a aprender a ler desenho, a montar, nisso mesmo a gente acaba aprendendo a usar outras ferramentas, que são, eles chamam de **desvio de função**, mas não existe isso no trecho, porque o cara, principalmente na minha profissão, eu sou caldeireiro, né. **O caldeireiro, principalmente no trecho, ele tem que saber fazer tudo. Ele tem que saber soldar, tem que saber mexer num maçarico, que saber traçar.**

O relato de Diego sobre sua formação técnica na área de montagem de estruturas é interessante, dentre muitos pontos, sob dois aspectos que sempre apareceram para mim ao ouvir relatos e narrativas do trabalho no estaleiro. Um está no plano da formação de um bom caldeireiro no trecho, que diz que o aprendizado depende, acima de tudo, das relações pessoais e de trabalho que se estabelecem entre equipes, supervisores, encarregados e peões. Ao se deparar com a realidade da fábrica e da obra, Diego abraçou a oportunidade que foi o ponto de mudança para se tornar o caldeireiro que é hoje, transmitindo também o mesmo aprendizado para jovens e novatos que, como ele, ficam de ajudante para aprender dentro do estaleiro e tentar subir de posição através da solda.

Há sempre uma relação de mestre-aprendiz sendo estabelecida a todo momento no chão do dique seco. Da mesma forma que foi orientado a prestar atenção naquilo que fazia, Diego tentou reproduzir essa educação da atenção para outro jovem que se encontrava em situação semelhante de quando começou.

Podemos talvez interpretar que é essa educação da atenção, nos termos trazidos por Ingold, que transforma a formação de um trabalhador em ocupação. É na relação com o ambiente que envolve o trabalho específico no trecho, onde “o caldeireiro tem que saber fazer tudo” que a identidade e a relação das habilidades de Diego forjam sua identidade com o todo que resultará em uma plataforma de Petróleo. Novamente, ser um trecheiro é sempre ser mais que zero e menos que um.

O outro ponto interessante, que versa sobre um valor do trabalho e que faz parte das relações políticas estabelecidas nos conflitos sempre em jogo no estaleiro, diz respeito ao desvio de função. Enquanto há lutas sindicais atestando que há uma série de desvios de função na obra, essa necessidade de saber fazer de tudo um pouco descaracteriza o que seria considerado esse próprio desvio de função.

Da mesma forma que as relações pessoais são importantes nesse aprendizado e nessa educação voltada para a habilidade numa ocupação, a complexidade do trabalho no ‘trecho’ faz com que um bom caldeireiro tenha que saber fazer tudo. Mesmo que

com certas complexidades, isto também pode ser dito, como o próprio relato de Diego conta, do trabalho com a solda. Durante o trabalho de campo, sempre escutei essas expressões (algumas serão apresentadas de maneira mais “sistemática” na próxima parte do capítulo) que diferenciavam os tipos não só de solda, mas também de posições dentro da hierarquia e das possibilidades de ascensão dentro do estaleiro. Para ser um soldador é preciso antes ser ajudante, e ir passando por pequenos testes dentro da fábrica. Foi ao encontrar com uma soldadora local que comecei a entender um pouco melhor como alguma das relações mais conflituosas e precárias ligadas ao trabalho eram narradas e/ou não-ditas dentro do estaleiro, e como essas narrativas também versavam sobre a forma como o conhecimento era transmitido e compartilhado no cotidiano destas grandes obras.

Renata tem uma formação que é em partes diferentes e em partes semelhante a estas duas apresentadas. Moradora local, se especializou em diferentes tipos de solda desde que começou a trabalhar no Polo Naval, e sempre colocou a busca pela educação e pela qualificação como um diferencial de seu trabalho. Conheci Renata em uma das maiores paralisações ocorridas durante o período em que estive em campo, entre o final do ano de 2013 e começo de 2014. Através de comentários em posts do Sindicato em uma rede social, percebi sua voz ativa politicamente e entrei em contato para conversarmos. Depois de algumas conversas em fevereiro de 2014 conseguimos encontrar horários para uma longa conversa. Sua casa fica em um bairro central da cidade, e divide espaço com a oficina que já é da família há muitos anos.

A formação voltada para a metalurgia foi, segundo Renata, um dos diferenciais para que ela fosse atrás de cursos de qualificação e se preparasse para a chegada do que na época ainda eram só boatos.

Não tem nada a ver com o Polo Naval. Eu sou soldadora há quase 10 anos. Como eu te disse, eu venho de uma cultura de soldadores, de uma família de metalúrgicos. Meu pai, meu primo, minhas primas, todo mundo trabalha com solda, todo mundo soldador, então pra mim, entendesse, pra mim não foi difícil entrar. Te perguntei datas por isso. Porque quando surgiu o boato lá na época do Rigotto, de vai vir, não vai vir, coisa e tal, abriram os cursinho, eu pensei “vou me qualificar porque eles querem um

aprendizado diferente”, porque cada solda pra cada tipo de coisa. Acabei indo lá, me qualificando porque eles queriam. Entendesse?

Se há uma diferença de funções e ocupações dentro de um estaleiro, há também uma diferença dentro da própria profissão de soldador dentro do Polo Naval. Essa diferenciação também pode ser interpretada como uma questão de escalas, níveis, onde conexões parciais se estabelecem não só no trabalho e na finalização de uma liga de metal do tipo x ou y, mas também na forma como esse trabalho é narrado e agenciado dentro das trajetórias e relações em jogo em uma obra deste tamanho. O primeiro nível de diferenciação, que compara e ao mesmo tempo confere uma especificidade ao trabalho no Polo Naval é as diferenças de uma solda. Ao falar de sua trajetória familiar, prontamente a perguntei sobre a diferença disso para a solda que é necessária para a construção de uma plataforma.

E qual a diferença disso pra construir plataforma?

Basicamente, é a mesma coisa. O que muda um pouco é a cultura, porque vem uma cultura de fora pra cidade e a cultura gaúcha é bem diferente. Nós somos mais introspectivos, mas é cultural mesmo. Mas agora na questão de mão-de-obra, acho que foi uma aceitação muito grande aqui.

Eu já tinha uma formação focada pra metalurgia, eles separam bastante bem o serviço. Aqui nós somos mecânicos, fazemos de tudo, e lá na plataforma cada um é uma coisa bem diferentes. Eu particularmente tô lutando agora pelas condições de trabalho.

Esse relato de Renata é interessante de ser pensado sobre o ponto de vista da separação feita por Leite Lopes que, segundo o autor, não se encontra no nível da terminologia mas sim do significado que elas adquirem no contexto da usina, em particular a partir do seu caráter de “interpretação criativa” (1976:23). Para o autor, há uma diferenciação interna entre o operário que é um profissionalista e o que é considerado um artista. O primeiro está ligado àquele trabalho que se expressa através da relação da transformação da matéria prima com a máquina, de rápida aprendizagem. Segundo o autor, os profissionais são aqueles que, ao descrever sua ocupação, não menciona a relação entre os operários mas sim media a relação entre seu trabalho e o controle e administração da usina por meio do sistema de máquinas. Já o artista, segundo Leite Lopes, tem uma visão mais ampla do sistema de inter-relações entre

operários, não costuma envolver as máquinas nessas relações, e tem no verbo *fazer* sua marca registrada. O artista é reconhecido pela sua prática cotidiana, pela sua habilidade de transformar e de lidar com as diferentes condições da matéria apresentada diante dele.

No caso do Polo Naval, há algumas proximidades e alguns distanciamentos neste sentido. Ao mesmo tempo em que há elementos da feição do trabalho que são basicamente iguais, há uma separação que parte da formação e da capacidade de exercer certas funções em diferentes ocupações, de lidar com os pormenores que cada feição exige em determinado momento. Ao falar sobre a sobre sua própria trajetória de formação, Renata diz que mesmo existindo diferentes tipos de solda, também há um limite de especificidade no que diz respeito aos processos de solda que são aplicados no estaleiro.

Olha só, tem 11 processos de solda diferente. Dos onze, cinco eu sou qualificada. Precisa? Claro que não. Sabe porque? Porque eles vão me contratar como tigueira, que é o máximo, que é FNumber6, e vão me pagar isso pra fazer o outra coisa, vou trabalhar mais. Mas eu acho que eles vão me contratar sem eu precisar dormir com ninguém porque eu sou tudo isso, eles vão me usar. Aí diz “A Renata, cadê tua carteira? / Tá aqui, eu trabalhava como tigueira, tá aqui meus canudo”. Eu chego lá, cansei de salvar meus encarregado porque eles não sabiam que o inspetor tava dizendo. Eles não sabiam botar uma NS, que é uma numeração que tem todo um procedimento. Pegava ponto com eles também, pra tentar fazer o meu caminho. Por isso que eu tento não usar jargão, entendeu. Aí nesse ponto se torna mais fácil pra mim, mas é uma coisa minha por exemplo.

Na caldeiraria, não é diferente. Também há uma diferenciação entre a caldeiraria industrial e aquela voltada para a construção de uma plataforma. Mesmo dentro da caldeiraria em uma plataforma há uma diferença entre a montagem de estrutura e o serviço de caldeiraria de maneira geral. Ao ser perguntado sobre essas diferenças, Claudio explicou porque gostava tanto da caldeiraria e a relação com outras capacidades que não só montar estruturas.

Mas tem assim, alguma diferença entre caldeiraria industrial e a caldeiraria do Polo Naval?

Tem, pelo amor de Deus. Eu tava na caldeiraria, agora, normal. EU tava na Bianchini, reformando aquele galpão que explodiu lá. Sabe que que é fazer passar um quadrado pra um redondo? Um tubo que vem quadrado

pra juntar, jogar o farelo de soja no navio, ele começa quadrado e vai pra redondo. Ele começa a sair daquela boa quadrado e cê tem que fazer os desenhos, a quebrada na peça, por milímetro, polegada, e fazer ele passar pra redondo. Que ele vai chegar no navio pra redondo. Depois tem outra, cê pega um elevador. O navio tem trinta e sei metros de altura, tudo com caneco, chama caneco, que vai pegando farelo e vai jogando na esteira ou na calha. Cê tem que saber aquilo ali também, ele faz uma curva, faz um dente, uma coisa, é diferente.

Agora no Polo Naval não, Polo Naval é suporte. Cê tem o suporte I, cê tem o suporte L, o suporte T, aí cê vai, só pega a cantoneira, o ferro I e faz e coloca no lugar. O outro cê tem que desenhar, isso que é bom, cê sempre tá na numa coisa diferente, é bom, eu gosto de desafio. Eu tô ali, tô estudando de novo, não paro de estudar, tô velho mas tô estudando de novo. Curso técnico de caldeiraria, olha só pra você vê, olha o perrengue que é isso aí.

Ao falar sobre sua formação, Diego também ressaltou que o trabalho de caldeiraria no estaleiro não exige tamanho conhecimento como em outros lugares, mas que a formação mais completa ajuda a ter um melhor posicionamento e colocação:

Não, não fiz curso, aprendi na fábrica. Eu comecei nessa área de estrutura. O que que acontece, o caldeireiro é isso que eu to te falando, é isso. Porém, o que acontece. Tem, onde eu trabalho mesmo, se pegar os caldeireiros que têm lá, a maioria não sabe fazer, não sabe fazer o que tem que ser feito, porque igual eu te falei, ele tem que saber fazer tudo. Então o tudo, é se o cara sabe 90% tá bom. Por exemplo, esses 10%, que é o traçado, que o cara pode deixar de lado, se o cara sabe cortar, lixar, sabe usar o maçarico, sabe soldar, então, o cara já sabe de 6 coisas sabe 5. É caldeireiro, vem aqui, isso acontece no trecho. Mas, esses caras ficam deslocados numa possibilidade por exemplo: “pô, pegamo aqui um trabalho de caldeiraria”, na minha cidade têm caldeirarias que prestam serviço pra empresa maior, que a caldeiraria, o cara tem que ser 100%. Então, é, esses caras, se tiver fichando “ah, eu sou caldeireiro”, eles aplicam um teste, e o cara não vai entrar, entendeu, então é diferente o caldeireiro do trecho e o caldeireiro de caldeiraria. O caldeireiro em si mesmo, nessa função, a função do caldeireiro, exige muito conhecimento, bastante conhecimento, muito calculo matemático, entendeu? E porém, no trecho em si, que é obras e tal, o cara não tem essa, claro, se o cara tiver vai ser bem visto.

Dito isto, é possível compreender que ao falar sobre a forma e a feição do trabalho há também uma série de relações que são estabelecidas com a ocupação dentro do estaleiro e a partir das maneiras como um trabalho é realizado. É através das narrativas sobre este trabalho no estaleiro que podemos realizar uma interessante interpretação. Primeiro, tomo estas expressões e narrativas como tentativas de diferenciar e/ou aproximar o trabalho realizado na indústria naval de outros setores da

indústria. Segundo, foi através destas narrativas que pude entender como as relações de hierarquia se estabelecem através do trabalho.

Diferentemente da separação descrita por Leite Lopes, em que o soldador está mais para um profissionalista e o caldeireiro mais para um artista, as noções e as relações com a materialidade da profissão, bem como a concepção dos processos envolvidos na produção variam de acordo com as relações estabelecidas dentro da fábrica através de peculiaridades e expressões sobre o trabalho.

3.1.3 A ocupação: o gato e a ferramenta

No intuito de continuar a traçar uma linha, um fio da teia que interprete as conexões nesta imensa rede que é o Polo Naval em Rio Grande, procurei durante o trabalho de campo sempre estar atento a diferentes expressões e códigos compartilhados que versavam sobre o trabalho. A pesquisa e as ideias de antropólogos como AneMarie Mol, Callon, Latour, Ingold, entre outros, foram inspiradores para esta abordagem em relação a estas expressões e diferentes usos das expressões utilizadas para falar sobre e através do trabalho.

O sentido e o significado destes termos que aparecem durante o trabalho de campo, nesse caso, estão sendo a todo o momento reinterpretados e cotidianamente reconfigurados sem que haja, por si só, uma teoria êmica ou uma explicação “racionalizadora” para elas.

No caso do gato, o termo simplesmente está dentro do contexto do trabalho do trecho, e mesmo que se pergunte ou se indague a estes sujeitos o que ele realmente significa, a resposta nem sempre será igual, estando extremamente ligada à situação e contexto em que os atores e agentes interagem (falam, acusam, trabalham, matam, condenam) com ele. De maneira geral, o gato está sempre versando sobre as escalas que envolvem os empregadores. Por vezes fala sobre a empresa, por vezes sobre o patrão na figura de uma pessoa, como também pode falar de um grande consórcio. O gato diferencia internamente a escala do empregador ao mesmo tempo em que a coloca como uma unidade.

O gato, aqui, nunca está somente ligado ao discurso, ou a uma expressão sobre. É algo, e se realizam diferentes ações com e através dele. Porém, sendo também expressão, ele se torna um termo permeável e compartilhado em outros espaços e de outras formas pelos atores.

Na literatura sobre o trabalho, seja na construção civil, grandes projetos de desenvolvimento ou textos sobre a transformação do trabalho no meio rural, o gato é apresentado como um sinônimo para o emprego da terceirização. Dessa forma, já se nota que o gato em si já é um fenômeno que responde a uma nova dinâmica do trabalho, a terceirização.

Uma das primeiras aparições do termo “gato” na literatura foi em 1989, em um texto de Basília Maria Baptista Aguirre e Ana Maria Bianchi (Aguirre e Bianchi, 1989), onde as autoras analisam as transformações ocorridas no mercado do trabalho agrícola a partir do censo de 1985. No texto, o gato aparece como um mediador das contratações precárias, sendo denominados muitas vezes como “turmeiro”, o sujeito que está responsável pela organização e administração das contratações temporárias e de baixo custo

Descartada a hipótese de aumento de produtividade do trabalho mediante investimentos maciços, viabiliza-se o caminho que envolve a utilização de trabalhadores temporários. Ora, uma característica marcante deste mercado é a existência da figura do intermediário, o chamado “gato”, “turmeiro”, ou equivalente. Em grande parte da literatura e do folclore sobre mão de obra volante, essa figura é identificada com a de um indivíduo que explora os trabalhadores, na medida em que se apropria de parte de sua remuneração... (Aguirre e Bianchi, 1989:39)

Segundo as autoras, administrar a contratação, a supervisão e o controle dos trabalhadores temporários representaria um custo proporcionalmente muito elevado, permitindo o surgimento da figura do gato em um contexto em que ele seria importante por

representar a estratégia encontrada pelo mercado para enfrentar tais problemas. Certamente, a difusão em larga escala da figura do intermediário está associada a um nível mais elevado de organização do mercado de trabalho (*ibidem*, 39)

Certamente, ainda há uma predominância do uso do termo no que se refere a uma má contratante ou que denomina uma empresa ruim de trabalhar. Normalmente, enquanto ouvia relatos em campo ou presenciava conversas entre alguns interlocutores, o gato por vezes vinha acompanhado de alguma qualidade ou denominação, como “gato safado”, ou então simplesmente como uma oportunidade de emprego.

Nos trabalhos mais recentes sobre a subcontratação e terceirização na construção civil, o gato aparece também na maioria das vezes como um explorador, mas não somente na figura de uma pessoa física mas também de empresas e pessoas jurídicas. Fernanda Flávia Cockel e Daniel Perticarrari (2010), ao analisar os contratos de boca na construção civil em São Paulo, veem no gato uma forma de diminuir custos, de aumentar produção e se eximir dos riscos envolvendo tarefas específicas do setor

Cabe aqui ressaltar que, em momentos de expansão, a terceirização e a não-formalização dos vínculos não deixam de ser vistas pelos empresários como valiosas e reconhecidas estratégias na esfera da competitividade. A estratégia de terceirização na construção civil sempre buscou, por um lado, minimizar e controlar os custos diretos e indiretos mediante a contratação de empresas especializadas em serviços complementares, para os quais, segundo Franco (1995), a empresa contratante não tem conhecimento especializado. Por outro lado, tal prática passa a ser utilizada pelas construtoras direcionada exclusivamente para a subcontratação de mão de obra, com caráter substitutivo. Trata-se de uma estratégia competitiva de desverticalização ou desintegração vertical, em que firmas individuais, conhecidas como “gatos”, fornecem trabalhadores especializados para as obras (Serra, 2001). (Cockel & Perticarrari, 2010:3)

No texto dos dois autores, o gato está lidado a esta subcontratação e também ao contratante que explora a mão de obra do peão. Alguns relatos demonstram que os gatos normalmente não estão inseridos no regime da CLT e tentam equiparar seus ganhos através de pequenos abonos pagos de maneira pessoal, sem declaração ou comprovante. Interessante também notar que há no texto dos dois autores um relato de um dos trabalhadores entrevistados que afirma que o gato já virou quase um irmão para ele, pois já tem anos de dedicação ao mesmo contratado.

Roberto Veras (2013) ao falar sobre os desafios sindicais em SUAPE / PE, também coloca o gato como uma tentativa de redução dos custos das empresas. Em outro artigo (2014), também cita o gato como uma das formas de precarização do trabalho na construção civil, que tem como algumas características a

baixa remuneração; elevada rotatividade (em razão do caráter cíclico da atividade e das estratégias empresariais); predomínio de baixa escolaridade e qualificação; alto grau de informalidade; subcontratações sucessivas (intensificadas com a reestruturação produtiva); agenciamento de mão de obra através de “gatos”; intensificação do trabalho pelo domínio do regime de remuneração de acordo com a produtividade e recurso excessivo a horas extra; altos índices de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais; em síntese, verificamos que prevalece a instabilidade

Na tese de Guedes (2011), apesar da centralidade do trecho enquanto expressão das relações sociais, o gato aparece somente em um relato coletado na internet, onde o gato aparece no corpo do texto através da sua condição de temporalidade. O gato, segundo o trabalhador citado, torna necessário a prática de um pé de meia pelo contratado, já que em algum momento o gato acaba e com ele o dinheiro também vai embora (*ibidem*:188).

Grande parte dos relatos e problemas citados nestas obras apontam para algo que liga o gato ao trecho, mas que não pode ser comparado da mesma forma com os trabalhadores da construção naval em Rio Grande. Primeiro porque é preciso sempre ouvir e dar voz aos interlocutores, levar a sério e acreditar naquilo que eles dizem. A empreitada desta tese se colocou, deste o começo, disposta a ouvir, interpretar e dialogar com diferentes tempos e espaços que versassem sobre a chegada da indústria naval na cidade de Rio Grande. Segundo porque a maioria dos autores aqui citados estão pensando tanto no trecho, quanto no gato, a partir de setores que já possuem uma dinâmica de contratações e jornadas que, mesmo que precárias, bem estabelecidas. Novamente, é preciso reforçar que mesmo que exista uma série de eventos e condições que se repetem na indústria naval de Rio Grande que são comuns ao resto da indústria, há um ineditismo causado por esse novo projeto na cidade. Da mesma forma, se considerarmos que há uma indústria naval diferente da que

praticamente morreu a algumas décadas atrás, o setor parece ainda engatinhar no que diz respeito a competitividade e estruturação de outros setores como a indústria do campo, mineração, construção civil e outros setores ligados a grandes projetos de desenvolvimento.

Em minha pesquisa, considero o “gato” em si, bem como a “ferramenta” e o “trecho” como termos que vão além do que “querem dizer” para serem atores na dinâmica e nas relações de trabalho que são agenciadas e rearticuladas a todo o momento nesta feição de trabalho. O compartilhamento destes termos e expressões permeiam e orbitam uma constelação de sentidos que vão para além da sua aplicação prática.

Uma destas muitas expressões compartilhadas que permeiam e orbitam sentidos dúbios que pude ver e ouvir em campo foi o elogio ao gato, feito de forma irônica. Na música citada no capítulo 2, a dupla de rap gaúcho fala do “melhor gato que tem”.

Oxi, hahái ..
Todo pessoal da p-58, p-55.. Tamo Junto!
Trabalho na " ingivix " sou encarregado ..
melhor gato que tem, venha se aproxime ...

OS "ENCARREGADO" VÃO CHEGA ...2x

Esse trecho, no contexto em que está inserido, mostra um certo deboche aos que ostentam seu trabalho, mesmo sendo um gato. Ao mesmo tempo, e em relação semelhante, também demonstra a importância do cargo de encarregado como um bom gato, o melhor que tem. O gato assim conota também uma forma de se colocar em uma certa hierarquia dentro do chão de fábrica, de ser capaz de estar em um bom gato, em uma empresa boa de trabalhar.

O gato safado, expressão mais comumente ouvida e compartilhada, é evocada para falar de um mal cargo ou de uma empresa com péssima reputação, que normalmente ocorre durante momentos críticos ligados a pagamentos e cumprimentos das leis trabalhistas.

No sindicato, enquanto acompanhava alguma das ações, era comum ouvir a expressão “gato safado”, para falar de algumas empresas que tinham problemas recorrentes relativos aos pagamentos e condições de trabalho. Em alguns momentos, no entanto, o gato era evocado apenas para falar de uma empresa, ou então da oportunidade de vagas em uma empresa. Em uma tarde de homologações, ouvi Benito, o presidente, fazendo um anúncio público de vagas em Canoas, pois a UCT, que auxiliava nas obras de expansão da refinaria, necessita urgentemente de pintores. O representante da empresa estava ao lado de Benito e afirmou que havia moradia em alojamentos, que as contratações seriam imediatas e que a folga de campo era de 4 a cada 90 dias. Benito reforçou o anúncio dizendo que a UCT era “uma empresa séria, um gato bom de trabalhar, e não esse bando de gato safado que tinha por aí em Rio Grande”.

O gato apareceu, dessa forma, como um elemento de comparação, uma possibilidade de mensurar e qualificar uma outra empresa através da diferença em relação a um gato safado.

Também ligando o gato às condições de trânsito e circulação no trecho, Sandro Laranjo (secretário do sindicato) afirmou que nunca ficou mudando muito de empresa nem de emprego. A trajetória descrita por ele é apenas de ascensão dentro da própria QUIP, que chegou a trabalhar de encarregado.

Antes do Polo Naval eu trabalhava nisso aí, eu nunca fui de pular de gato em gato, como chamam de emprego em emprego, eu sempre fui de trabalhar um tempo numa empresa só, nunca fui de faltar nem nada. Trabalhei dez anos de Ipiranga, só de Ipiranga dez anos. Peguei na Ipiranga que nem peguei na QUIP, daí passei pra pintor, de pintor pra encarregado, sempre assim.

Em outro momento de nossas conversas, Laranjo também citou o gato como uma referencia simples a uma empresa. Enquanto me contava sobre a grande paralisação e sobre a oposição de alguns trabalhadores ao sindicato na época, narrou o caso de uma funcionaria que, mesmo de licença médica, estava a frente do estaleiro para politicamente afetar o sindicato, pois seria de um grupo de oposição.

Tinha uma das mulheres mesmo, que tava encostada, ta encostada até agora, e tava dentro da empresa com crachá, fardada com a roupa do gato. Pelo amor de Deus, e dizendo pro pessoal ir pra rua. Pessoa encostada e lá dentro, com fardamento.

Tanto no primeiro quanto no segundo trecho em que Sandro fala sobre o gato, não há uma depreciação da empresa, apenas uma forma de citar o emprego e o contratante. A roupa do gato refere-se ao macacão da empresa que, como citado em capítulo anterior, difere-se de uma empresa para outra através de sua coloração.

De outra forma, o gato também aparece como um agente capaz de mediar e versar sobre as estratégias de ação de dentro da fábrica. Diogo me disse que há uma imagem muito errada do trabalhador do trecho devido a poucos que não querem trabalhar e ficam só de canto “roubando a hora do gato”, ou então “dando o nó” para matar o tempo no serviço. Segundo ele, o gato normalmente quer significar um local com condições não muito boas ou tem a intenção de dizer sobre uma empresa ruim de trabalhar.

Ah, uma história legal. O dono da empresa, na 58, tava sempre na área, sempre na área, só que quando o cara fala gato, tá menosprezando a empresa, “gato safado”, não presta. Aí, antigamente era gato safado, gato safado, aí já diminui, tipo o barbaridade, agora é bah e as vezes nem sai voz. Então o gato, é uma ofensa pra empresa. Então tem a situação, o peão tá ali trabalhando, mas não, tá na área mas tá dando nó, não tá executando tarefa nenhuma, a gente fala “pô, tá roubando hora do gato né”. Aí um dia né, no Sábado, normalmente é 100%, quem vai trabalhar ganha o dobro do valor, na verdade, você não ia ganhar aquele dia, você ganha o dia e ainda mais 100% em cima. Daí a gente dá o grito “porra, tá roubando a hora do gato”, aí tem uns peão que já tão acostumado com isso, que a gente só chega “e aí”, e ele “e aí, tô aqui roubando a hora do gato”. Um cara chegou um dia naquele bolinho e o homem chegou naquele bolinho, tava todo mundo, e “bom dia, bom dia, como tá meu filho, como vai a família, tudo bem? bom dia”, o dono da empresa, e aí chegou num cara num peão e “e ai meu filho, como tá, tudo bem, trabalhando bastante?”, aí o outro respondeu, “tamo aí né, roubando a hora do gato”, falou pro dono da empresa e ele “ah, meu filho, fala gato não, fala empresa”, levou na brincadeira, mas pô, tá loco, além de tá ali sem trabalhar ainda vai chamar a empresa de gato.

O gato é, de certa forma, um sentido compartilhado e re-interpretado pelos atores ligados ao trabalho no Polo Naval. Mesmo na RVT, considerada pelos próprios trabalhadores um lugar bom para trabalhar, como se verá adiante, o operário lança mão

do termo para diminuir e/ou colocar-se numa posição de vantagem diante daquele que está utilizando-se de sua mão de obra.

A ferramenta também é um termo/conceito/expressão/agente que se apresenta de diversas e diferentes formas dentro desta rede/teia. Da mesma forma que o gato, a ferramenta tem um sentido diverso e relativo de acordo com a perspectiva em que o sujeito narrador se coloca.

A ferramenta, além de se ligar ao trabalhador braçal enquanto objeto, também se coloca como uma condição. Ao contrário dos trabalhadores estudados por Leite Lopes, a ferramenta não é apenas um meio pra mediar as denominações de trabalho. Como objeto, coloca o trabalhador diante de um conhecimento que se lapida tanto na prática quanto na formação profissional, sempre dependendo das relações que se criam entre objeto, trabalhador e estrutura da empresa. Como condição, também ressalta uma certa hierarquia de aprendizagens que ocorrem dentro da fábrica. Renata, ao comentar sobre a política dos níveis e as hierarquias no pátio de um estaleiro que deveriam acontecer na ECOVIX, comenta:

É simples, o básico, não o que acontece na ECOVIX né, mas o funcional é o seguinte. O padrão seria o que: o aprendiz, o cara que tá iniciando ali na ferramenta, que fez um curso e precisa ir trabalhar. O meio-oficial, que é um aprendiz que já tá um tempo trabalhando, não necessariamente tem um período pré-determinado, o cara as vezes já sai bem, ou no caso de muito rio-grandino não tinha qualificação, acabou fazendo e já é um profissional. Então passou a meio-oficial, e depois passa a oficial, isso em qualquer profissão, só muda na solda. No caso dele que é caldeireiro (falando do marido), ele fez um cursinho de Caldeireiro ali no SENAI, ele entrou como aprendiz, ganhando x, bem abaixo, passou a meio-oficial ganhando um pouco mais, e depois a oficial, ganhando melhor. Depois disso já vai pra mestre, que já lidera uma equipe, e depois disso encarregado que lidera dois, três mestres. Entendesse? Aí supervisor que pega 3, 4, 5 encarregados. Pensa num quartel, não tem como errar.

Pegar na ferramenta não versa somente sobre um ato, ou simplesmente sobre uma relação com um objeto específico, pois praticamente todos os trabalhadores do polo estão sempre rodeados de ferramentas de diferentes tipos e especificidades para interagir. A ferramenta aqui, ao mesmo tempo em que generaliza o objeto em si, coloca

uma condição para o trabalhador, de aprendizado, e de necessidade intensa de interação com o meio que o cerca.

Ao mesmo tempo, a forma como lidar e interagir com e através da ferramenta é algo que distingue o trabalhador pela prática, muito mais que pela formação. Diego conta um “causo” sobre um novo engenheiro local que sofreu para conseguir entender as dinâmicas e feições do trabalho no Polo Naval.

Aqui, quando eu cheguei aqui, era até engraçado de ver. Tem um camarada meu, que até hoje, ele é daqui, ele iniciou uma Engenharia Mecânica na FURG, e só que sempre trabalhou de pescador, marinheiro, apaixonado pelo mar. Só que pô, o Polo Naval, oportunidade, fez os contatos, os cara ficharam ele, de caldeireiro. Tipo assim, nunca tinha entrado lá. Então, quem conhece, quem já trabalha há muito tempo, uma palavra, uma coisa que você diz, simples, uma caneta, se você nunca entrou na área você não sabe o nome da tal caneta. Um exemplo, foi o que aconteceu com ele: lá, a gente vai falar de cano, a gente não fala cano, a gente fala tubo. E se, aí, o pessoal que bate o olho, vai falar aquele cano pra cá, cano pra lá, quem conhece fala “esse cara nunca entrou numa obra”, entendeu? Então, esse camarada meu, que que acontece, a gente entrou, tal, e deram um trabalho pra nós, pré-montar uns dutos de ventilação de uns módulos de geração da plataformas, e esses dutos eram, tem em shopping também, essas saídas de ar, por dentro tem, já viu em filme, né, sabe? Exatamente esses aí. Que que acontece? Daí o cara, caldeireiro, profissional, fichado igual nós, cruzou o bracinho, e soltou “o que nós vamo fazê com esses cano quadrado aí?”

Cara, ainda bem que ele falou comigo que sou de boa, mas tem cara que fica brabo, “porra, esse cara aí, tá ganhando a mesma coisa que eu, e não sabe nem o que é um duto de ventilação, não sabe o que que é isso, não sabe o que que é uma chave”. Que nem os cálculos mesmo, que é feito pra traçado de caldeiraria, é utilizado bastante o PI, o 3,1492, matemático mesmo. Aí tinha um coroa, que entrou, chegava nos cara, e testava os cara mesmo, esse o cara gaguejasse, “ferramenta cega, cê não sabe trabalhar, não sei nem o que cê tá fazendo aqui”, um coroa, e de Porto Alegre, mas gente boa pra caramba, fazia isso mas só pra botar pressão. Bigodão, cara de brabo, mas nada, só conversava. Mas aí, o que acontece. A gente sente a diferença mas a gente sabe que acontece isso: muitas pessoas que eu conheço hoje, que é encarregado e supervisor o cara não tem ensino fundamental, o cara não tem um curso de nada.

Até mesmo um engenheiro formado na Universidade local, ao se deparar com as práticas específicas do trecho, acaba sendo considerado uma ferramenta cega, incapaz de trabalhar na área, necessitando sempre aprender através das relações pessoais estabelecidas em um ponto específico dentro da grande obra. Ser uma boa ferramenta

não envolve somente saber os nomes como também conhecer outros campos do trabalho, como ressaltado por Diego ao falar da formação completa necessária para ser um bom caldeireiro.

De outra forma, essa relação com o tempo e a forma de gestão do trabalho tem a ver com outras escalas e níveis de gerenciamento que se conectam com as explicações dos trabalhadores relativas aos atrasos e a gestão da construção de uma plataforma. É através dessa noção de relação entre as partes específicas do trabalho e o todo que constitui uma plataforma que pude entender melhor sobre as diferenças de gestão entre os dois grandes consórcios.

Laranja por algumas vezes se dirigia aos trabalhadores mais “braçais” como ferramentas. Pensando também nas relações de trabalho, hierarquias e nos níveis de conhecimento que interferem na estrutura do Polo Naval, Laranja afirmou que a ECOVIX.

é uma empresa que é mal administrada, tipo assim, ela tem 50 cacique pra um índio. É tanto cara pra te mandar, que o cara que é ferramenta mesmo só tem um. Mas só que acima desse cara que tá soldando, fazendo o serviço dele ali, tem um mestre, um encarregado, um supervisor, um lá sei eu, vai indo de escala assim pra cima, todos ganham bem pra caramba, e quem tá lá se ralando que tá ganhando uma mixaria.

Encarregado, supervisor, já “pegamo” supervisor lá que cuspiu na cara do peão, imagina, o cara cuspiu na cara do peão.

Mas a maioria desses caras já não foram peão?

Não sei cara, o que que acontece lá. Lá é o sobrinho, do tio, do primo, do avô que é supervisor lá, é tudo padrinagem. Tanto é que todos funcionários lá, já vi cara dizer “o cara lá lê planta de cabeça pra baixo, meu supervisor. Eu sei mais que ele”. O cara não sabe porra nenhuma mesmo, é o supervisor, as vezes encarregado, os cara não sabem, não é um nem dois. Um monte de cara chega no sindicato dizendo pra mim “magrão, pelo amor de deus, o cara é encarregado lá mas é sobrinho do gestor, esse cara não sabe mandar em mim. Ele veio lá do Rio de Janeiro pra mandar em mim aqui, e eu sou ferramenta”, e ninguém consegue aturar esse tipo de coisa né. Tu chega ali tu tá trabalhando, tu é um ferramenta pra caramba, que nem esse cara aí, tá a três anos sem pegar uma promoção cara, trabalhou na QUIP, menos da metade disso aí pegou 3 promoção. QUIP dava valor ao peão, essa empresa não..

O relato de Sandro, além de evidenciar as relações entre as habilidades, formações e ocupações, também nos apresenta um novo elemento que tira do mesmo plano os dois grandes consórcios locais, os diferenciando pela forma como tratavam os trabalhadores e suas formas de gestão.

Esta diferenciação de condução entre a QUIP e ECOVIX foi constantemente exaltada por todos trabalhadores e sindicalistas com que tive contato. Mesmo Diego e Claudio, os dois mineiros que trabalharam para uma subcontratada das duas empresas, a RVT, tinham sua opinião sobre as gestões e os problemas que ocorriam no chão de fábrica.

3.2 As partes do trabalho dentro do todo e a diferença entre os dois grandes consórcios

Essa noção compartilhada de que a ECOVIX não possui uma política facilitadora de promoções ficou evidente principalmente no período em que acompanhei uma grande mobilização junto ao sindicato com relação aos níveis salariais. As relações que se estabelecem na hierarquia das ocupações dentro de um estaleiro são praticamente iguais em todos os ofícios. Como será mostrado no capítulo 4, voltado basicamente para os conflitos envolvendo as representatividades dentro do estaleiro, os níveis salariais e promoções são estabelecidos pelo consórcio contratante e não podem ser desrespeitados pelas empresas terceirizadas, quarterizadas e quinterizadas.

Assim como os operários reinterpretem o trabalho através de suas relações e expertises, também há por parte de algumas empresas estratégias para conquistar e obter para o seu quadro funcionários que se destacam. A RVT, uma das maiores empregadoras no Polo, foi constantemente ressaltada através do seu dono, chamado de caldeirão. Ao citar seu trabalho na RVT, Claudio também utiliza-se da comparação com outra terceirizada para ressaltar o trabalho da empresa

Meu Deus do Céu, rapaz. A RVT, no Polo, é uma das melhor firma que já trabalhei. O pessoal é correto, o caldeirão, que é o dono da firma, um homem de grande posse, de grande conceito, ele tem nome e te trata de igual pra igual, com respeito de ser humano pra ser humano. Eu tô cansado de ver peão que tá numa dificuldade, chegar e falar “o seu

caldeirão, tô assim assim e assim, o senhor podia me ajudar?”, ele ajudar o cara. Ele ajuda o cara, isso aí é bom. Cê vê que todo mundo, falta só beijar aquele véio na boca. Todo mundo gosta dele, e eu gostava dele. Ele me dava, todo mês, pelo meu trabalho, ele me dava uma gratificação de R\$ 500, todo mês. Eu tinha meu salário mais a gratificação, todo mês. Ele olhava o tempo de serviço, olhava o serviço bem feito, olhava se eu fiz hora extra. E aquele que fazia hora extra e ajudava ele, ele ajudava também.

Agora, a BRUAN não. A BRUANC é uma firma que veio do Rio de Janeiro, uma firma filha da puta, então essa firma ficou me devendo, não me pagou até hoje. Eu saí de lá, era pra mim receber dois mil e setecentos reais, (R\$2.700), nunca mais, abriram concordata, pra dar o cano no pessoal mesmo, e deixaram todo mundo a ver navio. A RVT não, a RVT sempre pagou em dia.

Renata, ao explicar essa relação entre produtividade e estratégias, ressaltou também que a bonificação “por fora”, além de não precisar ser descontada no fisco, é uma certa segurança para aqueles que produzem e trabalham. Ao mesmo tempo que fortalece a relação do empregador com o peão, também serve como estratégia da empresa diante de condições legais:

A RVT o que faz? Ela paga o mesmo salário. Minto, QUIP um pouco mais, eu ganhava como ponteadora o salário de um mestre. Na RVT, é assim “Pô, o grandão ali é bom, não posso deixar o cara ganhando só isso, vou dar mais mil por fora”. Ele produz mais. É dinheiro. É real esse dinheiro? Não, porque não entra no contracheque. Eu Renata, não gosto de trabalhar em subcontratada, ele (marido) gosta. É um dinheiro real sem imposto, sem fisco. Mas tu ganha. Se tu não produziu, não trabalhou, não ganha. Se tu é bom, tu ganha. Todo mundo quer trabalhar com segurança.

Além do caso com o dono da empresa visitando a obra e conversando com seus funcionários, Diego também ressaltou a relação mais pessoal do caldeirão como um diferencial na qualidade de trabalho oferecida pela RVT. Durante a entrevista, perguntei a ele se pretendia permanecer nos canteiros da ECOVIX depois de terminada a plataforma em que estava trabalhando, a P66, para finalizar os outros cascos replicantes que ainda estavam para ser feitos:

Na verdade, que acontece. É porque o seguinte, eu pretendo continuar trabalhando na empresa que eu “tô”, porque não só porque eu “tô” nela, não sei se você teve uma pergunta desse tipo, mas hoje em dia muita pessoa que você perguntar, pra qualquer pessoa “se vc pudesse hoje escolher uma empresa hoje que tá na cidade, qual que vc ficharia?”, vão responder a empresa que eu trabalho.

E porque ela dá um incentivo, o dono do cara, recebe o cara, dá café pro cara, conversa com ele. É tipo assim, aquele cara político, nunca fala não, mas só de pegar na mão do colaborador, “meu filho, senta comigo, qual teu problema, tem um pãozinho, quer um café, um queijo”, mas é uma empresa que eu pretendo ficar nela, independente que seja canteiro ECOVIX, QUIP, mas ser sincero pra você, da forma que tá na ECOVIX, tá muito cansativo. Essa questão de sempre cobrança, cobrança cobrança sem condição. Tinha época que eu ia trabalhar e ficava “Meu Deus, meu Deus, mais um dia naquele lugar”, independente de salario, condição, você vai passar o dia inteiro a toa, a empresa não vai te dar condição, sabe você pegar nojo assim do ambiente? Chegou a ter, não só em mim, todo mundo, já não aguentava mais o canteiro. Aí começou, agora melhorou bastante, a obra tá acabando, mas é um canteiro assim que é bem complicado. Mas pretendo ficar independente de canteiro, não só ali dentro.

Ao falar sobre as estratégias das empresas, Renata afirmou que havia uma pequena disputa entre os trabalhadores mais qualificados. Esses contratos de boca eram firmados a disputa pelos melhores e mais qualificados funcionários se dava até mesmo entre o consórcio contratante e as subcontratadas.

É assim ó, o que acontecia. A RVT paga mil pro fora. Aí o caldeirão vai lá. “O Polaca, teu trabalho é legal na solda né, quanto tu ganha aí?” A QUIP fez isso comigo. Vou te contratar. O técnico lá da QUIP chegou pra mim e “Ô, cigana, conta pra mim aí, disseram que tu trabalha com PF NUMBER 6”. É o top dos soldadores. EU faço 4 tipo de solda diferente, valho por 4 soldadores. “Eu disse, é velho, meto um trabalho legal aqui, tô como migueira aqui”, ele “Tá ganhando quanto aí?”, o salario de um migueiro numa terceirizada era o mesmo que um PFNumber 6 lá. Eu disse “Olha Joazinho, eu ganho aqui, na ANDRITA, dois e meio, e eu ganho mais uns mil, mil e quinhentos por fora, que é pela produção. Cada viga caixão que eu faço, eu ganho duzentos”. Sendo que eu não falei pra ele que dividia com meu lixador, que a maioria não divide mas eu dividia, tá suando comigo ali tem que ganhar, jogada minha pro cara me ajudar a produzir melhor também. “Renata, tu ganha três mil e duzentos, tu é tigueira, migueira, isso e aquilo”. “Sou”. Aí que vai a valorização. Ele “ô gurria, eu preciso que tu vá lá fazer gambiarra pra mim”. Que é gambiarra? Não ter CINET. Eu vou lá, eu vou pontear, amantegar, tá faltando um pedaço de chapa completo com solda, vou soldar tubulação, soldar inox, soldar isso aquilo, vou andar junto com uma equipe de ponteamto, vou ser rebaixada a um ponteador. Eu olhei pra ele e “Mas vou ganhar como soldador?”. “Vai”. Nós fechamo acordo. “Mas como é que eu faço pra ganhar esse por fora?”. “Vou te botar de FNumber6”. “Mas eu vou testar nas três?”. “TU só vai ficar na MIG e pra mim tá bom”. “Vou perder meu SINETE?”, “Não”. Ele cumpriu tudo que tinha prometido comigo. Eu fui pra área. A QUIP fez isso comigo. Aí chega a RVT, a QUIP me tirou da ANDRITA por dinheiro, dinheiro, tu quer ganhar mais é isso. O caldeireiro chegou la e disse “Pô polaca, disseram que tu trabalha bem, quanto tu ganha ali na QUIP?”. “Ah, tô ganhando três e meio”. “Mas seco?”. “Sequinho, na carteira”. “Tá bom, te dou os três e meio e mais mil por fora”.

O Sinete, conforme me falou a soldadora, é uma identificação de produção do trabalho do soldador. Assim que entra em uma empresa e faz o teste, o operário recebe seu número e utiliza este para identificar todo o trabalho feito durante sua jornada. Normalmente, é feito por meio do que é chamado de “tipagem”, uma ferramenta que empurra a chapa de metal para dentro e faz a marcação, da mesma forma que um chassi de carro, como me explicou Renata.

Claudio, ao narrar sobre as dificuldades do trabalho e as relações de produção, também utilizava-se das marcações para garantir o trabalho bem feito, através de uma pulsão feita em cada suporte que foi montado por ele:

Não, já tive assim, porque quando você começa a trabalhar lá, todo mundo comete erro, então você tem que estar sempre de antena ligada, sempre de olho no que um tá fazendo, porque o trabalho dele depende do seu e o seu depende do dele. Então, quando foi numa época, tinha que colocar uns suportes, e cada suporte tinha cinco milímetro de queda, que era a expressão, tinha que colocar não só o suporte, mas a expressão também.

Aí, ele mandou colocar, cheguei a falar com ele. Não, são doze suporte, e cada suporte, de três metros, tinha que baixar 5 milímetros. Então, multiplica por doze, era a queda lá, e ele começou pelo último. Não, mas tem que começar do início. Pra que lado corre a tubulação? Se corre pro Norte, vai começar com cinco, vai terminar com uma queda maior. Então, ele mandou eu fazer o suporte. “coloca o suporte aí que eu sei que eu tô fazendo”. Então você assina a PT, a Prova de Trabalho, mas vou colocar com a sua assinatura. E fiz. Depois o engenheiro da Petrobrás chegou lá e “quem fez essa merda?”, e eu falei “ele”. Ele ficou com muita raiva de mim, “você não podia ter falado que foi eu”, e eu “mas você queria que eu falasse que fui eu? Eu coloquei o suporte mas foi você que assinou a PT e mandou eu colocar”. Aí ele ficou com raiva e na época até me mandou embora, mas não liguei não. Nesses sete meses que eu fiquei na RVT eu coloquei MIL DUZENTOS E SETENTA E NOVE SUPORTES sem UM defeito sequer, e corrigi muitos defeitos, e com cursinho que o Rio Grande me deu.

Como o senhor tem controle disso?

Eu anoto, e assino. Todo suporte, todo suporte que eu coloco, eu coloco CAS, significado do meu nome Claudio Alberto Souza, que é o significado do meu nome, então eu coloco e anoto, todos eles. Se você for na 55 tá tudo marcado, CAS CAS, CAS CAS.

Com lápis?

Não, com pulção. Da idade da pedra, eu marco sabe porque? Se der uma coisa errada, eu sou o responsável, se der certo, sou elogiado. Se eles chegarem a ler, mas não tão muito aí não. Mas eu faço, eu assumo a responsabilidade das coisas.

Essas narrativas ressaltam, assim como conta Marta Ciocari (2010) ao falar sobre o gosto da mina, através da descrição minuciosa das atividades na fábrica, um gosto e uma paixão pela profissão, uma espécie de “adoração” (2010:14) não só pelos companheiros de trabalho, mas um engajamento com o ofício que, junto com um domínio técnico, imprime uma espécie de honra à profissão. Grande parte das narrativas sobre as condições de trabalho e sobre as relações hierárquicas internas ao pátio do estaleiro são mediadas por estes elementos que envolvem a técnica, materialidade e conhecimento pessoal.

Além de ressaltarem a relação entre estratégias das empresas e as táticas e astúcias de seus operários (DeCerteau, 1994), estas narrativas também apontam para uma relação interessante com o modo com o trabalho é mensurado e narra uma noção que o operário tem do seu trabalho diante do conjunto maior que é uma plataforma, ou parte dela que está sendo construída no dique seco.

Essa ideia de um conjunto feito a partir de diferentes partes que se conectam parcialmente é um tanto diferente da citada por Leite Lopes com relação aos trabalhadores do açúcar, pois não há um produto final único, mesmo no caso dos estaleiros em Rio Grande. A QUIP realizou em seu pátio diferentes tipos de serviços, e quase nunca os estaleiros locais são responsáveis por todas as etapas de construção de uma plataforma. Ao contrário do açúcar, a maioria dos trabalhadores sabe que muitas vezes o produto final não será uma plataforma pronta para ir ao mar.

Ao ser perguntado sobre as plataformas em que participou, Claudio tentou me explicar sobre a quantidade de funções e ocupações que uma pessoa só pode exercer no pátio do estaleiro, além de falar que dentro de uma plataforma é tubo pra tudo que é lado, capaz de se perder:

Em quais plataformas o senhor trabalhou então?

Eu trabalhei na 63 e na 55, nas duas.

E trabalhos diferentes?

Diferentes. Eu trabalhei na 63, eu fui pintor RT2, eu trabalhei na pintura. O módulo que nós trabalhamos era pra reciclar e separar a água do óleo, e também pra separar o Sal da água pra tornar a água potável pra consumo na plataforma.

Ah, isso tem dentro da plataforma?

Tem. Rapaz, tem coisa na plataforma que você nem imagina..

E na 55 foi montador de estrutura?

Sim, foi montador de estrutura. Aí o que nós fazia, eu fazia a montagem do suporte da tubulação. Porque, é, é muito, é muito, é tubo pra você perder. Tubo que cê nem sabe de onde vem nem pra onde que vai. Só que acontece que cada um na sua função. Eu fazia o suporte pra sustentação dele, tem que ser um suporte muito bem feito, um trabalho muito bem elaborado, não pode ficar, se passar 5 milímetros da diferença, não da.

Ao falar sobre o que ainda precisava ser feito para a finalização de uma plataforma, Diego também mostrou um conhecimento sobre o que cada empresa da cadeia tinha como responsabilidade e como escopo para a Petrobrás.

O escopo da ECOVIX, que ela, essa plataforma tá indo, escopo é obrigação, a obrigação da ECOVIX é 40% da plataforma, por exemplo, daí 40% da estrutura, 40 da solda, da tubulação, e os 40% da tubulação acabou.

E sai pronta?

Não, sai pendente, pra fazer a interligação e finalização dos módulos. Os módulos tão sendo feito lá e vai pra BRASFEL.

A p-63 é uma dos replicantes?

A 66 é uma das primeiras replicantes, e vai pra Angra.

E tudo o mesmo contrato?

Tudo igual. Pessoal hoje da nossa gerência tava perguntando, “e aí, como é que é a situação, vão pra 67”, e os cara perguntam e já falam “claro que via né bicho, vocês fizeram um trabalho top, isso aí, vocês já tão, não é possível que vão tirar uma empresa que fez tudo e botar uma outra que tá chegando, pra pegar a manha ainda, vocês já sabem todas”, só que vai ser tudo igual.

E é contratado por plataforma?

Não, não é por plataforma. Por exemplo agora, nosso efetivo tava todo na 66. Aí contataram 20 pessoas, supervisor, encarregado, profissional, fecharam um contrato pra fazer um *pipehack*, é tipo assim 1% da Plataforma. Contrataram só pra aquilo ali, e estipularam 45 dias pra fazer aquilo. Tipo “a gente fornece material, ferramenta, só entra com pessoal que tudo a gente fornece, e vai te dar não sei lá quanto”, pra 67, aí tá lá com efetivo de 20 pessoas pra fazer o pipehack. Pra você ter uma ideia o pipehack tem 28 pipe, eles vão fazer 3, os outros já tinham sido feito na China, veio de balsa, uma loucura.

Essa especificidade de um novo contrato denominado de produção de cascos replicantes (com mais detalhes técnicos especificados no capítulo 5) interfere também nas formas de contratação, que acabam sendo de certa forma semelhantes às outras que se apresentam no trecho.

Há um outro elemento que conecta parcialmente este capítulo com o citado acima, no que diz respeito a atrasos e produtividade. Tanto Diego quanto Claudio têm suas explicações para os atrasos constantes que sempre fizeram parte das notícias e das encomendas da QUIP e ECOVIX.

E essa coisa de demorar muito pra ficar pronta, na 58 teve essa corrida no final, esses turnos gigantes?

Quantos meses eu fiquei? Se não me engano fiquei 3 meses sem folga, de Domingo a Domingo, só que é uma coisa, eu sinceramente não sei. Agora ali ta tendo hora extra não sei pra que. Eu trabalhei com um supervisor que o supervisor falava pra mim o seguinte “eu detesto hora extra”, porque é exatamente o que acontece. É um cara vivido, um cara que viveu na obra, e é verdade, é a pura verdade. O cara trabalha, tem aquela carga-horária ali, da sete e meia da manhã às cinco e meia da tarde, o cara já chega ali as quatro horas, se o cara trabalhou mesmo até as quatro horas, o cara já tá cansado. E aí, metade da obra vai embora, metade da fiscalização vai embora. Supervisor vai embora porque hora é muito cara, gerente vai embora, então aquelas duas horas que o cara fica, não tem produção nenhuma. Então é o seguinte, ele sempre falava pra nós o seguinte: “ó vocês têm oito horas pra trabalhar. Se vocês trabalharem e baixarem a cabeça, trabalhar mesmo 4 horas dessas 8, vocês podem ficar o resto do dia parado.” Porque em obra Petrobrás, se for colocar trabalhada mesmo, o cara trabalha uma hora uma hora e meia no dia, cada colaborador.

Então, o que que acontece, voltando a questão de estender horário e tal, é, na 58, ela “tava” naquela situação, era eu trabalhava como, na ferramenta, como caldeireiro, daí dava cinco e meia e eles “olha gente, a gente precisa ajudar o andaime, na montagem, tem muito andaime e a gente precisa descer” e a gente ficava ajudando andaime. Precisa varrer a plataforma, lavar a plataforma, entendeu, só que tipo assim é coisa que

não tinha necessidade. Coisa que chegava lá e não era isso mais, manda pra tal lugar, e ficava pulando dum lado pro outro. E o que acontece, tá acontecendo isso hoje ali. Cheguei lá pra conversar com um cara, pedir uma informação e vi a equipe dele toda parada. E ele ali “ECOVIX não tem mais trabalho”. O escopo da ECOVIX, que ela, essa plataforma ta indo, Escopo é obrigação, a obrigação da ECOVIX é 40% da plataforma, por exemplo, daí 40% da estrutura, 40 da solda, da tubulação, e os 40% da tubulação acabou.

Para Cláudio, a própria natureza da contratação por indicação ajuda a entender o porque de tantos atrasos, e cita o caso dos suportes citado acima. Para ele, a falta de atenção para com o serviço e o “QI” são práticas comuns e que causam uma série de problemas na produtividade e tempo necessário para finalizar o trabalho necessário.

Cê quer que eu te fale um negócio? Eu trabalhei, e vi muita gente escondida dormindo. Infelizmente, o brasileiro ele é oportunista, por isso que na Europa quase ninguém gosta de brasileiro, cê sabe disso, porque eu vou te falar, é mais mando que mosca de padaria. Quantas vezes eu tava trabalhando e tinha gente no escuro, porque dá muito túnel, muito lugar escuro, eles vão pra lá e ficam dormindo. Quanto soldador, cê olha, e soldador tá dormindo também. E porque acontece de atrasar muito? Porque tem muito erro, por causa dessa incompetência a pessoa faz isso. Porque, quando eu troquei os doze suporte, demorei os três dias pra trocar os suportes, e depois cortar, de solda, na sapata ou no pé do suporte. Meu filho, isso só corta no maçarico. Depois tem acabamento, você tem que deixar a chapa certinha lisinha, depois cê tem que fazer o tratamento, na chapa, porque senão vai pro mar enferruja, apodrece e vai dar problema, então isso vai comendo tempo. Porque o que atrasou foi isso.

Muitas vezes a pessoa acha que não tem muita mão de obra especializada. Muitas pessoas tem o QI, que vai só pelo currículo. Cê pega o meu currículo tá la, montador de estrutura, RT2, sou eletrotécnico, que tive loja 14 anos como eletrotécnico, depois tem eletro-naval, tem NR10 e deixo meu currículo lá. Acontece que o cara não procura aquilo não, você vai entrar nas firma agora se tiver QI, Quem Indica, senão não entra. Só com muita sorte, senão não entra não. A não ser que tenha assim, virado pra lua, aí cê entra. Porque todas as firmas que entrei, entrei indicado, por amigos que tavam lá dentro, conheciam meu trabalho e me indicou. Então isso que atrasa.

Outra, outra coisa que é terrível. É quando dá uma falha. Por exemplo, teve um tempo que ficou parado, várias vezes, por causa de negociação de salario, porque a inflação, eles falam que foi 5%, mas pessoal não é burro, sabe que foi mais, foi quase 10%, então pessoal fica naquela negociação, no jogo de empurra, naquela de dar um aumento. Mas a maioria é isso, são erros que são cometidos, erro infantil. Se você é especialista numa solda, você sabe muito bem que tipo de solda vai ser, e que vai ter inspeção, que vai passar um Raio-X daquela solda, tem que fazer aquilo bem feito. Se você fizer bem feito, não vai ter problema. Foi isso que eu

fiz, os meus suportes, graças a Deus, não deu nenhum problema. Eles nem lembram que eu existo então, pra entrar lá só indicação, eu sou só um número.

Em parte, na narrativa de Diego, há uma compreensão semelhante da de Sandro Laranjo, ao falar que há muito cargo para pouca ferramenta. Além disso, esse tipo de relação de contratação, segundo sua experiência, ocorre principal e quase que exclusivamente em obras da Petrobrás.

Mas é comum ter supervisores que não têm domínio total assim? É comum, ou só ali?

Ali, ali, o que que acontece. Obra Petrobrás, é a segunda que eu trabalho. Trabalhei na 58 e to trabalhando nessa agora. Sempre tem o filho do fulano, em qualquer lugar tem isso. Filho do fulano, que fez um curso técnico e o cara é coordenador. Filho do siclano, iniciou uma faculdade de engenharia e é supervisor. E tem da mesma forma, o Ezequiel, por exemplo, tá finalizando o curso de engenharia de produção, fez todos os cursos da área, trabalhou um ano e meio, aprendeu a trabalhar comigo, eu tenho total confiança no trabalho do cara, leva o currículo pra fichar, os cara querem fichar ele de ajudante. Então, voltando no assunto, acontece muito, muita gente despreparada pelo QI, do Quem Indica, é tanta gente, tanta chefia, que ficha 10 mas só um responde. Então esse um, se esse um souber, ele responde tudo, e fica por dentro de tudo, e os outros, os 10. Daí um só sabe, só que os 10 tão lá cobrando, os dez tão lá, são os foda, aí os dez tão falando asneira. Quando da pra falar sério com alguém, é só com aquele um. Então, ali, acontece demais. As outras obras que eu trabalhei, é obra de siderurgia, metalurgia, mineradora, o que acontece, é muito reduzido. A gente tava falando, a empresa que eu trabalho hoje ela tem um coordenador de produção de estrutura, um coordenador de produção de tubulação e um coordenador de produção de solda. São três coordenadores, hoje a gente tá com 300 pessoas dentro do canteiro mais ou menos. Eu trabalhei, na obra antes de vir pra cá, eram 2.000 pessoas. Ah, engenheiro, tem ainda 4 engenheiro, além dos coordenadores tem 4 engenheiro e mais um gerente ainda. Os cara, eu falo assim, os cabeça, de desembolar, tudo que é assim, são eles. Eu trabalhei numa obra com 2000 na MIP, nos 2000 tinha 3 engenheiros, pra 2 mil pessoas. E um coordenador. E a obra andou muito melhor que andou aqui, entendeu. E são coisas assim, coisa que falam, não tenho ideia, prova e documentação, mas boatos que rolam que tipo assim, com orçamento de 10% do que é aqui, obra até maior com orçamento de 10% do que gastam aqui. Não sei se é a verdade, mas é o que falam.

Temos, portanto, uma série de elementos que convergem e conectam entre si, através das relações específicas de trabalho relativas ao polo naval de Rio Grande, interpretações e avaliações dos próprios trabalhadores não só com questões referentes ao trabalho em si como também a totalidade referente às plataformas e formas de

contratações. É essa condição que maneja a todo momento numa linha bamba entre a formação, capacidade de aprendizado no interior da fábrica e relações de amizade que vai acabar fazendo parte, também, de uma série de embates no campo político das representações ligadas aos direitos dos trabalhadores, na figura de seus representantes sindicais.

Conto II- A festa do trabalhador



IMG 9 - A festa do trabalhador

A tão esperada (ao menos pelo etnógrafo) III Festa do Trabalhador ocorreu já ao “final” do que eu imaginava ser o período para o trabalho de campo. Infelizmente, o tempo da pesquisa não conseguiu dar conta de todas as repercussões envolvendo a enorme reverberação da Operação Lava-Jato na cidade. Mas havia um clima estranho no ar. Algo que parecia dizer “meus queridos, aproveitem, porque a bonança está por vias de acabar”.

Os fatos em si (por mais que tenham suas margens gigantes de interpretação) já pareciam confirmar esse espírito zombeteiro que puxava os pés durante os bons sonhos da pujança da indústria naval. Futuramente, todos estes pesadelos parecem ter virado realidade. A Quip anunciaria que não teria condições de honrar os contratos recém ganhos via licitação da P-75 e P-77. A ECOVIX continuaria a adiar a qualquer custo a decisão de não pagar o PLR do ano anterior e continuava insistindo que não poderia negociar nenhum tipo de aumento com o prejuízo do ano anterior e com parte de seus bens bloqueados pela justiça.

Mesmo assim, a festa foi feita. Todo seu planejamento já tinha sido realizado. O local escolhido foi a FEARG, antiga estação férrea da cidade, localizada próxima ao centro e do lado de uma das principais avenidas, conhecida como o Canalete. O espaço atualmente abriga algumas secretarias e órgãos municipais, um restaurante e há ruínas em várias

partes. O espaço é grande. No fundo, o palco, com uma boa estrutura de som e de luz. Do lado esquerdo deste a área infantil, com brinquedos infláveis e a área da alimentação infantil, que era dada através de senhas distribuídas logo na entrada. À direita, alguns carros estão estacionados, e há algumas placas penduradas na parede com mensagens direcionadas a Petrobras, dizendo que a estatal está vendendo o Polo para chineses e japoneses.

O palco, com uma estrutura considerável de som e luz, recebeu 3 shows de diversos tipos e gêneros. O primeiro foi de uma banda de pagode local com aparentes 20 anos. A segunda atração foi de responsabilidade do “Marcelo do Tchê”, ex-integrante de uma banda muito conhecida no mundo da música gaúcha. A última banda a subir no palco foi outro conjunto local, o “Nossa Pegada”. (uma banda como todas as outras que têm em Michel Teló e no sertanejo universitário seu norte). Calças coladas e roupas jovens (que viraram motivo de piada de alguns sindicalistas depois) e músicas que fazem sucesso nas rádios populares. Quem comandava o palco, com a ajuda de Benito em alguns momentos, era Marcão, narrador da rádio Oceano FM. Se eu tivesse uma única chance de utilizar uma figura para descrever um fanfarrão de meia idade, seria alguma foto que tirei de Marcão no dia: camisa regata com logo da rádio, óculos ray-ban e cabelo (o pouco que ainda resta) lambido totalmente para trás. Gordo, falastrão e, pelas histórias que ouvi de Benito, um homem que não costuma deixar nenhuma mulher passar sem dar em cima (um dos casos narrados pelo sindicalista foi quando encontrou o radialista no supermercado com seu filho e nora).

Ao lado do palco também havia um telão. Nele passavam fotos das mobilizações, dos cursos do sindicato, de Hitler, mensagens de Jesus, e o vídeo da entrega da casa no BGV. Se Levi-Strauss visse aquele telão por alguns minutos já teria que reformular sua noção de bricolagem. Benito confirma cada vez mais minhas interpretações e impressões sobre ele. Acima de qualquer coisa, ele parece ser o anfitrião perfeito, o arquétipo dos sindicalistas e também da maioria dos trabalhadores da indústria naval na região. Sua voz se destaca no meio do espaço que ainda está vazio, contando que esta é a maior das 3 festas já realizadas pelo sindicato, o maior show de prêmios da história.

Dos prêmios que consegui visualizar, conto duas motos Honda 125cc, uma geladeira, um fogão 4 bocas, uma secadora de roupas, uma centrífuga, dois micro-ondas, um forno elétrico, duas TVs LCD de 32 polegadas, alguns brinquedos (dois batmans enormes e duas bonecas também grandes), uma pilha de ventiladores, chaleiras, dois jogos de panela, algumas caixas de ferramenta, meia dúzia de cortadores de grama e muitas bicicletas.

Três momentos foram enigmáticos durante o evento. Primeiro, a escolha do nome do mascote do Sindicato (impossível não lembrar do

João Ferrador, célebre figura dos sindicalistas do ABC narrado por Emir Sader). Entre os quatro nomes escolhidos por crianças em um concurso para final, um causou um certo constrangimento público e notório: Pedrovix. Nenhuma surpresa saber que esse nome ficou em último na aclamação popular, onde o Metaleco consagrou-se campeão.

Segundo, quando Benito utilizou-se do espaço para publicamente desafiar aqueles que, pelas redes sociais, reclamavam que não havia

clima para festa algum, além do sindicato não oferecer mais bebida e comida gratuitamente como em outros anos.



Vocês preferem o show de prêmios como esse? Quem prefere o show agora quando eu perguntar vai levantar a mão. Quem prefere o churrasco com bebida a gente entende que tira o show de prêmios e dá o churrasco com bebida na próxima edição. Mas aqui, quem manda, é o trabalhador, quem decide é ele. Então, quem prefere o show de prêmios levanta a mão e grita bem alto..

A resposta da maioria deu razão a Benito, indo de encontro ao terceiro momento. Por meio de conversas com alguns trabalhadores e representantes sindicais, um dos ganhadores da moto falou, enquanto saía da festa, que iria vender a moto para conseguir um dinheiro extra, pois a sua moto atual era muito melhor do que aquela sorteada pelo Sindicato.

IMG 10 - Premios e público na festa do trabahador

Capítulo 4 – O Conflito

As relações e os nós agenciados através do conflito apareceram durante minha etnografia por diferentes meios, atores e formas. Uma das maneiras mais latentes em que o conflito foi a matéria principal em disputa apareceu por meio das ações e representações do Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMERG) e seus principais integrantes. Houve, também, momentos em que as lutas e disputas também se apresentavam através das narrativas de trabalhadores da indústria naval da cidade, em uma diversidade de ações, contextos e situações. Assim como uma parte bastante considerável de atores ligados ao Polo Naval, muito das expectativas, táticas, expertises e conexões mudaram durante o período em que realizei minha etnografia. Mais que isso, a partir da etnografia será possível defender a ideia de que esta nova feição de trabalho e esta nova gestão associada ao Polo Naval, ao mesmo tempo em que é aprimorada e/ou modificada através das novas reivindicações do trabalho, também faz parte de um processo onde os próprios os atores dessa rede são constantemente convocados ou provocados a transformar/adaptar/reorganizar suas ações e suas estratégias de associação.

Como será visto, grande parte do texto deste capítulo concentra-se nas mediações e articulações que observei e presenciei através dos dirigentes sindicais, mas também há uma multiplicidade de vozes sendo evocadas para tentar interpretar de que forma a relação entre trabalho e conflito constitui outros nós desta rede e tece fios em diferentes espaços da teia aqui pesquisada.

O sindicato dos trabalhadores⁹⁰ em Rio Grande está obviamente inserido dentro de uma nova realidade sindical no Brasil, envolvendo principalmente as vertentes “cutista”⁹¹, mas também apresenta-se como um ator interessante, um elemento repleto de contradições complexas, como um mediador importante para se interpretar as diversas escalas deste universo de pesquisa. Primeiro, pela já citada “inexperiência” de seus agentes em um contexto novo da cidade reconfigurado pela indústria naval. Segundo, como consequência, reação e também motivo disso, por apresentar uma relação diferente com a classe patronal, percorrendo uma linha tênue que coloca o conflito, não só como práxis ou ação mas também como força e argumento de negociação potente.

O tema do trabalho e do conflito também nos leva, através da interpretação e etnografia destas relações, a uma série de visões e interpretações sobre os dois grandes consórcios que se instalaram em Rio Grande para construir as plataformas encomendadas pela Petrobrás. Essa diferença é marcada pela forma e pelas expressões que os trabalhadores utilizam-se para falar sobre elas, bem como pela minha

⁹⁰ Necessária distinção a ser feita, considerando que há, também, um sindicato patronal, como será visto adiante.

⁹¹ Dentre uma série de discussões clássicas, resalto aqui Paoli (2004) e Sader (1988). A primeira, ao falar do deslocamento desse novo sindicalismo nos termos de uma nova percepção enquanto classe. Para a autora, há uma mudança de um ponto em que o sindicalismo deixa de se ver como apenas a derivação de um lugar na estrutura para outra que passa a se identificar mais através de suas práticas enquanto trabalhadores e cidadãos. A contribuição de Sader também é fundamental por entender que este novo sindicalismo é também uma resposta ao que ele chama de anacronismo diante de um contexto industrial modernizante. Isto coloca o novo sindicalismo muito mais como um mediador de conflitos do que um conciliador. Ao mesmo tempo, Veras (2008) aponta para uma continuidade que exigia rupturas, e que essa expressão do “novo” tinha como característica principal o “proposito de mobilizar os trabalhadores em torno dos conflitos típicos dos processos de trabalho das grandes empresas, geralmente multinacionais (...) Esse “novo sindicalismo” cracterizar-se-ia pela rejeição da tutela do Estado e pelo empenho em realizar negociações coletivas ao nível das empresas”(Veras, 2008: 91)

observação dos eventos que pude presenciar durante o trabalho de campo. Ao mesmo tempo em que o trabalho é um valor para se afirmar e/ou se diferenciar enquanto profissional da área, é também tema principal para narrar as diferenças de gestão entre os dois grandes consórcios que se instalaram na cidade durante este período, a QUIP e a ECOVIX.

A complexidade de escalas e de níveis que se mostraram conectados durante a etnografia também exigiu, durante a confecção deste capítulo, uma tentativa de unir diferentes estilos da escrita etnográfica sem uma separação que não se dê somente pela formatação, mas também pela estilística do texto. Há, de certa forma, uma tentativa de se criar uma narrativa que seja hiper-estilística, e assim dê conta das diferentes escalas, conexões, tecelagens, aglutinações, tempos e espaços em que a etnografia proposta aqui foi capaz de circular e/ou fazer sentido.

Essa tentativa não deixa também de ser uma influência de anos de pesquisa em que estive vinculado ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais, sempre instigado a pensar e produzir conhecimento sobre a duração (muito mais que temporalidades) e suas diferentes abordagens teórico-epistemológicas ligadas principalmente ao tema do imaginário e da memória coletiva no espaço urbano moderno-contemporâneo⁹². O trabalho com as coleções etnográficas sempre acompanhou meu processo de reflexão e meus esquemas de pensamento, e seria impossível agora me desvincular desta reflexão por simplesmente escolhido outro universo e objeto de pesquisa.

4.1 O(s) Sindicato(s), representante(s) da(s) classe(s):

Uma manhã qualquer no Sindicato. Não, não era apenas uma manhã, e também não parecia que eu teria um dia comum. Recomeçando. Era uma manhã quente em um dia qualquer de novembro. De novo, me equivoco. Era uma manhã quente no final do mês de novembro. O ano de 2013 estava chegando ao fim e com ele a possível, provável, prevista e hiperbolizada onda de demissões da QUIP, que acabava de entregar

⁹² Para ver esse diálogo entre tempo, duração e escalas, também ver Lopo (2015)

a última plataforma encomendada pela Petrobrás, a P-58⁹³. O tamanho desse medo podia ser mensurado pela força tarefa realizada em conjunto com diversas instituições e órgãos governamentais no período em que o grande baque se aproximava. A Caixa Econômica Federal chegou a montar um posto avançado no andar superior do Sindicato para atender a demanda que se avistava no horizonte local, e uma força-tarefa em parceria com Ministério Público, Ministério do Trabalho, Prefeitura, Sindicato e uma série de ações foram tomadas visando diminuir o impacto de uma demissão em massa na cidade.

Antes disso, não posso esquecer de relatar com mais detalhes um contexto: a sede do sindicato. O local que abriga atualmente o QG dos representantes dos trabalhadores sofreu inúmeras transformações durante o período em que acompanhei suas atividades. No final deste espaço de tempo que foi circundado pela etnografia, depois de muitas observações, conversas, entrevistas e eventos presenciados, percebi que a sede nunca parou de sofrer transformações desde que esta gestão assumiu o comando.

Foi também numa quente manhã, mas no começo daquele mês de novembro, que visitei e conheci a sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte pela primeira vez. Logo na entrada já pude ver alguns trabalhadores que esperavam para serem chamados e acertarem seus processos de rescisão. No dia, o comentário que mais se ouvia entre os que ali estavam era sobre um comerciante morto (talvez por engano), em um assalto (um possível acerto de contas), na mesma avenida que fazia esquina com a rua onde a sede do sindicato estava localizada.

⁹³ Do tipo FPSO, a P-58 gerou, segundo dados da Petrobrás, 4.500 empregos diretos e 13.500 indiretos, alcançando cerca de 64% de índice de nacionalização. Segundo a empresa, a plataforma de quase 64 mil toneladas consegue atingir uma profundidade de 1.400m, acomodar 110 pessoas e tem capacidade para processar cerca de 180 mil barris/dia (<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/plataforma-p-58-entra-em-operacao-no-parque-das-baleias.htm>, em 5/06/2015, 17:15) A altura de uma plataforma como a P58 é de aproximadamente 119 metros de altura por 330 metros de comprimento, como mostra um vídeo institucional da empresa. (<https://www.youtube.com/watch?v=F71pvE5XUak> - em 12/12/2013)

Naquele tempo, a entrada se dava pela sala que a noite servia de garagem para os dois carros que fazem ainda parte da frota do sindicato. Um destes carros tem um potente sistema de alto-falantes, e foi citado muitas vezes como um dos orgulhos dessa atual gestão, sendo utilizado em quase todos eventos e paralisações em frente aos estaleiros. A fachada era dividida por três espaços. Tanto fora quanto dentro os tons predominantes (para não dizer únicos) eram o branco e o vermelho. O branco em alguns lugares cedia espaço ao bege, provavelmente consequência do tempo e da sujeira acumulada. Na primeira parte da fachada, um toldo vermelho relativamente novo com o nome atual do sindicato cobria a primeira entrada, que leva ao andar superior. Tanto a porta e a grade de metal eram vermelhas. Acima do novo toldo, havia um antigo cartaz com o antigo nome do sindicato, da era “pré-Polo Naval”, com o escrito “*Sind. dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas*”. Atualmente um novo toldo cobre toda a fachada do espaço, todo o nome do sindicato aparece por extenso junto ao e-mail e telefone escritos na cor branca com o fundo vermelho. Acima do toldo novo, um grande cartaz com letras em caixa alta, também brancas no fundo vermelho, com os escritos STIMMERG. Na primeira configuração, a porta de entrada estava no meio, dividindo a porta que levava ao andar superior da porta de garagem. Era no espaço da garagem, com cerca de 12 metros quadrados, que ficava a recepção (ao fundo, feita com aquelas “paredes” plásticas típicas de repartição pública), o bebedouro e três filas de cinco cadeiras de plástico. Na parede à direita, havia um desenho dos molhes (saída da Lagoa dos Patos para o oceano) que mostrava a P-53⁹⁴ saindo para o mar, com os dizeres “construindo o futuro”. Na outra parede, um mural com avisos, onde estavam presos reportagens, vagas de trabalho, orientações do MPT e do Sindicato quanto à rescisão do contrato, bem como anúncio de cursos. Atualmente, não há mais o portão de garagem, a fachada foi toda coberta com duas grandes faixas de pequenos azulejos (nas cores que vocês já devem imaginar), e há apenas duas portas. Onde estava a garagem, foi colocado uma grade branca, um recuo foi feito e uma porta “normal” colocada para servir como entrada principal. Dentro, um material que imita pequenos

⁹⁴ Primeira plataforma a ser finalizada nos canteiros da QUIP.

pedaços de granito (ou seria mármore, bauxita?) foi colocado na posição horizontal para



cobrir as paredes. A recepção agora fica em um espaço de cerca de 4 metros quadrados, coberto no exterior com um material semelhante ao das paredes, com uma coloração mais voltada para o marrom, situada logo à esquerda de quem entra. Uma bancada de mármore acolhe os braços, vozes e olhos dos trabalhadores que vão ao sindicato, bem como as conversas informais entre os funcionários, dirigentes e trabalhadores mais próximos. Na parede ao fundo, a passagem para o verdadeiro interior do sindicato está no mesmo local (canto esquerdo), mas agora possui uma clara e física separação, feita através de uma porta de vidro negro, onde também se vê um enorme decalque com o símbolo do sindicato. Na parede ao fundo também há uma TV com um receptor de alguma companhia de televisão a

cabo (ou via satélite). Não existem mais as cadeiras de plástico, e sim três filas de assentos ligados um ao outro, com apenas 5 lugares. Na parede a esquerda, após a recepção, uma foto ampliada com cerca de 60 centímetros de largura por 100 de altura, mostrando a clássica foto com três plataformas próximas aos canteiros da

ENGEVIX/ECOVIX: o casco da P-63 chegando da China para últimas finalizações, a P-58 e a P-55, que estavam sendo finalizada pela QUIP no espaço cedido pela ECOVIX⁹⁵.

Voltemos, então, àquele dia no final de novembro. Depois de um certo tempo acompanhando as atividades do sindicato, já conseguia circular pelos corredores e salas sem muitos impedimentos. Nesse momento eu já havia realizado uma visita/vistoria no estaleiro acompanhado do representante do SINAVAL, Krause, e acompanhado algumas reuniões para resolver alguns dos conflitos que emergiam constantemente. Especificamente, era o 27º dia de novembro, ainda no ano de 2013. Segundo Carla, estavam marcadas apenas 38 homologações para o dia, sendo destas 18 na parte da manhã. O número, que a primeira vista não parece ser pouco muito menos passível de ser precedido de um “apenas”, era pequeno perto da previsão que se fazia da futura onda de demissões.

Logo que cheguei ao sindicato, pela manhã, já pude presenciar uma das muitas situações que não cansariam de se repetir durante o restante da etnografia. Um grupo relativamente pequeno de trabalhadores⁹⁶, todos de fora do estado, estava reivindicando o pagamento da PIP (bonificação por periculosidade) e os cálculos corretos do VR (Vale Refeição). Laranjo, primeiro tesoureiro, resolve atender dois representantes do grupo, e me permite acompanhar a reunião. Os dois diziam que ainda não tinham recebido a parcela do último mês do PIP, e que para alguns ainda não aparecia no site da operadora de cartão do VR o pagamento. Laranjo tentava achar explicações, mas acabou justificando esse imprevisto à falta de organização da empresa e à uma troca de sistemas no pagamento dos VRs. Quanto ao caso do PIP, o sindicalista

⁹⁵ A P-55 foi a última plataforma de estilo submersível (sem as quatro bases flutuantes) feita no Brasil. A **IMG 11 - Fachada e carros sindicato** do casco, e somente a integração dos módulos foi realizada em Rio Grande. Fontes: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/plataforma-de-petroleo-p-63-e-concluida-em-rio-grande-rs.html> e <http://fatosedados.blogspot.com.br/2013/10/06/p-55-deixa-estaleiro-em-rio-grande-rumo-a-bacia-de-campos/>

⁹⁶ Novamente, uma questão interessante de tamanho e escala. No caso aqui narrado o número se aproximava de 10.

afirmava que o valor provavelmente seria pago ainda no final da semana, e repetia que “ninguém aqui é peru pra morrer na véspera”.

Em um primeiro momento, me pareceu estranho a postura de Sandro para com os trabalhadores, provavelmente, imaginava eu, por serem de fora. Eu ainda estava refletindo muito e tentando interpretar essa expressão solta à revelia e aos quatro ventos que justificava todo ato de preconceito e conflitos ao “choque cultural”. A grande questão para estes trabalhadores, que parecia não estar sendo considerada por Sandro é que todos ali já tinham passagem marcada de volta para suas respectivas cidades, e que qualquer imprevisto ocorrido com a QUIP seria difícil de ser resolvido a distância. Enquanto esperávamos algumas ligações que Sandro fazia para o RH da empresa, um dos muitos me contou, em um tom de conversa informal, que jamais havia presenciado tamanho descaso e tamanha bagunça com relação ao planejamento em toda sua vida no trecho. Além disso, conta que já morou no famoso “Carandirú”, e agora só estava esperando, em um hotel junto com os outros colegas, a sua homologação. Diz que só voltaria para o sul se esta fosse sua última opção, ressaltando que no trecho nunca falta trabalho pra quem quer trabalhar de verdade.

No mesmo ambiente, no corredor que dá acesso às salas do sindicato, o grupo continuava reunido, e assim que Laranjo se aproxima é interpelado por um dos integrantes afirmando a dificuldade de ter alguma certeza sabendo que todos vão embora da cidade na sexta, período em que Sandro estimou para o pagamento do que era devido. A resposta do representante sindical foi rápida, grossa e rasteira

- *“Cara, se eles não pagarem a gente bota no pau, vai pra justiça”.*

A pronta resposta do trabalhador me deixou deveras pensativo e começou a me mostrar, através do conflito, a especificidade do trabalho no trecho:

- *“Não vou botar no pau por causa de 400 pila meu velho. Eu dependo destas empresas pra trabalhar, o cara que se queima com uma nunca mais consegue nada, não faz mais trecho”.*

Sandro não soube muito bem o que dizer, mas sua expressão demonstrava a situação complicada em que se encontrava. Ao mesmo tempo em que se esforça para atender as solicitações dos trabalhadores, tendo na lei e na justiça uma das formas legais de luta, também não avaliava de forma mais profunda e experiente, naquele momento, a realidade da vida no trecho. Essa nova forma de lidar com o conflito e com as reivindicações políticas também faz parte de uma evidente transformação que pude perceber com o tempo em que acompanhei as lutas em prol dos trabalhadores.

A relação com o sindicato patronal, a SINAVAL, é parte dessa adaptação a uma nova e diferente forma de luta e de negociações. As tênues e sempre complicadas batalhas travadas entre mediadores (onde o sucesso pleno é praticamente uma utopia) é outro elemento de interessante reflexão que ao mesmo tempo ameaça e também reforça a legitimidade do sindicato junto aos trabalhadores.

É somente através dessa estranha e complexa articulação que os representantes dos trabalhadores alcançam (ou ao menos chegam perto de alcançar) conquistas importantes para a indústria naval local. Há uma diversidade de mediadores e intermediários que fazem parte desta teia/rede, articulando e dando condições para que estas escalas e níveis de luta se apresentem para a etnografia.

Antes, no entanto, gostaria de apresentar a trajetória do sindicato e de seus integrantes mais próximos a mim na etnografia, afim de entender que relações são essas e de que forma o conflito foi um elemento importante na consolidação desta nova gestão.

4.1.1 Um novo trabalho, uma nova luta, tecendo as redes do mito de fundação

Como o leitor pode ter talvez percebido (ao menos essa foi a minha humilde intenção) o sindicato também aparece como um ator em constante mutação nesta rede/teia do Polo Naval. A etnografia e a observação participante realizada no local me permitiram conectar e tecer fios interessantes para entender o processo com o qual eu estava tratando. Na sala de espera, pude conhecer e conversar com diversos trabalhadores em períodos tanto de admissão quanto de rescisão. No andar superior,

realizei um pequeno *survey* sobre as expectativas destes ‘trecheiros’ com relação ao futuro na cidade, bem como conheci e conversei com sujeitos que me mostraram, de maneira simples, o lado maravilhoso da liberdade e o triste percurso de solidão que a vida no trecho exige. Nas salas e no corredor ao fundo, presenciei reuniões com representantes de empresas, brigas e pequenos atritos envolvendo a gestão do sindicato, bem como momentos de jocosidade e sociabilidade recheados de masculinidade e alteridade. Foram nestas salas que tomei chimarrão com Sadi, Shrek, conversei com Benito, palpiti nas estratégias de parceria com uma chapa que estava disputando as eleições do sindicato dos rodoviários. Ouvi ligações de celular pedindo para que o sindicato tentasse diminuir, controlar ou até mesmo eliminar manifestações na chegada de Dilma para o lançamento da P-58 através de contatos pessoais. Nos corredores, fui convidado para jogar o futebol semanal, vi trabalhadores com olho roxo e com machucados sérios sem atestado para afastamento médico, entre tantos outros eventos. Enfim, presenciei e participei (com diferentes níveis de aproximação interação) de momentos que foram não só importantes para a pesquisa em si, mas também para a própria trajetória do local e dos atores que estavam envolvidos.

A primeira pessoa que me recebeu e começou a abrir essas portas foi Shrek. Não sei ainda se é por simpatia pessoal, mas Shrek sempre me pareceu o sindicalista mais experiente e mais acostumado com a práxis sindical que possui limites tênues entre negociação, conflito e subordinação à pequenas derrotas. No primeiro encontro com Shrek, acreditei estar falando com o presidente, Benito Gonçalves (que por sinal foi o último a ter uma relação de mais confiança comigo).

Dono de uma profusa barriga, com os cabelos curtos e barba sempre por fazer, Shrek carrega a imagem “clássica” do dirigente sindical, inspirado nas conquistas dos metalúrgicos do ABC que foram liderados por um tal de Lula. Shrek é o secretário geral do sindicato (essa teia com variados cargos e vozes decisórias). Logo que expliquei o motivo da minha visita ao local, começou a falar sobre a política diferenciada do sindicato, voltada para uma ação mais direta de mediação entre patrão e empregado, sem tentar deixar tudo nas mãos dos advogados, como fazem outros sindicatos. Ali,

como ele sempre ressaltou, a única política que funciona é da pressão na imagem das empresas, sempre ameaçada com uma possível greve e “baderna” na frente dos portões. Segundo Shrek, naquele momento, o Rio Grande do Sul era o estado com a maior visibilidade econômica, e cada notícia que sai de greve ou mobilização prejudica a imagem e nos futuros contratos com a Petrobrás, algo que os esquemas deflagrados na Operação Lava-Jato ajudaram a fazer posteriormente.

Shrek é talvez (para não dizer com certeza) o único que parece ter uma certa experiência mais direta específica com a luta sindical. Assim como muitos baianos, cariocas, pernambucanos, capixabas e até mesmo outros gaúchos, veio de outra cidade para trabalhar no Polo Naval. Natural de Guaíba, diz que está cansado da luta e que assim que terminar essa gestão, caso não sejam reeleitos, voltará pra sua terra natal.

Sua trajetória de ‘boca dura’, como ele mesmo se identifica, tem muito a ver com as dificuldades e lutas em ser um peão do trecho e de correr o trecho, sempre exposto à sacanagens dos empresários.

Então tá, deixa eu te falar. Vamos do começo. Eu, aos vinte anos de idade, comecei a correr trecho. O que é correr trecho? É comecei a trabalhar em empresa que tinha que viajar. Em todo o lugar onde eu fui, sempre procurei o sindicato local, pra me associar pelo tempo que eu tava ali. Claro que em alguns lugares nem tem, nem sempre consegue, mas aonde tinha eu sempre me associei, porque eu sempre acreditei que tinha que estar amparado por alguma instituição. E ao longo dos anos eu sempre fui um cara, como se diz na obra, boca-dura. Boca-dura em que sentido. No sentido do direito do cara, sabe. Eu sempre digo assim, aquilo que é teu eu não quero, mas aquilo que é meu, não abro mão, eu quero tudo. E infelizmente no mundo do trabalho nem sempre é assim. É verdade que tu encontra peão sacana, mas tem muito empresário sacana.

Eu já passei fome no trecho, já comi porque um companheiro lá do Sergipe repartiu a comida dele. Já trabalhei em empresa que fui contratado por um período de 30 dias no final da obra e no ato da contratação o cara me disse assim “Seguinte, tô te contratando porque eu preciso de um cara pra trabalhar, a pegada aqui é 7h30, largada é 21h30, tu quer? / Quero / Salário é tanto mais hora extra tanto / Dentro, tô dentro”. Trabalhei trinta dias, numa quinta-feira, cinco hora da tarde mandaram apresentar no escritório. “Nosso contrato termina hoje, segunda-feira vocês voltam pra receber a quita e o salario de vocês”. Voltei, a empresa tinha levantado os pano de bunda dela e nunca mais recebi. Pensa no que é isso aí. E assim, eu morava numa cidade e trabalhava noutra. Morava em Guaíba e morava em Porto Alegre. Levantava quatro e meia da manhã, e chegava em casa as vezes meia-noite e pouca, pegava as vezes o último ônibus da Guaíba.

Então, eu sei o que que o peão passa cara. Sou peão, e tenho orgulho de ser peão.

Toda a narrativa biográfica e trajetória de Shrek me foi narrada por ele sempre ligada à uma luta pelos direitos e por aquilo que é de direito de todo o trabalhador. Sua experiência adquirida no trecho e nas lutas, no entanto, não lhe confere uma certa sabedoria no que diz respeito aos elementos que estão em jogo nas diversas condições políticas e processuais que envolvem as demandas sindicais. A vida no trecho parece ser um capital simbólico que o diferencia de seus companheiros enquanto experiência de vida e aceitação de uma outra cultura de trabalho. Caldeireiro, Shrek começou sua vida em Rio Grande como funcionário da QUIP, e antes de entrar no sindicato ainda pode conhecer as entranhas das relações de trabalho que eram agenciadas na ECOVIX.

Já, eu era caldeireiro, trabalhei em caldeiraria no Paraná, em Santa Catarina, no Polo Petroquímico, outros lugares. E aí quando eu vim, eu vim por uma empresa terceirizada chamada Andrita, como caldeireiro montador. Vim pra ajudar a montar os caixote. Que a plataforma da QUIP era por caixote, aquelas de quatro pés, e vim montar eles.

(...)Saí da QUIP e fui pra ECOVIX, acabou o serviço, como é normal, e pulei pra ECOVIX. Fiquei um empo lá, até sair a eleição, nesse meio tempo pulei pra ECOVIX e fui montar os bloco dos navio.

Essa noção de rotatividade, típica do trabalho no trecho, parece ser muito mais comum e aceita por Shrek por já ter uma longa trajetória com este tipo de dinâmica. Sua relação com os trabalhadores de fora também parece, em certo sentido, um pouco menos conflituosa que seus colegas.

Ah já, porque a gente convive né. Aliás tenho grandes amigos meu que são do nordeste, que a gente trabalhava junto no trecho. Eu tô com 17 anos de trecho. Tenho amigos meu do nordeste que me visitavam, agora não porque vim pra cá, mas recebi muita visita na minha casa em Guaíba, tu é da região metropolitana, sabe que tem muito nordestino morando por lá, tenho muitos amigos. Do Sergipe, do Ceará, do Alagoas, tenho um grande amigo em Sapucaia, um amigo meu da Bahia que mora em Montenegro, a gente tem uma relação muito boa. Claro, essas pessoas carregam uma cultura diferente da nossa, cada um vive de um jeito né.

E tu acha que foi difícil da cidade aceitar?

Eu acho, eu acho. A cidade sofreu um choque, um choque muito grande. Até porque, a gente tem que ser verdadeiro. O trecho é cruel, ele traz tanto gente correta, até as mais torta, assassino, todo tipo de gente vem

pra cá. Vem no trecho, então ocorreram coisas que a comunidade não era acostumada. Teve um evento no Cassino, num dos verões, no forte da obra, que um pessoal tava tomando trago num boteco Domingo, e um cara passou com a esposa. E os caras começaram a mexer com a mulher dele. E o cara olhou e disse “o que que é? / não te mete não malandro, nós vamo aí e te arreentemo / beleza”. Pegou a mulher e foi pra casa, pegou um oitão e descarregou no bar, era peão saindo pra tudo quanto era lado. São coisas que geram um trauma na sociedade, que não é acostumada com isso. Tô dando um exemplo, de vários. Mulher caminhando na rua, mulher chegar por trás e puxar, não sei, o bustiê, e são coisas que não se faz. Mas aí te dizer, não é porque o cara é do Norte, do Nordeste, ou da Bahia que o cara faz isso aí, faz porque é pilantra. Nem todo mundo de lá faz isso aí, tem gente boa, tem gente boa lá. É que no trecho tu pega o melhor e o pior. E pra uma cidade do interior que não tinha esse tipo de coisa, é um absurdo, inadmissível, mas, é o preço que se paga pelo progresso.

Shrek também citou sua experiência em outras lutas. Na refinaria Alberto Pasqualini, liderou três movimentos, dentre eles uma grande greve da Bectel, empresa terceirizada, em que teve como parceiro e inspirador Nelsinho Metalúrgico, atualmente deputado estadual pela sigla do Partido dos Trabalhadores. Apesar dessa longa e vasta experiência nas lutas, reforçando sua condição de ‘boca-dura’, assim que chegou a Rio Grande Shrek estava certo de que não lutaria mais, que já estava cansado de tentar se firmar no meio sindical. Isso, segundo ele, foi impossível, tamanho o descaso com que se encontrava o sindicato.

Quando eu cheguei em Rio Grande eu disse pra minha mulher, já faz tantos anos que eu venho nessa luta aí, queria ser sindicalista, mas não fluía, eu falei “na boa, vou começar a mudar, tô ficando velho, tô com quase trinta anos, tá na hora de baixar a cabeça um pouco mais, fingir que não vê as coisas errada”. Só que tem coisa, Rafael, que tu nasce com ela, tu não consegue. Se tu nasceu pra aquilo ali tu vê uma coisa errada e não consegue ficar quieto.

Aí eu tô trabalhando naquilo ali, e comecei a fazer amizade com o pessoal aqui no Polo, e vim aqui me associar ao sindicato daqui. Cheguei aqui, tinha uma sala lá na frente, o presidente dormindo naquele sofá azul que tá ali, a guria me atendendo numa mesa, os computador cheio de plástico em cima, porque chovia, isso aqui era um galpão, e uma cachorrada correndo, de porta a fora. Isso aqui era só cachorro.

Para ele, essa inconformidade com a estrutura precária do sindicato foi o que levou a atual gestão a lutar por um órgão mais combatente e voltado para o trabalhador. Shrek conta que logo no primeiro contato que teve com a má

administração do sindicato já sentiu a velha vontade de começar a se organizar e lutar pelo peão

Sete anos, comecinho do Polo. Mais ou menos. Eu fiz a inscrição de sócio, apresentei minha carteira, meu crachá, ela (secretária) levou lá dentro pro cara, e ele "diz pra ele que vai ser avaliado". Ele disse aquilo falei "não entendi", veio dizer que vai ser avaliado. "Como assim, não tô te entendendo / não, o presidente vai avaliar tua ficha, ver se tu pode ser sócio", eu digo, "só um pouquinho, eu sou metalúrgico, minha carteira tá aqui, assinada, e não é a primeira assinatura, pode olhar que tem várias assinatura, eu sou metalúrgico e tá aqui meu crachá. Como ser avaliado? Eu quero ser sócio da instituição que me representa, isso aqui é meu, um direito meu / Não, não, aqui não funciona assim, quem determina quem vai ser sócio é o presidente / Negativo, tá errado / Não, mas aqui é assim". Voltei pra obra puto da cara, conversa vai e conversa vem, veio o dissídio, deu 6%, 6,8, se não me engano. Digo "quem viu a luta desse dissídio aí? / Ah, aqui não tem isso aí, sindicato aqui é vendido", peão falando, "isso eles determinam lá e deu / quem determina? / presidente / tá errado, presidente tem que minimamente vir aqui na frente, fazer uma assembleia, explicar pro trabalhador os direitos e os deveres dele, e dialogar. Pode ser 6,8, não tem problema, se for conquista do sindicato, mas o peão tem que participar / mas isso aqui nunca teve isso, isso não existe aqui". Chê, sei que o seguinte, digo então tá, vou fazer uma campanha aqui dentro pra não pagar a contribuição sindical pra esse cara. E comecei, só que a, eu fiz um abaixo assinado pros trabalhador não pagar, mas do ponto de vista da lei isso não vale. Pra tu não pagar uma contribuição sindical tu tem que ir tu pessoalmente lá com a cartinha e, né. Mas eu não queria prejudicar a instituição, minha ideia era gerar uma consciência nos trabalhador, que daquela forma ali sindicato não funcionava, sindicato é de luta. Se não for de luta não existe, acaba sendo uma mera instituição pra tu receber teu dinheiro.

Foi através de Sadi, atual vice-presidente do Sindicato e também Caldeireiro, que Shrek conheceu Benito, e a partir daí começaram a ser elaboradas novas estratégias para uma tomada do Sindicato por diferentes vias e meios.

Por lá, eu comecei também a fazer algum movimento dentro da empresa que eu trabalhava em prol de melhorias pros trabalhadores, e fui eleito CIPEIRO. E eu tinha assim, sempre tive, e não era a primeira vez que eu trabalhava lá, conhecia o dono, tinha uma relação respeitável com o dono, e eu consegui um canal de diálogo com ele bem interessante. Ele disse "cara, se for justo, eu sempre vou ceder, agora se não for, me desculpa". O caso é que a gente conseguiu em acordo com o patrão alguns benefícios pro trabalhador que eram muito interessante, como por exemplo na época, pra quem não tinha falta ou atestado um benefício a mais pelo salário. E o Sadi, que é nosso vice-presidente hoje, me conheceu ali, foi trabalhar com a gente ali e viu a minha luta. E o Sadi um dia me disse assim "cara, tu tem que conhecer uma pessoa aqui, tem um cara que tá mobilizando há muitos anos contra esse negão aí e não consegue". Que era o presidente do Sindicato, todo mundo chamava ele de negão, era um

baita de um negão, tamanho dessa porta. Eu disse “é mesmo? / é, quem sabe vocês não se unem? / ué, vamo conversar, vamo vê”. Um dia o Benito que é nosso presidente bateu lá em casa, “O Sadi me mandou aqui” / a aí, chega aí / cara, a situação é a seguinte: o cara lá não quer nada com nada, passa o dia dormindo, olhando pornografia no computador, não tem luta, não tem nada, eles fecham em quatro parede, tô tentando há quatro anos tentando derrubar esse cara, e não consigo porque eu não consigo mobilizar gente, eu tenho como entrar pra dentro do Sindicato e conseguir toda documentação que ele, por exemplo, não presta conta pros trabalhador, ninguém sabe onde tá indo esse dinheiro, consigo comprovante de que esse dinheiro tá sendo desviado.

Benito sempre foi, aos olhos de seus colegas, o ator mais “autorizado” para falar sobre a trajetória do sindicato. Durante as entrevistas e conversas que tive com outros integrantes, como Shrek, Sadi e Sandro, Benito sempre era apontado como o único capaz de dar alguma informação satisfatória sobre a história e o surgimento do sindicato a partir das lutas. Este surgimento e a redenção deste novo sindicato também é narrado e mediado através do conflito, como já pode ser percebido pela fala de Shrek. A transformação do espaço não se deu imediatamente após a chegada das empresas no Polo Naval, mas sim levou um longo tempo de articulações entre diferentes atores e instituições que tinham interesses em comuns.

Benito é, sem sombra de dúvidas, a figura pública do sindicato. Desde o começo da etnografia, mesmo que eu não dirigisse minha atenção e foco ao órgão em si, as reportagens de rádio, jornal e televisão sempre o procuravam quando o assunto eram os trabalhadores do Polo Naval. Na Universidade, em encontros promovidos pelo Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil, ou em outros programas da rádio FURG, ele era sempre a voz que bradava e denunciava as irregularidades pelas quais os trabalhadores dos estaleiros conviviam cotidianamente. Na III Festa do Trabalhador, organizada pelo Sindicato, era ele quem estava no palco ao lado do comunicador da Rádio Oceano FM, distribuindo prêmios e falando sobre as conquistas daquele ano. Durante a maioria de nossas conversas informais e até na entrevista, Benito sempre fez questão de dizer que nunca teve nenhum interesse político na presidência do Sindicato,

e que todas suas atitudes e compromissos eram voltadas para os seus “chefes” que, segundo ele, são os trabalhadores⁹⁷.

(...) tem que entender pra mim, primeira coisa, eu botei na minha cabeça que qualquer trabalhador que bate aqui é meu chefe. Ele é meu chefe e tenho obrigação de atender ele. Ele e nossos funcionários, qualquer funcionário que chega aqui também tem essa mentalidade.

Benito começou a trabalhar no Polo Naval como encarregado de atividades navais em 2005, mas iniciou sua trajetória e contato com o trabalho no estaleiro como motorista. Segundo ele, foi um dos primeiros de Rio Grande a ser empregado junto ao Polo, mesmo não sendo uma atividade especificamente voltada para as plataformas. Sua boa relação com os colegas de trabalho o levou a fazer parte da chapa de situação que estava concorrendo a um segundo mandato no sindicato. Conforme conta, já havia um acordo da própria Federação dos Metalúrgicos para tirá-lo do cargo, mas sua popularidade ajudou a reeleger o então presidente. Logo no começo do mandato Benito passou de suplente de diretoria para primeiro tesoureiro, devido as inúmeras desistências e abandonos dos outros integrantes.

(...) quando eu cheguei na tesouraria eu chamei ele numa sala e perguntei “tá, como é que funciona, cadê a conta da Caixa Econômica Federal, cadê as conta do banco, onde é que ficam as prestação de contas” e me surpreendi com a resposta dele que não tinha nada. Tinha o número da conta “tava” lá, e que eu não me preocupasse, que a minha função era assinar cheque e que eu não me preocupasse. Eu disse “olha, não é assim, tesouraria é um troço muito importante, tem que dar satisfação pra base, e quem não faz isso pode ir preso, responder processo por causa disso”, e que eu não ia fazer as coisas desse jeito. Aí ele começou a ameaçar, querer botar, que eu ia ser demitido, que não sei o que, que ele tinha contatos na empresa.

Conforme me contou, o presidente exigia que o carro do sindicato o levasse em casa todos os dias após o horário de serviço. Benito então fez uma cópia da chave e durante um período de dois meses, todos os dias após o expediente, escrutinou e investigou as contas, documentos, papéis e computadores do sindicato. Não surpreendido, confessa que achou notas fiscais frias escondidas em gavetas, histórico de

⁹⁷ Nas últimas eleições municipais da cidade Benito foi o vereador mais votado. Concorrendo pelo PT, somou 3.248 votos, que corresponderam a 2,94% de votos válidos. (fonte: TSE)

sites de encontro, viagens e passagens compradas pela internet, que obviamente não constavam nos gastos “oficiais”.

Aí fiquei dois meses dentro do sindicato, acabei arrumando uma confusão lá, um jeito de ser liberado, a empresa não me aguentou mais minha cara e me mandou embora, foi cavada, de propósito, e eu acabei vindo pra dentro do sindicato. E fiz cópia da chave do sindicato, e quando ele ia pra casa ele exigia que o carro do sindicato levasse ele e buscase. Eu me propus a isso. Eu levava ele pra casa e voltava pro sindicato. Aí comecei a desmanchar computador, copiar os HD, juntar todas as provas que eu tive.

Achei foto pornográfica no computador, tinha sites de encontro que ele passava o dia todo marcando, viagens, e passagens. Comecei a pegar notas fiscais escondidas na gaveta, tremenda irregularidade.

Mesmo sabendo de toda a situação, Benito teve que procurar Shrek e se utilizar das relações que tinha com a CUT e Federação dos Metalúrgicos para conseguir o apoio e contar com a mobilização dos trabalhadores. Ao narrar o primeiro encontro com Benito em sua casa, Shrek lembra como foi a conversa com o futuro presidente

“eu não consigo apresentar isso aí pros trabalhador, não tenho poder de mobilizar o povo”. Eu disse “então tá, que que tu precisa, é povo? Então faz tua parte da tua papelada que com povo é comigo. Precisa quantos caras? / ah, preciso de uns quarenta, cinquenta, sessenta, um ônibus / nós vamos botar, vamos pegar botar dois ônibus lá pra dentro.”. Benito entrou pra dentro do sindicato já meio que pressionado pela CUT pra tentar botar um cara da CUT, porque o Benito era um suplente lá embaixo da Chapa, era lá embaixo, e como os tesoureiro entravam aqui e não tinham acesso às conta. O presidente administrava assim ó, ele pegava um cheque, te chamava aqui e ó, “assina aí, todas as folhas / não, mas tu tá loco / quer ser tesoureiro assina aí, senão dou um jeito de te tirar fora”. Os cara assinavam, só que ninguém sabe pra onde ia o dinheiro. Aí o Benito começou a ir nos ou tido dos caras, e dizer “se der uma merda, tu vai pra cadeia. Porque se esse cara tá roubando, tá desviando, tu tá desviando junto / mas cara, tu assinou, tua rubrica tá lá”. Os cara começaram a pular fora, diretoria tudinho, e o Benito foi subindo, mas isso já combinado com a CUT, dois anos planejando isso aí.

Mas já era um sindicato da CUT?

Não, o Benito só era. O Sindicato era da CTB. Aí o, sei que conseguimos empossar o Benito e ele começou a fazer um trabalho de investigação. Bom, só pra ti ter uma ideia a maioria das nota fiscal não era nota, era recibo. E muitos deles eram só orçamento. Ele fazia orçamento e jogava como nota, e mandava a contadora contratada na época se virar. Sei que a gente conseguiu uma pilha de documento na época provando que o troço era falcatrua. Aí o Benito me chamou e falou “ó, ta na hora da assembleia / vai ser que dia? / tal dia / preciso que a gente junte um ônibus, vamos fazer uma vaca aí / não, o ônibus a CUT banca / então tá, zamborra”.

Metemo um ônibus e mais uma cacetada, tinha dois ou três ônibus aquele dia. O presidente..

Diante da situação, junto a outros trabalhadores e com o auxílio de um advogado, Benito então convocou uma assembleia em que pedia uma prestação de contas, onde deixaria claro que ele não tinha controle algum sobre gastos não explicados pelo atual presidente. O sujeito não apareceu na assembleia, e menos de duas semanas depois entregou uma carta de demissão com as chaves do sindicato, que foram logo trocadas por Benito. Segundo o atual presidente, o sindicato tinha um rombo de duzentos mil reais, seis funcionários fantasmas e nem sequer tinha sido regularizado na Receita Federal.

Só pra tu ter uma ideia, o sindicato tinha mais de duzentos mil reais de dívida e mais de seis funcionários fantasma de carteira assinada que não apareciam aqui. Eu tive que procurar essas pessoas, achar elas. E a gente achou, quase duzentos mil reais de desvio, que era o que tava dentro do orçamento, que era o que a gente conseguia ver, sem contar por fora. E as irregularidades, movemos um processo contra ele, eu tive que pedir quinze mil reais pra Federação pra pagar água e luz atrasada, ir na Receita Federal achar documentação porque nem documentação o sindicato tinha, era tudo atrasado, era tudo, funcionava porque ninguém fiscalizava, quando começou a obra, não tinha o foco.

Só de documentação, imposto lá, foram cento e poucos mil

Isso foi em que época?

Isso foi 2012 eu acho. A gente conseguiu regularizar o sindicato, pagar as dívidas com esse quinze mil emprestado da Federação, um caro que tinha praticamente só três rodas porque quando tu dobrava caía uma. E aí a gente foi atrás das informações e quando a gente conseguiu legalizar a gente chamou uma nova eleição. Meses depois, foi bem rápido. Aí montamos uma chapa nova, com gente do Polo, integrantes, um de cada setor, um de cada empresa, montamos uma chapa, fomos pra eleição, vencemos e de lá pra cá estamos no sindicato até hoje.

As contas de luz, água e os gastos com a demissão dos seis funcionários foram pagos com um empréstimo feito junto à Federação, e logo o órgão foi regularizado novas eleições foram chamadas, e Benito e sua chapa foram eleitos. Shrek contou com alguns detalhes como foi essa primeira assembleia, uma das primeiras com o apoio massivo dos peões:

“Fizemo” uma assembleia de emergência, e o cara tremia que nem vara verde, nunca na vida ele viu tanta gente dentro do sindicato. Porque as assembleias dele eram assembleia combinada, ele botava o edital, chamava dois, três peixe dele e contava como assembleia. Exigimos prestação de conta, deu ameaça de infarto nele, se fazendo de leitão. Aí sei que chegou na data, “tiremo” em assembleia uma data pra ele prestar as conta. Na data pra ele prestar as conta, se fez de doente e mandou o Benito. O Benito chegou com a pasta dessa altura de documento, e “tá aqui a prestação de conta dele, tá tudo errada essa merda, isso aqui é tudo falcatrua, tá aqui ó, recibo, cupom fiscal, tem nada aqui que seja documento legal. E tem mais, acho que tá sumindo dinheiro daqui porque na conta do sindicato não tem nada, uma mixaria no banco”. Sei que foi, foi, “pressionemo”, “pressionemo”, exigimos uma, como se chama, uma devassa nas conta, e dissemos pra ele, “vamos fazer um acordo com ele, tu abre mão do sindicato, a gente monta uma comissão de trabalhadores pra organizar as contas e abrir uma nova eleição, e a gente não te processa. Sai fora e deixa o trabalhador tomar conta do que é dele”. E vazou

Assim, se foi?

Sim, pra tu vê, o cu dele “tava” tão na reta, tão apavorado que ele se apertou todo e foi embora, assinou o documento e largou, mas “botemo” ele no pau igual, nem aí. Só que aí quando a junta entrou. A junta dos trabalhadores era liderada pelo Benito e pelo João, o João assume como presidente da junta, o Benito como tesoureiro da junta, e eu e Sadi e outros companheiros como diretores, representantes de fábrica. Ficou nove meses porque, a ideia era ficar três meses, e teve que ficar nove. Porque? Pedimos pra uma contadora fazer a tal da devassa nas contas, pra ver como “tava” a situação. Tinha cento e trinta mil parece na época que tinha sumido e ninguém sabia onde “tava”, tinha não sei quantos mil de dívida e o sindicato tinha, não lembro, lembro que pra pagar a folha do mês, água, luz, telefone, a junta pediu dezenove mil pra Federação dos Metalúrgicos pra botar as conta em ordem. Aí preparando a casa, ajeitando tudo, foram nove meses pra chamar uma nova eleição. “Fizemo” eleição, ganhamos e começamos a fazer o troço andar.

Dentre as primeiras e mais relevantes conquistas desta nova gestão, Benito ressalva a luta para conseguir modificar a contribuição sindical. Segundo me conta, antes o trabalhador era descontado duas vezes durante o ano, uma relativa a contribuição assistencial e outra a contribuição negocial. A contribuição negocial, segundo me contou, não é obrigatória e só deve ser paga no momento do desligamento do funcionário, se este não se opor. Mesmo arranjando uma certa “confusãozinha” com os outros órgãos que também se beneficiam do dinheiro que chega ao sindicato, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos

do Rio Grande do Sul (FTMRS/CUT), ficou decidido, através do acordo coletivo, que a contribuição não seria cobrada do trabalhador.

Ao mesmo tempo em que o sindicato recebeu apoio político e financeiro para iniciar uma nova era dentro dessa gestão, também era cobrado e respondia à CUT e FTMRS. Essa “confusãozinha” foi apenas uma das múltiplas relações de troca e favores que se estabelecem nessa rede de sindicatos e órgãos. Logo que comecei a frequentar e participar das pequenas e cotidianas reuniões do sindicato, pude perceber algumas articulações que eram exigidas e cobradas (nem sempre acatadas) pelos órgãos “superiores” na rede.

Um evento em que presenciei essa troca de pequenas obrigações e favores foi em novembro, quando a presidenta Dilma veio a Rio Grande para celebrar a saída da P-58. Eu estava na sala de reuniões do Sindicato, e Shrek mediava um encontro entre o contador de uma subcontratada da ECOVIX para resolver situações de irregularidades nas homologações e desligamentos⁹⁸, quando o sindicalista pediu licença para atender uma ligação. Quem ligava era, segundo Shrek, o “homem forte da Dilma”:

- Desculpa atender assim o telefone, mas a presidenta tá vindo aí, e agora me liga o homem forte da Dilma, porque os caras lá querem fazer uma manifestação nos pedágios, é gente nossa. Ontem nossos companheiros meteram fogo lá no pedágio.

Shrek então ligou para Ênio, o presidente do sindicato dos rodoviários, pedindo para que Ênio abrisse uma oportunidade e conversasse com o assessor de Dilma:

- Ênio, boa tarde. Chê, o homem da presidenta me ligou agora e tá apavorado rapaz. Que vocês aí, vocês tão reunido aí pra parar os pedágio amanhã. Tá, ele tá até aí pensando em ir falar com vocês. Tu tem como receber ele aí Ênio? Então me dá um tempo aí que vou fazer essa mediação e vou pedir pra ele ir aí falar contigo, me dá um tempo aí.

⁹⁸ Essa reunião será descrita no mais adiante neste mesmo capítulo.

A missão foi dada e foi cumprida. Não li nem ouvi nenhuma notícia sobre qualquer tipo de incidente, protesto ou paralisação da rodovia durante o evento em que Dilma falou sobre o futuro da indústria naval e as promessas de emprego para as próximas plataformas que seriam construídas na cidade.

Ao contrário, também houve momentos em que o Sindicato resolveu passar por cima da “hierarquia” desta rede e desafiar a autoridade dos órgãos tidos como superiores. No final de outubro de 2014, o STTIMERG resolveu apoiar a chapa de oposição que concorria ao mesmo Sindicato dos Rodoviários. Esse apoio, segundo me contou Sadi, tinha muito a ver com a luta dos trabalhadores metalúrgicos, pois esse era outro ramo que tinha ganhado força e sofrido impactos grande depois da chegada do Polo Naval a cidade⁹⁹. O sindicato dos metalúrgicos participou ativamente de barricadas em frente a empresa, e utilizou recursos próprios para elaborar e imprimir folhetos com as propostas da chapa que tinha como liderança Duduca, motorista da empresa de ônibus local, Noiva do Mar. Em um destes folhetos, a foto de Benito em cima de um caminhão em uma das greves a frente do estaleiro era seguida de um pequeno texto demonstrando o apoio a Chapa 2. Segundo conta Sadi, com orgulho, o STTIMERG acabou comprando uma briga com a CUT, que apoiava a situação.

Na sala de Sadi, ao fundo, e em frente a ela, estão Sadi, Better (Gilberto), Fábio e Duduca, motorista da Noiva do Mar. Sadi me cumprimenta e me diz que há mais uma coisa para colocar no meu trabalho, que o STIMMERM está agora apoiando uma chapa que concorrerá na eleição do Sindicato dos Rodoviários. Digo que peguei um folheto na entrada e pergunto como se deu essa parceria. Ele me explica que Duduca já conhecia o trabalho do STIMMERM e por meio de conhecidos, entre eles Benito, se aproximou do sindicato para pedir apoio. Essa política sindical é quase uma metáfora da política partidária. Siglas, representantes, Federações, Agrupamentos novos, velhos, dissidentes, etc... Sadi conta, com orgulho, que bateu de frente com a CUT, sua própria base, para apoiar a chapa 2, pois a Central queria apoiar outra chapa que, segundo ele, já está no poder há muito tempo e está ao lado do patrão.

No computador de Sadi está Fábio, montando o que virá a ser um jornal explicando melhor as propostas e reforçando a parceria. Até onde pude entender (e preferi nem perguntar), parte desse material, assim como adesivos que serão confeccionados, serão bancados pelo sindicato. Nesse momento, o fantasma de Mauss assopra ao meu ouvido algumas palavrinhas mas peço que ele

⁹⁹ Esse impacto deve-se tanto ao aumento populacional e de frotas de veículo na cidade quanto aos inúmeros coletivos privados das companhias locais que eram alugados pelas empresas para o transporte de seus funcionários. Circulava a informação/boato de que a empresa teria inclusive ampliado o aterro que servia de pátio devido à demanda de novos carros exigidos pelas empresas ligadas ao Polo Naval

fale baixo e não demonstre para meus interlocutores minha opinião sobre o assunto (Diário de campo dia 21 de outubro de 2014)

Essa política de aproximação com outras classes profissionais (impactadas ou não pelo Polo Naval) se repetiu, em época não muito distante, com o sindicato dos farmacêuticos. Em uma das minhas visitas ao Sindicato, no dia em que voltava para Porto Alegre, Sadi me pediu para que tentasse acompanhar, dar apoio e registrar a manifestação que ocorreria no centro da cidade ligada a este outro sindicato.

Com o tempo, pude perceber que a força e ímpeto inicial de apoio aos rodoviários foram diminuindo devido à falta de compromisso e inexperiência dos companheiros de chapa de Duduca, bem como algumas manobras políticas que se seguiram judicialmente com relação à eleição, adiada por inúmeras vezes.

Dentre muitas conquistas, outra vitória desta gestão que foi destacada por Benito em nossa entrevista foi o fato de que o sindicato conseguiu fazer com que o Sábado fosse pago não como um dia comum, mas sim como jornada extra em cem por cento. Na CLT, como conta Benito, apenas o Domingo é considerado como jornada extra e deve ser pago em dobro ao trabalhador. Após algumas disputas, e sabendo que havia uma demanda muito grande por jornada de trabalho aos Sábados, ficou acordado por convenção de que o Sábado também seria pago com remuneração dobrada.

A CLT diz que Domingo e feriado é cem por cento, nós queríamos o Sábado a cem por cento. Nós conseguimos em acordo coletivo garantir isso. Então praticamente uma pessoa que trabalha os quatro Sábados, faz uma horinha por dia, quase dobra o salário. Foi uma baita conquista da gente

Além disso, um elemento que também chama atenção pela especificidade das jornadas e feições do Polo Naval de Rio Grande, em particular, foi a conquista, também nesta gestão, de que no dia do pagamento (quinto dia útil do mês) os trabalhadores tivessem a tarde de folga. De uma certa forma, há uma relação direta desta e outras lutas para com o aumento populacional e financeiro na cidade. Durante os primeiros dias do mês, não foi incomum para mim encontrar filas gigantescas nos caixas-eletrônicos e um movimento anormal nos bancos da cidade. Segundo alguns trabalhadores e sindicalistas, há muitos trabalhadores de fora que transferem mais da

metade de seus ganhos para as famílias que não moram na cidade, e outros que preferem sempre ter o dinheiro em mãos do que em contas no banco. Nas palavras de Benito é um alívio

tu poder ter a tarde livre pra poder fazer depósito de banco, pagar as contas, sair com a família pra fazer o supermercado. Quem é de fora poder fazer uma transferência no DOC, que é uma coisa mais complicada. Pra tu ver cara, tem trabalhador, pra não te mentir acho que a maioria de trabalhador de fora, vai no banco e tem que passar metade do salario pra família.

Nesta gestão, segundo o presidente, o ticket-alimentação subiu de R\$ 80,00 para R\$ 360,00, o salario de ajudante foi de R\$ 560,00 para R\$ 1.060,00. Também foram acrescentados como benefícios dos trabalhadores do Polo Naval, como o auxílio-creche e o auxílio-funeral.

Todas estas conquistas apontadas por Benito são fruto, segundo ele mesmo, de muito esforço e podem ser consideradas gigantescas se considerarmos a inexperiência dos representantes dos trabalhadores na área. Esta inexperiência e a falta de habilidade para com algumas questões ligadas ao trabalho no trecho não é só um empecilho, mas também um ponto a favor na hora de negociar e de lidar com outros atores desta rede:

Sei que ainda é muito pouco, mas pra nossa experiência sindical que nós tínhamos, eles até dizem quando vamos pra uma negociação, eles não sabem se é a nossa falta de experiência e nossa pouca idade ajudou porque a gente não costuma cumprir protocolo. Então tem toda aquela cerimônia quando vai pra mesa de negociação de Vossa Excelência, o Sr. Com nós é no miguelão mesmo, não vai pagar essa porra eu paro mesmo caralho.

Benito, depois de um longo trabalho e tempo a frente do Sindicato, já reconhece que a natureza cíclica do trabalho no trecho exige uma diferente abordagem da instituição e dos trabalhadores locais. Há, segundo ele, uma ordem natural que acompanha esse tipo de emprego. Mesmo assim, considera que é parte da cultura da sua gestão lutar para que, mesmo com o ciclo, os empregos continuem a ser gerados em Rio Grande.

Nesse momento temos 2 plataformas no cais indo embora segunda-feira agora que vai deixar dois mil trabalhadores desempregados que é ordem natural do ramo off-shore. Que o pessoal ainda não tem a cultura, aqui no

Sul, e me incluo nessa. Nós temos a cultura de entrar numa empresa, fazer carreira, tentar dar o melhor pra aposentar, ganhar uma promoção. Não existe isso na off-shore. Quando tu é fichado tu vê “qual plataforma vou trabalhar? Ah, vou trabalhar na P-58. A P-58 vai embora quando? Até quando é teu emprego? Março do ano que vem”. No momento que a plataforma joga os cabos na água e sai pro rumo dela depois de pronta, nesse momento acabou teu emprego. Não tem, jamais uma empresa vai te manter de braços cruzados sem fazer nada por três quatro meses até esperar, ou ganhar uma nova concorrência e pegar um novo casco. Ela demite e contrata, demite e contrata, então assim, tua carteira de trabalho fica sempre entre fechada e aberta, fechada e aberta. Porque tu trabalha quatro cinco mês, um ano, dois anos, daqui a pouco uma plataforma se levar quatro anos atrasada tem um emprego de quatro anos. Se encostar outra plataforma em seguida eles te mantém, senão te mandam embora. E é uma cultura que depois, aí vai pra rede social, xingando, tu acaba também se envolvendo mesmo que, um dos únicos sindicatos que faz assistencialismo é o nosso. Não é prerrogativa do sindicato. Sindicato tem que brigar pelo direito do trabalhador, pela qualidade de vida dele e pela manutenção dos direitos dele. O fato da gente brigar por empregabilidade, posso te dizer com certeza que desde o começo da obra mais de quatro mil pessoas foram empregadas por esse sindicato. Nós empregamos mais que o SINE em Rio Grande, mais que o sistema AS, e não é prerrogativa do sindicato.

No momento em que eu tô ali, a pessoa chega, ao invés de reclamar do trabalho, do salario, da condição de trabalho, ela reclama que tá desempregada. Daí eu vou pro telefone e ali eu fico. Ligo pra lá, ligo pra cá. Quando eu digo que não aceito nada de empresa é até, digamos, entre aspas, porque o que eu aceito e cobro, peço o tempo inteiro são vagas. Isso pode meu telefone, pode pedir pra grampear, mexer na conta bancaria, vai achar dívida, isso vai achar, não tenho medo de nada. Agora se pegar uma gravação telefônica minha vai aparecer eu ligando pras empresas eu pedindo vaga. Por até que a gente sabe quando vai chegar os contratos. “Vai chegar a plataforma P-58.” Nós como sindicato somos avisados antes da empresa começar. Daí começa “tah, vão contratar quantos? Vamos contratar dois, três mil? Tá, quero umas 200, 300 vagas aí”. Porque aí a gente vai buscar aquele trabalhador que já tá qualificado, que tá aqui na cidade, desempregado. A gente faz uma triagem, dá uma preferencia pros que tão mais necessitado, os que tem problema em casa, tem filho com necessidade, tenta recolocar. E os mais interessados, mais qualificados vão primeiros, e daí vai num processo natural.

Essa prerrogativa de ir atrás de emprego também pode ser interpretada como uma consequência e uma forma de agir diante das relações que envolvem por um lado a necessidade de um trabalho fixo a longo prazo e por outro a inevitável rotatividade da indústria naval. O presidente do Sindicato acredita que ainda vai demorar para que o trabalhador local se acostume com essa periodicidade.

Acho que vai demorar, ainda vai. Eles não tão acostumado, vai demorar umas duas plataformas ainda. Tu olha pela rede social, as pessoas dizendo “cadê meu emprego, só balela, cadê o Polo naval de Rio Grande”. O Polo Naval do Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, Suape, não tem nada de diferente disso. É esse o quadrante deles, um processo natural de contratação, des-contratação, contratação, des-contratação. E aqui, só que lá eles já são acostumados a se chamar de peão de trecho. Porque o emprego naquele lugar para, mas em algum lugar do Brasil tá começando uma outra, e são migrantes, tão acostumado a viajar. Pessoal aqui do Sul não tá acostumado a deixar família e morar sete, oito meses pra fora. Já é diferente do pessoal de fora, não têm um mínimo problema.

Um outro ator do sindicato que também se coloca como alguém que briga pela dita empregabilidade e que circula muito bem nesta teia/rede é Sandro Laranjo. Foi através dele que pude perceber e vivenciar de perto essa busca por novas oportunidades e esse embate cara a cara com as empresas para tentar melhorar as condições de emprego e de vida dos trabalhadores.

4.1.2 – Laranjo e o outro lado da ponte: da circulação das cidades à questão das terceirizações

Sandro Laranjo (que comumente é chamado só pelo sobrenome, que por um tempo pensei ser apelido) também é natural de Rio Grande, tendo trabalhado em diversas outras áreas antes de entrar no Polo Naval. Sua relação com a cidade vizinha vem dos tempos em que teve lanchonete e também oficina mecânica no Norte (como todos chamam a pequena cidade vizinha, São José do Norte). Sandro sempre se mostrou extremamente combativo e efetivamente ativo dentro do sindicato. Baixo, com ralos cabelos brancos e uma voz constantemente rouca, começou a trabalhar no Polo Naval como eletricitista. Durante nossas conversas e principalmente quando o entrevistei, me deixou bem claro que não é um “trecheiro”.

Como eu falei pra ti, eu tenho tanta função, fiz tanta coisa, conheço tanta gente, que eu ficaria aqui. Eu sou daqui. Não sou trecheiro, não nasci pra isso. Até fico assim, tiro o chapéu pros camarada que conseguem sair e deixar família. Eu tenho 6 filho, minha mulher, eu sou de serviço pra casa, de casa pro serviço, não sou de sair. Claro que viaja muito, mas não passa de 3 dias fora. E mesmo assim sinto uma falta do cacete das minhas crianças, eu com certeza ia ficar aqui. Abri um negócio aqui pra mim, uma elétrica, arrumar geladeira, fogão, Marido de Aluguel, sei fazer tudo, vou de marido de aluguel. Mas eu ia ficar em Rio Grande, ia sair não. Sempre se encaixa num canto

Como me contou, trabalhou anos na distribuidora Ipiranga, que existe até hoje na cidade e faz parte da refinaria que também está em uma área próxima ao Polo Naval. Na época, como narra, Laranjo nem sequer sabia muita coisa sobre a QUIP, que ficava a poucos metros da frente de sua casa¹⁰⁰.

Na verdade no Polo Naval eu entrei em 2006, eu trabalhei sempre na, não trabalhava no Polo Naval, trabalhava na Ipiranga ali, no caso, encarregado de pintura essas coisas. Na distribuidora, não na refinaria, trabalhei dez anos ali. O salário era fraquíssimo. Cara, eu ganhava, pra tu ter noção, tipo assim, hoje, um pintor ganhava 1500 eu ganhava 1600 de encarregado, era cruel. Tanto foi que eu peguei assim, e disse “vô sair for a disso aí, bah, não aguento mais o serviço, não tava vendo grandes ganhos assim né, peguei e chutei o balde, digo vô me embora”. Bah, na época minha esposa, a patroa, me falou, né, “cara, como é que tu vai sair de um emprego assim, sem ter um outro em vista, tu com seis filhos”, eu disse “pô, não sou vagabundo, graças a Deus, vou dar meus pulos e vou trabalhar, e nisso chegou o Polo Naval em Rio Grande.

Aí eu tinha um camarada que ele era, ele era dono de uma empresa, HIPERPOWER, lá dentro da distribuidora, ele prestava serviço de elétrica, e ele sabia que eu tinha tirado curso de elétrica já, e ele pegou um serviço pra fazer na QUIP. Não deu acho que uns vinte dias que eu tava desempregado, tinha metido os papel do seguro-desemprego, e o cara foi lá em casa: “Tá e aí Laranjo, não quer trabalhar comigo? Peguei um serviço ali na QUIP, bem na frente da tua casa ali”, e eu “Que QUIP, que que é isso aí?”. “Ah uma empresa nova aí, do Polo Naval”, digo “Ah, vamo lá cara”. Até brinquei com ele “Ah, não da pra tu não me assinar a carteira, pra eu ficar ganhando o seguro?”, ele “não, não pode, ali tem que apresentar tudo certinho”, falei “vamo lá”, “mas vou ter que te botar de ajudante de eletricista porque tu não tem experiência na carteira”, falei “não, vamo lá cara, vamo lá, tranquilo”. Aí trabalhei dois meses e quinze dias com ele.

Ai nisso, tinha o Neri, que era o supervisor, da QUIP, que comandava a empresa, que mandava a gente fazer o serviço. Pegou a HIPERPOWER ali, tinha a HIPERPOWER, tinha o encarregado e tinha o supervisor que era da QUIP mesmo que mandava fazer o serviço né, que olhava o serviço do cara. Trabalhei dois meses e quinze dias, numa área lá, com todo mundo. Porque daí teve uma ordem que os funcionário era pra ser tudo QUIP mesmo, não era pra terceirizar. Pensei, “tá, vou embora, pegar minhas coisas e ir pro seguro-desemprego de novo”. Não deu 3 dias tava em casa e me ligaram da QUIP: “cara, o chefe, tá me ligando perguntando se tu não quer trabalhar conosco, na QUIP mesmo, empresa”. Cara, eu tinha pego um serviço de biscate pra fazer negão, tava sentando umas lajota, disse “não da pra fazer o serviço antes?”, o cara disse que não. Não deu outra, larguei o serviço, dei pra outro fazer e fui pra lá, aí peguei de

¹⁰⁰ Como será mostrado adiante, Laranjo mora em um bairro que faz divisa com os canteiros da antiga QUIP.

eletricista de manutenção, passei de auxiliar pra eletricista de manutenção.

Na época cara, era bom de trabalhar na QUIP. A Quip, na verdade no início da P-53 era bem melhor do que agora, não sei, se era a gestão, os gestores, algo assim, os cara não tinham ruim. O pagamento se era Domingo na Sexta tava na conta. Era de manhã já tava na conta. Hoje tu vai trabalhar na CQG, naquele lugar, o salario só entra de tarde, o bagulho vai piorando né. E trabalhei um ano e pouco eu acho, aí passei pra eletricista FC, aí depois passei pra mestre de elétrica. Aí sim entrei pro Sindicato, peguei uma promoção e passei pro Sindicato. Aí foi que eu me ralei.

Interessante notar que a forma de entrada na empresa se deu, como na maioria dos casos, através de um contato pessoal. A forma de agenciamento das redes e das relações pessoais sempre se apresentou na etnografia como importante, ou até mesmo fundamental, para a contratação de funcionários e montagem de equipes nos estaleiros. Independente da fase, tamanho ou necessidade da obra, Laranjo é mais um caso de contratação que se deu de maneira informal e pessoal.

E foi essa “capacidade articuladora” de Laranjo que me mostrou faces e eventos ligados ao Polo naval de diferentes lugares. A primeira vez que vi Sandro “em ação” foi tentando resolver pendências com uma empresa de pintura chamada BRUANC (a mesma citada por Claudio que tentou lhe dar um calote), que acabou aparecendo como uma grande vilã no trabalho de campo também em relatos de trabalhadores, jornais do sindicato e conversas informais. A empresa, segundo contou Laranjo, fechou as portas em Rio Grande, decretou falência e fechou seus escritórios no Rio de Janeiro sem pagar a segunda parte do décimo-terceiro salário, Fundo de Garantia e multa rescisória de contrato. Ele anotou o nome e contato de todos os trabalhadores envolvidos, e conseguiu o telefone da contadora da empresa. O problema foi resolvido, como outros, mas Sandro conta com orgulho de sua conquista:

Tipo, várias empresas. A BRUANC mesmo que foi 150 peão, que botaram pra rua e não iam pagar ninguém. Cara, eu fui um que eu assumi a bronca todinha. Eu fui lá na QUIP, a QUIP pagou, eu fiz as 150 homologações, lá em cima do sindicato, encerrei um por um, muitos que nem tinha mais de um ano de casa, eu tomei o bagulho, eu sou muito assim de, dessa parte, eu gosto de ajudar cara, então, tem muita coisa que já me marcou, então normalmente as empresas vazam e deixam os cara mal, eu entro e vou com tudo pra cima deles.

Este “ir com tudo pra cima deles” funciona sempre como um certo tipo de capital simbólico que reforça e auxilia no reconhecimento do Sindicato, como também é uma das muitas estratégias e formas de negociação que fazem com que o sindicato permaneça sempre em uma posição delicada nos espaços de mediação entre a empresa e os trabalhadores. Há uma dupla e ambígua visão. Para as empresas, o sindicato muitas vezes é visto como intransigente e impaciente. Poucos foram os contatos que presenciei entre representantes dos patrões e sindicalistas em que não tivesse algum tipo de referência à falta de paciência dos trabalhadores como uma estratégia argumentativa. Por outro, a visão de um sindicato que cede às pressões da empresa e que não avança em suas conquistas por vezes aparece em vozes contrárias e/ou em momentos de crise. Além disso, Laranjo, bem como outros dirigentes sindicais, sempre ressaltou que o povo riograndino ainda tinha muito a aprender com o espírito de luta e união dos baianos, de que pra ganhar alguma coisa com relação aos direitos trabalhistas é preciso “parar mesmo”

Esse pessoal acho que foi bom. Porque ensinou bastante gente aqui né, um pouco da cultura deles, que os cara chamam trecheiro, que aqui em Rio Grande não acontece isso. Se nós chegar aqui em Rio Grande e falar “cara, nós vamos parar a obra de vocês hoje aí por melhorias”. O cara que é rio-grandino ele não para. Ele passa por cima de ti e entra, porque, o camarada que ganhava 600 pila pra trabalhar num outro setor, não desmerecendo, mas tipo eu, que questionei faz pouco tempo. Eu era encarregado, ganhava menos que ganha um esmerilhador hoje do Polo Naval. Então esse camarada ele tem uma postura diferente do cara que é trechero. O camarada chega ali e “pô sindicato, não vou parar, se eu paro os cara vão me botar na rua, vai ficar ruim, tenho família lá cara”. O trechero não cara, o trechero “quer me botar pra rua vão botar, não quero nem saber, depois vou pro Rio, pra São Paulo, tenho emprego em qualquer lugar”, então os caras são de luta né, e esse camarada de Rio Grande não. Isso aí eles trouxeram pro rio-grandino. Hoje em dia o rio-grandino sabe muita coisa, o cara sabe que pra ganhar alguma coisa tem que lutar mesmo.

Novamente, aparece uma ambiguidade, que se apresenta através das relações entre a capacidade de luta e a empregabilidade no trecho, que coloca diferentes limites em situações onde é possível investir ou não no conflito para com a empresa.



IMG 12 - Sandro circula pelo bairro e mostra local onde nova casa será erguida

Porém, há outro episódio em que Sandro mostrou ser um importante mediador nesta rede/teia do Polo Naval na cidade de Rio Grande. Devido a um incêndio, uma jovem perdeu a casa em que vivia com os três filhos. A habitação ficava no Bairro Getúlio Vargas, próximo ao pátio do estaleiro da QGI. O irmão da moça era vizinho de Sandro, e a família já havia perdido dois homens para a pesca recentemente. Diante da situação, e próximo a família da moça, Sandro articulou seus contatos para conseguir material de construção com ferragens parceiras do sindicato. Ligou para o gerente de almoxarifado da antiga QUIP (atual QGI) pedindo doação de eletrodomésticos e utensílios usados que estavam parados no galpão da empresa desde que deixaram de ser utilizados nas antigas casas e alojamentos providenciados pelo consórcio. Depois de dois ou três dias, a obra começou com a ajuda de 3 amigos do bairro onde Sandro mora, o Santa Tereza. O bairro é ao lado do estaleiro da QGI e tem nos limites do seu território o encontro com a Lagoa dos Patos. O lugar escolhido para erguer a nova moradia foi exatamente os fundos do bairro, que já estava, há tempos, tomado por uma nova

configuração. Vias formadas pelo espaço entre os novos casebres de madeira apenas permitiam a passagem de um veículo por vez, e se podia perceber, ao adentrar no local, que muitas casas ali estavam sendo erguidas pela primeira vez ou então sendo reformadas. A casa de Sandro era próxima ao local, mas fazia frente para a rua principal do bairro, no limite com o pátio da fábrica. Do espaço onde estava a pequena casa com partes doadas, era necessário uma pequena caminhada entre muros e corredores de tijolo a vista para chegar até o lar de Laranjo. Em quase todas as casas na rua principal tremulavam bandeiras do PT (devido a proximidade da eleição), o que era explicado, segundo Sandro, pela eleição de um vereador nas últimas eleições que surgiu como líder comunitário do bairro. Enquanto me mostrava o andar superior que estava construindo para sua casa, onde ficaria o bar e seu novo quarto, me contava sobre as lutas para que o bairro não sofresse tanto os impactos da chegada da QUIP, além de me mostrar a visão privilegiada que tinha do pátio do estaleiro.

Quando estávamos no espaço destinado à pequena nova casa que estava erguendo para sua futura vizinha, Sandro apontou para pequenas marcas no chão que mostravam as antigas casas que ali estavam. Me contou, entre uma martelada e outra, que o espaço era parte do bairro até ser desapropriado para que fosse feita uma via rápida que desse acesso fácil ao pátio do estaleiro. A maioria das pessoas foi realocada para um novo bairro, longe do centro e próximo a estrada que liga Pelotas e Rio Grande. Durante a pesquisa de campo, não foram poucas as reportagens que mostravam na TV pessoas sendo atingidas por veículos em alta velocidade ou reclamando das péssimas condições que viviam no bairro Cidade Águia.

As obras de remoção para megaprojetos são um dos muitos impactos socioambientais ligados aos grandes projetos, não sendo diferente em Rio Grande. Caio Floriano Santos e Marcela de Avellar Mascarello (2015), ambos integrantes do Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil da FURG, analisam estes conflitos sobre a perspectiva dos termos de remoção e deslocamento compulsórios. Com um trabalho extensivo de mapeamento de conflitos socioambientais na cidade de Rio

Grande e região, o Observatório encontrou 8 conflitos ligados a habitação de um total 49 entre os anos de 2011 e 2012¹⁰¹.

Também há relatórios elaborados sobre os impactos e violações ao direito à cidade operados a partir da implementação do Polo Naval na cidade de Rio Grande. A Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA Brasil) realizou duas curtas missões de estudos em bairros afetados pelos empreendimentos do Polo Naval e do Super Porto, a primeira nos dias de 18 e 19 de novembro de 2007 e a outra entre os dias 22 e 23 de novembro de 2012. O Centro de Direitos Econômicos e Sociais também publicou, em 2013, um relatório com o título *Violações ao Direito à Cidade e à Moradia Decorrentes de Megaprojetos de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul*.

Tanto no relatório publicado em 2007 quanto em 2013, há relatos de diversos impactos com relação a comunidade que ainda vive de pesca próxima aos estaleiros e também problemas relativos ao deslocamento de parte destas famílias para o Cidade Águia. Quanto ao Santa Tereza, o relatório afirma

O bairro Santa Tereza é outra comunidade que conta com 100 anos de existência. Inclusive, as primeiras casas que foram construídas no local foram as denominadas “casas pretas” erguidas pela própria superintendência do porto em benefício de seus funcionários. Assim, grande parte das posses vem passando de geração para geração. As informações colhidas dão conta de que serão removidas 186 famílias, inclusive, já cadastradas pela Prefeitura municipal, sendo que dessas, 50 já foram reassentadas em Cidade Águia. A área a ser removida será utilizada para ampliação da empresa QUIP que já está instalada em área lideira à comunidade.

A Prefeitura municipal também está encarregada de elaborar o projeto de reassentamento. Nesse sentido, conseguiu junto ao Porto a liberação de área junto ao próprio bairro e com recursos públicos federais a empresa contratada já está construindo casas geminadas na localidade. Essas casas contam com metragem de 36m². Os moradores não concordam com a metragem de área para moradia, tendo em vista que atualmente muitas famílias moram em áreas em muitos casos 5 vezes maiores que essas.

Nesse mesmo bairro existe uma grande comunidade pesqueira que dizem que não conseguem sair pelo canal para pescar em função das obras da empresa QUIP que assorearam o referido canal, prejudicando a pequena navegação.

Importante referir que na área da empresa e que fica em frente a comunidade, a qual era ocupada

¹⁰¹ Como é citado em Santos & Machado (2013), o Observatório baseia quase toda sua busca no acompanhamento de meios de comunicação, principalmente os periódicos locais.

pela comunidade, havia uma praça e um campo de futebol, os quais agora sediam área privada da empresa. (Dhesca, 2013:11)

Quanto ao bairro Cidade Águeda, tanto o relatório de 2007 quanto o de 2013 também aponta uma série de dificuldades encontradas pelos moradores do local. No documento publicado em 2007, já era visível para os agentes públicos envolvidos na avaliação problemas referentes à localização e conversa com a comunidade alvo:

Com relação à produção, o loteamento “Cidade de Águeda” traduz a forma como o poder público aplica seus investimentos: um loteamento produzido a 14 km do centro da cidade, com 564 lotes ocupados com moradias de 25m² e graves problemas estruturais cujo projeto não dialoga com o perfil socioeconômico das famílias que para lá foram deslocadas.

Durante a pesquisa, foram identificadas ações para a regularização fundiária, envolvendo as atividades de levantamentos cadastrais e sociais necessários ao processo sem, no entanto, identificar ações públicas, normativas ou institucionais, direcionadas ao reconhecimento das posses dessas famílias ou ainda projetos de qualificação urbana dos assentamentos. Na legislação pesquisada, foram identificadas diretrizes gerais para a regularização fundiária que não garantem os processos de reconhecimento da posse e colocando a cargo das comunidades o avanço do processo de regularização de áreas privadas ao estipular prazo para que elaborem os planos de urbanização, sem mencionar a responsabilidade dos proprietários ou loteadores. (Dhesca, 2007:19)

Em 2013, não foi surpresa constar na publicação que foram encontradas irregularidades com relação à metragem mínima utilizada para construção das habitações, obras inacabadas, questões relativas à falta de saneamento e infraestrutura, além de citar que muitas das casas já desabaram e/ou já apresentavam rachaduras em menos de 7 anos.

A Cidade de Águeda é um loteamento público municipal que se localiza na entrada da cidade do Rio Grande, fora da área central, portanto. Esse local serve para direcionar a maioria dos reassentamentos realizados na cidade e as remoções por força da expansão portuária estão nessa lógica. As unidades habitacionais construídas com recursos da Caixa Econômica Federal apresentam inúmeras deficiências, tais como uma metragem quadrada absurdamente mínima de 27m², inacabadas, sem infra-estrutura alguma de arruamento, esgoto pluvial e cloacal e serviços em geral. Muitas casas já desabaram, e algumas apresentam, rachaduras. Em 2005 foram transferidas para o local 300 famílias que habitavam o bairro Santa Tereza e Bosque.

No local existe o interesse do município em construir 3.000 lotes. Os contratos atuais tinham de ser pagos, sendo que os moradores conseguiram isenção por força do estado das casas, tendo sido quitados ITBI e taxas de registro em cartório. Atualmente no local existe um CRAS, uma escola e Posto de Saúde. As linhas dos ônibus não transitam no local.

A Cidade de Águeda é uma forte candidata a receber inúmeras famílias a serem reassentadas por consequência da expansão portuária. Atualmente estão sendo construídas com recursos do governo federal, 300 unidades habitacionais, em projeto que conta com 3.450.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), aproximadamente 11.000,00 (onze mil) por casa, sendo cada

uma de 27 m² erguidas em terrenos de 6x20m.

Em visita a Promotoria de Justiça, foi relatado que o Prefeito responsável pela construção das casas está sendo processado criminalmente por crime ambiental, já que o loteamento foi entregue sem esgotamento pluvial e cloacal, contrário a Lei 6.766/79 que trata do parcelamento do solo urbano. (Dhesca, 2013:13)

Um caso famoso narrado por Laranjo é de um ex-comerciante do bairro, mais velho, conhecido pela maioria dos moradores do Santa Tereza. Sabendo da futura remoção para o Águeda, o senhor se adiantou na mudança e antes da maioria dos vizinhos conseguiu seu espaço para morar e fazer seu comércio no novo bairro. Atualmente, como fala Laranjo, está em uma cadeira de rodas sem conseguir falar e “se cagando todo nas fraldas”, devido a um assalto que sofreu pouco depois de chegar ao novo endereço.



IMG 13 - Ruas e paisagem do bairro Santa Tereza

No mesmo espaço onde estava sendo erguida a nova casa Sandro também apontou para a garagem de um vizinho que está próxima da habitação, e contou que teve que ir tirar satisfações com o dono do espaço, pois este estava reclamando aos

seus conhecidos que não queria que a nova habitação prejudicasse a entrada e saída do veículo. Logo que viu uma oportunidade, ao encontrar o senhor no bar, perguntou a ele qual era o problema com a casa, e levou o senhor até o espaço para mostrar, pessoalmente, que sua propriedade não ficaria prejudicada.

Laranjo parece ser alguém muito conhecido no Santa Tereza e no Bairro Getúlio Vargas. Essa capacidade de articular diferentes relações pessoais também se expande para a cidade vizinha, São José do Norte.

Pouco tempo após a Estaleiros do Brasil começar a executar o projeto de sua planta em São José do Norte, o Sindicato decidiu abrir uma sede satélite na cidade. A minha primeira visita a esta pequena vila conhecida por sua economia extremamente baseada no plantio de cebola e na pesca se deu por intermédio de Sandro. Chovia muito, e além do representante sindical quem também nos acompanhava era Claudio, um ex-trabalhador da QUIP que estava indo dirigir o carro do sindicato, numa conhecida e nenhum pouco velada troca de favores que é muito comum nas relações não-mediadas por dinheiro. Apesar de ser conhecido e articulado, Sandro não sabe dirigir, e precisa de alguém que o leve até a sede do EBR para falar pessoalmente com o chefe do RH.

Carlos me contou que estava se formando em Direito, e que trabalhou muito tempo no Polo como técnico de meio-ambiente. Segundo afirmou, foi demitido após ter aceitado a doação de uma lata de tinta de três litros. Seu chefe tentou defendê-lo, mas o supervisor (que era mal visto pela maioria dos peões), o mandou para rua. Carlos me disse que tem toda a reunião e a conversa gravada, e que agora está entrando na justiça contra a empresa. Como muitos, pediu ajuda ao sindicato para que seu currículo fosse enviado à EBR. Assim como ele, vi no dia três conhecidos/amigos de Sandro o interpelando com o mesmo pedido. Para Laranjo, esse é um dos mais importantes reconhecimentos do seu trabalho, e o que dá mais força para continuar lutando

Cara, assim ó, o que mais engrandece o cara, que mais dá força de trabalhar é quando tu faz uma coisa dessa e um camarada chega na tua casa, que eu cansei de acontecer de fazer isso comigo. Como eu tô dizendo pra ti que tô no Polo Naval desde 2006, tenho muito

conhecimento, conheço muita gente, já passei, trabalhei com vários, e o camarada chega lá na minha casa “ô Sandrinho, vim aqui te agradecer, minha família “tava” passando fome véio, tu conseguiu um emprego pra mim, e conseguiu que a empresa me pagasse, cara hoje eu tenho que te agradecer. Tu visse hoje, aqui, “Sandrinho, ta precisando de alguma coisa, queres ajuda aí, que que tá precisando, vou aí te ajudar”, isso aí é que dá força pro cara trabalhar, entendesse?

Tipo esse camarada aí, qual foi. Ah, o rapaz aqui, da RVT, um senhor de idade. Agora a pouco tempo “tava” no centro ali e o cara veio me cumprimentar. “Ô seu Laranjo, tudo bom?”, o cara veio com a roupa da RVT, o cara veio “ah, vim agradecer, muito obrigado, tu se lembra de mim?”, eu disse “ah cara, desculpa, trabalho com tanta gente, não lembro, mas se o senhor me ajudar a refrescar as ideias aí”. Sabe o que que eu fiz pro cara? Olha só, não lembrava: o cara foi lá no sindicato, que a RVT ligou pra mim, que sabem que eu gosto de fazer essas coisas, “Sandro, tô precisando de cem camaradas aí, cem funcionário nós vamo botar”, perto do Natal negão, era dia 15, 20, de dezembro, do outro ano, retrasado acho que foi. Eu digo assim “ta, mas qual a preferencia, que que tu quer”, o cara “não, cara, pra tu não dizer que eu não dou chance pra tu conseguir emprego, vou fazer o seguinte, pode ser até cara que nunca tenha assinado carteira, que nunca tenha trabalhado, que eu vou te dar preferencia”. Cara, era gente vindo lá, eu carimbava e mandava lá, mandava lá. Esse camarada veio de São José do Norte, foi lá em Rio Grande e “o fulano disse pra mim que o senhor tá conseguindo vaga, não sei o que, eu to terminando meu curso de técnico de segurança, queria pegar de técnico”, eu disse “não meu amigo, vou dizer uma coisa pro senhor, as vagas aqui que tem hoje é pra ajudante, mas eu posso te dar um conselho: pega de ajudante, lá dentro o senhor pode ser promovido, o senhor vai fazer o seu serviço, se promove, o importante é o senhor entrar”. Foi o que aconteceu, o camarada me parou há pouco tempo aqui cara, faz dois anos, “pô, tenho que te agradecer, sabe o que que eu sou hoje? Técnico de segurança, graças ao senhor, porque o senhor disse que era pra entrar de ajudante, botou aquilo na minha cabeça, fui lá e entrei, hoje sou técnico, se o senhor precisar de qualquer coisa dentro do sindicato lá, qualquer curso, coisa de graça pode me chamar, muito obrigado”. Aí é que te dá força pra trabalhar, não é tipo assim a época de cartinha de oposição que o camarada vai lá dizendo que não quer pagar um dia de trabalho que é uma vez por ano, pra tu correr atrás, pagar um empregado. Já aconteceu comigo, de eu ajudar o cara pra pegar um trabalho e ele largar uma cartinha né, aí desmerece o trabalho, o camarada né.

No dia em que visitei a sede do sindicato em São José do Norte pude ver em cima da mesa que ficava na sua sala ao uma pilha com cerca de 150 currículos, e Sandro conversava comigo enquanto separava os que eram de “confiança”, justificando a atitude como uma forma de continuar mantendo boas relações com os representantes responsáveis pelo recrutamento das empresas. Diz que se for para indicar ou enviar

currículos pelo nome do sindicato, que sejam ao menos pessoas em que ele confia e que sejam ‘boca-dura’, que gostem de trabalhar. Essa forma de lidar com uma certa “previsão” dos que são bons também foi adquirida com o tempo e com as experiências ligadas ao trabalho e ao sindicato. O conselho dado por Sandro se assemelha às formas de relações de dentro da fábrica que foram contadas pelos trabalhadores no capítulo anterior.

Há também outros muitos casos que versam sobre essa tática de usar as relações interpessoais no círculo de empregabilidade da indústria naval em Rio Grande. Sandro ainda me contou de um outro caso, ligado a um antigo supervisor seu. Depois que saiu da QUIP, o supervisor montou uma pequena empresa e agora, por intermédio do sindicato, conseguiu colocar esta empresa para organizar o espaço físico aonde serão montadas as futuras plataformas da QGI. Na sua empresa, estão trabalhando amigos próximos a Laranjo, inclusive um de seus seis filhos.

Sandro foi o escolhido para integrar a dupla que faria o serviço de apoio ao sindicato no local exatamente por ter essa antiga relação com a pequena cidade vizinha a Rio Grande. Ao casar com uma moradora local, resolveu se mudar para cá e fazer sua vida no trânsito entre Rio Grande e o Norte. Sandro me conta que já teve lancheria, retificadora de carburadores e já trabalhou até na pesca. Sua irmã é uma das muitas que possuem uma relação próxima com o mar e com a pesca na cidade, sofrendo também das intempéries que essa profissão carrega consigo¹⁰². Neste dia, me disse que estava tentando reunir os papéis necessários para superar a burocracia que o pedido de um seguro saúde exige. Seu sobrinho e seu cunhado morreram no mar em um intervalo de menos de seis meses, e Sandro está utilizando-se de suas relações com funcionários, ex-funcionários e conhecidos do Polo Naval com formação em direito para assegurar a pensão e o seguro a que sua mulher tem direito.

Este é um elemento importante que coloca Laranjo como um mediador com força nesta teia que envolve o sindicato e o Polo Naval é sua extensa teia de conexões

¹⁰² Ver Adomilli, 2007.

com habitantes e moradores locais. Ao falar sobre suas inúmeras outras ocupações, conta que se casou com uma moradora de São José do Norte e ali fez sua vida.

Ah, já trabalhei de tudo um pouco negão. Eu sempre, assim, foi por isso que eu disse pra ti, quando pessoal me botou lá na QUIP. Eu sou trabalhador cara, pra mim não tem ruim. Eu já trabalhei de padeiro, já trabalhei de pedreiro, de açougueiro, entregador de lanche, cozinheiro, pintor, eletricitista, tudo que é tipo de serviço eu sei fazer(...)

Eu tive lancheria aqui. Dizendo pra ti, trabalhei em tudo que é ramo. Tive uma lancheria, tive uma oficina de conserto de radiador de carro, uma oficina minha ali perto da praça. Eu conheço bastante gente, muita gente. Por isso me propus a trabalhar aqui, falei pros guri, eles vieram pra mim “vai pra lá então, conhece bastante gente”, pra mim ajudar. Porque eu conheço a dificuldade que esse pessoal tem aqui, e eu quero ajudar, tu vê que eu não meço força mesmo. Me dá currículo, levo lá se tiver com chuva, meto o pé no barro, e tô acostumado, vamo ajudar esse pessoal né cara (...)

Durante o dia em que estávamos em São José do Norte, fomos até a entrada do EBR (com acessos precários e completamente diferente das plantas e slides apresentados na II Feira do Polo Naval), conversamos com alguns trabalhadores que pediam ajuda de Laranjo para enviar seus currículos, e também dialogamos sobre diversos assuntos relacionados ao Polo Naval. Chovia muito, e as condições de acesso ao futuro estaleiro ainda não estavam asfaltadas em sua maioria. Ao chegar no local Sandro “meteu o pé no barro” e deixou claro que, mesmo com chuva, iria se encontrar com o responsável pelo RH. O sindicalista recusou meu guarda-chuva, afirmando que não tinha medo de chuva, além de ter que mostrar para as empresas que com ele não há dificuldade que o impeça de lutar pelos trabalhadores.

Porém, o ocorrido que me pareceu mais interessante foi durante o horário do almoço. Sandro dizia que o horário do meio-dia até as 13h era o melhor momento para encontrar os chefes e diretores das empresas que estavam vinculadas ao estaleiro.

Logo que adentramos num dos únicos restaurantes da cidade, já pude observar a astúcia de Laranjo. Antes mesmo de sentarmos em uma mesa, um dos representantes de uma empresa terceirizada vem ao seu encontro conversar sobre possíveis vagas que estão surgindo, ressaltando a urgência de mão-de-obra em contraste com a falta de perspectiva de liberação de verba da EBR. Os esquemas e as redes de contratação

complexas ligadas ao Polo Naval dependem, invariavelmente, da articulação de uma série de atores em momentos específicos. Até mesmo o representante da empresa terceirizada reconhece que a atual situação é um tanto complicada e que não há previsão de melhoria.

Foi durante este almoço que Laranjo me contou do caso envolvendo essa empresa, que na rede de terceirizações pode ser considerada como primeiro nível de contratadas pelo EBR. Sandro me disse que pouco tempo depois da abertura do sindicato na cidade quatro peões o procuraram afirmando que estavam sem receber, em um alojamento sem água quente e sem ter dinheiro para alimentação. Sandro resolveu então ir atrás da empresa responsável, e acabou descobrindo que o último elo da terceirização (na verdade uma quarteirização) era uma firma que não conseguia ser contatada de maneira alguma. Depois de muito bater o pé, insistir e utilizar do argumento de ameaça judicial junto a Petrobrás, conseguiu que a primeira contratante pagasse todos os trabalhadores (vale-alimentação, FGTS, rescisão e passagem de volta para casa), descobrindo uma semana depois que o dono da empresa caloteira tinha sido pego pela polícia civil com acusações de estelionato e até assalto a uma casa onde manteve reféns. Assim como em outros casos, a capacidade do sindicato enquanto instituição com um certo poder de representação dos trabalhadores e legitimação de ação jurídica permitiu com que seus representantes circulassem através de diferentes níveis da rede com diferentes argumentos.

Tem umas assim que eu gosto. Não que eu goste, não é que eu goste. Coisa que marcou assim, foi essa que eu comentei contigo da FW, que o camarada aqui, quarteirizaram. Que a EBR tava entrando aqui, contratou uma outra empresa, posso citar nomes que não tem problema nenhum, não tenho medo de ninguém. Aqui, o EBR contratou a SULBRASIL, que contratou a DAGNESE, que contratou a FW. Esse camarada que era dono da FW recebeu o dinheiro pra fazer o serviço, e vazou e deixou os peão tudo, foi quando eu atuei, que eu disse pra ti “pô, achei legal assim” que eu cheguei lá os camarada tavam sem luz, sem água, sem gás, não tinham nada, os cara tavam ferrado, sem nada, sem coisa nenhuma.

Um alojamento?

Sim, passando ali a EBR. Aí cheguei lá, consegui que dessem o dinheiro pros cara ir embora, consegui os pagamento dos cara tudo, cara, nós pagamos os funcionário, era uma base de 50 funcionários. Eu consegui

assim, por causa que eu intervi assim, eu liguei pra empresa que contratou, e o cara disse “ah meu velho, já paguei o cara”, “eu não quero saber que tu pagou o cara, quero saber quem vai pagar os peão, quem vai pagar o trabalhador, o ferramenta que fez a tua obra ali, ninguém mandou tu botar uma empresa falcatrua que rapou o dinheiro e vai embora meu chapa, os cara não vão ficar no prejuí não, tá loco”, aí os cara assumiram que iam pagar e pagaram. Tanto é que foi numa sexta-feira aqui “pagamo” os peão aqui, numa quarta-feira o dono dessa empresa foi preso pela Polícia Civil, que tava assaltando uma casa e tinha roubado 300 mil já não sei da onde. Tipo assim, é uma coisa que marca né.

Este relato chama a atenção para as implicações da terceirização na política do Sindicato. Apesar de já ocorrer uma certa desterceirização (Dias, 2013) em algumas obras de empresas estatais, principalmente da Petrobrás, no Polo Naval há uma grande rede de terceirização, quarteirização e quinteirização. Se olharmos para esta obra do Estaleiro Brasil como uma obra da Petrobrás veremos uma contratação de empresas que chega a cinco níveis. A Petrobrás abriu a licitação para a integração das plataformas P-74 e P-76, vencida pelo consórcio EBR. A EBR, por sua vez, contratou a Sulbrasil para erguer os galpões onde seriam unidos os módulos das plataformas. A Sulbrasil precisava, então, de uma empresa que fornecesse e produzisse estruturas metálicas para a construção dos galpões e contratou a Dagnese (que também prestou serviços para o ERGII e para o Estaleiro Atlântico Sul). A Dagnese, por sua vez, contratou a FW, empresa responsável para a instalação e montagem destas estruturas metálicas. A multiplicação de contratantes se deve, em grande parte, pelas diferenciações e níveis de escalas que são exigidas em uma obra de um grande projeto.

Pochmann (2007), ao falar sobre a superterceirização do mercado de trabalho, aponta para dois principais tipos de terceirização. O primeiro refere-se às atividades externas (também tidas como secundárias) ao processo produtivo, conhecido como terceirização-base. Esse tipo de terceirização, segundo o autor, responde à demanda das atividades tidas como periféricas ao processo produtivo e não possuem, em grande maioria, parcerias de contrato de trabalho a longo prazo. Empresas de limpeza, segurança, transporte, entre outros.

Por outro lado, mesmo com a rotatividade da indústria naval, como pode ser visto pelos relatos de trabalhadores e sindicalistas, há também os contratos de longo

prazo. Segundo Pochmann esse seria o segundo tipo de terceirização, que refere-se principalmente

(...) às atividades internas (primárias) ao processo produtivo. Na maior parte das vezes, pode-se identificar como superterceirização da mão-de-obra, caracterizada por atividade-fim do interior do circuito da produção de bens e serviços. Por conta disso, as empresas que exercem estas funções são geralmente parceiras que mantêm contratos formais de longo prazo, atendendo atividades essenciais ao funcionamento da cadeia de produção. Na superterceirização, as principais atividades constituem o núcleo da cadeia produtiva, atendendo a tarefas e funções de produção, vendas, logísticas, organização, supervisão e gerência, entre outras. (2007:9)

Esta talvez seja uma das principais facetas deste novo trabalho na cidade que faz com que o sindicato e trabalhadores tenham que estar repensando suas estratégias e formas de agir a todo o momento. É interessante notar que há uma certa padronização dos salários dentro do estaleiro por meio das atividades, mas uma gama imensa de subcontratações e “terceirizações em cascata”, termo cunhado por Paula Marcelino e Sávio Cavalcanti (2012: 341) para definir esse tipo de subcontratação por empresas já subcontratadas. Para os autores, o termo define bem os processos comuns de subcontratação ocorrido dentro das refinarias brasileiras, e também é tomado por quarteirização e/ou terceirização delegada.

Não está no meu horizonte definir se os contratos estabelecidos entre as empresas do Polo Naval podem ser tomados por subcontratação ou terceirização. Em um dicionário organizado por Catani e Holzmann (2006), Sandro Rudit Garcia (que posteriormente também realizou uma breve pesquisa sobre os impactos do Polo Naval e o APL proposto para a cidade¹⁰³) coloca a subcontratação como um termo mais genérico para toda transferência de atividades e tarefas de uma empresa a outra unidade empresarial, podendo se referir tanto à atividade-fim quanto atividades de suporte ou de apoio. Já a terceirização estaria expressando, nas linhas do autor

[...] o recurso gerencial pelo qual uma empresa transfere parte de sua atividade-fim – industrial, de serviços ou agrícola – para outra unidade empresarial, tendo em vista flexibilizar a organização e as relações de

¹⁰³ Ver RUDUIT GARCIA, 2013.

trabalho e focar esforços em atividades com mais especialização e maior valor agregado (Ruduit Garcia, 2006, p. 311).

A diferença estaria em considerar a terceirização não como mais uma forma de subcontratação, mas sim instituir organizações horizontais nas empresas. O rico (e ao mesmo tempo o ponto mais fraco) da análise de Sandro é considerar que os resultados de cada tipo de processo dependeria das interações entre atores ligados a este processo estariam interagindo localmente.

No entanto, dentro do grande debate proposto por Marcelino e Cavalcanti para tentar encontrar uma definição de terceirização, há dois pontos que parecem convergir entre todos os textos que estudam ou refletem sobre tal tema. O primeiro, de que a terceirização responde a uma mudança estrutural no mercado e nas formas de relações e negociações entre empregados e patrões. O segundo, de que há uma certa tendência à precarização das condições de trabalho, evidenciada em perdas salariais e de direitos, junto a um aumento da intensidade de trabalho e riscos à saúde do trabalho, além da dificuldade encontrada pelos sindicatos de representatividade e legitimidade.

Esse ponto também é ressaltado por Veras (2013) ao falar sobre a dificuldade com que alguns sindicatos de SUAPE têm em lidar com essa rede de contratações. O autor chama estas empresas e contratantes, de maneira um tanto resumida, de “gatos” (2013:244).

Em campo, pude presenciar diferentes momentos em que os impactos e a precarização da terceirização foram resolvido adotando estratégias de ações diferentes e específicas para cada caso. O relato já colocado por Laranjo sobre a BRUANC era uma das formas mais comuns de resolução dos problemas, em que os sindicalistas procuravam diretamente os primeiros elo da rede de terceirizações e cobravam da empresa uma resolução do caso. Em mais de uma vez ouvi os representantes sindicais afirmarem que era comum a QUIP deixar de pagar o que ainda devia para as outras subcontratadas para quitar as dívidas desta empresa.

Em de dezembro de 2013, enquanto acompanhava a primeira grande leva de demissões da QUIP, presenciei a luta de 16 homens que já estavam indo e voltado ao

sindicato por quase uma semana. Todos eram ex-funcionários da SERVITEC, terceirizada pelo consórcio para trabalhar na P-58, que não tinha dado aos trabalhadores nenhum sinal ou garantia de pagamento de quitação e do FGTS. Benito me contou neste dia que era comum este tipo de ocorrência ao final de uma obra. O sindicato então marcou uma reunião com um representante da QUIP para tentar resolver a situação. Pouco tempo depois de uma conversa com o funcionário do consórcio, Benito então se dirigiu aos trabalhadores:

“Sei que vocês todos estão sem receber, e que é difícil ficar mais um tempo, mas peço para todos esperarem porque agora quem está cuidando do caso é a QUIP, e eles nos pediram 10 dias para resolver tudo. Quem conhece nosso trabalho sabe que a gente sempre tenta fazer acordos, mas não desiste da luta do trabalhador, e vamos fazer de tudo para resolver a situação”.

Essa negociação e mediação também ocorre em outros níveis, com representantes das próprias empresas e até mesmo com terceirizadas diretamente. Em um dos casos que pude acompanhar, uma empresa subcontratada pela ENGEVIX para participar do projeto de execução de um novo pavilhão no ERG II, a TRUCKFORT, estava com diversos problemas relacionados a atraso nos pagamentos de salários e problemas em homologações de ex-funcionários.

4.1.3 A reunião com o contador, uma mesa cercada por redes

A reunião citada aconteceu em uma das salas internas do Sindicato no começo de novembro de 2013, envolvendo o dono da empresa de RH e Contabilidade de São Paulo que prestava serviços para a Truckfort, Shrek, dois ex-funcionários contratados como técnicos de segurança do trabalho, o representante do RH da ECOVIX e o estagiário do escritório de advocacia que representava uma das colaboradoras que tiveram problemas com suas multas e pagamentos de FGTS.

A senhora representada por esta firma de advocacia, conforme explicou Shrek, já tinha entrado na justiça contra a Truckfort e contra a ENGEVIX. Contratada para fazer a limpeza dos alojamentos em que ficavam os trabalhadores que vinham de outros

estados, a senhora alegava que após cinco meses trabalhando teria recebido sua carteira de trabalho sem registro e sem nenhum tipo de assinatura.

Este era apenas um dos casos apresentados como problemáticos nesta reunião. Assim que Leandro, representante do RH da ECOVIX chegou, entregou para Gilberto, o contador, uma lista com dez outros nomes que tinham situações para serem resolvidas. Foi nesta reunião, a partir de uma fala de Leandro, que comecei a entender como se articulava a estrutura de consorciamento da ENGEVIX.

Leandro: O Grupo mesmo, é o grupo ENGEVIX. O pai, a mãe é a ENGEVIX. Daí vem as outras, ECOVIX, ESAVIX, ENGEVIX Construções, ENGEVIX Engenharia, um monte de IX. Nesse empreendimento que nós estamos trabalhando hoje, a dona do contrato é a ECOVIX. Nós, ENGEVIX Construções, somos subcontratadas deles. Vocês TRUCKFORT têm contrato com ECOVIX, porém trabalham dentro da área da ENGEVIX. Então nós fazemos a parte do controle. Mesmo contrato não sendo o nosso nós fazemos o controle.

Gilberto: Foi a ECOVIX que agora a JAPONESADA comprou 30%?

Leandro: Sim, nesse empreendimento, aqui de Rio Grande. Não comprou 30% da empresa, mas do empreendimento. Esse empreendimento a Petobrás tá arrendando a área, por dez anos.

Logo que começou o encontro, o contador avisou que não tinha conhecimento dos detalhes de todos os casos, mas que grande parte dos problemas era causado pelo trabalho mal feito pelo colaborador local da empresa:

Eu preciso pegar caso a caso. Eu sou contador da empresa, contador externo. Tenho meu escritório lá no Cambuci em São Paulo, a empresa fica lá na Fernão Dias, eu não tenho como conhecer fato por fato, problema por problema, e eu sei que são muitos. A gente teve um problema sério com um colaborador nosso, a gente teve muito problema com essa pessoa, que era o nosso administrativo aqui, inclusive pra receber as folhas de ponto das empresas, do funcionário pra fechar a folha. Inclusive foi motivo de uma briga minha com seu Albino.

Segundo Gilberto, havia dois grande problemas, já conhecidos por grande parte dos representantes da empresa e do próprio dono, seu Albino, que levavam a uma série de outras complicações na hora de pagamento dos salários e de cumprir com as obrigações trabalhistas previstas em lei. Primeiro, a forma como os funcionários eram contratados e a relação destes com a maneira de registro de folha ponto:

O primeiro erro da empresa foi ter contratado uma série de funcionários horistas. É muito mais fácil fechar folha de um mensalista que fechar a folha de um horista. Então esse foi o primeiro erro. Segundo erro foi que em razão de ter contratado funcionário horista, a gente não ter tido um sistema de controle de ponto bom pra isso. Esse mesmo colaborador largava folha controle de ponto na mão do próprio funcionário. Não existia uma regra, disciplina de se anotar o ponto num determinado local e acabou. Isso hoje tem, mas não existia. Hoje lá na obra tem controle de ponto eletrônico, obra instalada, homologada, tudo certinha, perfeito.

Nesta rede de relações que envolvia o escritório de contabilidade, a empresa que ‘tocava’ a obra, a ECOVIX, os funcionários e o colaborador local, havia uma série de erros na comunicação e problemas de gestão:

Gilberto: Então a dificuldade que eu tinha com o Joel, era isso. Não tô aqui por causa disso, mas faço questão que vou falar porque é um dos motivos pelos quais o pessoal tá brigando. Que alegavam que não recebiam salário dentro do prazo, dentro do quinto dia útil. Eu tava falando pro Shrek. Só que eu recebia a folha pra fechar 60 funcionários no quarto dia útil. Como eu vou aprontar, fazer isso a tempo?

Leandro: quem te passava as informações?

Gilberto: O Joel. Ele passava as informações. E isso eu provo, tenho uns e-mails guardados de quando recebia as folhas. Então o que acontece. Faz três anos que eu guardo todos meus e-mails, porque teve momentos de problemas com a Truckfort que o problema vinha pra cima de mim e eu tinha que me defender como profissional, entendeu? O seu Albino se complicava com todo mundo, e vinha pra cima de mim. Aí tinha que ir lá catar meu carro, e falar que eu tinha feito isso e aquilo, que não tinha feito nada errado. Então eu recebia quarto dia útil, eu não aguentava mais. Eu tinha fechado todas folhas de outros clientes e não tinha fechado a deles ainda. Então que aconteceu. Chegava começo de mês e era sempre assim, pessoal ficava assim, “vamos ver, vamos ver”, na expectativa de chegar os papéis. Então dia 31, dia primeiro eu disparava o e-mail com cópia pro seu Albino, porque quando seu Albino tomava consciência disso aí, o cara ligava espumando, aí começava a vir todas folhas, mandava 10, mandava 20, 15, fechava o dia mandava pra eles, fechou o dia já manda pra eles, até chegar no quinto dia útil já ter mandado tudo pra encerrar. As vezes ficava uns que não fechava. A Cristiane, que fechava as conta no banco, ficava o dia inteiro na frente do banco mandando dinheiro pra conta de todo mundo, jogando dinheiro pra conta de todo mundo. Então, existe um problema muito sério administrativo na empresa. Isso é conhecimento de todo mundo, meu, do seu Albino. Só que acontece. O cara tá aqui tocando a obra aqui, não tem como sair daqui senão não anda. Não da pra sair daqui pra lá porque não funciona, o cara endoia, aí começa a apertar e começa a sair por fora das mãos. Por isso pra mim parecia que você queria sair da empresa, que você tinha um contrato de experiência, isso que chegou pra mim.

(...) Gilberto: Gente, essa pessoa que trabalhou aqui, que é o Joel, só arrumou confusão, meu. Vocês imaginam o seguinte. O cara é o nosso contato administrativo aqui no Sul. Fora ele, administrativamente a gente não tem ninguém, agora é outro. Ele passa a informação pra Viviane lá em São Paulo. A Viviane e Cristiane, que são diretora da empresa. Da Viviane vai pra mim no meu escritório. Então qual informação que eu tive da tua rescisão? Que você não queria mais trabalhar na empresa. Pra mim a história que me contaram era exatamente essa, que você não queria mais trabalhar na empresa. Então eu falei o seguinte: bom, tem uma multa pra descontar. Porque eu tô entendendo que como eu mando todos os contratos de experiência cada vez que eu registro, de um jeito ou de outro chega na mão do funcionário e colhem a assinatura dele. Então pra mim chega que você tá em contrato de experiência.

Porém, um erro de comunicação não é o único motivo que explica porque os dois funcionários que participavam da reunião tinham problemas com seus desligamentos e muito menos a falha com a carteira de trabalho da senhora citada anteriormente que trabalhou na limpeza de alojamentos da empresa. Paola e Walter foram contratados para trabalhar como técnicos de segurança do trabalho e empresa alegava que os dois teriam pedido demissão. Segundo Paola, ela nem sequer assinou a carta de demissão, que segundo a lei tem que ser feita a próprio punho pelo funcionário que está pedindo desligamento

Paola: Te digo, eles falam que eu pedi demissão. Como eu pedi demissão se eles não tem nenhum documento escrito por mim assinado? Eu como não sou leiga, pra pedir demissão eu tenho que escrever de próprio punho, não pode ser nem digitado, com motivo, minha letrinha, minha data. Não existe isso, existem problemas dentro da Truckfort a nível de segurança, de administração, em tudo que é nível. E a nível de segurança eram muito fortes. Aí realmente.

Gilberto: Deixa eu tirar uma dúvida. Na montagem das peças, isso, ou no dia a dia com os funcionário?

Paola: Em tudo, na montagem, no dia a dia com funcionário, com encarregado.

Gilberto: Tipo funcionário que não queria receber ordem?

Walter: Não, tudo liderança. Problema tudo ali da Truckfort é liderança. Não serve, não sabe trabalhar.

Leandro: Tem um rapaz que gera toda a problemática.

Paola: Deixa eu te dizer uma coisa Gilberto. Nenhum funcionário da Truckfort tem ficha de EPI. Todos podem ganhar o passivo quando quiserem. Eu fiz ficha de EPI em um mês, de todos funcionários que tavam lá. Vai lá e vê se alguém tocou naquilo ali? Ninguém seguiu. Então é causa ganha. Porque o cara vai lá, o que acontece. Isso aí era tudo inútil pra eles.

Gilberto: Tudo um assunto que começa e não para, não termina.

Paola: Eu comecei, eu comecei, deixei pronto ou não deixei Walter?

Walter: Quando eu fui trabalhar lá a Patricia já tava lá e tanto é que ela ficou só com a documentação, que não tinha condições de.

Gilberto: Vocês foram contratados pra, primeiro, fazer todo o estudo e o resultado seriam todos os laudos de segurança de trabalho, certo?

Paola: A gente foi contratado pra campo, pra campo. Só que tu não tem como trabalhar em campo se tu não tem a documentação de segurança.

Gilberto: Pra acompanhar. Quando a senhora fala acompanhar, em campo, a senhora fala em acompanhar o dia a dia, ficar em cima do cara o dia inteiro, dizendo isso aquilo. Chamando atenção.

Paola: Só que pra ele fazer isso aí, ele tem que ter a PR, tem que saber fazer um checklist, tem que assinar uma PT. Nada disso, ninguém fazia. Ele tem que fazer curso de altura, de espaço confinado, que ninguém tinha. E aí tu começa a puxar um fio, e quando puxa um fio assim, vai!

Gilberto: Eu imagino, já tinha escutado isso aqui antes.

Paola tentava a todo momento explicar a Gilberto o que tinha acontecido dentro da empresa, e tanto ela quanto Walter não estavam de acordo com os procedimentos adotados com relação a segurança do trabalhador

Paola: Na verdade, houve o que, houve realmente uma briga interna, uma divergência dentro da empresa. Então chegou um momento que eu tinha que aceitar de uma forma que pra mim não servia e entrou-se num acordo que eu ia pra rua também, como o Wladimir, os dois técnicos de segurança que saíram naquele momento.

Gilberto: Então teve um momento que houve uma intenção sua que você quis sair.

Paola: Não, houve uma divergência, um problema inclusive de segurança dentro da empresa, outras coisas que não..

Walter: A Truckfort queria que a gente procedesse de uma maneira inadequada que não condizia com a situação e não queríamos tomar responsabilidade. Aí o Paraná me demitiu e demitiu ela também. O Paraná demitiu e agora não quer assumir. Ele nos mandou embora sim. E nós pressionamos por telefone, porque não nos falaram nada, no dia primeiro

eles deram baixa na nossa carteira, não recebi salário nem rescisão até agora, não recebi nada.

Como foi explicitado durante a reunião, além da demissão não explicada pela empresa, Paola e Walter estavam com erros nos preenchimento das datas de admissão e desligamento na carteira de trabalho, além de ter o pagamento de sua multa rescisória atrasado. Gilberto novamente tentou se explicar comentando os problemas que eram recorrentes nas conexões e comunicações entre a empresa e o escritório de contabilidade.

Paola: Pra tu ter uma ideia, eu mandei e-mail, pode ver nos e-mails que mandei pro seu Albino, com cópia pra todo mundo, dizendo pra ela da data, alertando das datas, antes de chegar no dia 11, que ia passar da data, dia do depósito era aquele ali.. Eu não precisaria fazer isso, mas acabei fazendo porque sabia que as vezes as coisas davam problema, e mesmo assim ninguém nunca me deu resposta. Quem me respondeu depois foi o próprio seu Albino que depois ainda mandou encaminhado pra ti pra recalcular. Ainda botei todas as datas de novo, minha data de admissão, data de demissão, tudo, tudo, tudo, tudo.

Gilberto: A questão da divergência das datas eu já, por email já tinha visto. Mas o que tinha passado pra mim é que você não queria mais ficar na empresa. Eu dentro do meu escritório lá, dentro da aclimação em São Paulo, fora da empresa. Como eu tava falando, eu não sou contador de dentro da empresa, eu tenho uma carteira de clientes e não presto serviço apenas pra Trucforte. Então que que acontece. Pra mim você tava querendo sair. Eu pensei, se a funcionária quer sair, vai ter a multa e desconto e 50% das verbas até acabar os 45 dias. Então vamos fazer o seguinte, pra não descontar a multa, eu fecho como um contrato de experiência 45 dias que conseguimos fechar sem a multa e ela não perde.

Mesmo sabendo que não precisava, Paola tentou avisar a empresa por e-mail pois já imaginava que teria problemas. Todo o evento foi marcado por estas tentativas de deixar mais evidente o que havia ocorrido, entender os motivos e achar alguma solução. Gilberto se comprometeu a finalizar as pendências em menos de uma semana e cobrar de seu Albino uma solução rápida para que não ocorresse nenhum tipo de erro quanto aos pagamentos e desligamentos.

Há também outros momentos em que estas redes, teias e conexões se apresentam através de mediadores. Novamente, a especificidade e rotatividade do trabalho na indústria naval sempre aparece como um elemento central para entender

como estas relações se estabelecem. Para além da rotatividade enquanto elemento importante, outros atores coletivos, nas linhas de Long (2004) começam, junto com o crescimento da indústria naval, a surgirem nas redes e tecer suas próprias teias, de acordo com seus interesses dentro desta conjuntura.

4.2 Um ator novo na rede: o sindicato patronal

Dentro desta nova relação com o trabalho, as mediações realizadas entre empresa, sindicato e trabalhador exigem que se coloque no cenário um novo ator. O SINAVAL (Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore) representa as grandes empresas que estão atuando no setor naval e que ganharam força junto com o crescimento do segmento. Para a região Sul, o SINAVAL conta com um representante, Eduardo Krause, que usa seu escritório de advocacia em Porto Alegre com sede do sindicato patronal.

As redes de relações tecidas através da etnografia me apresentaram o SINAVAL como um ator distante e quase sempre sendo simbolizado pela figura de Krause. Não consegui realizar entrevistas com Krause, e sempre me pareceu que a representação do advogado se encaixava muito mais como um intermediário do que como mediador em si. A própria proximidade e as possibilidades do trabalho de campo com os dois sindicatos fez com que este último, o patronal, aparecesse, obviamente, de maneira menos complexa. Seja por mostrar-se com menos atores ou até mesmo pela maior dificuldade de acesso, os dados que tenho e as informações ligadas a esta instituição foram quase todos vistos pela internet e pelos relatórios que são disponibilizados no site.

Essa visão de que Krause é apenas uma conexão menor diante de toda engrenagem que leva até o SINAVAL, empresas, Petrobrás e Governo não deixa de ser reproduzida, em diferentes discursos, também pelos integrantes do STIMMERG. Mesmo assim, essa mediação, nas palavras de Benito é importante porque agrega todos os interlocutores das empresas em uma só representação.

É, assim, sindicato é sindicato né. Todos têm as suas lutas e eles têm as lutas deles, nós as nossas, só que em algum momento não deixam de ser

sindicato, e tem os seus interesses. Eles têm o interesse de deixar o cliente deles bem satisfeito, e nós temos de deixar o nosso satisfeito. O nosso é o trabalhador, o deles a classe empresarial. Então, ele não pode, a gente não pode se bater de frente porque eu não vou lá bater na casa do acionista pra falar com ele. Vou falar com o sindicato dele. E o sindicato dele tem a prerrogativa também, de as vezes colocar na ponta da balança o custo-benefício de uma negociação. Porque pra ele me dizer não, é muito fácil, ele vai ter uma facilidade pra me dizer o não, agora eu também vou ter uma facilidade pra chamar o pessoal e dizer que ele falou não. E aí pode haver uma paralisação, mobilização que hoje em média, de prejuízo, sai na base de 3 milhões por dia, de uma obra parada. Três milhões são três milhões. Devido a isso a gente tem um bom relacionamento. Porque eu chego lá e digo “ou tu convence teu patrão lá ou eu vou te ferrar”. Aí o cara vai lá, convence, ou não convence. A gente dá um número de 100% ele vai lá e dá noventa, oitenta, e ficamos dialogando até fazer dar. Mas se a gente quebrar esse vínculo com o SINAVAL fica difícil reunir. Porque quando tu fala com o SINAVAL, com o representante deles, tu tá falando automaticamente com a ECOVIX, com EBR e a QGI. Se tu não tiver esse sindicato pra negociar, tu vai ter que sentar com diretor da QGI, e daí um aceita, o outro não aceita. O da EBR não quer. Seria praticamente impossível arrumar tudo junto.

Durante um bom tempo, Krause ia regularmente a Rio Grande, uma vez por semana, para realizar visitas ao pátio dos estaleiros e tentar mediar os conflitos que apareciam entre o STIMMERG e as empresas. Em uma das vezes, pude acompanhar a visita com dois integrantes do sindicato dos trabalhadores e Krause. Neste dia, Krause voltou para Porto Alegre em um dos três voos diários que faz o trajeto Rio Grande-Porto Alegre pela empresa NHT-Brava.

Realizei essa visita em uma de minhas primeiras idas ao sindicato. Cheguei cedo, pela manhã, e logo fui perguntando se gostaria de acompanhar a visita/reunião/vistoria. Ao chegar no estaleiro, em mais um dia de muito Sol e muito vento, tivemos que ir buscar os EPIS (equipamentos de segurança) no escritório da empresa. Nesta curta caminhada, passamos por um dos refeitórios e parte do casco da P66 que estava começando a ser montado. Primeiro, presenciei pequena reunião em uma sala para verificar algumas informações e fazer uma série de reivindicações. Entre muitas, foi neste dia que ouvi pela primeira vez a questão dos “níveis” de promoção. Outros pontos levantados naquele pequeno encontro acabaram se repetindo em diferentes formas de contestação, seja no discurso e/ou nas práticas dos trabalhadores e sindicalistas, como as constantes ocorrências de desvio de função, erros na impressão de contracheques e

principalmente as más condições oferecidas aos trabalhadores no refeitório. Na volta da visita, ao passar pelo espaço destinado às alimentações dos trabalhadores, pude ver a imensa fila que, segundo trabalhadores e sindicato, acabava por diminuir o tempo disponível para o almoço.

Antes de sair, todos pegamos o equipamento de segurança. Minha bota era dois números maiores do que meu pé, o capacete parecia muito mais apertado para minha cabeça que o normal e não prendia direito, os óculos prejudicavam um pouco minha visão e os protetores auriculares não param dentro da minha orelha de maneira alguma. Além disso, meu cabelo estava um tanto comprido e, diante do vento forte que é comum em frente a Lagoa dos Patos, ficava a todo momento se movendo para frente do meu rosto. Logo no começo da caminhada Krause me interpelou sobre os objetivos da pesquisa. Sem saber muito o que falar, expliquei sobre alguma das minhas “hipóteses e objetivos”, e ele afirmou, em tom de deboche, que eu não precisava acreditar em tudo que os “mentirosos” do sindicato falavam. Durante a caminhada no pátio da empresa, tinha a sensação de que eu ia encolhendo, cada vez mais. Blocos imensos formados por grandes placas de alumínio se juntavam como se fossem peças de montar e começavam a dar forma ao que viria a ser uma plataforma ainda mais gigante.

No primeiro grande galpão que visitamos, com mais de 30 metros de altura, pude ver placas e mais placas de cerca de 20 centímetros de espessura sendo erguidas por *riggers* (guindastes movidos por controle manual que estão conectados ao teto). Ao lado do trabalhador que operava a máquina, um monitor eletrônico controlava quantas chapas já tinham sido marcadas para o corte. Sempre que possível, Krause, Sadi e João tentavam conversar com os trabalhadores para saber sobre as atuais condições de trabalho e recolher informações, que na maioria das vezes vinham em forma de reclamação. Já neste primeiro galpão um dos operadores de máquinas disse que ainda não tinha recebido seu crachá de funcionário. Na saída, enquanto caminhávamos para outras partes do pátio, dois sujeitos da área de segurança reclamaram que estavam fazendo trabalho de resgatista sem ganhar para tal, pois ainda não tinham o curso que só pode ser feito por conta própria, além de reclamarem que mesmo pessoas com o

curso não são chamados porque a empresa havia terceirizado a função. Fomos interpelados, no mesmo lugar, por um outro funcionário que dizia estar envolvido nos problemas relativos a BRUANC, e que não tinha tempo de ir ao sindicato porque logo que a empresa faliu rapidamente conseguiu ocupação em outra área do estaleiro.

Durante o trajeto era possível ver os armários para guardar equipamentos e pertences feitos com as mesmas placas cruas de alumínio que são utilizadas na maior parte da estrutura das plataformas. Nestas placas a cor predominante se aproxima de um ocre escuro, com marcas amareladas em algumas partes. Os armários se espalhavam e se multiplicava por qualquer lugar em que havia espaço, com rabiscos feitos a mão, quase sempre por algum tipo de marcador ou caneta, com os nomes das equipes e supervisores.

Outro setor que visitamos neste dia foi o de solda especial de tubulações. Sadi e Krause tentavam, no limite do possível, me explicar o que acontecia em cada um destes setores. Já dentro do galpão, depois de muito esperar, Krause falou com o encarregado e perguntou se havia algum engenheiro na equipe, obtendo uma enrolada negativa em sua resposta. Outra questão levantada foi sobre os exaustores para o local, que já tinham sido prometidos pela empresa há mais de um mês e que, segundo o mesmo encarregado, já tinha sua estrutura em fase de montagem, sendo finalizado em menos de uma semana.

Em termos de escala e tamanho, o que mais impressionou foi passar pelo heliporto que estava sendo colocado no casco da P66, das partes já montadas da P67 e, principalmente, o tamanho do chamado dique seco. O vão onde são montadas as plataformas tem uma altura de mais de 13 metros, uma largura de 133 metros e 350 de comprimento¹⁰⁴. Assim que as plataformas já estão finalizadas, o Dique é enchido de

¹⁰⁴ Dados apresentados na revista do Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia do Rio Grande do Sul, que também salienta, através das palavras do fiscal de obras civis da Petrobrás, Engenheiro Civil Miguel Thormann, que “A laje de fundo consumiu um volume de concreto de 44.616 metros cúbicos, quantidade suficiente para fazer 2.600 apartamentos de 100 metros quadrados. Também nela foram empregadas 8.900 toneladas de aço, peso equivalente a 10 mil automóveis populares”. Em outro ponto, também aponta que a quantidade de ferro utilizada nas estacas do Dique é o dobro da existente na Torre Eiffel. (CREA, 2010)

água da própria lagoa dos patos para retirar as grandes estruturas que irão explorar o petróleo da camada Pré-Sal.

Depois da caminhada, a reunião com CEOs e gerentes, na mesma sala da primeira, se repetiu. Este segundo encontro foi um pouco mais longo e teve um tom bem mais informal, quase como se fosse uma conversa. Durante a reunião Sadi utilizou-se frequentemente de um argumento potente e por vezes bem eficaz para tentar negociar: a chamada de assembleia. Entre as muitas reivindicações, estavam a necessidade urgente, segundo Sadi, de se aumentar o refeitório. Pelo que pude entender, já havia uma estrutura pronta esperando apenas os últimos ajustes na parte elétrica para ser aberto. A informação só veio depois que um dos presentes fez algumas ligações e chamou para a sala de reuniões outro colaborador, que afirmou que o refeitório ficaria pronto dentro de 15 dias. Outro ponto levantado por Sadi como problema urgente foi o posicionamento dos locais para bater o ponto de entrada e saída da empresa, e a quantidade pequena de postos onde estas máquinas de marcação do ponto estavam colocadas. Segundo Sadi, isto era uma constante reclamação dos trabalhadores e sempre acabava causando muitos atrasos e transtornos nas horas de troca de turno.

Todas manifestações e promessas das empresas expressadas nesta reunião, bem como os possíveis acordos que dela saíram, foram expressas e registradas em ATA, mas isso também não significava que todas as reivindicações seriam atendidas. Legalmente, este documento não tinha tanta validade, e outros do mesmo tipo se acumulavam entre os arquivos do sindicato, como me mostrou posteriormente Shrek. O mais interessante, no entanto, foi ver nessa reunião uma postura um tanto ambígua do sindicato quanto a “origem” dos trabalhadores. Desde o começo da conversa, Sadi e João tentam pressionar a empresa para que ela comece logo a contratar os locais que tinham sido recentemente demitidos da QUIP devido a finalização das plataformas no canteiro do estaleiro. Por outro lado, afirmaram com toda veemência que a sorte da empresa era de que 80% dos trabalhadores não era mais de fora. Quando Sadi ameaça com uma possível assembleia, um dos representantes responde:

- Assembleia Sadi, aí tu quer me quebrar as pernas né?

Eis que a resposta de Sadi foi:

- Cara, a tua sorte é que 80% dos trabalhadores são daqui. Se ainda fosse esse monte de baiano que tinha aí, tu já tava ferrado aqui, seria uma bagunça, uma revolução”.

Assim como Benito e Laranjo, Sadi também reconhece que há uma prática de luta e uma forma de lidar com as reivindicações que são diferentes devido à experiência dos trabalhadores já acostumados com o trabalho no trecho¹⁰⁵.

Antes de conhecer Krause, já tinha conhecimento do SINAVAL através de seu website, onde são disponibilizados relatórios trimestrais sobre o andamento da indústria e dados sobre empregos no setor. Krause, na figura do SINAVAL, aparece muito mais como um intermediário do que mediador para o sindicato do trabalhador. Por um lado, como me narrou Shrek, Krause aparece como uma das únicas possibilidades de se debater e brigar cara a cara com alguém. É possível ver também, nas palavras do sindicalista, uma visão de que o SINAVAL é um possível (pra não dizer único) alinhador de demandas nacionais, que são sempre atualizadas por meio de comparação com outros estaleiros do resto do país. Para o sindicalista, um dos grandes problemas da indústria naval em Rio Grande é a inexistência de um piso nacional, que inviabiliza não só uma melhoria nas condições bem como cria uma disparidade na concorrência das plataformas.

Bom, o lado bom é que eles querendo ou não, gostando ou não têm que olhar na nossa cara, tem que nos engolir. O lado bom é que sempre nós negociamos os valores com eles. E ganhando muito ou pouco é nós que negociamos, então eles têm que nos engolir. O lado ruim é que se nós tivéssemos um acordo nacional, dentro dos polos navais, aquilo que foi a ideia inicial onde seriam resolvidas todas as questões financeiras, lá no Rio de Janeiro, se fosse dentro desse acordo, embutido os valores, a média paga no Brasil, por exemplo, em Niterói, que é onde se paga mais, seria bom, mas não é. Ou seja, o lado ruim que eu vejo nessa relação é essa promiscuidade que existe entre, essa diferença promiscua que existe entre a realidade financeira daqui e do Rio de Janeiro. Onde um trabalhador que

¹⁰⁵ Em um dos momentos de escrita dessa tese, uma outra grande mobilização estava prestes começar devido a atraso nos pagamentos de salários e das indenizações relativas a demissões realizadas no ano passado.

faz a mesma coisa tem um salario base de mil e quinhentos conto e aqui de mil e sessenta.

Não tem um piso coletivo?

Não existe. E pelo andar da carruagem ele vai demorar muito a chegar. Só que assim, quando foi discutido, um ano e meio atrás de um piso nacional e um acordo coletivo nacional (2012), nos foi vendido um peixe, e o peixe era lindo. Vamos pegar tudo que tem de melhor em todas as convenções coletivas e vamos negociar uma só no Rio de Janeiro. Pô, eu aceitei na hora, dei pulo de faceiro. Quando na ultima conversa que nós fomos ter com eles lá, “não, não é assim, o acordo coletivo vai trabalhar índices”. Eu disse pro cara “vai a puta que te pariu, vai te fuder, tu me dá nove e meio por cento em Rio Grande sobre mil pila, é 95 pila. Tu me dá 9,5 por cento sobre mil e quinhentos no Rio de Janeiro é cento e quarenta pau, então vai te fuder. Não me interessa esse acordo. Eu quero esse acordo, concordo com esse acordo quando se pegar as região e fazer um teto pra todo mundo. Porque trabalhador do Rio Grande, Pernambuco é igual, peão é peão, nós temos o mesmo direito, fizemos o mesmo trabalho. / Ah, não, isso não pode, não é possível, patrão nunca vai querer”.

Então o lado positivo e negativo da negociação é o seguinte. A parte mais positiva que existe, no meu entendimento é que nós ainda temos a esperança, com todas as brigas que nós temos com o SINAVAL aqui, de um dia alcançar um índice que nós possa recuperar salario frente o que é pago no Rio de Janeiro. Essa é nossa grande esperança, nós queremos um dia chegar no patamar deles. Se por meio de um acordo nacional não vai acontecer, vamos aqui separadamente olho no olho com o patrão e vamo a luta. Não sei se consegui te responder.

Nesse sentido, há sempre uma ambiguidade e uma maneira de lidar com Krause e com o SINAVAL, que está sempre permeando a linha que divide o limite entre a conversa e a luta através de paralisações e mobilizações. Nas palavras de Sadi, os lados em disputa estão claros:

Ah, a discussão existe, a discussão existe, ele defende uma posição e nós defendemo outra. A discussão sempre existe mas dentro do respeito. EU discuto mas respeito a pessao, então, posso não concordar mas respeito a pessoa, como sempre foi feito. E são lados diferentes né, ele defende o empresário, a gente defende o trabalhador, mas sempre dentro do respeito que a gente teve.

Até é engraçado falar, mas é bonito ao mesmo tempo. Que a gente se xinga, se xinga e se xinga né, mas acabou alí, tudo bem, a gente não é amigo, nem colega mas tem um sentimento de respeito, pela pessoa, que é o negociador, é a pessoa que a gente trata.

Essa relação entre uma possível luta e o aprendizado prático de como lidar com situações que envolvem grande mobilizações também trouxe ao sindicato novos

desafios e uma necessidade de se pensar enquanto representante da classe. O cansaço para com promessas não cumpridas em ATAS e problemas recorrentes relativos a gestão das empresas foi o estopim para que ocorresse uma das maiores manifestações já vistas neste curto período de Polo Naval na cidade. A paralisação narrada a seguir diz respeito a uma série de micro-eventos e situações que foram se acumulando para que um movimento que surgiu dentro da fábrica tomasse proporções gigantescas.

4.2.1 A luta pela tabela, e a luta para continuar parado...

Um dos maiores desafios que o sindicato dos trabalhadores de Rio Grande e São José do Norte enfrenta constantemente é conseguir transitar entre os diferentes níveis e escalas de luta e trabalho que a chegada recente do Polo Naval trouxe para o contexto do trabalho na região. Novamente o conflito, e todas suas diferentes faces, aparece aqui como um potente mediador e agenciador das relações que são articuladas no Polo Naval em Rio Grande. Há uma série de diferentes escalas em que estas demandas e estas relações de conflito aparecem.

A luta pela tabela de níveis salariais foi uma das mais longas enfrentadas pelos trabalhadores, e não há uma precisão de datas e eventos que marquem precisamente um início e fim da questão. Tanto trabalhadores quanto representantes sindicais me falaram diversas vezes sobre os níveis, sem me dar muitos detalhes sobre quando e/ou como as mudanças mais importantes e fundamentais aconteceram. Pelo relato dos sindicalistas, foi a partir de setembro de 2013 que a tabela de dez níveis foi abolida e a antiga, de cinco, voltou a vigorar.

Os níveis utilizados pela empresa para definir cargos e posições dentro do chão de fábrica foram elementos centrais também para entender as dinâmicas de trabalho, os conflitos e as relações estabelecidas entre os diversos atores/agentes no Polo Naval. Os níveis apontam para o cargo/responsabilidade de cada especialista contratado direto

pela ECOVIX, e ainda são formas de entender as hierarquias e relações entre diferentes funções na obra¹⁰⁶.

Tive acesso, por meio do sindicato, a duas tabelas onde eram colocados as funções e os níveis com seus respectivos salários. A primeira, praticada desde o começo das atividades da empresa, contava com 50 cargos de diferentes ocupações, com cinco níveis salariais em cada um. A segunda tabela, praticada a partir de setembro de 2013, aumentava para dez os níveis salariais, dividindo cada grau de promoção salarial em dois.

Peguemos, aqui, as duas profissões que tive mais contato durante meu trabalho de campo, e que são talvez as mais importantes para a construção de uma plataforma: a caldeiraria e a solda. Na tabela de cinco níveis, praticada entre 2012/2013, o salário inicial de um caldeireiro nível I era de R\$ 1.667,46. No último nível, o V, o salário aumentava para R\$ 2.441,33, como mostra a imagem abaixo:

| FUNÇÕES | | TIPO MO | NÍVEL | | | | |
|-------------------------------|-----|---------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | | | I | II | III | IV | V |
| Ajudante | MOD | | 807,31 | | | | |
| Aprendiz | MOD | | 312,45 | 343,70 | 378,06 | 415,87 | 457,46 |
| Auxiliar de Montagem | MOD | | 1.263,04 | 1.411,35 | 1.539,65 | 1.667,96 | 1.796,26 |
| Auxiliar de Soldagem | MOD | | 1.296,00 | 1.425,60 | 1.568,16 | 1.724,98 | 1.897,47 |
| Auxiliar de Serviços Gerais A | MOD | | 1.269,88 | 1.396,87 | 1.536,56 | 1.690,21 | 1.859,24 |
| Auxiliar de Serviços Gerais B | MOD | | 807,31 | 888,04 | 976,85 | 1.049,49 | 1.154,44 |
| Carpinteiro | MOD | | 1.369,06 | 1.370,26 | 1.407,20 | 1.548,02 | 1.702,07 |
| Caldeireiro | MOD | | 1.667,46 | 1.834,21 | 2.049,16 | 2.219,39 | 2.441,33 |
| Desempenador | MOD | | 1.537,20 | 1.601,01 | 1.660,42 | 1.746,45 | 1.851,14 |
| Eletricista de Manutenção | MOD | | 1.779,23 | 1.957,15 | 2.152,87 | 2.368,14 | 2.604,95 |

¹⁰⁶ É importante também salientar aqui que durante os períodos em que estive em campo, presenciei somente conflitos e lutas por melhores condições relativos à ECOVIX, por dois motivos. O primeiro, pelo tempo. Quando comecei a me aproximar do sindicato e da luta de outros trabalhadores, a QUIP já havia terminado suas plataformas e estava em processo de remontagem da Companhia, como já foi salientado em capítulos anteriores. Segundo, pela condição de trabalho. Um dos capítulos que seguem pretende salientar as diferenças e as comparações feitas entre a gestão das duas empresas. Tanto sindicato quanto trabalhadores sempre deixaram evidente para mim que há um abismo entre as duas empresas no que diz respeito à forma de gestão e as condições de trabalho

Na tabela praticada em 2013/2014, como se vê abaixo, já praticando a política de dez níveis, o salário de um caldeireiro nível I era pago com um valor de R\$ 1.530,68, abaixo do nível inicial da primeira tabela. Já o valor de R\$ 2.441,33, referente ao último nível da tabela anterior, só seria atingido quando o funcionário chegasse ao nível IX, com um salário de R\$ 2.501,33. O último nível tinha um valor 10% maior, mas provavelmente só seria alcançado com o dobro de tempo de trabalho.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----|----|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Ajudante de Solda | MOD | 11 | 960,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aprendiz | MOD | 11 | 339,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Armador | MOD | 11 | 1.196,77 | 1.256,61 | 1.319,44 | 1.385,42 | 1.448,10 | 1.520,50 | 1.596,53 | 1.676,35 | 1.760,17 | 1.848,18 | | | | | | | | |
| Auxiliar de Montagem Elétrica | MOD | 11 | 1.320,00 | 1.386,00 | 1.455,30 | 1.528,07 | 1.604,47 | 1.684,69 | 1.768,93 | 1.857,37 | 1.950,24 | 2.047,75 | | | | | | | | |
| Auxiliar de Serviços Gerais | MOD | 11 | 960,00 | 1.011,84 | 1.066,48 | 1.124,07 | 1.182,59 | 1.241,72 | 1.303,81 | 1.369,00 | 1.437,45 | 1.509,32 | | | | | | | | |
| Carpinteiro | MOD | 11 | 1.273,55 | 1.337,23 | 1.400,90 | 1.470,94 | 1.540,99 | 1.618,04 | 1.695,09 | 1.779,84 | 1.868,83 | 1.962,28 | | | | | | | | |
| Caldeireiro | MOD | 11 | 1.530,68 | 1.836,82 | 1.915,16 | 1.975,38 | 2.066,25 | 2.161,29 | 2.243,83 | 2.382,50 | 2.501,63 | 2.626,71 | | | | | | | | |
| Desempenador | MOD | 11 | 1.402,77 | 1.683,32 | 1.767,49 | 1.855,86 | 1.948,66 | 2.037,16 | 2.139,02 | 2.240,87 | 2.352,91 | 2.470,56 | | | | | | | | |
| Eletricista de Manutenção | MOD | 11 | 1.624,02 | 1.648,89 | 1.676,32 | 1.703,08 | 1.750,74 | 1.763,75 | 1.800,80 | 1.804,83 | 1.735,18 | 1.871,94 | | | | | | | | |
| Eletricista F/C | MOD | 11 | 1.742,51 | 2.091,01 | 2.195,56 | 2.305,34 | 2.420,61 | 2.541,64 | 2.668,72 | 2.802,16 | 2.942,26 | 3.089,38 | | | | | | | | |
| Eletricista Op. Sistema Elétrico | MOD | 11 | 2.601,76 | 3.122,11 | 3.278,21 | 3.442,12 | 3.614,23 | 3.794,94 | 3.984,69 | 4.183,92 | 4.393,12 | 4.612,78 | | | | | | | | |
| Encanador | MOD | 11 | 1.743,16 | 2.091,79 | 2.196,38 | 2.300,96 | 2.416,00 | 2.536,80 | 2.663,64 | 2.796,83 | 2.936,67 | 3.083,50 | | | | | | | | |
| Encarregado de Calderaria | MOD | 11 | 3.449,25 | 4.139,10 | 4.329,50 | 4.524,33 | 4.730,00 | 5.008,31 | 5.321,70 | 5.641,00 | 6.009,97 | 6.310,47 | | | | | | | | |

Para a solda, a mesma desvalorização que equalizava tempo de trabalho e promoção ocorreu. Se antes um soldador TIG (com muita formação e tempo de solda) ganhava R\$ 3.739,62 no nível V da tabela de cinco níveis, esse salário só seria alcançado se o nível VII fosse atingido na nova separação que dividia os níveis em 10, significando com isso a necessidade um tempo muito maior de trabalho para tal.

Nesta mudança realizada pela empresa, uma série de reclamações começaram a aparecer e serem questionadas pelos funcionários. A dificuldade em entender as classificações da empresa eram por vezes respondidas pelos representantes dos mesmos como uma estratégia da empresa de não deixar evidente e de fácil compreensão a possibilidade de promoção dentro de um cargo, ou até mesmo maquiagem os desvios de função que ocorriam no chão da fábrica. Em parte, muitos dos relatos apontava para uma má gestão do Rh da empresa e mascarava as formas pessoais e informais com que pessoas próximas aos supervisores recebiam promoção.

Essa luta pela tabela é importante como um dos muitos eventos que foram acumulando tensões e conflitos mal-resolvidos entre empresa, sindicatos e trabalhadores. A importância desta série de ocorridos para a grande paralisação pode

ser interpretada a partir do relato dos sindicalistas, trabalhadores que entrevistaei e jornais locais como sendo um dos pontos que fomentaram em grande parte a grande paralisação ocorrida no começo de 2014. Sadi, em uma conversa sobre essa grande paralisação, me explicou o “princípio” do conflito:

Começou o princípio assim ó. Desde o início a gente tinha acordado com a empresa, lá em setembro, tá, numa dessas vistorias, reunião, lá em setembro, a gente já tinha conquistado numa primeira mobilização, o fim dos dez níveis.

A partir de greve?

Mobilização. A gente não chamou de greve. Que ela tinha acordado com nós em ata que iria acabar os dez níveis, e acabou. Só que daquele tempo pra cá, ela nunca adequou o salário do trabalhador. A empresa praticava salário abaixo da tabela, abaixo do que as outras empresas vinham praticando.

Esta grande paralisação teve início dentro da fábrica, através de uma comissão de trabalhadores e acabou sendo acolhida (com todas as controvérsias possíveis) pelo Sindicato. Neste período, uma pauta levantada em conjunto, entre sindicato e trabalhadores, exigiu que 64 itens, entre eles muitos pontos simples e básicos de NRs (Normas Regulamentares) trabalhistas fossem atendidos. Dos 64 pontos, 53 foram assinados em ATA pelas empresa e seriam cumpridos em um prazo estipulado em reunião. Para Sadi, além da questão dos níveis, havia uma grande indignação com as condições de trabalho entre os funcionários da obra

E o que foi mais revoltante também, que acho que o trabalhador tem a razão em manifestar e foi a gota d’água: em cima do navio, no convés, tinha 5 banheiro pra mil e duzentos homens. Aí eu deixo pra, cada um tirar sua conclusão. Não é nós, não é nós. A gente pede o mínimo, o mínimo de condição pro trabalhador. A empresa ela vinha postergando, ela não vinha, ela não vinha, que chegou à gota d’água, numa sexta-feira o trabalhador, dez horas da manhã, nos chamou, não aguento mais, tô saindo, e a gente apoiou ele. E dali a gente ficou três dias e meio, numa constante, numa luta, aonde a gente construiu 64 reivindicações, dessas 64 reivindicações a gente conseguiu oficializar nada mais daquilo que a gente vinha brigando 6, 7 meses atrás, e que precisou dar uma mobilização né, de âmbito quase nacional pra mostrar pro cara “tô pedindo socorro aqui, me ajude”. Isso aí. E a nossa entidade, por mais que queira, nossa instituição ela depende dos órgãos públicos. Ela depende da delegacia do trabalho, da justiça do trabalho, ela depende. Então assim ó, então foi assim que chegou onde chegou. Que, desses itens aí, a gente conseguiu recuperar aquilo que ela não tinha cumprido né, e tamo aí na

luta de novo né. Construiu, agora vamos assinar essa ata agora entre hoje e amanhã, com a seguinte condicionante: se ela não cumprir nos vamos acionar ela na justiça. Acho que isso tá mais que na hora de acabar.

Shrek, bem como Sadi, reconhece que com as atuais condições de trabalho que eram enfrentadas pelos trabalhadores era inevitável uma paralisação ou algum tipo de manifestação.

A questão parte do princípio que todo ser humano tem que ter algumas coisas básicas. Tem que ter água, banheiro, quando vai trabalhar num local de espaço confinado tem que ter um espaço decente. Há algum tempo nós vínhamos discutindo isso, nós vinha batendo, batendo, batendo, e nada, a solução não vinha né cara. A gente foi no Ministério do Trabalho, fez queixa, uma denúncia lá, o Benito mesmo foi lá levar o documento para o advogado. Só que os trabalhadores se revoltaram com a situação. Na verdade não foi o sindicato dos metalúrgicos que parou, os trabalhadores pararam, e nós assumimos a responsabilidade pelos caras. O trabalhador para, a gente vai e assume a responsabilidade. Tomamos a liderança, pra discutir com a obra parada, que era a vontade dos trabalhador, né tchê. Inclusive não foi uma greve, foi uma paralização. Ela foi meia, sem, sem muita documentação trazendo legalidade por quê? Porque não foi nada planejado, foi uma revolta dos trabalhador, e fomos pra negociação. Saiu 64 itens de pauta na assembleia que nós fizemos com os trabalhador na segunda-feira. Muitos desses itens não eram negociáveis, porque são itens de convenção coletiva, que é agora em maio(...)

(...) Tchê, é ridículo, ridículo um trabalhador ter que parar de trabalhar pra pedir melhoria nas suas refeições, pra pedir ar pra trabalhar em espaço confinado, pra pedir um banheiro porquê não conseguia fazer as necessidades. Tinha cinco banheiro em cima do navio pra 1,500 homens, abarrotado de merda. É ridículo ter que pedir água, porque a água era quente igual água pra chimarrão. E nós batendo, batendo. Toda semana ia discutir com a empresa. “Não, tamo mudando, tamo mudando, tamo melhorando”. E NADA! O povo parou. Isso é direitos humanos cara. Direito a uma água, a um banheiro, ar nem se fala. Saía de maca 10, 20 cara por dia porque desmaiava por falta de oxigênio no espaço confinado. Então vou dizer pra tí ó, ou a coisa muda ou o diálogo acabou, foi a última tentativa.

Durante o período em que acompanhei algumas visitas e conversas entre os representantes sindicais dos trabalhadores e das empresas, percebi que muitas vezes as mesmas reivindicações e negociações eram refeitas. Na primeira conversa sobre a paralisação, perguntei a Shrek sobre esse tipo de impasse e essa dificuldade de lidar com os diferentes tempos da negociação e sobre os resultados da última vez em que

houve uma grande disputa com as empresas. O advogado que cuida dos casos mais particulares dos trabalhadores par ao sindicato, Marcelo, também estava presente:

Só uma dúvida, porque tem um monte de coisas que eu ainda não consegui entender muito bem, mas tem coisas que têm aí que eu já tinha visto vocês negociarem, inclusive numa daquelas visitas. E desde aquela época as coisas continuam na mesma?

Sim, a mesma coisa. Porque eles assinaram uma ata lá atrás, um documento, e cumpriram pela metade. Que que acontece. Tu te lembra, participou daquela época que era pra terminar com os 10 níveis e voltar com os 5. Eles acabaram com os 10 níveis, só que assim ó, vou te dar um exemplo. Tu tava lá no nível 4, dentro dos níveis, e se tu passou pro nível 5, teu salário condiz com o nível 2, da tabela de 5 níveis. Só que lá no teu contra-cheque, continuou vindo nível 4, e o que que tu diz? Não, só um pouquinho, eu sou nível 4, quero ganhar nível 4. Mas não é o nível que interessa, é o teu salário, porque aquele nível 4 que tá lá no papel condizia com os 10, que terminou. Qual o erro da empresa? A empresa é muito mal administrada. Quando a empresa acertou com o sindicato que acabaria com os dez níveis, ela deveria chamar todos os trabalhadores, pegar a carteira dos caras, e colocar lá o nível que realmente condizia com o trabalho do cara, e ela não fez isso. Isso é um dos problemas, porque te gera uma esperança que é uma esperança errada. Que pra ti não interessa cara, pra ti na tua carteira tá nível 4, e tu olha na tabela da empresa e dentro do nível 4 é outro salário. Só que a empresa diz que é nível quatro dentro dos dez níveis, não dentro dos cinco. Ele estava nível quatro lá nos dez, porque que eles não mudaram o contra-cheque dele? Então é erro administrativo, e tem que pagar por isso, porque o sindicato tem que ir lá e discutir isso aí com o trabalhador, com a empresa.

Outro problema é o seguinte. Quando tu tem dez nível e termina com cinco nível, por exemplo. Entre um e o dois tu tem os níveis intermediários. A empresa acabou com os dez níveis, e o cara que estava no intermediário agora ficou no nível dois. Aí, tu recebe 1.700 e ele 1.500, e os dois no nível dois, como pode isso? Na realidade o que acontece é o seguinte, o que deveria é ter subido o teu salário para equiparar com o dele. A empresa não fez isso, então ela não cumpriu o acordo.

(...) Então a empresa, cara, ela recebeu dos trabalhadores a resposta que ela merecia receber. E não foi por falta de diálogo e não foi por falta de aviso. O sindicato sempre teve batendo na mesma tecla. Vocês têm que mudar isso aqui, têm que mudar o salário conforme o nível do cara. "Ah, mas o cara que tá com o nível mais alto?" Não interessa, então muda o nível. Se lá no nível 10 ele era 4 e ele recebe como dois e a função dele é dois, coloca lá no contra-cheque do cara o nível que realmente ele é, porque tu tá gerando uma expectativa no trabalhador que ele é nível 4, e ele olha pro lado o cara que é nível 4 ganha o dobro dele. Ele não quer saber cara, ele quer que tu te foda, ele quer o dele. Um direito dele. E te dizer mais, se bobear ele bota na justiça e é capaz de levar né, Marcelo, então.

Há um erro, segundo o sindicalista, tanto de gestão quanto de organização da folha salarial, fazendo com que os funcionários recebessem E a empresa recebeu a resposta que “merecia receber”. Para Shrek, essa má gestão ficou ainda mais evidente quando a empresa resolveu transformar e mexer na tabela dos níveis sem se preocupar com o trabalhador. Segundo ele, grande parte do alegado prejuízo da empresa na hora de negociar com o Sindicato se deve a esta falha e essa incapacidade de gerir pessoas.

A ECOVIX tá tendo um prejuízo, se é que é real, prejuízo declarado que diz, no meu entendimento prejuízo deles é por causa de gestão, não por valor. Os caras geriram muito mal a empresa. Os caras quando chegaram aqui já existia uma tabela pré-acertada com o sindicato, que todo mundo seguia, que era uma tabela construída ao longo dos anos com a QUIP, que é uma tabela que ela teve aqui. Que eles quiseram, quiseram inventar a roda. Eles pegaram nossa tabela, em comum com nossas empresa aqui, e inventaram os nível. Que que aconteceu? Tomaram no cú, eles inflacionaram o salario, bem inflacionado, e dentro da empresa rolava uma malandragem do cacete. Porque o cara que tava de chefe que ele fazia? Eu sou chefe, supervisor, ganho sessenta mil por mês, não vou fichar meu irmão de peão, vou fichar de encarregado. Mas o irmão dele não sabe nem lê desenho. O Sobrinho? Sobrinho não vai botar no nível mais baixo, vou botar já no nível 3, 4, 5, e no jogo das promoção só parente e amigo que sabia. E o povo daqui se revoltou. Eu sei mais que aquele cara, o cara é parente do fulano e já chega ganhando promoção, ganha o dobro em promoção, foi onde eles se ferraram, que a gente teve que ir pra porta da fábrica e baixar essa questão de nível. Conseguimos baixar essa questão pra moralizar um pouco a situação. Só que nesse meio tempo gastaram rios de dinheiro, inclusive com demissões de gente que tava no cargo mais alto, que não sabia merda nenhuma, tiveram que demitir. Então o prejuízo deles é gestão. E aí, fazer o que? Eles alegam que pro ano que vem eles esperam começar a ter lucro. Aí digo assim “se vocês mudar a gestão da empresa vocês vão começar a ter lucro”.

A paralização em si começou efetivamente a partir de um movimento de dentro da fábrica, no dia 07 de fevereiro de 2014, em uma sexta-feira, e se prolongou por quase uma semana, sendo encerrada após uma assembleia na outra quinta. Neste ultimo dia, o sindicato foi forçado judicialmente a terminar com o piquete a frente da fábrica e sendo ameaçado de multa caso dificultasse acesso de trabalhadores ao interior do estaleiro. Em um vídeo no Facebook, foi publicado um vídeo em que Benito recebia a ordem judicial em frente a sede do sindicato e jogava longe algumas cadeiras de plástico para demonstrar sua indignação.

Tanto a Zero Hora (jornal de maior circulação no estado) quanto o jornal local da cidade ressaltaram que a greve foi iniciada devido às reclamações de trabalhadores relativas ao calor, falta de água e problemas com promoções e desvios de função. O título da matéria na Zero Hora foi *Mais de 8 mil funcionários do Polo Naval de Rio Grande entram em greve por causa do calor*¹⁰⁷, e citava, em uma parte dos textos,

A paralisação foi deflagrada por um motivo principal: a falta de condições para lidar com o calor. Segundo o diretor do sindicato, Gilberto de Oliveira, não há bebedouros suficientes nem ar refrigerado.

— Se a maioria das pessoas sente a temperatura de 38°C, lá a gente trabalha sob calor de 50°C, para mais — diz.

Tem sido frequente também, de acordo com ele, as ocorrências de desmaios durante o expediente. Com um dos trabalhadores, que não quis se identificar, aconteceu duas vezes no mesmo dia.

— A ambulância não para. Por dia, cerca de quinze pessoas desmaiam — relata.

Os funcionários pedem a instalação de mais bebedouros, banheiros e ventiladores. Oliveira afirma que as reivindicações já haviam sido enviadas às empresas do estaleiro no ano passado, mas não foram cumpridas. O sindicato também reclama de desvios de função no Polo Naval.

— Tem gente produzindo como se estivesse em um cargo maior, mas sem nenhum tipo de aumento — afirma.

O Jornal Agora, da cidade de Rio Grande, também ressaltou os problemas enfrentados pelos trabalhadores e citou anonimamente relatos sobre os eventos que levaram até a paralisação¹⁰⁸:

Desde a última sexta-feira (7), cerca de 8 mil trabalhadores da Ecovix estão em greve. Segundo um trabalhador, que prefere não se identificar, um dos principais motivos da paralisação é a falta de condições de trabalho. "*Não temos ventilação, ar-condicionado e nem exaustor para puxar a fumaça da solda. Já fizemos as reivindicações e eles não cumpriram. A água que tem para tomarmos é quente. Em média, 13 funcionários desmaiam por dia, por causa do calor e da falta de condições de trabalho*", apontou.

O funcionário salientou que a empresa fornece somente dois uniformes completos, o que no verão, segundo ele, causa muitos problemas em função das altas temperaturas. "Eles não querem dar equipamentos. É muito suor nas roupas", comentou. Ele disse que ainda tem a questão dos salários. "Ainda não acertaram o nosso dissídio de 2013, ficou para trás. E tem os níveis que baixaram", observou.

¹⁰⁷ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/mais-de-8-mil-funcionarios-do-polo-naval-de-rio-grande-entram-em-greve-por-causa-do-calor-4415558.html> - visualizada em 28/03/2014.

¹⁰⁸ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=54792> - visualizada em 20/03/2014.

Na segunda-feira, dia 10, uma comissão formada por alguns dos trabalhadores que iniciaram o processo de paralisação e o sindicato se reuniram com a ECOVIX e discutiram os itens que comporiam a ata. Através de sua assessoria de imprensa, a empresa deu ao Jornal Agora¹⁰⁹ as seguintes explicações:

Ainda em referência à greve dos trabalhadores, a Ecovix informa que “tem se reunido constantemente com representantes do sindicato dos trabalhadores para esclarecer as medidas que a empresa tem adotado para o bem-estar físico e a segurança de seus colaboradores. A fim de amenizar o calor, a empresa aumentou substancialmente a quantidade de exaustores, climatizadores e ventiladores. Foram instalados também 2 contêineres sanitários. Além disso, os bebedouros estão sendo abastecidos com gelo, de duas em duas horas, e os funcionários estão recebendo isotônicos.

Quando a temperatura ultrapassa 33°C, há intervalos de descanso das 10h às 10h30min e das 14h30min às 15h, na jornada de trabalho. O estaleiro conta com uma equipe de saúde a postos para atender aos trabalhadores, se necessário. Quanto à questão salarial, cabe enfatizar que o pagamento é efetuado rigorosamente em dia. Além disso, 1.200 promoções de cargos e salários analisadas e concedidas em janeiro serão pagas no decorrer dos próximos 30 dias. Os níveis salariais de cada função levam em conta fatores como formação e experiência. Uma série de outras medidas estão sendo implantadas em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos e a comissão de trabalhadores”

Todos estes relatos sobre as péssimas qualidades de trabalho fora constante em diversos espaços através de diferentes atores. No quarta-feira, dia 12, quando completou quatro dias, uma série de reuniões ocorreu na sede do sindicato no decorrer do dia. Ao final da tarde, junto a vereadores da Comissão de Obras, Infra-Estrutura, Meio Ambiente e Renda da Câmara da cidade de Rio Grande, trabalhadores, representantes do STIMMERG e Krause se reuniram. A reunião foi chamada pela comissão presidida pelo vereador Charles Saraiva, conforme escreve o Jornal Agora¹¹⁰, pois a mesma recebeu um documento da direção do estaleiro descrevendo a situação da greve dos trabalhadores. A reportagem fala também de uma fala, em tom ameaçador, de Benito:

Durante os debates o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metal, Mecânica e de Materiais Elétricos do Rio Grande e São José do Norte, Benito Gonçalves destacou que a maioria dos trabalhadores perdeu a credibilidade na empresa, em razão das promessas feitas que

¹⁰⁹ <http://jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=54841> - visualizada em 20/03/2014

¹¹⁰ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=54909> - visualizado em 20/03/2014.

não foram realizadas. Ele explicou que os trabalhadores exigem uma resposta e esperam que a empresa cumpra com o que está sendo solicitado. "Se não tiver uma resposta hoje, está decretado que eles vão invadir a empresa. Todos estão avisados. Eles não vão entrar para protestar", desabafou.

Gonçalves salientou que está preocupado com a situação e em que nenhum momento irá esconder alguma informação dos trabalhadores. "O trabalhador não acredita mais na empresa. Ela perdeu a credibilidade. Essa reunião aqui é um pedido de socorro", reforçou.

Nesta reunião também foram acertadas pautas para a Assembleia que aconteceria na manhã do dia seguinte (sexta-feira, dia 13) em frente a fábrica. Antes da Assembleia, o sindicato recebeu em sua porta uma notificação da Justiça do Trabalho afirmando que a greve não poderia impedir os trabalhadores de entrarem na empresa, ou seria multada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia.

Segundo Shrek, esse documento apresentado na Câmara de Vereadores pela empresa é mais um dos muitos movimentos em que a empresa joga com as possibilidades e táticas legais e impede uma ação mais efetiva ou até mesmo tenta diminuir a relação de confiança dos trabalhadores para com seus representantes. Nessa conversa que tivemos sobre a paralisação, também perguntei sobre outras questões básicas que tinham sido negociadas em reuniões e visitas ao estaleiro, como o refeitório:

Não vamo longe, tu quer ver onde a empresa nos fode? Nós temos 53 itens alí que a empresa se compromete a cumprir. Se nós fosse a um dissídio de greve, se chegasse a esse ponto, o sindicato perderia todos os direitos dessa greve, ela se tornaria uma greve, na verdade uma paralisação, se tornaria uma paralisação ilegal, por uma questão muito simples. O representante do empresário diz assim: "eu dou tudo, tem 53 itens que eu não tô me negando a negociar, dou todos". E aí o trabalhador lá na assembleia diz assim: "tudo bem, tem 53 itens aí, quem que me prova que eles vão cumprir". Na negociação a empresa me ferra, e se eu for na justiça com ela vai me ferrar porque o juiz vai olhar e dizer "mas pera um pouquinho". Eles fizeram isso na câmara de vereadores, "eu não tô entendendo vocês. Tu tem 64 itens de uma reivindicação, tá levando 53 e tu ainda não quer voltar a trabalhar, isso aqui é irregular"! O juiz não quer saber se eu tenho 300 atas lá atrás que eles não cumpriram. Ele não quer saber que o trabalhador diz que não acredita. Porque é isso que aconteceu. Nós fomos pra uma assembleia, apresentamos durante dois dias consecutivos as propostas da empresa, que no papel são excelentes, são maravilhosas, vai mudar a empresa, e o trabalhador diz assim "não adianta, não acreditamos na empresa. Vocês vêm com esse papel, é mais um papel, nós queremos ver".

Acontece que aí a empresa vem pra mim e diz assim: “eu vou entrar na justiça, eu vou mostrar esse papel aqui, e o juiz vai dizer, eu não mudo...”. Por exemplo, eles compraram 60 exaustores e ventilador e não sei mais o que, eu não coloco isso da noite pro dia, e sem trabalhador dentro da obra não tem como colocar, porque são eles que vão colocar. E eu não tenho argumento. Então eu sou obrigado, por uma questão de bom senso, de chegar lá e defender a pauta, e dizer pro trabalhador o seguinte: “vâmo da um voto de confiança pra empresa, vamo entrar e trabalhar, vamo tentar fazer diferença”. Mas, corre o risco de amanhã ou depois nós tá parado lá na frente, pelas mesmas coisas.

Foi nesta greve que comecei a perceber que há uma diferença de tempos e discursos com relação ao que pode ser feito e o que realmente se torna política efetiva dentro do sindicato e do pátio da empresa. O advogado da empresa que participou da conversa com Shrek citou o famoso tempo do gerúndio utilizado pelas empresas em suas respostas: “estaremos providenciando, estaremos resolvendo”. Essa estratégia de promessas e atas é recorrente dentro da política de lutas entre sindicato e empresa, e a todo o momento em que acompanhei alguma destas disputas me pareceu que havia sempre uma incerteza, uma indecisão latente no que diz respeito ao cumprimento ou não destas promessas.

Ao falar sobre o interdito judicial, fruto em parte dessas estratégias empresariais, Sadi afirmou que mesmo com adesão de quase 90% dos funcionários, havia limites entre o que pode ser feito, ressaltando o que tinha dito para a imprensa local, de que em nenhum momento o sindicato impediu a entrada de funcionários da empresa.

Na verdade assim ó, o que que aconteceu, na verdade. (Sadi atende telefone e consegue agendar duas homologações par RVT. Ainda conversa um pouco com o sujeito do RH e diz que “tá dando certo não tá? Continua ligando pra mim”). Cara, o que ocorreu, que a empresa entendeu que a nossa manifestação não era legítima, tá, e ela entendeu também que nós tava proibindo, impedindo o trabalhador de acessar as dependências dela. E ela entrou com um, nos notificou com um interdito proibitório, que a gente não podia proibir nenhum trabalhador de acessar as dependências. Quero dizer pra ti que a gente nunca, nunca, nunca proibiu um trabalhador de acessar as dependências da empresa. O trabalhador que não entrou é porque tava realmente indignado com as condições de trabalho que ela vinha apresentando nesse período, então, acho que o relato que eu podia te dar da nossa luta, é esse.

O jornal local¹¹¹ ressaltou em as palavras de Sadi e também confirmou com um trabalhador que não quis se identificar que alguns crachás estavam bloqueados, além de receber da empresa um comunicado de que as conversas com a comissão de trabalhadores e sindicato continuariam, já tendo inclusive uma reunião marcada para a terça-feira, dia 18 de fevereiro.

Na manhã desta quinta-feira (13), o sindicato promoveu uma assembleia com os trabalhadores para discutir sobre a pauta de reivindicações. De acordo com o sindicato, a maioria dos trabalhadores irá manter a mobilização. "O sindicato não desistiu da mobilização, só não podemos ir para a frente da empresa e trancar a entrada dos trabalhadores. A mobilização continua. A empresa ganhou a primeira batalha, mas o trabalhador continua com o sindicato. Estamos focados na busca por qualidade de trabalho para os nossos trabalhadores", destacou o vice-presidente do Stimmerg, Sadi Machado.

Já um trabalhador que preferiu não se identificar contou que tentou entrar na empresa hoje, 13, e não conseguiu. "Fui tentar entrar e meu crachá estava bloqueado", apontou o trabalhador, que está preocupado, pois o bloqueio do crachá pode indicar uma demissão. Ele contou que diversos colegas também tiveram o mesmo problema e que conversou com um dos superiores da empresa e foi informado que o bloqueio não ocorreu por demissão e sim por um equívoco do setor de Relações Humanas.

Na sexta-feira, dia 14 de fevereiro, a greve teve seu fim e a maioria dos trabalhadores voltaram ao trabalho. A reclamação sobre as demissões em massa continuou por parte dos trabalhadores. Sadi ressaltou ao jornal que a conquista de 54 dos 64 pontos exigidos era uma grande vitória e que o sindicato sempre tentou agir dentro da lei, avisando aos trabalhadores que deveriam voltar ao trabalho. A empresa alegou que as 150 demissões ocorridas após a paralisação já estavam planejadas e que não tinham qualquer relação com a greve

Sobre as possíveis demissões que estão ocorrendo, Machado contou que o Stimmerg sempre defendeu a pauta dos trabalhadores. "Quando fizemos a assembleia na quinta-feira pedimos ao trabalhador para ele voltar ao trabalho. Explicamos que poderia ocorrer demissão em massa. Foi falado no microfone. Quem não voltou sabia que estava correndo o risco. Aqueles que estavam na assembleia foram avisados", disse. Ele comentou que os trabalhadores que não participaram da assembleia ou que não compareceram correram o risco de demissão. "Defendemos a pauta e tudo o que interessa ao trabalhador. Conquistamos 54 dos itens da pauta. Nos dias das mobilizações, a empresa colocou câmeras para filmar. Aqueles que fecharam as ruas ou fizeram algum ato de vandalismo, o sindicato não pode se manifestar nem contra e nem a favor", argumentou.

Um funcionário que preferiu não ter o nome divulgado disse que nesta sexta (14) foram mais de 250 demissões e que não houve erro do setor de recursos humanos, como havia sido divulgado.

¹¹¹ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=54955> - visualizado em 20/03/2014.

"Quando cheguei para trabalhar, meu crachá também estava bloqueado. Tentei pegar um crachá provisório mas não consegui e disseram que era pra procurar o RH da empresa. Entrei em contato com meu encarregado e supervisor e descobrimos que eu estava demitido. Fico chateado mas não pelo fato de não trabalhar mais na Ecovix mas de ter apoiado tudo e na última hora ocorrer isso", ponderou.

Já a esposa de um funcionário contou que o marido também foi demitido. "Ele foi chamado na empresa para assinar os documentos para depois fazer os exames. Em torno de 300 trabalhadores foram demitidos hoje. Tem vários colegas dele que também foram demitidos. Não estamos conseguindo falar com o sindicato que disse que estaria a favor do trabalhador. O trabalhador que está pagando agora e ficamos sem saber o que fazer. É uma demissão em massa que está sendo abafada. Não é justo demitir uns por causa de uma paralisação que foi geral", desabafou ela.

A Ecovix esclareceu "que as 150 demissões realizadas ontem não têm relação com a paralisação dos últimos dias. Desde o início das atividades da empresa em Rio Grande, há uma movimentação natural de admissões e demissões mensais de funcionários, no intuito de melhor adequar o quadro de profissionais da companhia às necessidades técnicas exigidas nas atividades do Estaleiro".

Uma das consequências dessa greve que talvez nos dê pistas para pensar como as articulações e ações políticas que envolvem o conflito ligado ao trabalho no Polo Naval são complexas e muito contextuais em cada situação, é o caso de demissão de alguns funcionários logo após o fim da paralisação. O debate que se seguiu no Facebook fez eco ao que já havia sido exposto pelo jornal local, como mostra o trecho acima. Sadi, ao ser indagado por mim, disse que desconhecia os casos em que trabalhadores foram demitidos por justa causa, pois o sindicato cumpriu todas as determinações legais durante e depois da greve

Cara, o que eu vou te dizer é que pra nós não chegou nada. No último dia, no último dia sim, o sindicato como tem que apresentar um lado e defender o trabalhador, entendeu que a pauta apresentada era boa, era condizente com aquilo que a gente lutava, nós, nós como movimento sindical, entendemos e convidamos o trabalhador a voltar ao trabalho. Sabendo, que poderia ocorrer, caso ele não entrasse naquele dia, que poderia ocorrer demissão em massa. Tanto é que a posição do sindicato sempre foi muito clara nesse sentido, sempre prezando o trabalhador. E a gente convidou ele a entrar. Pra nossa surpresa, poucos trabalhadores levantaram a mão aprovando a pauta, mas a maioria entrou, voltou ao trabalho, mesmo aqueles que não levantaram, a maioria voltou ao trabalho. E ficou uns 300, aqueles que sabe que sempre falam, ficaram fazendo baderna, vandalismo de máscara, que nós não toleramos né, máscara, nós vamos de cara limpa, porque o trabalhador lá não pode tirar, aquele cara que é serio, porque não tira, então a gente não tolera mascarado no nosso movimento, e a gente não se envolveu a respeito disso aí.

A pauta discutida no início da paralisação com 59 pontos terminou com 64 e foi atendida, conforme promessa da empresa, em 54. Sadi estava se sentindo gratificado com o apoio de grande parte dos trabalhadores, com a sensação de dever cumprido e vitória alcançada. Segundo ele, desta vez a empresa tomou um grande susto:

Tu acha que já tendo esse tempo todo assim, digamos, da empresa protelando tanta coisa, tu acha que depois disso algo vai realmente ocorrer?

Acho que ela tomou um susto muito grande.

Tem confiança que essa ata vai ser cumprida?

Confiança não, confiança eu não tenho. Mas eu acho que ela tomou um susto muito grande porque ela ficou quatro dias e meio parada, sem qualquer atividade, tá, ela tomou um susto muito grande.

Foi a maior paralisação que já teve, tu acha?

Por enquanto foi. O máximo que a gente parou foi três dias, dois. E de adesão também foi maior. Sem dúvida. A gente conseguiu mobilizar 99% da empresa, 99% da empresa mobilizado, e pararam.

Para Shrek, esta também foi uma greve diferente, e havia uma certa confiança de que as coisas começariam a mudar a partir de agora. Reforçando a ideia de que esta havia sido uma das maiores paralisações, o sindicalista me narrou em outro momento

Então é isso, isso aí, vamos ver o que acontece. Vamo botar no Ministério do Trabalho a ata assinada, o advogado deve estar botando hoje, e se não cumprir “vamo” entrar na justiça, não tem mais o que fazer. Conversar a gente já conversou. Parar nós já paramos quatro vezes, o sindicato 3 e uma os trabalhador pararam. O prejuízo que eles tomaram, pelo que eles dizem, é gigantesco. Foi gigantesco, porque eles falaram em prejuízo médio de RS 4 milhões por dia, ficou acho que 5 dias parado, quer dizer, são RS 20 milhões. O investimento que eles fizeram, também foi interessante. Eles compraram muito exaustor, muito ventilador, bebedouros, banheiro.

Além dessa garantia jurídica, alcançada graças a experiência adquiridas através uma série de eventos e lutas passadas, tanto Sadi quanto Shrek estavam confiante pois o principal gestor da empresa foi demitido após essa grande greve. Sadi me mostrou, em seu celular, um vídeo onde os funcionários gritavam pedindo a saída do gestor de obras da empresa

Tomara que as coisas se resolvam.

Tomara que sim, tomara. Porque agora a gente tá tomando uma postura diferente. Mediante essa assinatura, se não for cumprido em 30 dias, a gente vai notificar eles, devido a notificação se eles não atender a gente vai direto pra justiça. Acabou o diálogo, aquela harmonia que a gente tinha com eles, que a gente prezava e achava que tinha, não tem. O trabalhador tá muito certo do que quer, a gente também, então acho que agora é executar aquilo que tá acordado ali. A gente espera que a empresa atenda. Temos um vídeo aqui que o pessoal maciçamente gritava “fora vice-presidente”, que eu nunca vi isso. Que ele foi infeliz numa entrevista, dizendo que não tinha nada, tava tudo bem, a empresa pagava direitinho.

Saiu onde?

Na tv local.

(me mostra o vídeo dos trabalhadores gritando)

Tá ouvindo o nome do cara? Pessoal gritando “fulano fora, fulano fora”, não é nós, nós não incentivamos nada. Como tu vai almoçar num restaurante que tem isso aqui na tua comida? (mostra a foto de um prato com moscas). Inadmissível, não é eu, quero que entenda assim, “ah, tu tá pegando um caso”, não tô pegando nada, a gente tem foto do descaso dos caras, e espero que sirva de lição, e daqui pra frente.

Eles tomaram um susto?

Sim, tomaram um susto muito grande. Tanto é que esse nome aqui que foi citado, foi afastado. Foi afastado e tá vindo outro assumindo o lugar dele. A gente não gostaria que essa cidade ficasse no canteiro. Mas como te disse, a gente não diz pra empresa quem ela tem que contratar e demitir. A empresa é eles ali que administram, gerem, a gente acha, espera que o dever nosso foi cumprido, dentro da legalidade, da seriedade, espero que dá razão também, que a gente nem sempre tem razão. Uns disseram que nossa greve era ilegal, a gente acha que não, que partiu do trabalhador.

Segundo Shrek, o sindicato já estava cansado de tantas promessas não cumpridas e tantas atas assinadas sem valor algum. Sua fala ressalta essa experiência adquirida como o tempo e essa necessidade de lidar com uma nova realidade na cidade.

Minha expectativa é que melhore, que vá melhorar. Sou cego? Não. Eu quero crer que vai melhorar, mas em contra-partida a gente tá preparado pra tudo, porque são dois anos de negociação que não dá em nada. São 4 atas de compromisso da empresa que iria mudar e ela não mudou. Então, pra mim, esses próximos 60 dias que tão em ata, pra adequação, é um processo de tá analisando, vislumbrando o que vai acontecer. Se lá na finaleira não mudou, justiça, vamos pra justiça exigir que a Ata seja cumprida na justiça, e quem sabe até paralização de novo, porque não?

Para João, há um caminho sem volta.

Isso é um caminho sem volta cara. Vai melhorar, com a gente ou sem a gente. Cara, vai chegar um ponto em que a Petrobrás vai se conscientizar e vai tomar vergonha na cara pra assumir que ela tem responsabilidade. Um dia alguém vai acabar cobrando da Petrobrás que ela tem responsabilidade. Algum dia alguém vai vir aqui. Essas situações que a gente passa aqui tão lá no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, a gente já mandou carta pra presidenta Dilma entregue na mão dela, com essas colocações. Então assim, a gente não é, não tá se negando. A gente tá buscando o trabalho e o apoio de quem tem que nos apoiar. Amanha ou depois, se acontecer uma infelicidade, um fato que seja a morte de um companheiro lá dentro cara, acho que a gente tem documentação em todas as esferas, suficiente pra verificar que a gente não foi omissa, que nosso trabalho aqui não foi omissa. A gente jamais negou, sempre trabalhou e buscou resultado. Agora, a gente não consegue multar um estaleiro. A nossa única arma é motivar o trabalhador a parar. É parar, fazer como a gente fez aí, como a gente tem feito paradas buscando melhorias. A gente tem, como eu vou te dizer assim ó, aconteceu, um interdito por parte do Ministério na área de pintura e solda da ECOVIX. Tavam interditado porque não ofereciam condições. A ECOVIX trabalhou isso em um mês e meio, conseguiu o Termo de Ajuste de Conduta do Ministério do Trabalho na justiça do trabalho, onde retomaram as atividades. Te pergunto, houve correções no que eles enxergaram lá no início que não poderia trabalhar? Não, não houve. A ECOVIX veio corrigindo através do tempo uma ventilação, tentando melhorar uma situação de pintura, há muito tempo. Isso a gente tá falando em seis meses, sete meses, que era pra ter interditado e ter retornado somente quando tivesse condições. Ofereceu? Não ofereceu. A gente é refém do sistema, infelizmente a gente vai alí entrar com uma ação. Entra com uma ação no Ministério do Trabalho, dificilmente conseguimos um resultado bom.

Muita burocracia?

S: Não, os processos de pedido de insalubridade e periculosidade, já tivemos que tirar e recolocar de novo, de outra maneira, porque eles não aceitam.

J: A gente botou em nome de toda categoria, ECOVIX, QUIP, CQG e Atlântico Sul. As quatro grandes dos estaleiros, que eram que administrava, responsável, e a Justiça do Trabalho não concordou, não concordou com esse fato e nos exigiu o que. Que a gente fizesse uma ação para cada área. Uma ação pra soldador, uma ação pra esmerilhador, pra elétrica, a gente teve que pegar quatro ações e transformar em noventa.

S: E tu pergunta pra qualquer trabalhador lá se é área insalubre ou não. É insalubre. Agora, vamo ganhar? Não sei, talvez.

J: Por exemplo, o que ta acontecendo com nós, um exemplo. Perícia da QUIP até hoje não saiu. A QUIP já terminou o serviço dela, já foi embora e a gente ainda não foi feita a perícia. Como é que se faz perícia? Aí a gente tá pegando e pedindo, aí tem que apresentar testemunha, a Justiça do Trabalho nos exige. A gente tenta arrumar com os companheiros, só pra dizer assim ó: “Cara, que que tu fazia, que que tu usava, trabalhava com

220, tla máquina”. Ninguém aqui pediu pro trabalhador aumentar, inventar, só ir lá e dizer qual era a tua atividade e o que tu fazia. Tudo isso aí. A gente precisa de três, quatro trabalhador por processo. Pergunta pra qual processo até hoje a gente arrumou um. “Não vou, porque vai me prejudicar, e tal”.

Cara, tu não vai lá mentir, tu vai lá dizer assim. “tinha minha agenda, minha caneta, meu gravador, era isso que eu usava”. Tu não vai aumentar nem diminuir nada. Pergunta se os caras querem ir, não vão.

S: Aí tu ganha como sem testemunha? Porque o juiz não quer saber cara, ele nunca entrou dentro do Polo Naval, ele não sabe o que se passa lá dentro.

J: Porque quando tem o trabalho na área, tu consegue ir lá, fazer as medições, mostrar pro perito o que tá ocorrendo, sem precisar de nenhuma testemunha. Tu vai no local. Mas quando o processo demora tanto, e acaba, como aconteceu com a QUIP, as terceirizadas e a QUIP saíram, a gente não tem mais acesso a tentar fazer as perícias. Então, tu luta, tu busca aqui, alí, mas nada, o sistema em si não te ajuda em nada, mas.... A gente tem que conviver com isso. Infelizmente como eu digo pros gurus, lá dentro lá, o cara é idealista, tem um sonho lá dentro, de chegar aqui e conseguir mudar as coisas. E quando chega aqui, tu conhece o maldito sistema. Folha de papel, gente que te manda, a justiça te dizendo que isso aqui não pode, tu não deve, não pode.

Essa dificuldade, novamente, aponta para uma relação direta não somente com as escalas de possibilidade de ação que se colocam nas esferas ditas oficiais para solução de demandas, como também versam sobre a peculiaridade do trabalho na indústria naval. O tempo da dita circularidade de empregos dificulta uma ação que precisa de mais tempo do que a empresa leva para contratar e descontratar as subcontratadas, terceirizadas, quarterizadas, quinterizadas, ao mesmo tempo que a natureza de re-contratações das mesmas empresas causa um receio em trabalhadores para que estes sirvam como testemunhas em processos desta natureza.

Conforme aponta Vêras de Oliveira (2013) ao analisar os sindicatos do estaleiro Atlântico Sul localizado no complexo portuário de SUAPE/PE, já havia, em 2012, uma certa perplexidade entre os sindicatos ligados a CUT no que diz respeito a esse novo cenário do desenvolvimento da indústria naval. Segundo conta, SUAPE tornou-se para o sindicalismo um grande desafio. A partir do crescimento da indústria na região, houve a necessidade dos sindicatos aprenderem a lidar com novos elementos em cena, como conglomerados de grandes empresas e consórcios, concentrações de trabalhadores em

grande número, heterogeneidade no perfil destes trabalhadores, discrepâncias salariais e de condições de trabalho, o caráter explosivo dos conflitos e intensas disputas sindicais.

Véras de Oliveira (2014) também analisa outro movimento de greve interessante relativo a obras do PAC em Juruá, no ano de 2011, que trouxeram para o sindicalismo cutista uma série de questões e desafios. Segundo o autor, é interessante notar um movimento de perda de um protagonismo político no cenário nacional devido a este novo contexto que colocava o principal parceiro político do “novo sindicalismo” a frente de projetos de desenvolvimento. Segundo aponta o autor, com a chegada de Lula ao poder os segmentos ligados a CUT tinham duas opções: ou continuar lutando, e assim enfraquecer a base de apoio ao governo, ou creditar ao governo a iniciativa de mudanças sociais, unindo-se a ele, trazendo risco de comprometer sua própria representatividade e autenticidade. O que se viu, no decorrer dos anos foi

a adoção, por parte do ator sindical, de uma estratégia vacilante, ambivalente, que reforçou uma tendência já estabelecida desde antes: a perda de protagonismo político no cenário nacional, ao mesmo tempo em que se manteve presente e atuando sobre este... (Véras de Oliveira, 2014:113)

Esse desafio tem a ver com que o autor chama de um novo desenvolvimentismo, que aponta para um novo contexto em que as relações entre trabalho e identidade operária necessitam ser repensadas:

A questão que fica se refere à capacidade dos trabalhadores e suas representações sindicais se afirmarem como protagonistas na construção de um novo padrão de relações de trabalho e de uma perspectiva de desenvolvimento que venha a ter nos elementos da equidade social e da sustentabilidade ambiental, aspectos tão estratégicos como o da eficiência econômica (Véras de Oliveira, 2013:314)

De uma certa forma, essa ambiguidade entre o compromisso com um projeto de constituição de uma identidade de um lado e a ligação com a ideia de um país desenvolvido e com emprego que depende destas relações entre iniciativa privada e governo são evidentes na maioria (senão todas) as práticas e discursos dos representantes sindicais. Na conversa que tive com Shrek e João, escutei por diversos

momentos da dificuldade que se tinha em negociar, e de como a ideia que se tem dentro da fábrica muda quando se está fazendo parte do sindicato

João: Cara, vamos ser honesto, fazer uma greve hoje, se for seguir os procedimentos legais, eu levo em torno de 25 dias pra regulamentar uma greve. Sendo que, nesses 25 dias, eu dependo que o patrão entregue uma pauta que a gente enviou com no mínimo 10 itens pra ele e ele me diga que não vai negociar nenhum desses itens. Se ele me disse que tá negociando 3 ou 4 itens, e disser numa ata depois que não tá se negando a negociar, eu não tenho por lei o direito de fazer greve. A lei não me dá o direito legal.

Shrek: É o que eu tava te dizendo. Nos atola, nos fode

João: Então, cara, o sistema ele gera, ele trabalha de uma maneira que ele acaba de matando no final, mas são coisas que tu só vai aprender aqui dentro. Lá na área lá, lá no chão da fábrica, não tem isso.

Shrek: Lá a gente é idealista, a gente acha que pode tudo.

João: Lá o cara levanta a bandeira, o cara é guerreiro.

Shrek: E quem tá aqui dentro não tá fazendo nada, quem tá aqui dentro é vagabundo, vendido do patrão, ladrão.

João: Lá o cara acha que é guerrilheiro, sempre acha que pode mais.

Shrek: E aí, quando nós pegamos os trabalhador e botamos numa mesa pra negociar junto com a gente? Com toda a clareza, com toda a.. dentro de um sistema absolutamente democrático, onde qualquer trabalhador, além dos negociadores, podiam sentar e acompanhar a negociação, pena que tu não tava aqui pra ver, porque nunca foi feito antes igual. E o cara negocia. Nós ia até 1h, uma e meia da madrugada negociando com esse cara. E saía e voltava, saía e voltava, saía e voltava. E se chegou a um resultado que não foi o resultado que a massa lá queria. Porque tu não vai chegar, tu não vai conseguir, tu não vai conseguir fazer o empresário dizer assim “tá bom, eu pago 500 pila da noite pro dia de vale refeição”, “eu pago mil conto de ajuda de custo pra ti”, “eu pago os 25% de divisa de estado que não tá, que o cara não tem direito, porque ele não foi contratado pra trabalhar lá, foi pra trabalhar aqui”. Tu não vai convencer o patrão a fazer isso, sabe? O patrão ele vai jogar contigo. Ele vai dizer o seguinte “o que é direito teu eu te dou, o que não é eu não vou te dar e acabou”.

E os cara ficaram aqui “Bah, mas não é bem assim”...e aí nós dissemos pra eles. “Lá, dentro da obra, vocês falam que o sindicato não faz nada, que o sindicato é pelego, que o sindicato é vendido, que negocia e não leva o que vocês querem. Aqui vocês tão vendo que a coisa não é como vocês imaginam, vocês tão negociando, e agora?”

João: “Vocês vieram aqui, ficaram dois dias negociando e tava bom. Dois dias negociando pra lá na frente do pessoal de vocês eles ficaram dizendo que tava ruim”

Shrek: E chamou a comissão de vendido. Quando já tinha recebido aumento no bolso, sabe?

João: Aí a gente falou “isso aí que vocês tão passando, a gente passa todo dia”

Shrek: Todo dia!

João: Todo dia, isso aí é nossa realidade.

Shrek: Então, fazer o que cara? Tem que baixar a cabeça, fazer que não ouve certas coisas, e continuar trabalhando, com a consciência tranquila que nós temos, sabe...

Existe uma relação também cheia de contradições e ambiguidades no que diz respeito ao que pode e não pode ser feito. Ao mesmo tempo em que o sindicato aprende as táticas e astúcias que estão em jogo nos conflitos com as empresas e seus representantes, há também um certo desconhecimento com relação a algumas dinâmicas e formas de agir que são comuns dentro do chão de fábrica. Como será visto no próximo capítulo, há uma série de expertises e capacidades que estão no meio destes conflitos e fazem parte da constituição identitária de um trabalhador da indústria naval na cidade de Rio Grande.

O que me pareceu interessante e passível de reflexão durante minha pesquisa, no que diz respeito ao conflito, foi ver que através dele meus interlocutores construíam e reconstruíam diferentes noções e articulações sobre trabalho, gerenciamento e relações pessoais ligadas ao grande universo do Polo Naval. Mais que isso, o conflito em suas diferentes formas me mostrou também diferenças e clivagens onde eu antes só enxergava agrupamentos coesos. Me permitiu rastrear associações de diferentes tipos e alimentar controvérsias das mais variadas configurações dentro destes agrupamentos.

Os conflitos, como outros nós dessa rede/teia, também são capazes de se mostrarem na etnografia em outros tempos que não somente o presente. Os eventos que reverberaram durante meu trabalho de campo se mostraram extremamente controversos e complexos através de narrativas, encontros, reuniões, segredos e sociabilidades. O conflito, além disso, é capaz de versar sobre múltiplos elementos em diversas escalas: diferenças nas gestões e diferentes estratégias das empresas ligadas ao

Polo Naval, a dificuldade do sindicato local em lidar com novas questões ligadas ao novo ofício que agora é parte da cidade, a expertise de trabalhadores no momento em que há uma situação de possível risco, as novas relações estabelecidas pelo sindicato local com o sindicato patronal (motivo de tensão e desconfiança por parte de alguns trabalhadores), bem como configurar um espaço de negociação em que burocracia, prática, ideia e ação se confundem.

Esse tipo de novidade com relação às especificidades do projeto de desenvolvimento da indústria naval na cidade de Rio Grande também reverbera e tem implicações em outras escalas destas teias e participa da ação de outros agentes. Para além dos casos do chão de fábrica e das lutas relativas à melhores condições de trabalho, as dificuldades dessa nova feição ligada aos trabalhadores dos estaleiros também aparece na fala dos que se dizem especialistas e representantes das escalas relativas à gestão e reflexão, sempre buscando diminuir os “gargalos”, buscando “sustentabilidade” e “competitividade” da indústria naval nacional em comparação a grandes produtores do resto do mundo.

Conto III – O antropólogo como um ator

Como o leitor desta tese já deve ter lido anteriormente, um dos momentos críticos que ocorre praticamente com todos consórcios e empresas que atuam na indústria naval é quando uma obra acaba. Em Rio Grande, apesar da promessa e projeção de construção dos oito cascos replicantes pela ECOVIX/ENGEVIX, não foi diferente. Ao final de 2013 a CQG (que antes era QUIP) entregava sua última plataforma e havia um certo medo que rondava o sindicato e outros atores envolvidos com o trabalho no Polo. Era a primeira vez que se viveria, na cidade, uma grande leva de demissões. Houve uma grande força tarefa com a Caixa, Ministério Público do Trabalho, Sindicato e empresas para que as esperadas 2 mil demissões ocorressem sem muitos problemas e que nenhum trabalhador saísse prejudicado depois desse processo.

Mesmo com o medo e a previsão quase apocalíptica que se aproximava, havia também um certo fio de esperança, ainda longo na época, de que a futura QGI ainda voltaria a funcionar em Rio Grande e venceria a licitação para duas novas plataformas e começaria a recontratar grande parte do efetivo necessário para erguer os galpões e montar as suas novas estruturas já entre os meses de março e abril de 2014.

Diante da possibilidade de ver tantos ex-contratados da QUIP reunidos, tive a “ótima” ideia, durante a visita na semana anterior ao sindicato, de elaborar um pequeno survey para ser aplicado entre os trabalhadores. Mesmo que eu soubesse que ainda não tinha uma proximidade e uma ligação forte já estabelecida com os representantes sindicais nesta época, imprimi cerca 150 questionários (300 folhas) e levei até o local, pedindo que, se possível, os trabalhadores fossem orientados a responder o pequeno questionário enquanto resolviam e/ou esperavam tudo que era necessário para finalizar seu desligamento.

A maioria das homologações era realizada na parte de cima do sindicato. Todos trabalhadores que chegavam, já com hora marcada antecipadamente pela empresa, recebiam uma ficha numerada e esperavam para serem chamados. No primeiro dia que acompanhei os desligamentos havia três salas no andar superior separadas para tal atendimento. Ao ser chamado, o trabalhador entrava na sala, e o representante sindical lia e explicava, junto a um funcionário do RH da QGI, todos os números colocados pela empresa e conferia se todos os documentos e pagamentos relativos a ‘quita’ estavam corretos. Em uma das salas ficava Laranja, e em outras quem atendia os trabalhadores eram duas funcionárias contratadas pelo sindicato como secretárias/assistentes.

O questionário continha algumas perguntas relativas ao tempo de trabalho, ocupação, experiências anteriores e uma pequena avaliação

sobre os serviços da cidade, além de uma pergunta sobre acidentes de trabalho já sofridos depois da mudança para a cidade.

Enquanto estava na parte de cima, conversei com alguns dos trabalhadores que esperavam para ter sua quita resolvida. A maioria contou-me, informalmente, de como as condições de trabalho nos estaleiros de Rio Grande eram diferentes de outras obras Petrobrás das quais já participaram, mas afirmaram também que já tinham praticamente emprego garantido em outras obras espalhadas pelo país. Por vezes, conseguia ouvir, na sala de espera, uma das funcionárias do sindicato aplicando o questionário enquanto conferia os números e dados das homologações. As perguntas, por vezes, causavam dúvidas a alguns trabalhadores, e ao invés de saná-las a funcionária acabava por responder ou forçar as repostas. Também percebi que a pergunta sobre acidente de trabalho estava completamente sendo ignorada, pois o questionário era aplicado em frente a um funcionário do RH da empresa, e certamente causaria certo constrangimento ao trabalhador caso a resposta fosse positiva.

Logo depois, presenciei alguns trabalhadores estão saindo das salinhas separadas sem o comprovante de pagamento dos FGTS e multas, apenas com a promessa de que o dinheiro apareceria em suas contas no período da tarde. Alguns, inclusive, já tinham em mão as passagem comprada para voltar a suas casas e suas cidades de origem. Mesmo sem conhecer muito como funcionava o processo resolvi não emitir nenhuma opinião, mesmo achando aquilo tudo um tanto estranho. Assim que encontrei Sadi, que por vezes ia conferir o que passava no segundo andar, o indaguei sobre como funcionava o processo de desligamento, curioso sobre o caso do pagamento prometido apenas para a tarde, e se o posto avançado da CAIXA, montado no mesmo andar, conseguiria resolver isso caso fosse um problema. Sadi se espantou, levantou a voz dizendo que isso estava errado e que nenhum trabalhador poderia assinar a homologação sem o comprovante de pagamento, mandando parar todos os processos em andamento de imediato. Todos olharam com certa surpresa, e os representantes da empresa acabaram, por obrigatoriedade da lei, tendo que obedecer ao pedido enérgico de Sadi.

Feito isto, passaram-se mais de 45 minutos de espera e uma série de pequenas conversas entre trabalhadores, representantes do sindicato e das empresas. Na rua, um jovem de Porto Alegre, que já tinha sua passagem de volta comprada, ficou um pouco mais alterado e perguntava porque ele não poderia assumir o risco de não ter seu pagamento, pois achava tudo isso uma grande besteira, e que a empresa não o enganaria. Benito, presidente do sindicato, reforçava sempre que o sindicato estaria agindo contra lei se corroborasse tal procedimento, e que eles não poderiam se responsabilizar de fazer a homologação na sua sede sem as

conformidades das leis trabalhistas. Quem também conversava (maneira carinhosa de dizer) com o rapaz era Sadi. Os dois chegaram a ponto de discutirem sobre a necessidade e sobre a importância do Sindicato, quase chegando a trocar tapas. Os dois falavam alto, e criaram um momento de evidente tensão na entrada da sede.

Havia conflito e tensão por todos os lados e salas do sindicato. Em uma pequena e emergencial reunião, Sadi, Benito e Laranjo concordaram em demitir as duas funcionárias que estavam realizando as homologações. Segundo eles, esta não era a primeira e nem a segunda vez que as duas cometiam erros graves como estes, e precisavam sair. Fiquei perplexo com a notícia, pensando em como a parte participante da observação pode ter consequências por vezes ruins para algumas pessoas envolvidas nas redes do campo.

Capítulo 5 - Os experts da gestão

...ou sobre como um projeto de desenvolvimento alcança seu sucesso

Continuando nossa metáfora construtiva e constituinte de algumas das etapas e partes que integram a construção de uma plataforma, a parte da gestão e dos discursos técnicos nesta tese aparecem também através de seus interlocutores e agentes mediadores. Ao contrário de certa homogeneidade encontrada e narrada nos outros dois capítulos referentes aos trabalhadores e sindicalistas, aqui aparecem uma multiplicidade de atores e espaços que nem sempre dialogam entre si. Minha decisão por coloca-los em um mesmo espaço de escrita deu-se por entender que todos estes discursos e práticas destes agentes estão colocadas em uma escala mais “macro”, versando sempre sobre o desenvolvimento em seu dialeto mais amplo e generalista. As conexões feitas por estes sujeitos estão sempre sendo mediadas por projetos, leis, universidades, empresas, entre outros.

Seguindo uma certa diferença e uma relação narrada por trabalhadores e sindicalistas, estes são os espaços em que os temas mais amplos e maiores são discutidos. É neste espaço que aparecem publicamente algumas das decisões importantes que são pensadas, planejadas e tomadas (nem sempre levadas a cabo).

No entanto, mesmo realizando essa divisão analítica, é importante ressaltar que muitos destes elementos e mediadores desta rede não estão desconectados das outras escalas do trabalho no Polo Naval. Grande parte das ações destes sujeitos é a todo o momento repensada e rearranjada com o passar do tempo e com novas práticas exigidas por esta nova feição do trabalho. Estamos, portanto, diante de representantes de espaços de escalas macro articulando seus discursos para dar conta de problemas e contradições que, em grande parte, só são visíveis quando estes sujeitos estão mais próximos a escalas menores do universo do Polo Naval.

É evidente que neste momento, o trabalho volta a ser um ator coadjuvante diante de uma perspectiva analítica do desenvolvimento, mas aparece de outras formas através das narrativas de sujeitos e atores que estão parcialmente conectados com as feições, ocupações e funções de trabalho no interior do pátio do estaleiro. Aqui, o objetivo é ver como esta narrativa sobre trabalho se junta a outras, de diferentes escalas e contextos, para legitimar e/ou versar sobre o sucesso ou não do projeto proposto para o Polo Naval de Rio Grande.

Se pensarmos juntos com David Mosse (2004), é através de suas interpretações e de como essa interpretação é construída e compartilhada socialmente, que um projeto de desenvolvimento busca alcançar seu sucesso, ou uma avaliação positiva por parte de toda rede de atores envolvidos neste processo.

My point will be that development success is not merely a question of measures of performance; it is also about how particular interpretations are made and sustained *socially*. Its not just about what a project does, but also how and to whom it speaks, who can be made to believe in it (Mosse, 2004:158)

Aqui, temos uma série de elementos interessantes que são trazidos pelo autor para entender como um projeto de desenvolvimento, independente da escala em que este está inserido, cria uma certa narrativa coerente de sucesso. É preciso estabelecer uma interpretação convincente dos eventos, sustentar isso como uma representação chave e dar conta de abarcar uma rede ampla de apoiadores e suas agendas, financiadores, pesquisadores, oficiais do governo e ONGS regionais.

Trago aqui, portanto, um espaço onde há um compartilhamento público de falas e de discursos sobre a agenda da indústria naval no Brasil, onde grande parte destas interpretações e articulações acontece. A Feira do Polo Naval segue modelos de outras grandes feiras de negócios do mundo, e a todo momento seus participantes mais ativos articulam comparações e análises de contextos externos para embasar seus argumentos.

Não abandonando a própria ideia da etnografia de interface já citada anteriormente e proposta por Ortner (2010:213), há na Feira uma identificação bem evidente de dois dos quatro elementos que coloca esse grande campo da indústria naval como um espaço contínuo, etnograficamente e analiticamente falando. A Feira se apresenta, e através de diferentes formas, como uma ocasião ritual onde a comunidade se junta para celebrar (se comunicar e se relacionar) entre si. Além disso, há jornais e revistas especializados sobre esta comunidade lidos avidamente pelos “*insiders*” para se manterem atualizados. Não há exatamente uma gama de revistas, mas o discurso especializado de diferentes atores é compartilhado neste evento que tem como principais patrocinadores uma das principais revistas da área, a Conexão Marítima.

Seguindo a ideia de que a etnografia é mais uma das muitas formas de conectar-se parcialmente com relações também conectadas entre si de forma parcial no mundo social, apresento aqui alguns destes espaços/atores/agentes com os quais tive a possibilidade de interagir e observar dentro desta feira.

Como principal ator deste capítulo, me concentrarei basicamente nas falas e nas saídas de campo realizada em duas edições desta feira de negócios. Mesmo com algumas diferenças, mas fazendo algumas conexões parciais para com o trabalho de Deborah Brohnoz, considerarei estas feiras como grandes “cenas participativas” (Brohnoz, 2011:47), momentos (obrigatórios ou não) em que os grandes atores envolvidos em licenciamentos ambientais ligados a grandes projetos de desenvolvimento se encontram publicamente.

5.1 A Feira do Polo Naval

Seguindo as ondulações e ciclos da indústria naval fortalecida em todo o país, a cidade de Rio Grande também não ficou para trás no calendário das grandes feiras de negócios voltadas para o setor. Se no Rio de Janeiro há a Brasil OffShore, a Marintec South America e a Rio Oil and Gás, a indústria naval gaúcha pode, desde 2012, se orgulhar se ter em sua terra a Feira do Polo Naval, realizada, até o ano de 2014, no pátio da principal universidade pública da cidade. Durante meu trabalho de campo pude presenciar duas edições, em 2013 e 2014, tendo a oportunidade de verificar algumas diferenças entre as duas etapas. Nestas duas oportunidades, a Feira ocorreu em um espaço interno na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), que colocou-se como promotora de um evento que integrou as três primeiras edições da Feira, o Navitec (chamado curiosamente de *Conferência Internacional em Tecnologias Naval e Offshore*). Nas edições que pude participar da Feira, também ocorreram rodadas de negócio organizadas pelo SEBRAE e encontros promovidos pelos integrantes do Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para o Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno¹¹².

Ao contrário dos outros anos, a Feira de 2015 não se deu no mês de março e nem foi realizada nas dependências da Universidade. Com o subtítulo e motivo “Um Super Porto, um Super Polo”, a edição foi sediada no mais novo Shopping da cidade, durante os dias 10 e 12 de novembro. Obviamente não há explicações evidentes sobre o motivo do adiamento. O que se soube por meio de jornais foi que o adiamento dos contratos com a QGI, consequência das investigações da Operação Lava-Jato, também adiou a finalização de construção do Shopping, que já estava previsto para sediar o evento¹¹³.

Foi através das edições de 2013 e 2014 que pude entrar em contato com alguns dos principais agentes promotores do novo desenvolvimento prometido para a cidade.

¹¹² <http://www.aplnavalriogrande.org/>.

¹¹³ <http://wp.clicrbs.com.br/acertodecontas/2015/11/02/polo-naval-de-rio-grande-espera-assinatura-de-contrato-de-plataformas-para-este-mes/?topo=52,1,1,,171,77>

Foi no espaço denominado de Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro do Sul (CIDECSUL), que pude ouvir a fala de políticos importantes, jornalistas aspirantes a políticos importantes, professores e vice-reitores da universidade, presidentes das empresas, futuros ex-presidentes de empresas, professor especialistas em *fracking* e outros em energias renováveis, entre tantos outros. No espaço destinado especificamente para se fazer negócios, estandes das mais diversas naturezas estavam lado a lado disputando as poucas oportunidades de fechar grandes negócios.

5.1.1 Em um Mar de Oportunidades, navegar é preciso.

A Feira do Polo Naval de 2013 foi composta por uma série de pequenos eventos e solenidades que tratavam sobre diversos âmbitos e problemas enfrentados pela indústria naval local. Seu principal slogan e apelo voltava-se para a vocação da cidade para com o mar, tendo como subtítulo “Polo Naval de Rio Grande: um mar de oportunidades”. A abertura e os debates dos dois primeiros dias, voltados para questões do mercado offshore e desafios encontrados pelas empresas era denominado de Navegar. Utilizando-se do verso incansavelmente reproduzida de Fernando Pessoa (Navegar é preciso), o título escolhido para este evento que abriria oficialmente a Feira do Polo Naval poderia ter muito bem sido complementado por outra frase. “Navegar é preciso, se tornar uma nova Macaé é um perigo”. Se tornar uma nova Macaé era, na edição de 2013, o maior medo de todos os presentes, a todo o momento reforçado pelo mediador do encontro principal de abertura, então jornalista e aspirante a senador Lasier Martins.

De uma certa forma, assim como quando entrei no estaleiro pela primeira vez, também tive um certo espanto com as escalas com que me deparei ao chegar no espaço reservado para a Feira. Meu primeiro contato com a grandiosidade da estrutura da Feira se deu no começo da manhã do dia 12 de março, enquanto alguns retoques finais eram dados para abertura, marcada para as 18h30. O prédio do CIDECSUL é o primeiro a esquerda de quem entra no principal e maior Campus da Furg, chamado de Carreiros por estar no bairro de mesmo nome. Do lado de fora, próximo ao local, máquinas e guindastes estavam expostos como se fossem parte de uma vitrine de uma loja de

sapato. Funcionários se locomoviam em carrinhos de golfe para dar ao local os últimos preparativos, levando caixas e outros suprimentos para diferentes locais.

Ao lado do CIDEDEC, pavilhões já estavam erguidos por hastes fortes de ferro, possuíam cerca de 9 metros de altura, 30 de comprimento e 10 de largura. Cobertos com lonas brancas e com refrigeração criada especificamente para este evento, contavam com uma rede wireless feita especialmente para o local, responsabilidade uma empresa chamada Vetorial. Dentro dos pavilhões de lona, havia estandes de todos os tipos. Fornecedores de material de trabalho, de estrutura de espaço de trabalho, de elementos de segurança de trabalho, de universidades, das prefeituras de cidades que estavam em processo de receber estaleiros ou já eram parte da rede de impactos e reverberações do Polo Naval de Rio Grande (São José do Norte, Charqueadas, Pelotas) e, claro, dos estaleiros, à época ECOVIX e QUIP¹¹⁴.

No período da tarde, era visível o aumento no movimento e na intensidade com que novas pessoas e empresas chegavam para o credenciamento. Todos que confirmavam sua inscrição ganhavam uma pequena pasta com um material sobre aquela edição, feito em jornal, e que havia sido publicado poucos dias antes na Zero Hora da região. A abertura, com sua pompa devida, começou com 45 minutos de atraso.

A abertura do evento seria conduzida por Jayme Ramis (diretor da Revista Conexão Marítima), com a participação do atual prefeito Alexandre Lindenmeyer e do então presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Para Sérgio Machado, o Brasil estava passando por uma “Revolução na Indústria”, e que só manteríamos a competitividade necessária para sustentar a indústria naval se não conseguíssemos também realizar uma revolução técnico-científica, se não nos concentrássemos em conhecimento e tecnologia voltados para a indústria naval.

Foi nesse dia que comecei, aos poucos, a me familiarizar (estranhando) com os termos e categorias utilizadas e compartilhadas por alguns agentes desta rede que

¹¹⁴ Apesar de não estar ainda oficialmente aberto e funcionando, era possível visitar o interior dos pavilhões montados ao lado do prédio do Cidec-Sul

envolvia o Polo Naval. Aproveitando e ensejo de que navegar é preciso, Sérgio então citou o tema da “Amazônia Azul”. Até onde consegui entender, este renascimento da indústria naval seria uma excelente oportunidade para que o país investisse mais na exploração da enorme capacidade hidrográfica da Amazônia. Para ele, a Transpetro representava “as veias de energia no Brasil”, importantíssima na nova configuração global e na relação entre os BRICs. Além da riqueza da tal “Amazônia Azul”, o Brasil contava, segundo ele, com a sorte de não ter ainda um terço de sua área agro cultivável explorada e de ainda ter, em suas terras, 14% de toda água doce do mundo. Pelos seus cálculos, em 2020 seríamos o 3º ou 4º maior produtor de petróleo do mundo, e que o desenvolvimento desse recurso fóssil não seria uma maldição.

Foi na fala de Sérgio Machado que ouvi, pela primeira de muitas vezes, alguns dos termos utilizados por atores que estavam naquele momento se apresentando como parte dessa imensa rede. Entre os mais citados, sempre surgiam a sustentabilidade, que se refere à capacidade de uma empresa se autogerir e conseguir se manter ativa e competitiva no mercado, os gargalos, que são basicamente dificuldades encontradas em alguns processos (principalmente os finais) na produção e claro, o desenvolvimento, com seu espectro amplo de sinônimos e significados. Para Sérgio os gargalos que dificultam um processo de sustentabilidade e competitividade da indústria naval nos próximos anos são basicamente dois: a falta de mão de obra qualificado no país e o custo do aço.

Para ele, nenhuma geração no país¹¹⁵ teve tal oportunidade, e por isso encontros como este eram fundamentais para que não se criasse a separação entre academias e empresas. O momento atual (na época) do desenvolvimento no país exigia, mais que nunca, uma parceria forte e sólida entre o conhecimento científico e a coragem e investimento das empresas privadas.

Desde o primeiro dia já foi possível ver um certo tipo de “regularidade” formal entre a forma como estes discursos eram apresentados. Primeiro, era comum os

¹¹⁵ “Nunca na história desse país” ...

debatedores, sejam eles acadêmicos, engenheiros ou representantes de órgãos estatais, lançarem mão de números que ressaltassem a grandiosidade dos projetos envolvendo o setor naval e o tom de esperança com relação a um futuro embebido em tecnologia, aprendizado e interações entre diversos setores.

O debate de abertura da Feira de 2013 foi mediado pelo então jornalista Lasier Martins¹¹⁶. Depois de se falar orgulhoso do desenvolvimento e da pujança que via diante de seus olhos na cidade, o futuro senador começou a interrogar os demais presentes sobre questões relativas ao Polo Naval e a cidade de Rio Grande. Uma das grandes ameaças na época era que a Petrobrás realizasse a finalização de algumas de suas plataformas que estavam sob os cuidados dos estaleiros em Rio Grande na China. Ao ser indagado por Lasier, Sérgio Machado foi um tanto dúbio dizendo que não poderia responder por toda uma política de governo, mas que a política de conteúdo nacional seria respeitada, que “veio para ficar” e que a carteira de encomendas, independente de qualquer coisa, continuaria crescendo.

Este medo se sustentava, de certa forma, em duas bases interessantes para o que estamos aqui discutindo. O primeiro suporte que sustentava essa estrutura vinha de um desconhecimento, compreensível e aceitável, do jornalista sobre o processo de fabricação das plataformas. O segundo tinha sim a ver com uma ameaça concreta que era pouco explicitada pelos representantes da multinacional brasileira no que diz respeito ao ritmo das obras. A obra dos cascos replicantes P-66 e P-67 começaram a serem feitos em Rio Grande, no ERG1, mas parte destas plataformas precisou ser realizada na China. Segundo informações do SINAVAL¹¹⁷, o bloco MB01-67 foi encomendado junto ao estaleiro Cosco na China e consiste na metade do casco da P-67, que possui no total 147 metros de comprimento, dez metros de altura, 50 metros de largura e pesa 21.530 toneladas. No texto publicado no site, a transferência se deu

¹¹⁶ Hoje senador que, contra orientação do próprio partido (PDT), votou a favor do Impeachment da ex-presidente Dilma em todas as etapas do processo.

¹¹⁷ <http://sinaval.org.br/2013/12/parte-do-casco-da-p-67-deve-chegar-na-quarta-em-rio-grande/>

devido à falta de espaço dentro do pátio da ECOVIX, que também estava finalizando a montagem da P-55.

Segundo o site da Petrobrás¹¹⁸, este tipo de ação faz parte da estratégia da própria ECOVIX. O módulo de Acomodações e Utilidades da P-66 (também replicante), mesmo sendo feito no estaleiro Cosco, não iria interferir no índice de conteúdo local da plataforma. Os megablocos referentes à P-67, contratados nessa época da qual o jornalista se referia, foram entregues ainda em 2013 no ERG1. Durante uma fala na edição de 2014 da Feira, na mesa intitulada “Desafios Tecnológicos na Implantação de Polos OffShore no Brasil: Tendências e Perspectivas”, o diretor de engenharia da ECOVIX, Alexandre Canhetti, reafirmou a parceria da empresa com o estaleiro chinês, com o intuito de acelerar o processos de produtividade e aumentar a competitividade do estaleiro no cenário externo:

Além disso a ECOVIX sempre preocupada com o desenvolvimento tecnológico e em tecnologia, com uma absorção de tecnologia tem como parceiro tecnológico, contratualmente, com a COSCO, a COSCO é um estaleiro chinês que está hoje entre os maiores players do mercado e recentemente tem participação societária da Mitsubishi. Sem dúvida nenhuma vai acelerar muito o processo de aumento da produtividade da ECOVIX. Ela já está aumentando o processo, existe um estudo nosso lá, de 104 ações de melhorias que nós estamos trabalhando e isso diariamente pra aumentar a produtividade.

No mesmo ano, em 2014, a P-67 acabou sendo enviada novamente para ser finalizada na China, devido aos atrasos na obra e problemas envolvendo a empresa que seria, até o momento, responsável pela finalização da obra, em um estaleiro comandado por um consórcio composto pela Mendes Júnior e OSX (ambas envolvidas em escândalos da Lava-Jato¹¹⁹), denominado Íntegra e localizado em Macaé, no Rio de Janeiro.

Voltando para a fala de Lasier, outro questionamento do jornalista foi feito diretamente ao prefeito da cidade, também do PT, sobre os problemas enfrentados na

¹¹⁸ <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/encomendas-a-estaleiros-respostas-ao-valor-economico.htm>

¹¹⁹ <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/novo-delator-envole-osx-em-esquema-de-propinas-na-petrobras/>

infraestrutura da cidade. A pergunta e provocação seguiam uma afirmação de que o próprio presidente da Transpetro, Sérgio Machado, não poderia ficar até o final do evento pois não havia sinalização para pousos e decolagens no período da noite no aeroporto local. Em sua resposta Alexandre afirmou que ele, na condição de Prefeito, tinha o privilégio de ter em suas mãos um “bom problema”, típico de qualquer cidade que estava em amplo crescimento, e que dependia de esforços conjuntos para resolvê-los, chamando para o debate também a necessidade de parceria de todos os órgãos competentes com a Academia. Foi nesse momento que ouvi pela primeira vez sobre o projeto do OCEANTEC e sobre a ideia de uma rede que estava sendo criada para superar os bons problemas, os impactos positivos que vinham junto ao crescimento do setor naval na região.

Evidentemente, a maioria dos presentes exaltava esses “bons problemas” e o papel importante desempenhado pelo governo lulista para a recuperação da indústria naval. Além do prefeito de Rio Grande, do então presidente da Transpetro, compunham o debate o Ministro do Transportes Paulo Sérgio Passos e Beto Grill, que na condição de vice-governador estava substituindo o então governador Tarso Genro, que não pode comparecer. A decisão de nacionalização da indústria enquanto um componente político-ideológico estava evidente entre todos (menos Lasier) que ali se apresentavam.

A segunda parte da primeira noite da Feira de 2013 foi destinada para a solenidade oficial de abertura e uma homenagem ao Ministro dos Transportes. Antes do hino nacional e rio-grandense, uma conhecida jornalista local reforçou o slogan de um mar de oportunidades, colocando também os dados (na época ainda previsões) dos futuros estaleiros de São José do Norte e de Charqueadas.

Este último sítio refere-se ao complexo que ficava a 55km de Porto Alegre, também conhecido como o Polo Naval do Jacuí. Com o projeto lançado em 2012, a Petrobrás planejava a construção de 24 módulos de compressão¹²⁰ para 6 das 8

¹²⁰ <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/licitacao-de-modulos-para-pre-sal-resposta-ao-valor-economico.htm>

plataformas replicantes montadas em Rio Grande no ERG1. As complicações no contrato com a IESA Óleo e Gás (empresa que integrava o consórcio da QUIP e que depois ganhou licitações para a P-74 e P-76 sob a alcunha da QGI, nome do consórcio formado junto a Queiroz Galvão) começaram logo depois da operação Lava-Jato, e a empresa se viu forçada, segundo ela, a romper os contratos e refazer a licitação, tendo como alvo empresas asiáticas. O total dos contratos firmados na época, segundo reportagem da Folha, pairavam sob a casa dos U\$ 720 milhões e já estavam empregando, até o dia do fechamento do pátio, mil funcionários¹²¹.

Outro ator que se pronunciou na abertura foi o presidente da Estima Mercados, empresa organizadora do evento, focando-se na revolução pela qual a metade sul do estado estava passando. Fernando Estima, ao citar um poema de Mário Quintana, aproveitou a oportunidade para dizer que “a doce brisa do desenvolvimento voltou a soprar”, e que o conhecido e repetido discurso da depressão econômica da metade sul não passava, agora, de coisas do passado.

Foi por meio de Fernando Estima que a Feira fez uma homenagem ao Ministro dos Transportes, entregando uma placa de reconhecimento pelo trabalho que permitiu as obras de duplicação da BR 116 (principal ligação da cidade com a capital Porto Alegre) e a BR392 (que passa em frente ao estaleiro e liga as cidades da região). Na sequência, antes do fim da cerimônia, o diretor da revista Conexão Marítima, Jayme Ramis, discursou sobre os alicerces do desenvolvimento, reforçando a importância de um evento como a Feira para a discussão entre academia e empresas. O fim de sua fala foi marcado pela citação a Raul Seixas, com trechos da música “Prelúdio”:

*Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade*

¹²¹ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1651190-contratos-da-petrobras-vao-para-asia-e-plataformas-gauchas-sao-abandonadas.shtml>

É interessante aqui que há elementos passíveis de interpretação através do diálogo com Deborah Brohnoz, David Mosse e Shery Ortner. Olhando pela perspectiva de uma análise pós-estruturalista do desenvolvimento, a relação entre academia, tecnologia e desenvolvimento é uma das muitas formas de legitimar o discurso, através da linguagem do expertise e das redes, da construção social de um sucesso (mesmo que uma previsão atemporal do futuro ainda esperançoso) ligado à economia e à indústria naval. Dessa forma, o que parece estar sendo estabelecido nesse encontro público dentro da Universidade, é algo muito próximo de uma cena participativa. Para Deborah, essas cenas também lançam mão de uma série de aparatos que tornam a cena em uma forma extraordinária, extra cotidiana, através de recursos de data show, propagandas.

“Todos esses tipos de encontro, independentemente do modo como são chamados, embora menos formais do que as audiências públicas, são constituídos por uma dimensão ritualizada nas formas de manifestação e conduta dos atores. Os encontros contam com uma estrutura repleta de aparatos tecnológicos – DataShow, apresentações em PowerPoint, vídeos, imagens, mapas, sistemas de sonorização – que reforçam o seu caráter ritualizado, uma vez que se destacam dos eventos ordinários e cotidianos da vida dos atores que deles participam” (Brohnoz, 2011:49)

No caso da Feira, incluem-se nesse espectro de visualidades e experiências públicas toda estrutura e representações ao Polo Naval e algumas de suas imagens, como a imagem ao fundo da tela na edição de 2013 e a réplica do pórtico de 2.000 toneladas no palco do SIDEC na edição de 2014. Se pensarmos com Ortner, essa geografia já conhecida e compartilhada na cidade é trazida para dentro do espaço da cena participativa para conferir um sucesso ao discurso socialmente compartilhado e construído do desenvolvimento.



IMG 14 - Palco e estrutura da Feira do Polo Naval 2014

Por outro lado, há nesse discurso uma gama de elementos que aparecem para quem não está inserido nesta rede através destas cenas públicas em forma de números e grandiosidades, ao mesmo tempo que se mantêm alguns segredos que, estando na condição geral de espectador externo, eu não posso acompanhar. Diferentemente de Mosse e Deborah, que participaram dos projetos e estavam dentro das redes dos atores do desenvolvimento, o material trazido aqui para compor essa figura interpretativa da Feira também precisa ser composto de conexões com elementos externos, como recortes de jornal, entre outros.

5.1.2 Aprofundando fractalmente nos discursos públicos e na teia de agentes de uma cena participativa: o gargalo da tecnologia e produtividade

Mesmo se tratando de uma cena participativa pública, os discursos e falas dos participantes também apresentam uma série de diferentes e contradições. O contraste comparativo pode ser aqui realizado através de diversas escalas. É possível ver uma diferença (a) entre os dois anos em que participei como espectador da Feira (2013 e

2014), (b) entre o conjunto destes dois anos e a atualidade do setor, bem como (c) diferenças relativas que aparecem no mesmo espaço de tempo e de fala de algumas mesas e debates.

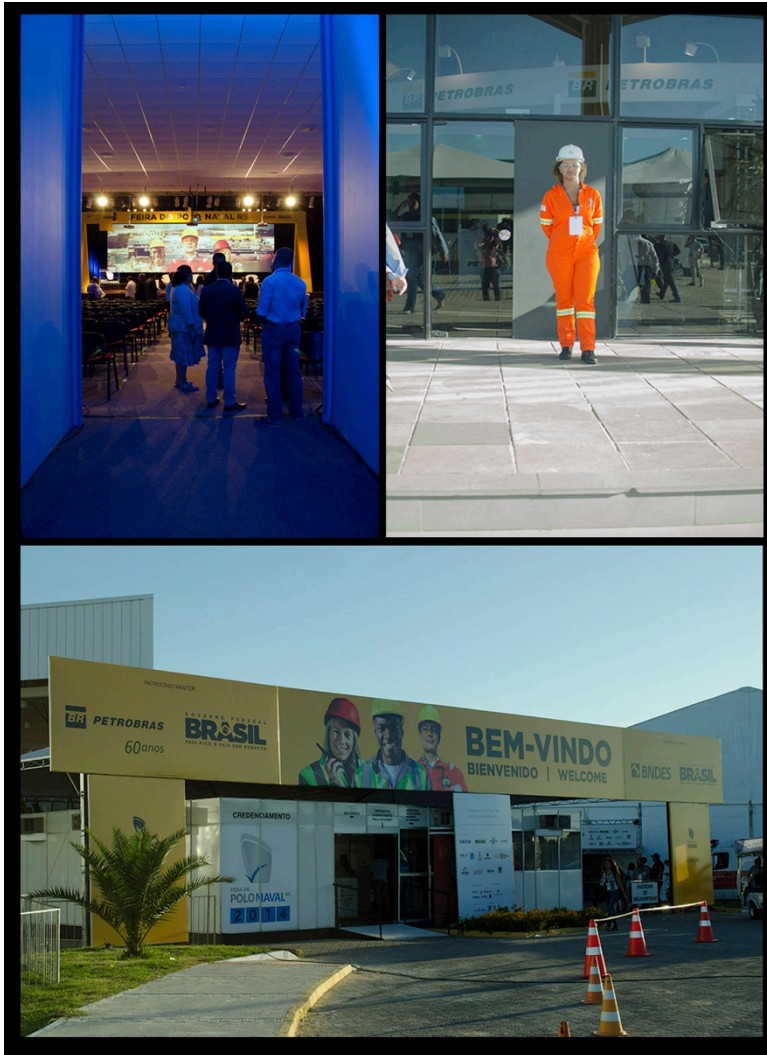
Quanto aos patrocinadores e estrutura externa, as Feiras de 2013 e 2014 não apresentaram grandes diferenças. Tanto no ano de 2013 quanto no de 2014, o Patrocínio Master veio da Petrobrás e o Platina do BNDES. Entre os outros patrocinadores estavam bancos públicos como a Caixa, Sebrae, Banrisul, Badesul e os governos federal, estadual e municipal.



IMG 15 - Lista de patrocinadores da Feira de 2013 e 2014

No entanto, há algumas nuances e detalhes que demonstram algumas diferenças entre os dois anos de Feira em questão. No ano de 2014 não havia tratores e guindastes estacionados no lado de fora, mas o portão de entrada dava um destaque maior à Petrobrás, ressaltando imagens de pessoas com macacões e capacetes azuis,

semelhantes aos que comumente são utilizados em obras e pátios de estaleiros. Ao passar o credenciamento, o visitante era então recebido por promotoras (todas mulheres) com macacões laranjas da estatal, que ajudam a orientar visitantes e distribuíam materiais gráficos ligados ao evento.



IMG 16 - Montagem e estrutura da Feira de 2014

No auditório principal era também visível uma preocupação em construir uma ambiência um tanto mais pomposa e ligada aos estaleiros da cidade. Em 2013, a luz branca dava uma aparência monocromática ao salão onde eram realizadas as principais palestras e conferências. Já em 2014, a cor azul tomava conta de quase todos os cantos através de uma iluminação que parecia, ao menos para um olhar primeiro, uma

referencia ao “mar de oportunidades” do Polo Naval e à “vocação para o mar” da FURG. Já citado anteriormente, havia em cima do palco uma enorme (para as proporções do espaço) réplica do tão falado e citado novo pórtico do ERG1. As maravilhosas capacidades do novo pórtico (o maior da América Latina), bem como seus inúmeros benefícios, foram assunto de diversas falas durante toda a Feira de 2013, quando ele ainda estava em fase de implementação.

O argumento dos números exibia-se, na fala dos mais autorizados a discursar sobre o assunto, como um poderoso aliado para produzir o sucesso do investimento e do momento presente da indústria naval no Brasil. Um dos painéis que mais me chamou a atenção possuía o título de “Atualidade da Industria Naval no RS”, comandado por dois gerentes de produção da Petrobrás, e versava basicamente sobre o “estado da arte” dos dois estaleiros da região.

Aí um resumo as nossas instalações. Hoje, o estaleiro ele tá numa área de 430 metros quadrados e tem uma área de oficina de cerca de 20 mil metros quadrados tem um dique seco que é um dos maiores do mundo ele tem 130 metros de largura, 350 de comprimento, 13.8 de profundidade operacional quer dizer a água vai até aí. Na realidade a profundidade do dique chega 17 metros. Tem o Cais Sul que eu já falei tem 350 metros, sendo 50 desses 350 para carga e descarga de grandes equipamentos, um pórtico de 600 toneladas e o de 2000 toneladas como eu já comentei. Temos ainda uma série de sistemas que são bem característicos desse tipo de instalação, temos os sistemas de combate a incêndio e de águas, sistema de ar-comprimido, rede de gases nós temos quase 2 Km de redes com de acetileno, oxigênio, dióxido de carbono e amônio, para os nosso processos produtivos. Temos uma subestação de 69 mil volts. Temos um sistema de drenagem do dique com duas bombas de 10 mil metros cúbicos por hora, dois de 1.000 de 5 de 400, e vale salientar que esse dique, só por curiosidade, a gente consegue encher cerca de 22 horas e seca-lo, algo em torno de 28 e 30 horas. Temos um sistema que é um grande dreno de água, temos duas estações de tratamento de afluentes, o que confere que todos os resíduos misturados internamente ele é efetivamente tratado e só descartado quando atinge os índices de pureza aceitável pela legislação atual. Central de resíduos e de treinamento como já foi colocado. Como eu falei nós temos grandes oficinas, uma oficina de 20 mil metros quadrados, uma área que consegue fabricar até 2.000 toneladas de aço mês. Dessa vez uma proporção 2.200 toneladas mês, de aço, ela consegue montar. Além de uma capacidade de fabricação tubulação que pode vir a chegar até 300 toneladas mês. Dentro dos grandes equipamentos que nós temos, nós temos, por exemplo, equipamento para curvar chapa a frio, as calandras, essa que tá logo em cima que eu acabei de colocar. Temos entre muitos outros muitos equipamentos que dobra chapa, são as prensas-furadeiras. Temos

equipamentos de corte de chapas, não só oxicorte, mas também a plasma o que confere uma capacidade grande de uma tecnologia moderna **usada nos grandes estaleiros**, em relação a essas tecnologias nós deixamos absolutamente nada a desejar a muitos estaleiros asiáticos. Além de trabalhar também com máquinas que são de tubulação. Temos pontes rolantes que são essas que estão mostradas aí, temos duas carretas hidráulicas, e em cada carreta dessas, ela pode processar, ela pode carregar até 400 toneladas, as duas carregam juntas num sistema de cordão umbilical até 800 toneladas uma única vez. Aí um resumo, as carreta hidráulicas que eu falei, as calandras, o equipamento de corte, de tubulação, prensas hidráulicas, peças furadeiras, peças furadeiras de volume, guilhotinas, pontes rolantes, nós temos as 16 pontes rolantes, 15,16,20,40 toneladas, isso dentro das estruturas das oficinas para propiciar, que tenhamos aí, um fluxo no processo fabril, adequado as nossas necessidades. Temos os vagonetes, que são pequenos trens, semi-ports, máquinas de oxport e corte a plasma como eu já tinha comentado aqui.

Aqui, a comparação inevitável com os estaleiros asiáticos é utilizada para provar que, dentro do processo técnico e tecnológico, nossos estaleiros não ficam devendo em nada para os grandes produtores mundiais. Além disso, há, em todas as apresentações, o uso constante de power points e imagens para “ilustrar” o discurso também era uma constante nos discursos.

Outras comparações também são feitas no que diz respeito às medidas e potencias de uma plataforma. Ao falar sobre a P-55, Paulo ressaltou as especificidades de extração de óleo e gás na camada Pré-Sal, sua importância para a produção nacional e a capacidade de geração de energia da plataforma.

Uma plataforma que vai trabalhar como eu falei com o campo de Roncadouro vai trabalhar com lâmina d'água de cerca de 1800 metros, e eu chamaria a atenção, também para a produção dela, de 180 mil barris por dia além da produção que corre 4 milhões metros cúbicos de gás. Esse é um incremento muito razoável. Hoje, a nossa produção é um pouco mais de 2 milhões só essa plataforma que está aqui, que está sendo concluída que deve sair no início do segundo semestre, ela vai produzir 180 mil barris, praticamente 10% da nossa produção atual é muito significativo. E chamaria a atenção, também, que essas plataformas ela tem um sistema de geração em torno de 100 megawatts e o que que isso representa? Representa que nós temos milhares de cidades pequenas no Brasil, que não tem essa capacidade de demanda, essa capacidade de geração, uma carga razoável.

É interessante também notar aqui que há todo um discurso técnico colocado em camadas e escalas que respondem a diferentes demandas. O foco do debate com os

dois gerentes da Petrobrás estava basicamente assentado sobre a magnitude e o ineditismo de se pensar numa maneira de produzir grandes navios-plataformas em série, replicando os projetos e assim, atingindo competitividade e um ritmo constante de encomendas e empregos. Os tão falados cascos FPSOs Replicantes foram objeto de grande parte da fala, que também mostrou, de maneira introdutória, como as conexões de redes entre empresas, contratantes e serviços se dava nesse tipo de relação.

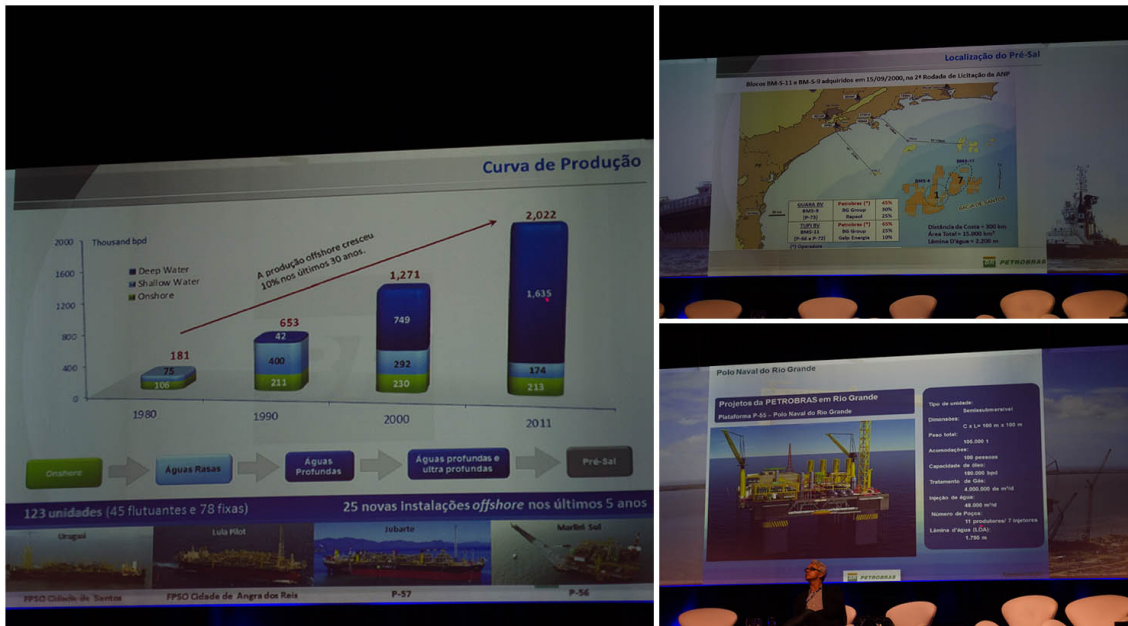
Paulo Martins, gerente específico de coordenação dos projetos dos cascos também deixou claro que o Pré-Sal é o principal motivador do empreendimento e de como as oito novas plataformas aumentaria a capacidade de produção diária da Petrobrás.

Boa a tarde a todos, sou Paulo Martins, gerente de produção de cascos, FPSO replicantes. Eu queria falar um pouco do nosso empreendimento e o desenvolvimento da produção do campo do Pré-Sal, e todos cascos replicantes são para o Pré-Sal. O escopo desse nosso empreendimento de replicantes é na produção de 8 FPSO's, que significa Floating Production Storage and Offloading, ou seja, Unidade de Porte de Produção de Estocagem e Transferência, para os blocos PS-9 e PS-11, na bacia de Santos, investimentos na ordem de 12 bilhões de dólares e o total esse é um projeto incluído no PAC, extremamente relevante para o alcance da meta de produção, para capacidade de produção diária de cascos dispõe mais ou menos 1.2 milhões e barris por dia e 6 milhões de metros cúbicos numa obra dia também, quer dizer, corresponde a metade da produção atual da Petrobrás.

A narrativa do desenvolvimento que motivou essa tese foi por muitas vezes repetida dentro de uma relação semelhante. O Pré-Sal é um investimento de grande porte que precisa de uma política massiva para o setor. Não a toa, a curva de produção dentro de um contexto histórico apareceu tanto na fala como nas imagens dos palestrantes ligados a empresa.

E aqui, eu vou falar um pouco do potencial de produção do Pré-Sal então, desde o início com a produção onshore, na produção interna, no início da década 1970 em águas rasas, até 1985 e que de 85 para cá, a gente começou a trabalhar em águas profundas e ultra-profundas, essa produção aqui gerou 15 bilhões de barris. Foi declarado uma sessão onerosa, do Campo de Lula, só nesse aqui 15,4 bilhões de barris produzidos. Não há uma maneira diferente de mostrar a curva de produção na década de 1980, foi 181 mil barris e até 2011 foi 2 milhões de barris sendo 1 milhão e 635 mil relativo a procura de águas profundas e ultraprofundas, e em breve o Pré-Sal, acho que aqui está em detalhe

também 123 unidades são 45 ocupantes, 78 fixas e 25 novas instalações, nos últimos 5 anos e essas todas já estão produzidas, a P-56, a P-57, a cidade de Angra dos Reis, na cidade de Santos, esses próprios com conteúdos, como vai ser feita a transferência de óleo já é feito antes, por navios tanques, por posicionamento dinâmico, trazendo aqui pra região de São Sebastião ou pra região de Angra, os terminais para exportação.



IMG 17 - Apresentação de slides sobre curva de produção Petrobrás

Este é outro ponto que diferencia o projeto de desenvolvimento ligado à indústria naval brasileira dos comumente citados na bibliografia sobre o tema. Como já foi citado no começo desta tese, até mesmo uma noção de novas relações geopolíticas Sul-Sul (Cesarino, 2014) ainda não situa-se num espectro em que há uma direção oposta de ações, que vem basicamente da politização do desenvolvimento. Parodiando Ferguson, esta relação deste momento e este elemento específico aqui em jogo seria uma politização de anti-máquinas. É possível pensar que não é, pelos aqui, problema nenhum que quase todos os novos consórcios que erguem estaleiros em menos de meses tenham qualquer tipo de experiência no setor. Valendo-se de uma experiência ainda iniciática, se espalham projetos de estaleiros pela costa do Brasil para dar conta de uma demanda específica de uma só empresa. E aqui nesse ponto é que se estabelece uma condição sobre o projeto que impede qualquer tentativa de comparação com a indústria naval do mundo.

Na estratégia da contratação, como a gente contratou 8 FPSO's, velou-se muito em consideração a questão da visão de fábrica, a possibilidade de você repetir projeto. Com isso você ganha escala, você pode fazer acabamento avançado e você maximiza o conteúdo local. Então, está aí, a estratégia de contratação dos nossos cascos. Cascos não, perdão, FPSOs. Aonde você tem aqui um ganho dos cascos e os equipamentos físicos que são comprados pela Petrobras pacotes de módulos divididos em... Eram 4 pacotes e ficaram 3 porque o dois e o cinco foram contratados numa só empresa e o primeiro pacote é junto com a integração. Os integradores vão ter que entregar o casco e os outros módulos, entregar um FPSO, então, nós temos, pacote dois e cinco, que com a DNTKK que são as empresas, pacotes três, com a IESA em Charqueadas no Rio Grande do Sul também, o pacote 4 da Tomé/Ferrostaal em Alagoas, o pacote 2 e 5 tá em Itajaí Santa Catarina. A integração, primeira será feita na Kevil com a quarta também e ainda tem uma opcional podendo ser sétima ou a 8ª, segunda na Mendes Junior, e na OSX que é o estaleiro que está sendo feito em São João da Barra e terceiro, a Gironde em Aracruz, Espírito Santo.

Escrever agora sobre o evento permite também situar a condição desse projeto de desenvolvimento dentro de um ritmo e uma condição diferente por uma série de motivos. No caso do texto acima, além de nos apresentar a maneira como é feita a separação por módulos, é possível ainda ver que alguns dos planos da empresa não chegaram ao seu final, como no caso de pacotes que seriam construídos pela IESA em Charqueadas.

Há um outro ponto interessante para esta tese, que vai na direção da relação entre trabalho de campo e tradução. Sobre este pequeno ponto, o que está em jogo aqui é pensar que a unidade de uma plataforma só pode ser entendida no momento em que ela, enquanto um mediador de atores nesta rede de desenvolvimento, está pronta e realizando o seu objetivo final, que é extrair óleo e gás em águas profundas. O conjunto, a unidade, é sempre um processo imaginado e, em quase todas as etapas de sua construção, jamais alcançado, um processo, pelo menos dentro do universo de campo sobre o qual estou trabalhando. A própria ECOVIX, que é a força motriz de eventos como ir até a praia do Cassino de madrugada para ver a plataforma sair do estaleiro, não é a etapa final, não entrega a plataforma pronta, mas sim o casco com os módulos que são trazidos de outros estaleiros, que se juntarão a outras partes, no que é

chamado de integração casco a outros pacotes e componentes críticos (também chamado de processo de integração e complementação¹²²).



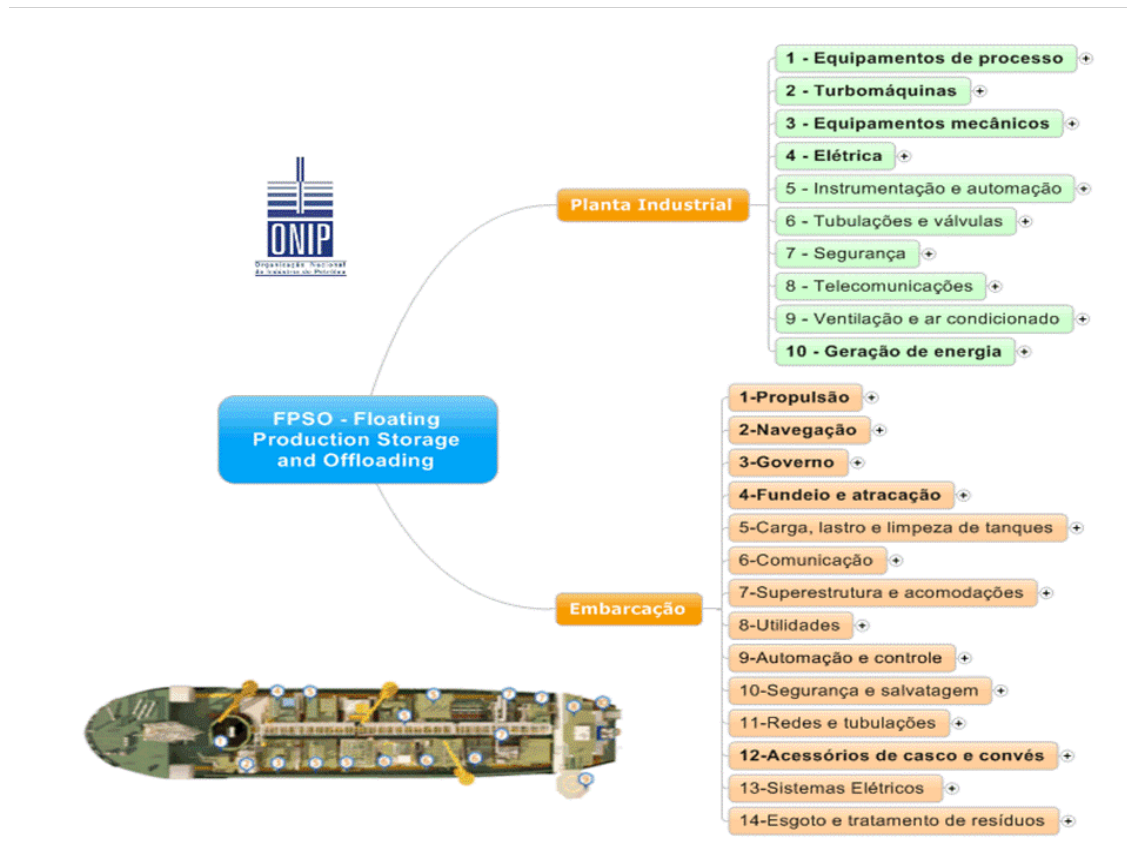
IMG 18 - Visão de fábrica e replicação dos cascos

Uma plataforma FPSO precisa que o casco (feito em Rio Grande) seja integrado aos pacotes de módulos (que são feitos em outros estaleiros) e aos equipamentos críticos (trazidos em grande parte do exterior) por outro estaleiro. Fazendo o caminho inverso do processo, semelhante ao conjunto de cantor, podemos ter mais noção de como se edifica um equipamento desta magnitude. A unidade primeira, FPSO, divide-se primeiro em duas partes: o casco e os módulos/equipamentos críticos. Os módulos são, então, divididos também em três partes, feitos por três diferentes estaleiros.

Uma das falas do dia 14 de março do mesmo ano, Carlos Camerini, então diretor da Organização Nacional do Petróleo, mostrou em um de seus slides os diferentes

¹²² <http://sinaval.org.br/2014/09/casco-da-p-66-sai-de-rio-grande-no-proximo-mes/> - visualizado em 25/10/2014

componentes necessários que também fazem parte não só do caso, mas de toda uma plataforma FPSO.

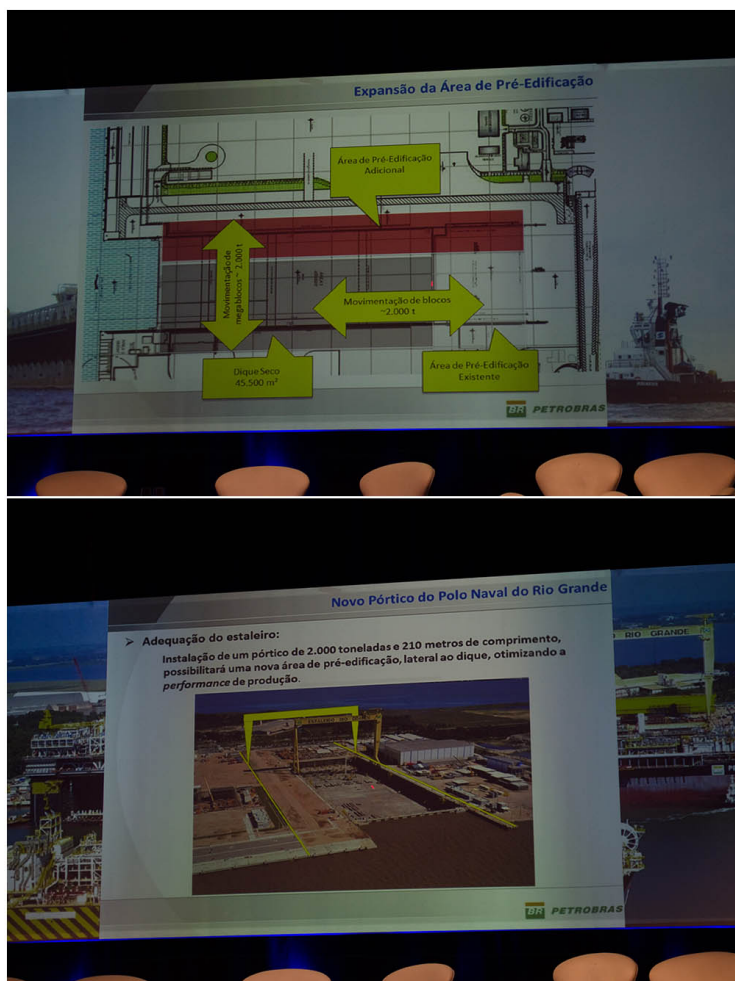


IMG 19 - Divisão dos elementos e componentes de uma FPSO

Para dar conta dessa demanda e maximizar o processo de construção dos cascos, foi necessário, então, segundo os especialistas que ali discursavam, instalar um novo pórtico. Novamente, as capacidades e dimensões, bem como imagens de um futuro não muito distante foram repetitivamente anunciadas nos microfones da Feira de 2013.

Nós temos também, por conta dessa quantidade de cascos por fazer, uma ampliação de recursos no estaleiro que é uma instalação do novo pórtico e é um pórtico de 2 mil toneladas que permitirá otimizar a fabricação e aumento da área de edificação, aumenta velocidade de edificação. Essa área toda vai ser uma área de edificação que tem a capacidade lateral pra pegar essa lateral diretamente e desse, você ganha velocidade. No pórtico existente, direito, só pega na cabeceira do dique de trás para dentro e cada vez você pega um bloco, você passa por cima, da obra pra colocar dentro dele, e dessa forma além da capacidade se maior, esse pórtico é de 600, esses eram 2000 vai permitir aumento da velocidade de edificação em cada casco. Essa é uma mostra em detalhes da construção e layout,

aumento da área de edificação, essa é a área existente, e esse aqui, é um incremento de área que nós vamos ganhar no novo pórtico, permitido até a movimentação de megablocos de até 2 mil toneladas. Falando um pouco desse outro pórtico, que tem capacidade pra içar esses blocos estruturais até indo para os dois lados e pra ECOVIX, junto a Konecranes, que é uma empresa finlandesa basicamente a grande empresa que fornece todos os pórticos do mundo. Vai acelerar a edificação do dique seco, otimização do conceito de megablocos não somente você permitido pegar a lateral trazendo pra dentro do dique. E tem a possibilidade, a gente fez os estudos, ainda não está em aplicação, você tem a possibilidade de participar, de trabalhar até, com os anéis, aqui tem um detalhe que é um anel, o bloco que a gente viu numa cabine de pintura pra esse aqui, o nível que nós temos dois de construção mantém esse bloco, com esse aqui na altura, esse aqui ante-par, estanque, esses blocos aqui e esse nível de cima que um nível todo do convés, e não tem nenhum bloco instalado. Quer dizer, com o novo pórtico, pode até unir esse treze blocos, todos primeiros, e depois descer um anel que desce reto pra dentro do dique, todo esse anel pesa em torno de 2 mil toneladas. Um caso inteiro no seu bloco paralelo, que é chamado, é composto 18 anéis desse aqui, mais a proa e popa e são regiões, blocos mais curtos. No caso do nosso navio, que não é propriamente um navio, é um casco, uma chapa, essa proa e popa, são apenas ilimináveis, não tem curva... Não navega... E aí já tem uma vista da viga principal a proposta de quem passa aí na frente, já vê toda edificada em breve vai começar a subir, até o final do mês, ele será um pouco elevada.



IMG 20 - Slide sobre o novo pórtico

Vê-se por parte de um grupo de agentes bem específico dessa teia (mais ligados à Petrobras) que a potencia e capacidade da economia voltada para o óleo e gás é um dos grandes atuantes nesse processo. Não fosse o Pré-Sal, que consequentemente é fruto de um trabalho de pesquisa de uma proposta de governo, nada disso pareceria estar acontecendo. O conjunto de expressões como medidas gigantescas e uma constante comparação com um passado nem tão distante (através da capacidade futura e de uma curva de produção) reforça isso.

Porém, há uma outra parte desta rede e deste discurso em que os atores e agentes não estão sempre de acordo, e que, basicamente, também tenta a todo momento rever as relações e possibilidades de interação entre eles.

A relação entre academia e empresas não é um projeto claro, e é possível perceber uma série de contradições e disputas sobre o que significa um avanço ou um objetivo útil e possível para as empresas. O grande argumento que envolve diferentes partes destas redes gira em torno da mão-de-obra e dos elementos técnicos que são capazes de legitimar ou exemplificar, traduzir para outras audiências, o que é e como se dá e como poderíamos ter uma indústria naval competitiva. O tempo aqui, é um fator fundamental para entender a dinâmica e a relação entre partes de argumentos de diversos atores, em dois pontos importantes, como será visto, também em duas escalas que envolvem as conexões e relações entre campo, escrita e teoria.

5.2 A rede RICINO: crônica de uma morte anunciada (conto em dois tempos)

*No dia em que iam matá-lo, Santiago Nasar
levantou-se às 5 e 30 da manhã para
esperar o barco em que chegava o bispo
(Gabriel García Márquez)*

*Rafael,
Infelizmente, a Rede RICINO esta inativa.
A indústria naval está em processo de demolição.
As instituições de pesquisa também estão com serias dificuldades.
Se puder acrescentar alguma informação, estou a disposição.
Saudações.
Floriano*

No dia 13 de maio, enquanto revisava parte do meu material sobre a Feira do Polo Naval, decidi enviar um e-mail para um dos principais responsáveis pelo que era então denominada RICINO (Rede de Inovação para a Competitividade da Indústria Naval e Offshore). O professor Floriano Carlos Martins foi, principalmente no primeiro ano, um ator importante no evento. Mediou alguns debates, falou sobre a relação entre academia e empresas, mostrou seu núcleo de incubadora empresarial no Rio de Janeiro e sempre parecia ser deveras respeitado no que se tratasse sobre Engenharia Naval. No e-mail, eu perguntava sobre a situação geral das parcerias que estavam “levantando-se para esperar o barco em que chegava o bispo” naquele ano de 2013. Também indaguei

brevemente o professor sobre o atual estado da arte desta rede e o impacto do que para mim era apenas uma aparente crise no setor naval.

Aqui está a primeira das escalas de conexões etnográficas mediadas pelo tempo da escrita e do campo. Dentro da pergunta inicial, que se desdobra em vários, formando uma nova relação entre relações de pontos semelhantes, o que interpreto aqui como um elemento importante na discussão que se propõe, pelos atores envolvidos, em pensar nas conexões entre academia e empresa. Essa primeira escala de tempo tem a ver com o presente, em que estou escrevendo sobre um passado que está dialogando sobre uma previsão, um futuro, uma esperança comum aos projetos de desenvolvimento (, que já ocorreu e, aparentemente neste instante da escrita, não está ocorrendo como previsto. É uma escrita etnográfica no presente através do uso de um futuro do pretérito.

Não à toa, a ideia de se pensar uma rede de cooperação sócio-técnica era vista, ao menos até pouquíssimo tempo atrás, como uma forma de agilizar e dar dinamismo ao setor da indústria naval. Se uma pessoa ouvisse as falas públicas dessa cena participativa, não teria dúvidas ao dizer que a competitividade e “sustentabilidade” da indústria só seriam possível com o aporte do conhecimento tecnológico. De uma certa forma, também seria muito mais fácil para mim entender que esse discurso, enquanto um agente do desenvolvimento, funcionaria como uma máquina antipolítica do desenvolvimento, nos termos de Ferguson, e seu argumento de que as instituições do desenvolvimento geram suas próprias formas de discurso, ao mesmo tempo em que este discurso constrói o cenário do desenvolvimento como um objeto particular de conhecimento, criando uma estrutura de conhecimento ao redor desse objeto. As máquinas antipolíticas, para ele, despolitizam tudo que tocam.

Porém, seguindo o projeto desta tese, é preciso entender como esse desenvolvimento “à brasileira” tem sua peculiaridade, e de que maneira também se apresenta como um desafio para uma outra análise teórico e metodológica. Certamente há muitas contribuições na análise de Ferguson, como pensar como práticas se tornam políticas, e de como o aparato do desenvolvimento também é, entre tantas outras

coisas, uma máquina que reforça e expande o exercício da burocracia do poder do Estado (Ferguson, 1990:255). No caso dos discursos envolvidos na Feira do Polo Naval que pensavam sobre as práticas inseridas em diferentes escalas do trabalho num estaleiro, havia uma tentativa constante dos representantes que não se identificam com o Estado de utilizar estas fronteiras de acordo com suas diferentes posições na rede.

É nessa linha que o trabalho de Debora nos alcança uma ideia interessante de que esses agentes se valem da ideia de que “o Estado não sou Eu” em suas diversas formas de ser expressada. Mesmo ainda com um foco muito centrado na geração de “recursos de poder” (Brohnoz,2015:49), é interessante notar, segundo Debora, que uma série de mecanismos de estado que são

acionados por distintos órgãos que são convocados a partir de decisões que outorgam a escalada desenvolvimentista brasileira. Os mecanismos resultam de constantes negociações e interesses entre empresários e gestores públicos, produzindo diferentes morfologias de intervenção estatal. (2015:49)

Sobre o olhar desta tese, a formação de uma rede de cooperação entre Estado (na figura de órgãos educacionais) e empresas é sim um mecanismo desse tipo, que, ao contrário de despolitizar, acaba se tornando político pela própria peculiaridade do projeto de desenvolvimento escolhido para o setor Naval. Obviamente, aprofundando ainda mais nossa fractalidade da rede, podemos ver que nem mesmo publicamente, quando estes atores estariam aparentemente defendendo o mesmo “lado” dos recursos de poder do desenvolvimento, estes agentes, mediadores ou intermediários, possuem um discurso convergente.

A relação entre empresas públicas e privadas, universidades e centros de pesquisa, é fundamental para este processo de transformar a cidade de Rio Grande em um *lócus* privilegiado do desenvolvimento da indústria nacional. A Rede de Inovação para a Competitividade da Indústria Naval e Offshore (RICINO) foi criada em 2009, fruto da colaboração entre indústria, instituições de ensino/pesquisa e o governo. Em seu site, o texto de apresentação começa com os seguintes parágrafos:

O processo de recuperação da indústria naval brasileira, seu

*desenvolvimento sustentável*¹²³, e inserção competitiva no mercado internacional, dependência, entre outros fatores críticos, de um grande esforço de recuperação e desenvolvimento tecnológico. Esse entendimento é já consensual, tanto na própria indústria quanto nas organizações governamentais direta ou indiretamente envolvidas no processo¹²⁴ (RICINO, 2010:3)

A rede foi o assunto principal de uma tarde inteira na edição de 2013 da Feira do Polo Naval. No dia 14 de março de 2013, além de uma apresentação sobre a própria rede em si, ainda pude presenciar e ouvir falas de diversos agentes em outras duas oportunidades. Destaco aqui o painel com o título de “Desafios Tecnológicos Naval e *Offshore*: Interação Academia e Empresa”. Participaram dela, em grande maioria, nomes ligados à academia e grandes nomes das empresas. O professor Floriano Carlos Martins Pires Jr. participava desta mesa na condição de presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (SOBENA). Também integravam o debate o vice-reitor da FURG, Dannilo Giroldo, o vice-presidente da ECOVIX/ENGEVIX, o presidente da EBR (Estaleiros do Brasil), o CEO da QUIP, o diretor de operações e negócios do IPT/USP, e o diretor da Organização Nacional da Indústria de Petróleo e Gás (ONIP), Carlos Cameri, que não cansou de citar a importância desta interação, e ao falar de empresas voltadas para a área *subsea*¹²⁵, adotou o seguinte tom:

E qual é o grande desafio gente? Já passou o tempo, na verdade. Essas empresas vão ser substituídas no mínimo em um ano, dois anos no máximo, por empresas canadenses, norueguesas, francesas. Porque lá, eles têm um sistema de investimento de tecnologia, prioritariamente na empresa. A empresa recebe o recurso e a partir daí ela vai buscar a tecnologia para o que ela achar necessário. Se ela achar que for dentro da empresa mesmo, ela vai desenvolver na empresa. Se for no instituto tecnológico, se for na academia. Então lá a essência do processo. E elas vão ocupar esse espaço. Então, se nós não fizermos nada, se nós não colocarmos essas empresas ao redor do parque tecnológico do Rio de Janeiro nós vamos estar perdendo a grande oportunidade do Óleo e Gás no Brasil.

¹²³ Grifo meu.

¹²⁴ O texto estava disponível em <http://www.ricino.org.br/web/index.php/Home/ricino>. O site do portal estava, até o momento de defesa dessa tese, fora do ar.

¹²⁵ Tecnologia voltada para extração e exploração de petróleo abaixo do nível do mar

Segundo Andréa Bento de Carvalho (2011), a rede RICINO seria o segundo de três eixos de atuação para a criação de uma rede de inovação na indústria naval do RS¹²⁶, como exemplo da relação das Universidades/Instituições de Ensino e Pesquisa com os projetos do Estado. Através da lei Nº 13710 de 06/04/2011, o governo estadual instituiu o Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul (PGPIN), que tem como um de seus objetivos articular a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Federal do Rio Grande (FURG) e Federal de Pelotas (UFPEL), juntamente com o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), objetivando a ampliação das vagas em cursos de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado em áreas afins aos setores de gás natural e petróleo e indústria naval, estimulando assim a instalação de empresas complementares às cadeias produtivas e empresas de prestação de serviços.

Sandro Ruduit comenta que a captação de recursos junto a esta rede permitiu à FURG iniciar, em 2010, as atividades do curso de graduação em Engenharia Mecânica Naval, como também dar andamento a projetos já planejados anteriormente, como o Oceantec (Parque Científico e Tecnológico do Mar) e o Oceanário Brasil (parque turístico e de estudos e pesquisas sobre oceanos). Além destes empreendimentos, a RICINO também ajuda a financiar pesquisas no “Centro Avançado em TI na Construção Naval e *Offshore*” (Garcia, 2011:18). Novamente, a definição de uma natureza legítima e capaz de ser preservada, ao mesmo tempo que é explorada, é reforçada por uma série de discursos que envolvem conhecimento técnico especializado e relações de poder. Todos os projetos e temas citados acima foram citados nas falas dos integrantes do primeiro dia do NAVTEC. Além disto, também pude ouvir pedidos dos gerentes do estaleiros de que as Universidades invistam e se preocupam mais com engenharias e soluções baratas para os “gargalos” encontrados nas diferentes construções navais da região.

A RICINO, pelo que pude compreender através das falas presentes e de pesquisas no site da própria rede, surgiu através da iniciativa da Sociedade Brasileira de

¹²⁶ O primeiro eixo, colocado pela autora como o Governo do Estado, bem como o terceiro eixo, denominado por “ações inovativas empresariais” não serão contemplado neste artigo.

Engenharia Naval (SOBENA) em reunir numa mesma rede o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA), o SINAVAL¹²⁷ e o também já extinto Centro em Excelência em Engenharia Naval e Oceânica da UFRJ (CEENO). É possível já no texto inicial do documento perceber que há uma preocupação em colocar-se em comparação com outros países em que a indústria naval já estaria em desenvolvimento mais avançado.

Entretanto, ao contrário do que se observa na indústria naval em outros países, e mesmo em outras áreas no Brasil, não existe um programa estratégico nacional, centrado na indústria, que articule os agentes - indústria e centros de pesquisa - integre as ações e otimize a alocação dos recursos.

Com base nessa avaliação, a Sociedade Brasileira de Engenharia Naval - SOBENA, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - SINAVAL, o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima - SYNDARMA e o Centro de Excelência em Engenharia Naval e Oceânica - CEENO elaboraram a proposta de formação de uma Rede de Inovação para a Competitividade da Indústria Naval e Offshore, integrando a indústria, instituições de pesquisa e órgãos governamentais.

A proposta que foi apresentada pelas organizações mais representativas dos setores produtivo e de pesquisa do setor naval, é uma contribuição para a efetiva implantação de um novo modelo de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a indústria naval e offshore. Esse novo modelo, além de garantir maior efetividade aos programas já existentes de apoio a inovação, certamente irá estimular e viabilizar a implantação de novos programas e o engajamento de novos agentes. (RICINO, 2010: 3)

Tanto nas palestras quanto nos documentos que pude ter acesso, a Rede se divide em três núcleos temáticos e dois núcleos regionais. A FURG, enquanto parte desta rede, entrou como um dos núcleos regionais da região Sul. O outro núcleo regional é composto pela UFPE e de certa forma também representa uma resposta e reação à política de descentralização da indústria naval, abrangendo o segundo maior

¹²⁷ Apesar de estar fora do ar, o documento <http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/Ricino-Proposicoes-Nov20101.pdf> está disponível no site do SINAVAL.

pátio de produção no país¹²⁸. Na fala do professor responsável pelo núcleo de Pernambuco, a participação da academia junto a empresas era fundamental para que

Então, a rede tem o objetivo de elaboração e planejamento estratégico e avaliação continuada dos programas de projeto, divulgação de resultados, disseminação de tecnologia da informação, integração entre indústria e centros de pesquisa e facilitação no desenvolvimento de projetos em cooperação entre empresas e articulação de crescimento das instituições de pesquisa instituições fomento, de financiamento e isso também é importante, ou seja, pra desenvolver essa carteira de desses projetos, precisa a participação da academia e da indústria mas também os núcleos dos sistemas de financiamento. (Marcos Pereira, prof. UFPE)

É importante, como um dos elementos que marcam aqui um discurso sobre desenvolvimento e uma possível competitividade e sustentabilidade do setor naval no Brasil, o uso constante de comparações e exemplos com outros países. Se para Lasier e outros representantes locais a comparação era feita de maneira negativa para com o exemplo de Macaé, aqui a escala se desloca para os países com ditos altos índices de tecnologia e interações entre a iniciativa privada e o ensino e pesquisa voltado para a área naval. Esse é um dos pontos de comparação que serem aqui como sustentadores dessa necessidade de uma maior interação para o bem da indústria naval. Todos os países que demonstram algum tipo de sucesso na indústria servem como comparação e medida de mensuração do que pode dar certo.

Nesse balaio de argumentos fundados em números e expectativas sobre um futuro não muito distante, a noção de que é necessário uma mão-de-obra qualificada aparece basicamente somente dos representantes da academia. Em uma de suas muitas falas nos dois anos de Feira, o professor Floriano avaliou comparativamente o setor da indústria naval com o Japão.

O problema de recursos humanos, foi muito comentado aqui, eu chamaria atenção para alguns indicadores. A média de um estaleiro brasileiro é de 2% de engenheiros, em alguns exemplos, como Coreia e Japão, mostram a diferença a que estou me referindo. (seu PPT mostra de 10 a 20% em outros estaleiros).

¹²⁸ Os outros núcleos estão, segundo o documento disponível no site do sinaval são o Núcleo de Tecnologia da Construção e Reparação Naval e Offshore, o Núcleo de Projetos e Embarcações e Sistemas Offshore e o Núcleo de Cadeia Produtiva da Indústria Naval e Offshore

A gente ouviu aqui a produtividade, o problema não é tecnologia, é produtividade. O estaleiro Daehu por exemplo, que é um dos mais produtivos do mundo, tem mais de 500 engenheiros atuando, gestando. Nem chamo de processo. Planejamento, controle e gestão de processo.

Tecnologia é o principal insumo si ne qua non de produtividade. Se não tiver tecnologia, aporte e tecnologia gerencial, de fabricação. Os números que indicam esforço de capacitação de recursos humanos no Brasil são insuficientes, terríveis. Não vou poder me deter, mas a gente tá vendo aqui, que foi o discurso no início do Estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco, quando se imaginava que ia se constituir o processo de qualificação de mão-de-obra e recursos humanos, e o que acontece nos países desenvolvidos, mostra aqui, que a porcentagem de trabalhadores com educação básica como formação, sem nível médio, o Padilha se referiu, vai ser menor que 1%. E 75% dos quadros dos Estaleiros estão sendo de nível técnico, e 25% de engenharia.

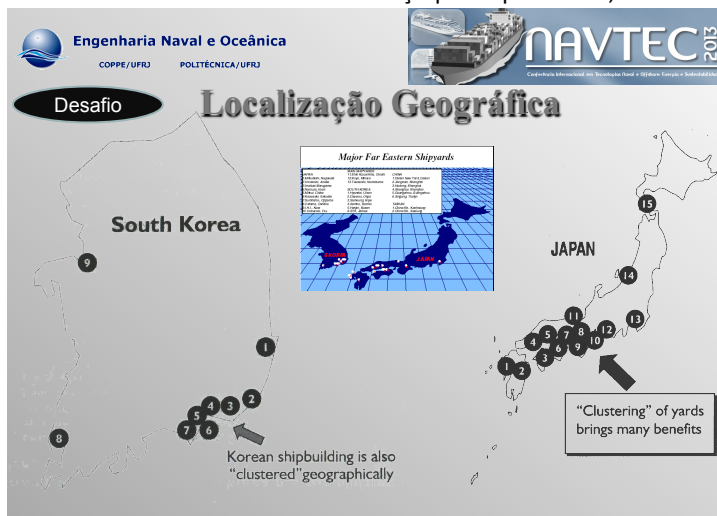
A produtividade brasileira, o grande desafio é esse gap, essa diferença. Temos aqui alguns exemplos, não vou me deter. Que é a produtividade de estaleiros mais avançados e a que o Brasil já teve no passado e que tem hoje. Em alguns casos, em muitos, é aquele daquela que temos no passado. Os prazos, função, obviamente.

Em 2014, em outro painel intitulado “Desafios Tecnológicos nos Estaleiros”, o discurso continuava focando nos percentuais e no comparativo entre os países mais “desenvolvidos” e a indústria naval no Brasil.

Essa questão, é crucial. A gente tava falando aqui de criar uma indústria, sobreviver nesse ambiente onde a gente está, olhar na frente, com um padrão competitivo, internacional, aí a gente tem um problema, que é um problema brasileiro pra educação mas que a indústria naval, tem excelentes ideias, pra ser competitiva não pode esperar através da educação brasileira ser resolvido no ensino técnico ser resolvido tem que ter mecanismos setoriais (...)

Os números, você olha o perfil de força de trabalho no estaleiro europeu e tal e mesmo no estaleiro japonês, e brasileiro ou você tem que fazer muito esforço pra superar isso, se não a gente senta no fio e chora. O número, a

percentagem de trabalhadores sem formação base nos estaleiros europeus e as estatísticas da OCE é 2%. O número de engenheiros num estaleiro japonês, médio é de 10% a 20%, e a gente tá na faixa de 2%, e a nossa realidade é assim, é essa. Agora, bem lembrada a colocação do nosso colega do SEBRAE, que a gente tem que resolver esse problema, tripular, esse estaleiro, estaleiros em áreas sem tradição como o Nordeste tem que tirar o problema de colocar



em prática os padrões que não vai ser suficiente tem que olhar na frente e educar e o Brasil inteiro, não vai resolver esse problema a tempo pra indústria naval ser competitiva, tem que ter programa, numa política de tecnologia e também tem que ter uma política de ensino técnico e nível técnico principalmente urgente, inadiável.

Há uma avaliação do professor quanto aos problemas que tal política de descentralização e investimento da forma como ocorreu no Brasil. Além disso, para ele a dispersão geográfica entre os estaleiros também dificulta uma unificação do que ele chama de políticas de P&D eficazes e atentas às necessidades das empresas, trazendo, novamente, a comparação com países como a Coréia e Japão para falar sobre o tema

Como se vê pelo próprio slide trazido pelo professor em sua fala, há uma diferença gigantesca no que diz respeito à formação e qualificação técnica entre os estaleiros nacionais e os dois maiores “players” do cenário mundial. Em sua fala, também surgiram referências de jornais, como o caso de uma reportagem do jornal Valor Econômico do dia 22 de setembro de 2010, mostrando a trajetória “comum” do quadro funcional dos estaleiros brasileiros.



Recursos Humanos

Engenharia nos Estaleiros

Ameaça

BRASIL

Média de aproximadamente 2% dos empregados são engenheiros.

CORÉIA

ESTALEIRO 1 – 25.000 empregados → 2.000 engenheiros
ESTALEIRO 2 – 15.000 empregados → 1.800 em projeto e engenharia
ESTALEIRO 3 – 6.000 empregados → 1.000 em projeto e engenharia

JAPÃO

ESTALEIRO 1 – 1.655 empregados → 205 engenheiros
ESTALEIRO 2 – 900 empregados → 150 em projeto e engenharia
ESTALEIRO 3 – 1.500 empregados → 350 em projeto e engenharia

IMG 22 - Comparação sobre recursos humanos

Ex-cortador de cana, acostumado a passar horas sob o escaldante sol que castiga os canaviais nordestinos, o pernambucano Josenildo Francisco da Silva, de 24 anos, deixou o campo e agora “sua a camisa” em um emprego urbano, atrás de uma solda no Estaleiro Atlântico Sul, instalado no Complexo Portuário de Suape, a 60 quilômetros de distância do Recife.

Em janeiro deste ano, Josenildo levou a medalha de bronze no primeiro campeonato de solda promovido pelo estaleiro – que corre contra o tempo para entregar a primeira de suas 22 encomendas: um petroleiro do tipo Suezmax que será operado pela Petrobras. Como prêmio pelos 58 rolos de arame transformados em solda nas imensas peças dos navios, Josenildo ganhou equipamentos de soldagem e um aumento de R\$ 53 no salário, que passou a R\$ 915 mensais.

É aqui que uma outra escala de tempo também aparece como importante no “diálogo” e na conversa entre academia e empresas. A noção de tempo em si, o que é necessário para uma ação na indústria. Qual o ritmo e a capacidade de ação dentro destes diferentes espaços? Ou seja, é aqui que as contradições de discursos se acentuam, basicamente centradas nas noções que circundam o tempo e do que é realmente necessário para indústria naval no contexto brasileiro.

A gente ouviu aqui a produtividade, o problema não é tecnologia, é produtividade. O estaleiro Daehu por exemplo, que é um dos mais produtivos do mundo, tem mais de 500 engenheiros atuando, gestando. Nem chamo de processo. Planejamento, controle e gestão de processo.

Tecnologia é o principal insumo *si ne qua non* de produtividade. Se não tiver tecnologia, aporte e tecnologia gerencial, de fabricação. Os números que indicam esforço de capacitação de recursos humanos no Brasil são insuficientes, terríveis. Não vou poder me deter, mas a gente tá vendo aqui, que foi o discurso no início do Estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco, quando se imaginava que ia se constituir o processo de qualificação de mão-de-obra e recursos humanos, e o que acontece nos países desenvolvidos, mostra aqui, que a porcentagem de trabalhadores com educação básica como formação, sem nível médio, o Padilha se referiu, vai ser menor que 1%. E 75% dos quadros dos Estaleiros estão sendo de nível técnico, e 25% de engenharia.

A produtividade brasileira, o grande desafio é esse *gap*, essa diferença. Temos aqui alguns exemplos, não vou me deter. Que é a produtividade de estaleiros mais avançados e a que o Brasil já teve no passado e que tem hoje. Em alguns casos, em muitos, é alguém daquela que temos no passado. Os prazos, função, obviamente.

O próprio professor Floriano, depois de citar uma série de gargalos que a indústria naval enfrentaria, elencou que o processo e o amadurecimento do setor demorariam bem mais do que o tempo das demandas da Petrobrás.

Uma política de construção naval seria basicamente a integração destas ações todas aí. O problema do tempo e do custo, eu coloquei aqui, que é uma grande ameaça ao Brasil, que é a continuação, retomada desses ciclos de atuação neste momento. Ameaça premente, preocupante, é claro, é o fato de que o período que a indústria naval brasileira tem pra se atingir aquele padrão, que é senso comum, a gente ouviu bastante aqui, nessa fase, com essas encomendas que estão colocadas, a indústria tem que se qualificar pra depois sobreviver de maneira competitiva e autônoma, e depois se inserir no mercado internacional. O senso comum é que isso corresponde a um período de 15 a 20 anos que responde a estas demandas físicas que estão aí. Eu acho que não. Acho que é uma visão excessivamente otimista, e acho que os riscos são maiores. Mudança de orientação política, mudança de orientação política geral, e a dificuldade dos setores demandantes absorverem diferenças e desvantagens de prazos e preços, podem ser um problema que muito antes desse ciclo se completar venha a inviabilizar novamente a indústria naval. Acho que é algo que torna a urgência desse processos de ganho de efetividade e eficiência ainda maior.

Um exemplo trazido por ele, também através de comparação, foi o tempo necessário na China desde o início da construção de um estaleiro até a entrega do primeiro navio, que dura, em média, 18 meses.

Engenharia Naval e Oceânica
COPPE/UFRJ POLITÉCNICA/UFRJ

NAVTEC 2013
Conferência Internacional em Tecnologia Naval e Offshore Energia e Substratos

Custo Brasil e Tempo Brasil

Um exemplo chinês

Ameaça

Estaleiro OUHUA – Xiaogan – Zhejiang - China

- Construção do estaleiro iniciada em **abril de 2005**
- fundações do dique iniciadas em agosto de 2005
- galpões concluídos em 8 meses e o dique em 12 meses.
- primeira chapa passou pela linha de tratamento em **novembro de 2005**
- primeiro navio entregue em **novembro de 2006**
- **do início da construção do estaleiro até a entrega do primeiro navio: 18 meses**

IMG 23 - Custo Brasil x Tempo Brasil

O impacto de um dado como este pode ser imaginado se nós realizarmos uma comparação com o tempo que foi necessário para a entrega de apenas um dos oito cascos replicantes (que a princípio possuíam um tempo de fabricação mais rápido), a P-66. Já em 2014, durante uma fala na Feira daquele ano, um representante da Petrobrás, por mais de uma vez, falou que o prazo para finalização da plataforma estava posto para o final daquele mês de março.

Hoje a ECOVIX tem aproximadamente 10 mil "colaboradores" dentro do estaleiro. O estaleiro os dois estaleiros ERG1 e ERG2, e em breve ERG3, eles tem, é uma empresa da qual a ECOVIX é sócia tem 75% das ações. Recentemente em novembro a ECOVIX, ganhou ou negociou uma parceria com a Mitsubshi e com a NISSAN, parte da Mitsubishi, essa parceria com a Mitsubishi comprou 30% da ECOVIX. Então essa, em poucas palavras é o resumo da ECOVIX, nós estamos trabalhando na P-66, na P-67, na P-68 e na P-69, e no primeiro caso dos navios sondas que é o Cassino. A P-66 é o primeiro casco que nós vamos entregar. O P66 sairá do dique no final desse mês, e em junho nós entregaremos a P66 para os integradores que no caso da 66 em Angra dos Reis (...)

Eu queria mostrar só algumas fotos da ECOVIX: essa é o ERG-2, então, ali nós temos as fábrica de painéis de blocos e comentei, os galpões de acabamento que são também, onde é feita a pintura aqui algumas fotos da linha painéis da ING. Aí uma foto do pórtico de 2.000 toneladas, um pórtico de 600 toneladas a frente, essa foto, essa aí, recente, é dessa semana é a P-66, já com "pipe-reck", com os "stooges", "off-load", com o

"mouring-balcony", louring-housing-balcony" e todas as bocas de sinos para a colocação dos raios já instalados e esse casco vai sair do dique no final desse mês.

A produção dos blocos no pátio do estaleiro começou em outubro de 2011. A edificação dos mesmos, para formar o casco que posteriormente iria para Angra dos Reis receber os últimos módulos e equipamentos críticos, começou em outubro de 2012. A plataforma só deixou os canteiros da ECOVIX em dezembro de 2014, conforme publicado no jornal local¹²⁹. O tempo total somente da construção de grande parte da plataforma em Rio Grande durou cerca de 38 meses.

Em 2014, repetindo o discurso sobre o tempo, Floriano exemplificou e trouxe com detalhes dados sobre modelos de transferência, produção e criação de tecnologias voltadas para a indústria naval. Para ele, a Coreia é hoje um exemplo a ser seguido, pois conseguiu fazer uma mescla de dois modelos diferentes. O primeiro, de produção de tecnologia totalmente autônoma e sem transferência de tecnologia, que não deu certo na China. O segundo, de importação e imitação total de tecnologia que também não obteve sucesso foi feito em Taiwan

A China da década de 1970 fez um investimento enorme, na criação do estaleiro, e na criação de centros de pesquisa, e adotavam a política de inovação, e fechamento. Era inadmissível no modelo chinês da década de 1970 a transferência de tecnologia, parceria com estaleiros de outros países e tal. Então, fora, construídos centros de pesquisa grandes e foi feito muito investimento de esforço, pelo menos de recursos e não aconteceu nada. Não é possível você entrar numa indústria como essa com essa complexidade a partir da sua capacidade de gerar tecnologia autônomas e independentes, e a China falhou e hoje a gente tem a evolução até a década de 1990, talvez o Sergio Camacho tenha contado esse tempo aqui, não vai, isso aqui não valeu. A China, depois dos anos 2000, no início do século com um modelo totalmente diferente, parecido com o modelo coreano conseguiu aí sim, deslanchar e está trazendo essa trajetória que gente está vendo aí, todo mundo um pouco assustado. Taiwan, adotou uma política de imitação, de transferência de tecnologia direta, atingiu níveis de produtividade bastante razoáveis sem nenhuma capacidade de inovação e não resistiu as mudanças que vieram depois, com as grande mudanças tecnológicas e particularmente o surgimento aí das demandas offshore desses últimos anos. Taiwan continua com nível do produção de navios convencionais estagnado. A Coreia adotou uma estratégia de equilíbrio de fazer as duas, um conjunto de ações de transferência de tecnologia e parcerias e de incorporação de tecnologia

¹²⁹ <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=8&n=66798>

dominadas e coisa e tal, e um investimento pesado em formação de recursos humanos desenvolvimento tecnológico, capacidade de inovação e foi o que permitiu que a trajetória da Coreia nesses anos que não são 50, são 10 anos ou 15 que saísse de nada até chegar a ser o primeiro, só foi chegar a ser o primeiro produtor um pouco mais tarde, mas, é o segunda indústria naval do mundo e a indústria mais consistente e a maior e a mais moderna e com as plantas mais, de mais porte, de mais sofisticadas, e tal, e isso foi acontecendo em 1974, 1975, 1980 e tal e em 1990, na década de 1990. Então é um período de 20 anos entre nada e o período dos grande estaleiros ser o que eles são, hoje Hiundai, Deivu, Samsung, eles foram estabelecidos como eles são hoje em termos de infraestrutura e tal, de recursos, no meio da década de 1990. Em 1974 quando Brasil viveu, o auge, o apogeu do plano de construção naval a Coreia estava criando o processo de construir o primeiro estaleiro com a construção de navios oceânicos. Essa lição a gente precisava aprender, e tem umas curvas que mostram o que aconteceu depois, que dizer a trajetória tecnológica, a estratégia tecnológica, adotada pela Coreia é diferenciada do que aconteceu nos outros dois e os resultados apresentam isso. Não é o único componente do processo, é um componente muito típico muito conhecido, muito reconhecido por todos os analistas que tentam entender por que uma indústria como a China não deu certo na década de 1970, e depois deu, deslançou nos anos 2000 e por que que a Coreia conseguiu esse milagre e isso não acontece com Taiwan, com o Brasil, então acho que isso é pano de fundo, acho que são questões que a gente devia de ter...

Essa fala do professor veio também em parte como uma resposta às informações trazidas por um gerente de projetos da ECOVIX que participava da mesma mesa, tentando também fazer uma comparação do processo de desenvolvimento da indústria naval no Brasil com relação a outros grandes players do cenário internacional. Aqui, semelhante aos discursos de “o Estado não sou eu” trazido por Brohzn, se adensarmos nas conexões entre trabalho e quem é responsável ou sente-se agente desta rede e teia, veremos que há por parte dos representantes da empresa uma distância ou proximidade relativa com o Estado, de acordo com sua conveniência.

E eu achei importante colocar aqui que os principais players da indústria naval internacional levaram 63 anos que é caso do Japão, 53 anos no caso da Coreia do Sul e 23 anos no caso da China pra se tornarem competitivos. Então, nós não podemos ter ilusão que daqui 5 anos nós seremos competitivos mundialmente. Se nós conseguirmos em 10 anos, essa é minha opinião, vai ser um marco, um desafio muito grande. O caminho é muito longo e nesse processo da ECOVIX e agora com os nossos parceiros da Mitsubishi, tem aí 150 anos de estrada vamos dizer assim, eles estão sempre dizendo: “Olha, calma nós levamos 10 anos pra fazer o que vocês querem fazer no final do ano, então, tem todo um processo aí que a gente tem que saber, não adianta se iludir que vai ser rápido”. Tem que ser devagar e sempre, vamos dizer assim, pra gente fazer isso de forma

consolidada, o problema é que nós temos que fazer isso sem perder muito tempo, por que nós temos aí até 2020 com encomendas pra poder mudar o estaleiro de forma a torna-lo competitivo.

Dito de outra maneira, a empresa não é o desenvolvimento e nem consegue, sem ajuda do Estado, levar a cabo o projeto de ressurgimento da indústria naval. Já para Floriano, representante da academia, contar só com encomendas da Petrobrás ou achar que está tudo indo bem, sabendo que há uma série de rupturas que podem ocorrer (e já ocorreram no momento em que esta tese estava sendo finalizada) neste processo de consolidação da indústria naval nacional. A exceção da parceria entre ECOVIX e Mitsubishi trazida aqui neste trecho refere-se a um programa de treinamento e capacitação de corpo técnico necessário para dentro do estaleiro.

O que gente acabou de ver aqui na apresentação da ECOVIX é, o único problema, a única ressalva é que, é uma absoluta exceção no cenário brasileiro, e é mais ou menos isso que a gente vai falar. Ações desse tipo com uma visão estratégica que já estivesse sendo empreendida em todos os níveis, a gente certamente teria um cenário um pouco mais favorável. O cenário é favorável, o Brasil vive um momento muito rico de oportunidades, mas também eu diria a essa altura do campeonato já está claro pra todo mundo de desafio, de desafios muito complexos. O problema da competitividade passa, como já foi colocado aqui, por se atingir em níveis de qualidade e competitividade, tempo de produção compatíveis com padrão internacional, num prazo desafiador, num prazo que vai ficando cada vez mais curto, eu diria, talvez com um pouco menos de otimismo que o Canhête, que não são os vinte anos da carteira que estão encomendadas. A experiência nossa no Brasil, a experiência passada mostra que não, que é preciso que esse patamares sejam alcançados antes. Se a indústria não responder com desempenho nos próximos anos, eu não sei quantos, certamente menos do que 20, os ventos podem mudar, como já mudaram outras vezes, e as pressões que são externas, que são internas, ficam muito fortes, e um ciclo de desenvolvimento pode ser interromper. Então eu diria que essa, eu concordo, eu não vou repetir com aquilo que foi dito, mas é isso mesmo, exceto pelo, talvez horizontes, temos uma carteira colocada que ocupa as nossas industrias por 20 anos, mas, isso não garante que nós vamos chegar ao fim dessa carteira com sucesso. Atrasos, problemas, interrupções, descontinuidades, ineficiências, podem e certamente vão se constituir em ameaça muito grande antes disso.

Para Carlos Padovesi, da USP, esse modelo dependente totalmente da uma estatal foi o problema que levou à bancarrota o último ciclo de grandes investimentos vividos pela indústria naval. Parar ele, essa retomada tem como um dos símbolos a cidade de Rio Grande, mas que ainda temos alguns desafios, como

ter competitividade e **sustentabilidade**. A **sustentabilidade** ela depende principalmente da questão da demanda, da política industrial e de um monte de coisas que infelizmente a gente precisa refletir. Até meados de 70, 80, a gente teve uma indústria naval. A gente construiu muitos navios, tínhamos estaleiros relativamente bem aparelhados com muitos empregos, e nós perdemos tudo isso por problemas sérios. E eu ousou de dizer que o, a solução de início de implantação daquele sistema na época foi a sua perdição. A gente tinha um, um grande aparato estatal que colocava recursos via SUNAMAM pra manter aqueles estaleiros, pra garantir a demanda para que a gente tivesse produção de navios, e tinha então uma distribuição da demanda pelos estaleiros. E você tinha então toda uma efervescência numa quantidade enorme de construção naquela época. Aquele modelo se perpetuou, e vários vícios foram levados, no momento que aquele modelo de financiamento estatal faliu, as indústrias perceberam que não tinham competitividade suficiente para se manter sem o cordão umbilical. Cortou esse cordão umbilical, a indústria foi caindo até padecer. A gente praticamente zerou a indústria naval em determinado momento.

O que tem que fazer a universidade, então? A que nos indicam alguns dos discursos trazidos, o grande embate sobre o qual a relação se concentra é basicamente na tecnologia e na formação. De um lado, pesquisa e inovação precisam ser colocados como programa de crescimento e, por outro, é preciso formar pessoas capazes de fazer o ciclo se perpetuar. A grande questão é que há uma noção do que é possível ou não fazer com o tempo e recursos disponíveis. Grande parte dos acadêmicos envolvidos acreditam que a indústria precisa participar mais e investir mais. Grande parte da indústria pensa que a universidade tem que ter uma visão mais prática de quais os verdadeiros “gargalos” e que cabe muito mais ao Estado do que à iniciativa privada fazer tais investimentos.

É nesse debate longo e cheio de nuances que se vê que visão e noção é partilhada entre estes atores do que é o Estado, o que é conhecimento, desenvolvimento, academia, interações, empresas, enfim.

Quero analisar por efeitos práticos, falando nesses dois pontos. Um, essa proximidade maior e conversas mais frequentes entre academia, universidade, estaleiros, pra se passar os problemas que teve durante o ano. As vezes, outra, uma oportunidade que eu vejo, mesmo nessa linha das empresas estrangeiras estarem com essa tecnologia, também as vezes não tem demanda, são reféns disso. Às vezes não tem prazo pra chegar no tempo que precisa. Às vezes empresário nem querem, e são forçados a correr e apresentar o problema. E tem grandes soluções. Eu confio na capacidade de todo mundo, a gente ainda teve mostras no passado, e

outro ponto é deixar claro isso. Nem sempre são grandes ideias, tem vezes que uma coisa simples já agrega grande valor pro empresário. Não se prendam sempre a grandes teorias, que os dois são importantes.

(...) Existe o lado glamuroso, da alta tecnologia, onde envolve laboratórios, pesquisa, isso é importantíssimo, também. Agora, existe um lado também que não, que também é importante até pra aproximar a academia dos estaleiros, executores, que também não devem se prender a grandes soluções que dependem de testes de laboratórios, grandes projetos, certificações, isso realmente tem que ser feito. Em paralelo pode várias frentes andarem juntas. Existem coisas mais fáceis de ser implementadas, que não dependem de tanto recurso e gerariam um valor quase que imediato pros estaleiros, usando um pouco de criatividade. Mas a universidade só vai saber se tiver um convívio próximo. Tem que ter alguns fóruns, pra aproximar do lado mais prático.

Vou dar alguns exemplos pra ilustrar, rapidamente, não é glamuroso, não demanda alta tecnologia, mas resolve. Às vezes o estaleiro perde tempo, demanda outros contratos, com uma coisa regional, no caso o vento. Se um grupo da universidade bolar um sistema que consiga fazer um estaleiro ter mais obras produtivas com o vento, aqui da região, é um valor, ótimo. Não é glamuroso, mas é ótimo. Então quero abrir um pouco a mente dos universitários, que nem sempre a tecnologia, alta tecnologia é importante, tem que ser feita, pra não ficar refém das estrangeiras, e às vezes soluções simples trazer benefícios enormes. Então assim, uma barreira montável, desmontável que possa ser colocada no estaleiro, pra poder durante o inverno pode soldar, ter mais produtividade. Um sistema de aquecimento pra você poder pintar, sua tinta ter uma melhor performance. Um sistema de controle de chapa pro seu estoque, porque tem altos controles da Receita Federal pra ter controle de estoque, então você, criar um selo de etiquetas. Isso não é muito glamuroso, mas isso acaba criando uma confiança que vai se desenvolvendo, se aproximando. E aí com essa proximidade, o estaleiro começa cada vez dar mais desafios da universidade, assim “tenta fazer isso aqui pra mim então”. Então só quero passar esse foco, que nem sempre né, às vezes as ideias simples resolvem muita coisa e trazem um valor agregado enorme.

Essa fala de um gerente de projetos da QUIP, em 2013, talvez seja bem enigmática no que diz respeito à relação entre tempo, trabalho e visão de como o desenvolvimento à brasileira acontece. Uma empresa nova na área chega em uma área e não tem projetos para lidar com o vento, que é uma das características da região, e aponta para uma visão de que a academia está distante das empresas porque só está preocupada com alta tecnologia e glamour. No mesmo debate, o professor Floriano fez uma provocação, tentando diminuir a distância entre o argumento do gerente e a sua visão da academia

E, tecnologia e investimento em tecnologia. É verdade que o setor público investe bastante, maciçamente, em outros países do mundo, apoia as empresas na área naval, particularmente com financiamento. O financiamento a pesquisa e desenvolvimento na empresa tá fora de todos acordos restritivos de protecionistas na área de construção naval, inclusive na OMC. Mas o investimento pesado, o grande investimento que é feito nas empresas, é feito pelas empresas. É claro que no Brasil, por questões culturais, estruturais, a gente tem que pensar formas que o investimento público atenda demandas industriais efetivas, mas ao final, ao fim desse ciclo de maturação a indústria brasileira se aproxime dos níveis de investimentos internacionais de P&D na indústria. Alguns dados aqui são muito interessantes. O centro de pesquisa do estaleiro Hyundai tem mais pesquisadores na área, especificamente na área de projeto, processo de construção naval que no Brasil inteiro. A gente tem dados sobre quanto o governos japônês coloca diretamente de recursos pra P&D na indústria, que pra P&D construção naval é 37%, que é totalmente fora da média que é 1,7%. Ou seja, a indústria naval é vista como um setor estratégico que apresenta externalidades positivas muito significativas que justifica a alocação de recursos em P&D. Mas as empresas, as empresas, né, algumas empresas estão aqui, estaleiros europeus, asiáticos, são investidores muito grandes, têm investimento muito importante em pesquisa na área de construção naval. Fazer uma construção naval competitiva hoje demanda tecnologia. Tudo é tecnologia. Aquela solução simples ali, ela é simples, mas é baseada basicamente, quase provavelmente, em muito conhecimento. Aquela história, o cara demorou dez minutos pra fazer, pra ter aquela idéia, mais vinte anos estudando, aprendendo, vendo, acumulando experiência.

Para o representante da ECOVIX esse dilema que separa academia, empresa e estado é uma “sinuca de bico”. Segundo ele o empresário está sendo prejudicado pela demanda da contratante.

Outro ponto, que o Eder falou, é o timing. O empresário hoje tá pressionado. Porque ele tem uma verba curta e tem que entregar o projeto rapidamente, então prazo super apertado. Até porque nossa contratante tem prazos apertados pra cumprir a meta de produção de petróleo e gás, não é pra gente parar, não fazer nada por causa disso, mas tem aquela dificuldade em certo ponto: “vamos dar tempo pra tentar resolver aquele problema, desenvolver aquele produto pra mim ou pegar ele pronto”. Aí o grande impasse, porque daí não vai ter, se for esperar por isso, nunca vai ter nada. Então essa outra visão do empresário que tem que entregar o produto, e ao mesmo tempo dar oportunidade pra academia resolver a solução pra ele. Como fica esse dilema? É uma equação difícil. Tem o risco, o risco como é que fica? Um órgão financiador pra esses grandes projetos, tem que ter financiamento. E aí o cara pergunta assim “quem é o garantidor da performance?” Qual a garantia, a pessoa fala. A gente tem que botar nossa cabeça pra sair desse imbróglio, porque senão vai ficar se repetindo. Se não é sempre a pressa de entregar o produto, as empresas financiadoras querem saber sempre de quem é a tecnologia, garantir performance, se o troço performar, plataforma é entregue, começa a produzir óleo, e tem que ter a recuperação do

investimento. Então esse é um ponto, tem que sair dessa sinuca de bico. Porque senão a gente não vai progredir mais

A visão de que não podem ser assumidos riscos também serviu como argumento para que Angelo Tomé, da QUIP, concordasse com esta de seu colega de profissão da ECOVIX. A idéia de uma cooperação entre as empresas ficou evidente. O mais interessante é que sua fala também carregava, em si, uma necessidade de se pensar que há um risco que vem, exatamente, da causa e do principal responsável pelo re-surgimento da indústria naval, o estado.

E como nós vimos antes, acho que o Simão que falou, essa parte de risco. Se existe o risco tensionado pelo caso da tecnologia nova, existe o risco ainda maior que é o risco de não conseguir atingir a meta e os compromissos. Isso é o risco que fazem com que as empresas não consigam continuar. Eu saí do Brasil em 1990, e quando eu saí do Brasil pra trabalhar nessa indústria que nós temos hoje, era porque essa indústria estava claramente em queda, e nós tínhamos 13 estaleiros, que já era um número muito grande. Aconteceu, por um motivo qualquer que fosse, os 13 fecharam. E hoje temos esse trabalho, desenvolvendo outros estaleiros, é preciso entender isso, entender que esse trabalho precisa de um tempo pra amadurecer, de um tempo para que os profissionais se formem e as produtividades se atinjam. E a gente vê muitas coisas que, eu tinha um professor, que tinha uma fala que sempre me marcou muito, que era o seguinte: “Errar nós vamos errar sempre, mas vamos fazer um esforço grande pra fazer erros novos”. E a gente tem uma coisa muito interessante pra resolver, e tô com medo de a gente estar repetindo no mesmo erro. Hoje a gente não tem mais esse direito, não tem mais essa, o impacto vai ser muito grande. Nós precisamos estar aqui, e viram que as empresas estão dispostas a sentar com vocês. Não precisa ser com plateia, acho que até nós técnicos é muito mais difícil pra nós falar pra uma plateia. É muito mais fácil falar numa sala fechada, onde as pessoas estão ali, você pode se expressar sem estar preocupado com uma câmera aqui, fotógrafo ali. Isso não é o que o técnico procura, não é o que a gente se sente a vontade. Então é o que eu gostaria de botar como nosso desafio esse. A gente prestar atenção e entender que todos temos uma parcela. E que se a gente, nos níveis mais altos não tomar a liderança de dividir quem faz o que, a gente acaba sempre com a competição. E a gente já viu, o polo que melhor funcionou no mundo, disse claramente pra todo mundo ver, não tão escondendo, não é um segredo lá, está exposto: “colaborar sempre, competir se não tiver outra alternativa”.

O polo em questão era o da Noruega, que foi trazido constantemente como exemplo de *case* bem sucedido de equilíbrio entre investimento em tecnologia e produtividade da indústria. Dentro desta concepção, ao mesmo tempo e por vezes

contraditoriamente, para o gerente da EBR quem tem que fazer e dar as condições para tal crescimento tem que ser o estado.

Existe uma grande necessidade de melhoria nas rodovias da região eu vou mostrar pra vocês eu vou mostrar uma foto aqui essa, foto dá pra ver bem todas essas estradas que banham o estaleiro são de terra e quando chove, isso aqui vira uma loucura um perigo andar trafegar por ela. O que tem, a gente conseguiu resolver, o que cabe a nós nós resolvemos, por que antigamente, em relação a uma estrada, no meio do nosso cais, nós estamos fechando a estrada e já fizemos uma estrada em volta pra poder fazer um contorno e um trafego de carros, um espaço em volta do estaleiro pra dar uma passe mais por dentro do estaleiro, é uma obra que está praticamente pronta já... Energia elétrica, é um problema constante pra gente. É compreensível, por quê é uma cidade que não estava preparada pra receber um empreendimento desse porte uma cidade que sempre foi voltada pra agricultura hoje então a gente tem muita dificuldade com a falta de fornecimento de energia e são problemas que a CEEE, está em cima do assunto, está pensando no assunto mas eu acho que são assuntos que tem que andar rápido para não pra que não impacte na nossa produtividade. Eu imaginei que essas problemas não são específicos da região do Sul, são problemas no Brasil inteiro, a maioria das indústrias encontram esse tipo de problema no Brasil inteiro, pra vocês terem uma ideia, o acesso para São José do Norte é feito por barcas e isso para a questão do transporte de pessoas mas para transportar veículos ou caminhão é feito por uma balsa e se não me engano são duas viagens por dia ou seja, se o caminhão não chega e fica lá o dia inteiro esperando na fila pra poder embarcar ele, perde a viagem e só chega no dia seguinte, ou seja, ele só recebe os materiais com dias de atraso. Outra questão, eu estava até conversando ontem sobre isso. Não entra na minha cabeça como que uma cidade como Rio Grande com uma atividade tão intensa como estar nessa indústria offshore e um movimento tão grande de pessoas, não tenha, voôs regulares pra cá. Não entra na minha cabeça como a gente tem que descer em Pelotas pra vir a aqui pra cidade que é a cidade aonde estão as atividades principais é onde a economia, tá movimentando os desenvolvimento que está acontecendo. E especificamente em São José do Norte e eu acredito que nós teremos muitos problemas pra moradias dos nossos funcionários e você imaginam em 3 mil pessoas trabalhando no estaleiro. Que não for, vamos supor, pra gente estar imaginando aqui 50% seja da região os outros 50% vão precisar arrumar um lugar para morar. Então esse é movimento que precisa ser feito, eu acho que pelas atividades privadas e governamentais pra poder aumentar a moradia na região inclusive eu tive uma boa notícia, encontrei com o representante da SUANDE da UFPel, e eles mostraram aqui no estande a maquete do hotel que eles estão construindo em São José do Norte inclusive a unidade já iniciou a construção dois anos ele está pronto. É uma cidade também com baixa estrutura de saúde, alguns pontos foram resolvidos já no final do ano passado, o governo federal liberou verbas para aumento rede pública, a gente também está implementando um sistema para o nossos trabalhadores, um estaleiro que acaba se estendendo para a família através do SESI, de apoios com a FIERGS e tem também a questão de entretenimento que nós estamos nos

movimentando já nessa questão, estamos pra fechar um acordo com o SESI pra implementar algumas atividades já na cidade pra que, tanto a comunidade como os nossos trabalhadores e as famílias deles, tenham acesso pra que tenham entretenimento no tempo em que eles não estiverem trabalhando no estaleiro.

Para Sandro Garcia (2011), o importante é olhar para a indústria naval através da relação entre agentes produtivos e a sua capacidade de inovação, sempre defendendo a ideia de um desenvolvimento articulado a uma rede mundial e globalizada. As hierarquias e relações de poder que existem dentro destas redes não chegam a ser preocupação para o autor, que coloca neste novo paradigma de crescimento a oportunidade de fortalecimento do país no mercado internacional. O Brasil, para Sandro, é um país emergente (que vai de encontro à necessidade criada pelos “subdesenvolvidos”, como fala Escobar) que tem na descoberta do Pré-Sal uma oportunidade única. Experimentamos, a um só tempo,

uma impressionante expansão da produção conjugada com enorme esforço do país em criar conhecimentos específicos, tecnologias e inovações que permitam atender aos requisitos de exploração das riquezas da camada pré-sal, no contexto do novo paradigma de desenvolvimento econômico e social (2001:11)

Trago aqui o relato de Sandro Garcia, entre outros, para criar essa relação dentro de uma teia de discursos de sucesso em um tempo que nos mostra, no presente, uma série de incoerências e promessas de sucesso não-concretizadas. Se para Deborah as empresas envolvidas em licitações ambientais dizem que o estado não é elas, nas duas edições da Feira do Polo naval a impressão e interpretação que tive foi de que os representantes das empresas tentavam sempre dizer “o desenvolvimento até somos nós, mas quem precisa investir é o estado”. Indo de encontro, os especialistas das universidades, conhecendo a realidade de empresas e da indústria naval em outros grandes players mundiais, tentam a todo momento reforçar a ideia de que é preciso um esforço conjunto que não vise, somente, os anos previstos de encomendas da Petrobrás.

Certamente, não há um consenso quanto ao que é necessário fazer para que a indústria naval solucione seus gargalos e alcance sustentabilidade e competitividade.

Informações são contraditas e colocadas em diferentes perspectivas quando se compara a indústria naval do Brasil com o resto do mundo, mas todos agentes envolvidos nestes discursos parecem saber que a peculiaridade da política nacional com relação à esta indústria, de maneira específica, é ao mesmo tempo a vantagem e desvantagem para o Brasil. Há, de certa forma, uma visão clara de cada agente envolvido nestas redes do que eles não são capazes de fazer.

Conclusão – Saindo para alto mar (ainda incompleta)

Durante o tempo em que escrevi essa tese (deveras demorado para o período exigido e esperado para tal), a condição do que tomo aqui por campo, dados e informações sobre o universo sofreu uma série de alterações. Assim como uma plataforma que sai, atrasada e incompleta, essa tese leva consigo um pouco de cada pequeno esforço de trabalho envolvido na pesquisa levada a cabo por quase 3 anos.

É possível ver que essa etnografia suprimiu-se em um tempo que poderíamos denominar aqui como o futuro do pretérito. O presente da escrita etnográfica narra sobre eventos do passado. Estes eventos previam, em suas narrativas, ações que nem sempre foram levadas a cabo em sua totalidade. Assim também ocorreu com parte do aporte teórico em que eu sustentava esta frágil plataforma. Em grande parte, considero esta etnografia como uma etnografia do emergente. Pela ótica de Bill Maurer (2005), estas etnografias estariam relacionadas a práticas que se desenrolam na mesma temporalidade da escrita etnográfica. Por isso, acabam possuindo características em comum com as práticas de conhecimento da própria antropologia. Categorias se transbordam, híbridos aparecem, bem como a auto-documentação e a reflexividade, em uma mudança contínua de perspectiva entre o que se toma por geral e aquilo que comumente é chamado de particular para produzir o conhecimento.

No entanto, a escrita ainda possui essa capacidade aglutinadora de um tempo só, mesmo que se utilizando de um estilo e formato fragmentado, e pode aqui ajudar-

nos a finalizar uma pequena linha de raciocínio com relação ao fenômeno que se propôs estudar.

Parafraçando Telles (2010: 25), fazer uma descrição etnográfica não passa simplesmente pela tarefa de transcrever a realidade ou fazer um inventário de casos interessantes, mas antes de tudo é

um trabalho de construção que passa pelo modo como se estabelecem ou se fazem ver conexões e relações que, antes, sob um outro jogo de perspectivas, não faziam parte da cartografia social ou, então, dos critérios de pertinência e relevância postos pelas perguntas que se endereçavam ao mundo (*ibidem*, 2010:25)

Acima de tudo, estamos aqui falando de escalas e de níveis em que um grande projeto de desenvolvimento é agenciado entre atores que também circulam através destas escalas. Se o grande gap da literatura já “clássica” pós-estruturalista era lidar com as relações entre o global e local, o projeto desenvolvimentista voltado para a indústria naval nos coloca diante de um desafio analítico tremendo. Mesmo partindo de uma ideia de nação de um partido específico em um tempo específico dentro de um momento da economia global específico, a indústria naval (especificamente a instalada de Rio Grande) traz uma nova relação para com as práticas e feições de trabalho bem como para com a bibliografia que trata destes grandes projetos de desenvolvimento.

Se há uma história de migração e trabalho que orgulha a cidade de Rio Grande, é esse mesmo passado que diz, quase que concomitantemente, que é necessário e imprescindível um ressurgimento da metade Sul pela indústria naval. É esse mesmo passado e essa honra dos ciclos que também alimenta uma série de conflitos e impactos ligados à essa nova etapa migratória sob a maquiagem de “choque cultural”.

Se não há espaço para todos dentro deste projeto, os sujeitos e suas potencias criativas criam formas de lidar com essas novas realidades. Lutam para agenciar suas astúcias e responder às estratégias de grandes empresas. Ao mesmo tempo em que se investe na tentativa de tornar público um discurso de sucesso e faz-se planos jamais alcançados para investimento em tecnologia e conhecimento, as práticas e relações de

outros atores parece gritar para tentar dizer que é preciso mais que um sem número de engenheiros e especialistas para resolver os problemas advindos dessa nova indústria.

Como vimos, na maioria dos capítulos aqui a tensão analítica principal era muito mais o trabalho que o desenvolvimento, mas nem por isso os dois elementos podem ser considerados como separados. A peculiaridade do trabalho e das novas relações estabelecidas também poderiam aqui ser mais um dos muitos elementos para pensar nesse projeto de desenvolvimento específico.

Aposto, assim, que a indústria naval deste momento no país desenha um projeto de desenvolvimento único (à brasileira, talvez) mas que mesmo assim não está separado e nem é completamente diferente de projetos já analisados de forma exaustiva quando os principais personagens são as agências de fomento internacional e países pobres da Ásia e da África. O que nos coloca em uma condição única é exatamente a indefinição dos regimes de relações. São ao mesmo tempo simétricas e assimétricas, com nuances de discursos e uma incerteza sem fim sobre o próximo passo a ser dado.

Uma das características do processo aqui analisado é que na maioria das vezes o que está mediando sua legitimidade, seus sucesso ou insucesso, são elementos que não são efetivamente ou diretamente ligados ao que se pensa quando se fala em um projeto de desenvolvimento. Nos meandros da política da vida cotidiana, é possível perceber que há uma série de eventos e atores que articulam-se em redes e estratégias diversas para dar conta daquilo que a política nacional da indústria naval não consegue dar conta, ou até mesmo daquilo que seria sua principal característica mas, por não estar de acordo com as expectativas dos que estão sob seu prisma, acaba sendo re-significada constantemente

Talvez o exemplo mais concreto dessa necessidade de lidar com as contradições seja através do próprio sindicato, envolto em um momento histórico que exige mudanças, mas atingindo suas maiores conquistas por uma maleabilidade que vai das velhas práticas “piqueteiras” à força que aparece das novas formas de contratação por curtos períodos.

Nesse sentido, a indefinição também aparece de forma inevitável na escrita. Se a rede conecta e liga estes agentes através de suas diferentes escalas e níveis, é na teia que o toque em um encontro tem um destino único de reverberação e vibração. E é por isso, talvez, que a escolha de seguir quase que cegamente a ideia de conexões parciais de Strathern e todo seu aparato do pensamento fractal me pareceu frutífero aqui. Assim como as tubulações de uma plataforma, os enormes blocos construídos sob o esforço quase que desmedido de soldadores aguentando altas temperaturas e caldeiros ensinando engenheiros a lerem desenhos técnicos e afiarem suas ferramentas, essa tese é formada por micro esforços que versam sobre diferentes escalas e níveis que se conectam parcialmente através de elementos como trabalho, narrativa, literatura e um tantinho de criatividade.

Em grande parte da tese, é possível ver conexões parciais que ligam a etnografia de um projeto de desenvolvimento nacional de desenvolvimento à uma nova feição e condição de ser trabalhador em um momento e local único como os estaleiros na cidade de Rio Grande. Se formos adentrando ainda mais, continuaremos vendo mais lacunas que, nem por isso, desmancham a unidade imaginária daquilo que veio anteriormente.

Nos últimos momentos críticos e derradeiros de finalização desta pequena e humilde obra, a operação Lava-Jato deflagrou uma série de outras reverberações nestas teias e conexões parciais que, infelizmente, não pude contemplar aqui. Fruto de uma profunda investigação da Polícia Federal, desacobertaram-se no meio de contratos e licitações uma rede enorme de benefícios políticos e escusos que favoreceram partidos de toda base aliada ligados aos projetos demandados pela Petrobrás.

Atualmente a cidade, os trabalhadores, sindicatos, especialistas, professores, vendedores ambulantes, vivem seus dias de incerteza e indefinição, próximo (e ao mesmo tempo completamente diferente) daquele experimentado por um doutorando que recém finaliza sua tese.

Referências

ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri & BEZERRA, Gustavo. *Inserção Econômica Internacional e “Resolução Negociada” de Conflitos Ambientais na América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales “Territórios, Recursos Naturales y Ecologismo Popular”, Quito, 2007.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima : tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Antropologia Social, 2007.

ALTMAYER, Flávia de Lima. Evolução histórica do Porto do Rio Grande. In: ALTMAYER, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. *Caderno de história nº. 33*. Memorial do Rio Grande do Sul, 2007, p. 7-31.

ANTONAZ, Diana. *Na Escola dos Grandes Projetos: a formação do trabalhador industrial na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Rj, 1995.

ARCE, Albert & LONG, Norman. Reconfiguring modernity and development from a anthropological perspective in *Anthropology, Development and Modernities: exploring discourses, conter-tendencies and violence*. Routledge, Taylor & Francis: London and New York, 2005.

BARRETO FILHO, Henyo. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. *Revista Tellus*, Campo Grande, vol. 6, n. 10, p. 11-21, abr. 2006.

BECKER, Howard. *Falando de sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.

BITTENCOURT, Ezio. *Da rua ao teatro. Os prazeres de uma cidade*. Rio Grande: FURG, 2001.

BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

BRASIL. Apresentação de lançamento do PAC em 22/01/2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.(2007b)

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010: material para a imprensa. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PACintegra.pdf>>. Acesso em: 19 dez. de 2013. (2007a).

BROGNOLI, Felipe. —Com a cara no mundo: seguindo os rastros de nômades urbanos in Marques, Ana Claudia et al. *Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Territórios em Movimento*. Itajaí: Ed. Da Univali, 1999.

- BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu”: estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes projetos industriais. *Campos (UFPR)*, v. 14, p. 1-19, 2015
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Eduardo. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro, RJ. Tempo Brasileiro, 1996.
- CARDOSO, F; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, Ruth Correa Leite. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.
- CARVALHO, Andréa Bento. Polo Naval do Rio Grande: desafio a estruturação técnico-produtiva do território. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia: Rio Grande, 2011.
- CESARINO, Letícia. Antropologia Multissituada e a Questão da Escala: Reflexões com Base no Estudo da Cooperação Sul-Sul Brasileira in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun. 2014.
- COOPER, Frederick. What Is the Concept of Globalization Good For? An African Historian’s Perspective, in *African Affairs* 100: 189–213, 2001.
- COOPER, FRederick & PACKARD, Randall. *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politicsof Knowledg*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- CREA. Dique Seco do Rio Grande: grande, não, o maior da América Latina in Conselho em Revista, Ano VI, nº 70, Porto Alegre: junho/2012.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DEBERT, Guita Grin. “A Antropologia e os Novos Desafios no Estudo da Cultura e da Política”. In: *Revista Política e Trabalho*. Nº 13. PPGS/UFBP, Ed. A União, 1997.
- DEVRIES, Peter. Don’t compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine in *Third World Quarterly*, 28 (1): 25-43, 2007.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- DIAS, Sabrina de Oliveira Moura. Do paradigma da terceirização à prática da desterceirização nas empresas. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 75-106.
- DOMINGUES, Marcelo de la Rocha. *SuperPorto de Rio Grande: plano e realidade. Elementos para uma discussão*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação, PPGEO, UFRJ: Rio de Janeiro, 1995.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva. 1978.

ECKERT, Cornelia. Memória e Identidade, Ritmos e Ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros de carvão (La Grand-Combe, França). *Cadernos de Antropologia*, n. 11. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

EDELMAN, Marc & HAUGERUD, Angelique. Anthropology of development and globalization. From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism. Oxford, Blackwell Publishing, 2005

ESCOBAR, Arturo. Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movement in *Social Text*, No. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues (1992)*, pp. 20-56. Duke University Press, 1992.

_____. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundacion Editorial El Perro y Lana, 2007.

_____. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Popayan, Envió Editores, 2010.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. in Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31, 2005.

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 149 p. ISBN: 978-85-99662-51-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ESTEVA, Gustavo. “Development”, in W. Sachs(ed.), *The development dictionary: a guide to knowledge as power*, Londres, Zed Books, pp. 6-25, 1992.

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press, 1990.

_____. Anthropology and Its Evil Twin: “Development” in the Constitution of a Discipline In *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge*, Frederick Cooper and Randall Packard, Berkeley: University of California Press. 1997.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingartz entre passado, presente e futuro in *Horizontes Antropológicos*, vol.19, no.39, Porto Alegre Jan./Jun., 2013.

FISCHER, Roger (org.) *Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FOOTE-WHITE, Willian. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FRIEDMAN, John T. On text and con-text: towards an anthropology in development in *Differentiating Development: Beyond and Anthropology of Critique*. Soumhya Venkatesan & Thomas Yarrow (org). Berghahn Books: New York / Oxford, 2012.

- GAILLARD, Gerald. *The Routledge Dictionary of Anthropologists*. Londres: Routledge, 2004.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda in *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 11, n. 2, 2008.
- GERHARDT, Cleyton; MAGALHÃES, Sônia; ALMEIDA, Jalcione. Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: conflitos, interfaces, contradições. In.: ALMEIDA, Jalcione; GERHARDT, Cleyton; MAGALHÃES, Sônia. *Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2012.
- GUEDES, André Dumans. *O Trecho, as Mães e os Papéis Movimentos e Durações no Norte de Goiás*. Tese de doutorado, PPGAS/Museu Nacional. Rio De janeiro, 2011.
- GOODENOUGH. *Cooperation in Change*. New York: Sage, 1963.
- GRAEBER, David. *Toward an Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams*. New York: PALGRAVE. 2001.
- GUPTA, Akhil. *Postcolonial Developments: Agriculture in the Making of Modern India*. Durham, NC: Duke University Press, 1998.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- HOBLEN, Alan. Anthropologists and development in *Annual Review of Anthropology*, Vol. 11 (1982), pp. 349-375.
- INGOLD, Timothy. When ANT meets SPIDER: social theory for arthropods. in C Knappett & L Malafouris (eds), *Material Agency: Towards a Non-Anthropocentric Approach*. New York: Springer Science+Business Media, 2008, pp. 209-215.
- KOPPER, Moises. Dos mercados informais às políticas não hegemônicas de valor: olhares cruzados entre Porto Alegre e Buenos Aires na produção de objetos e sujeitos camelôs in *Revista de Antropologia*. 58(2), 2015.
- KUPPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1973.
- LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LATOUR, Bruno. 'On Technical Mediation – Philosophy, Sociology, Genealogy', *Common Knowledge*, 34: 29–64.
- _____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador / Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012
- LAW, John. *Aircraft Stories: Decentering the Object in Technoscience*. Duke University Press: Durham and London, 2002.

_____. Introduction: monsters, machines and sociotechnical relations in *Sociological Review Monograph, A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*. Routledge: London and New York, pp. 1-25, 1991.

LEITE LOPES, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. Ambientalização dos conflitos sociais e o dilema da participação in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

_____. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Ambientalismo e desenvolvimento sustentável: ideologia e utopia no final do século XX in *Revista Ciência da Informação*, vol. 21, n. 1, 1992.

_____. Bichos-de-obra: Fragmentação e reconstrução de identidades in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.18, 1992.

_____. *Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Ed. Marco Zero e ANPOCS, 1991.

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos estudos*. São Paulo: CEBRAP 2008, n.80 pp. 109-125.

LOMNITZ, Larissa. *Redes sociais cultura y poder: ensayos de antropologia latinoamericana*. Mexico: Flacso. 1994.

LONG, Norman. *Development Sociology: Actor perspectives*. Routledge, Taylor & Francis: London and New York, 2004.

LOPO, Rafael Martins. *Do IAPI a Saavedra, entre moradas, memórias e estórias : um estudo etnográfico sobre duração e sociabilidade em bairros operários de Porto Alegre e Buenos Aires*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012.

_____. É o fim da várzea: um ensaio etnográfico sobre narrativas e sociabilidade em um time de futebol de várzea na cidade de Porto Alegre. TCC. Porto Alegre: IFCH, 2007.

_____. Etnografia da duração e as camadas de tempo no escopo da etnografia: aproximações entre habitação e memória operária em Porto Alegre e Buenos Aires. In Cornelia Eckert; Ana Luiza Carvalho da Rocha. (Org.). *Etnografias do trabalho: narrativas do tempo*. 1ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2015, v. 1, p. 144-177

MACHILLOT, Didier. *Pour une anthropologie des stéréotypes: quelques propositions théoriques*. Horizontes Antropológico. Porto Alegre, v. 18, n. 37, June 2012 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100004&lng=en&nrm=iso. access on 22 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832012000100004>.

- MAGALHÃES, Sonia Barbosa. *Gente de toda paragem: um estudo sobre a população afluyente numa Grande Obra*. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1983.
- MAISONNAVE. *Perfil do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Intermédio, 1978.
- MARCELINO, Paula; CAVALCANTI, Sávio. Por uma definição de terceirização in *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Maio/Ago. 2012.
- MARCUS, George E. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MARTINS, Solismar Fraga; PIMENTA, Margareth Afeche. *A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais – O caso do município de Rio Grande*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, mai., p. 85-100, 2004.
- MAURER, Bill. Introduction to “ethnographic emergences”. *American Anthropologist*, v. 107, n. 1, p. 1-4, 2005.
- MEAD, Margareth. *Cultural Patterns and Technical Change*. New York: New Am. Librarie, 1995.
- MENDES, Mariana Villas Boas. *Os moradores de rua e suas trajetórias*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFMG, 2007.
- MIYAZAKI, Hirokazu. *Arbitraging Japan: Dreams of Capitalism at the End of Finance*. Berkeley: University of California Press, 2013.
- MOORE, Jerry. *Visions of culture: an introduction to anthropological theories and theorists*. Altamira: Plymouth, UK, 2009.
- MOSSE, David & Lewis, David. *The Aid Effect: Giving and Governing in International Development*. London / Ann Arbor, MI. Pluto Press, 2005.
- MOSSE, David. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London / Ann Arbor, MI. Pluto Press, 2005.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up” in HYMES, Dell. (Ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Vintage Books, 1969.
- NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. *Nomadismos Contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros*. São Paulo, 2008.
- NUNES, Margarete Fagundes. *O negro no mundo alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização*. Dissertação de mestrado: PPGAS/UFSC, 2009.
- OLIVEIRA, F. A economia da dependência imperfeita. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989
- OLIVEIRA, Francisco de . A economia brasileira: crítica à razão dualista. 2. ed. São Paulo: CEBRAP , [1972] 1976. p.7-78.

OLIVEN, Ruben George. Por uma Antropologia em Cidades Brasileiras. In: VELHO, Gilberto (coord). *O desafio da cidade. Novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. RJ, Campus, 1980. p. 23-36.

ORTNER, Sherry. Acces: Reflections on studyng up in Hollywood *in Ethnography*, June, vol. 11 no. 2. p 211-233. SAGRE Publications, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “Pluralizando tradições etnográficas: sobre certo mal estar na antropologia”. In: LANGDON, Esther Jean e GARNELO, Luiza (Org.). *Saúde dos Povos Indígenas. Reflexões sobre a Antropologia Participativa*. RJ, Contra-capa Livraria: ABA, 2004.

PAOLI, Maria C. & SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes) *in* CARDOSO, Ruth (org.) *A Aventura Antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PEIRANO, Mariza G.S. A favor da etnografia. *In: Serie Antropologia*. Brasilia N. 130, 1992, p. 1-30.

PEREIRA, João Márcio. *Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, 2010.

PERROT, Dominique. Les empêcheurs de développer em rond *in Ethnies*, n.13, p.4-11, 1991.

PIMENTEL, F. Aspectos gerais do município do Rio Grande. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

PINHEIRO MACHADO, Denise B. *A indústria petroquímica no Brasil e seu espaço: os pólos da Bahia e do Rio Grande do Sul*. Tese de livre docência, UFRJ, 1989

PINHEIRO, André Ricardo Mendonça. Ciclos da construção naval no Brasil: análise crítico comparativa das políticas públicas aplicadas ao setor. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFF: Niterói, 2008.

POCHMANN, Márcio. Sindeepres 15 anos: a superterceirização dos contratos de trabalho. Disponível em: www.sindeepres.org.br/v01/index/Pesquisa%20Marcio%20Pochman.pdf. 2007.

RADOMSKY, Guilherme. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e desenvolvimento. RBCS Vol. 26 n° 75 fevereiro/2011.

RAMOS, Alcida. “Do Engajamento ao Despreendimento”. *Série Antropologia da UnB*, n.414. Brasília, Departamento de Antropologia da UnB, 2007.

RESTREPO, Eduardo. “Teoría social, antropología y desarrollo: a propósito de narrativas y gráficas de Arturo Escobar” *in Boletín de Antropología Universidad de Antioquia*, Vol. 20 N.37, pp. 307-326, 2006.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*, Tomo I. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- RIST, gilbert. (2008), *The history of development: from western origins to global faith*. 3 ed., Londres, Zed books, 2008.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROSTOW, W.W. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960
- RUDUIT GARCIA, S. Agentes produtivos e desenvolvimento: polo naval e capacidade de inovação no Rio Grande do Sul in *Política & Sociedade* (Online), v. 12, p. 89-114, 2013.
- RUMSTAIN, Ariana. *Peões no Trecho: Estratégias de Trabalho e Deslocamento no Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2009.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAID, Edward. *Orientalism*. Nova York, Vintage Books, 1978.
- SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Conflitos Socioambientais no Extremo Sul do Brasil – debate a partir dos reflexos do polo naval de Rio Grande/RS. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2013. p. 1-21
- SANTOS, Caio Floriano; MASCARELLO, Marcela de Avellar. Megaempreendimentos e conflitos socioambientais: o caso da habitação popular em Rio Grande/RS. *Revista Panorâmica On-Line*. Barra do Garças–MT, vol. 18, p. 58–71, jan/jul. 2015.
- SCHUCH, Patrice. “Antropologia em campos up, ética e pesquisa. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S. e PETERS, Roberta. *Experiências, Dilemas e Desafios do Fazer Etnográfico Contemporâneo*. POA, Editora da UFRGS, 2010, p. 29-48.
- SCHWARTZMAN, S e MALONE, M. Os Bancos Multilaterais de desenvolvimento e o Setor Energético. In SANTOS, L.A.O. e ANDRADE, L.M.M. de, org. *As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.
- SEVÁ FILHO, A.O. (ed.) “*Tenotã-mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará, Brasil*”, International Rivers Network: São Paulo, Brazil, 2005.
- SILVA, Glaucia Oliveira da. *Angra I e a melancolia de uma era : um estudo sobre a construção social do risco*. Rio de Janeiro : Ed. da UFF, 1999.
- SOUZA, Itamar. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SOUZA, Renato Santos de. *Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas*. Tese de doutorado. PPGA, UFRGS, 2004.
- STANGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désanvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005

STAVENHAGEN, Rodolfo. Seven Erroneous Theses About Latin America *In Latin American Radicalism: A Documentary Report on Left and Nationalist Movements*, Irving Louis Horowitz, Josué de Castro, and John Gerassi, eds., pp. 102–117. New York: Vintage, 1969.

STOCKING, George W., Jr. *The Ethnographer's Magic and Other Essays in the History of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

STRATHERN, M. (1991). *Partial connections*. Savage: Rowman and Littlefield.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

STRATHERN, Marilyn. Out of Context: The Persuasive Fictions in Anthropology in *Current Anthropology*, Vol. 28, No. 3, 1987 (p.251-281)

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argvmentvm Ed.: Belo Horizonte, 2010

TORRES, L. H. "Os primeiros prédios da Alfândega do Rio Grande". *Jornal Agora*. Encarte: O Peixeiro, Memória e História, Rio Grande, 06/08/04, 2004.

TSING, Anna. The Global Situation in *Cultural Anthropology* 15(3): 327–360, 2000.

VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: *ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1 ed. Viçosa: UFV, p. 39-63, 2008.

VAN DE PORT, M. & MOL, Annemarie (2015). Chupar frutas in Salvador da Bahia: a case of practice-specific alterities. *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)* 21, 165-180.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2004

_____. Observando o familiar. In: Edson Nunes. (Org.). *Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 36-46

_____. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; Santana, Marco Aurélio (Org.) . *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013

_____. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

_____. *Suape em Construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho* in *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, p. 233-252, Maio / Agosto. 2013

VILAS, Carlos. Más allá del Consenso de Washington? Enfoque desde la política de algunas propuestas del Banco Mundial. *Revista América Latina Hoy*. N.26, Dez, 2000, p.21-39.

VIVEIROS DE CASTRO, E. & ANDRADE, L. M. M. de. "Hidrelétricas do Xingu: o estado contra as sociedades indígenas", in SANTOS, L. A. O. & ANDRADE, L. M. M. de. (orgs.), *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*, São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, pp. 7-23, 1998.

WAGNER, Roy. (2001) A pessoa fractal. *Ponto Urbe [Online]*, 8. <http://pontourbe.revues.org/173>; DOI: 10.4000/pontourbe.173.

ZHOURI, Andrea & LACHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.